

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

DESIGUALDADE E ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL:

Um estudo de caso sobre o Efeito Mateus a partir da Bolsa de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para o campo da Sociologia (2002/2012)

Autora: Andrea Dias VICTOR

Brasília

Fevereiro, 2014

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

DESIGUALDADE E ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL:

Um estudo de caso sobre o Efeito Mateus a partir da Bolsa de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para o campo da Sociologia (2002/2012)

Autora: Andrea Dias VICTOR

Tese apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília/UnB como parte dos requisitos para obtenção do título de doutora.

Brasília

Fevereiro, 2014

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

TESE DE DOUTORADO

DESIGUALDADE E ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL:

Um estudo de caso sobre o Efeito Mateus a partir da Bolsa de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para o campo da Sociologia (2002/2012)

Autora: Andrea Dias VICTOR

Orientador: Michelangelo Giotto Santoro Trigueiro

Banca: Prof. Dr. Michelangelo Giotto Santoro Trigueiro.....(UnB)
Prof^ª. Dr^ª. Fernanda Antônia da Fonseca Sobral.....(UnB)
Prof^ª. Dr^ª. Lourdes Maria Bandeira.....(UnB)
Prof^ª. Dr^ª. Máira Baumgarten Corrêa.....(UFRGS)
Dr. Roberto Muniz Barretto de Carvalho.....(CNPq)
Prof. Dr. Luiz Guilherme de Oliveira.....(Suplente - UnB)

AGRADECIMENTOS

A elaboração de uma tese, creio, nunca é um empreendimento solitário, pelo menos no que diz respeito às condições materiais de sua execução. É preciso que se tenha uma rede de solidariedade e compreensão. É claro que todas as decisões, de natureza teórica ou empírica, são solitárias e os erros, por conseguinte, devem ser assumidos por sua autora.

Assim, começo agradecendo ao João Batista, meu amigo, companheiro e marido, por ter me auxiliado na elaboração do banco de dados, na construção das inúmeras tabelas e, também, por ter suportado longos anos, quase cinco, de tensão.

Ao professor Michelangelo Trigueiro por sua paciência e atenção durante todo esse período.

Aos professores, assessores do Comitê Assessor da área de Sociologia por me concederem entrevistas e falarem de temas as vezes bem delicados.

A Marianna Holanda por ter me auxiliado diversas vezes na tradução dos textos em inglês e na tradução do resumo para o francês.

A Maria Ângela Cunico Coordenadora Geral do Programa em Pesquisa e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Sandra Braga, Coordenadora Técnica da Coordenação do Programa de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas e Educação, por terem me ajudado a construir horários alternativos para conciliar o trabalho no CNPq e o doutorado.

Ao meu amigo e colega de trabalho, Josenilson Araújo, por sua paciência e por ter me explicado muitas vezes o funcionamento dos sistemas de controle do CNPq e esclarecido muitas dúvidas a respeito da legislação sobre bolsas antes de 2002.

A Simone minha amiga do CNPq pelo seu apoio constante nos momentos mais difíceis.

Aos colegas da CGCHS que torceram, rezaram, enviaram energias positivas para que eu conseguisse, enfim, concluir esta tese.

A todas as pessoas que bem perto de mim sentiram minha aflição e confiaram na minha capacidade.

A todas essas pessoas, os meus mais sinceros agradecimentos.

Para

Lea Maria Dias (*in memoriam*) e
Luiz Fernando Victor

Marianna e
Joao Guilherme

LISTA DE GRÁFICOS

<i>Gráfico 1 - Distribuição dos Processos por Região</i>	<i>82</i>
<i>Gráfico 2 - Distribuição de Bolsas de PQ Aprovadas por Região</i>	<i>85</i>
<i>Gráfico 3 - Evolução das propostas por região</i>	<i>199</i>
<i>Gráfico 4 - Distribuição de Processos Apresentados e Aprovados</i>	<i>200</i>

LISTA DE QUADROS

<i>Quadro 1 - Parâmetros para a classificação dos consultores ad hoc</i>	<i>15</i>
--	-----------

LISTA DE TABELAS

<i>Tabela 1 - Propostas de Bolsas de Produtividade em Pesquisa ano a ano</i>	<i>75</i>
<i>Tabela 2 - Bolsas Novas por Ano</i>	<i>80</i>
<i>Tabela 3 - Distribuição das Propostas por UF que mais solicitaram bolsa PQ</i>	<i>81</i>
<i>Tabela 4 - Distribuição de Propostas por Região Geográfica</i>	<i>82</i>
<i>Tabela 5 - Evolução dos Pedidos de Bolsa por Região Geográfica</i>	<i>83</i>
<i>Tabela 6 - Distribuição de Propostas por UF.....</i>	<i>87</i>
<i>Tabela 7 - Distribuição de Propostas por Instituição.....</i>	<i>89</i>
<i>Tabela 8 - Pesquisadores por Região.....</i>	<i>96</i>
<i>Tabela 9 - Pesquisadores Aprovados e Reprovados por Região</i>	<i>97</i>
<i>Tabela 10 - Pesquisadores Aprovados e Reprovados por Instituição de Vínculo</i>	<i>98</i>
<i>Tabela 11 - Pesquisadores que nunca foram Aprovados, por Instituição de Vínculo</i>	<i>99</i>
<i>Tabela 12 - Taxa de Aprovação e Reprovação por Instituição de Doutorado</i>	<i>102</i>
<i>Tabela 13 – Propostas apresentadas por subárea do conhecimento.....</i>	<i>122</i>
<i>Tabela 14 - Comparativo de Aprovação entre Áreas.....</i>	<i>128</i>
<i>Tabela 15 - Produção de Periódicos de Pesquisadores que ganharam bolsa.....</i>	<i>131</i>
<i>Tabela 16 - Produção de Periódicos de Pesquisadores que não ganharam bolsa.....</i>	<i>132</i>
<i>Tabela 17 - Produção de livros de pesquisadores que ganharam bolsa.....</i>	<i>134</i>
<i>Tabela 18 - Produção de livros de pesquisadores que não ganharam bolsa.....</i>	<i>135</i>
<i>Tabela 19 - Produção de periódicos por instituição.....</i>	<i>136</i>
<i>Tabela 20 - Bolsistas novos por região geográfica.....</i>	<i>140</i>
<i>Tabela 21 - Bolsas novas por IES</i>	<i>140</i>
<i>Tabela 22 - Pesquisadores por Instituição de Vínculo.....</i>	<i>169</i>
<i>Tabela 23 - Migração de Pesquisadores.....</i>	<i>172</i>
<i>Tabela 24 - Pesquisadores por Ano de Conclusão do Doutorado.....</i>	<i>173</i>

<i>Tabela 25 - Pesquisadores por Instituição de Doutorado</i>	<i>175</i>
<i>Tabela 26 - Pesquisadores por Região da Instituição de Vínculo</i>	<i>178</i>
<i>Tabela 27 - Processos por Ano</i>	<i>179</i>
<i>Tabela 28 - Processos por Ano e UF</i>	<i>180</i>
<i>Tabela 29 - Processos por Ano e região</i>	<i>184</i>
<i>Tabela 30 - Processos por Unidade da Federação</i>	<i>186</i>
<i>Tabela 31 - Bolsas Novas por Área de Atuação Principal</i>	<i>187</i>
<i>Tabela 32 - Bolsas Novas por Instituição de Vínculo</i>	<i>188</i>
<i>Tabela 33 - Bolsas Novas Por Região.....</i>	<i>189</i>
<i>Tabela 34 - Evolução dos Pedidos por Distribuição Geográfica</i>	<i>190</i>
<i>Tabela 35 - Pesquisadores Aprovados e Reprovados por Instituição</i>	<i>192</i>
<i>Tabela 36 - Propostas apresentadas por subárea do conhecimento</i>	<i>195</i>

LISTA DE SIGLAS

APQ	Auxílio à Pesquisa
APV	Auxílio Pesquisador Visitante
ARC	Auxílio de Realização de Evento Científico
AT	Apoio Técnico
AVG	Auxílio à Participação em Eventos
CA	Comitê Assessor
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CD	Conselho Deliberativo
CGCHS	Coordenação Geral do Programa de Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CV	Curriculum Vitae
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - SE
ESMEC	Escola Superior da Magistratura do Ceará
FAE	FAE Centro Universitário
FCC	Fundação Carlos Chagas
FEPAGRO	Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária
FESP	Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo
FGV/RJ	Fundação Getúlio Vargas/RJ
FGV/SP	Fundação Getúlio Vargas/SP
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FJP	Fundação João Pinheiro
FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco
FURB	Fundação Universidade Regional de Blumenau
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEA	Instituto de Economia Agrícola
IES	Instituição de Ensino Superior
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPA/RS	Centro Universitário Metodista
IS	Instrução de Serviço
IUPERJ	Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro
MACKENZIE	Universidade Presbiteriana Mackenzie
MS	Ministério da Saúde
NE	Nordeste
N	Norte
PD	Pós-doutorado
PDE	Pós-doutorado no Exterior
PDJ	Pós-doutorado Júnior

PDS	Pós-doutorado Sênior
PQ	Produtividade em Pesquisa
PUC/Campinas	Pontifícia Universidade Católica de Campinas
PUC/Goiás	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
PUC/Minas	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
PUC/PR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
PUC/Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC/RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUC/SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RN	Resolução Normativa
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SIGEF	Sistema de Gerenciamento do Fomento
UAM	Universidade Anhembí Morumbi
SWE	Doutorado Sanduíche no Exterior
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UCSAL	Universidade Católica do Salvador
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFPA	Universidade Federal de Ouro Preto
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UFSE	Universidade Federal do Sergipe
UFSJ	Universidade Federal de São João Del-Rei
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFV	Universidade Federal de Viçosa
ULBRA	Universidade Luterana do Brasil
UNA	Centro Universitário UNA
UnB	Universidade de Brasília
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNESP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
UNIARA	Centro Universitário de Araraquara
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNICOC	União de Cursos Superiores COC
UNIEURO	Centro Universitário Euro-Americano
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNINOVE	Universidade Nove de Julho
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNIP	Universidade Paulista
UNIR	Universidade Federal de Rondônia
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNISA	Universidade de Santo Amaro
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UNISUL	Universidade do Sul de Santa Catarina
UNIVALI	Universidade do Vale do Itajaí
UNIVASF	Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco
UP	Universidade Positivo
UPF	Universidade de Passo Fundo
USP	Universidade de São Paulo
UVA	Universidade Estadual Vale do Acaraú
UVV	Centro Universitário de Vila Velha

RESUMO

O objetivo principal deste trabalho foi investigar a existência de um processo social que permite a concentração de benefícios em determinado grupo de pesquisadores a partir da concessão da bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ). A hipótese principal do estudo é que o sistema de concessão de benefícios do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) tende a concentrar recursos naqueles pesquisadores que são ou já tenham sido beneficiados com a bolsa PQ. Considero como referencial teórico o conceito empregado pela Sociologia Mertoniana que descreve o processo social de concentração de premiação e reconhecimento em pesquisadores já consagrados para o exame deste objeto de estudo. Para a comprovação empírica desse processo, partiu-se do exame dos dados relativos aos pedidos de bolsa no período de 2002 a 2012. Num primeiro momento, foi identificado o que consideramos características externas das propostas: sua localização geográfica e institucional. Num segundo momento, foram abordados os dados referentes às características mais internas às propostas e aos pesquisadores. Para finalizar e sustentar a hipótese principal do trabalho, foram apresentados os dados sobre a concessão de outros recursos da agência a pesquisadores bolsistas e não bolsistas. A partir da análise desses dados, pode-se concluir que a bolsa PQ constitui um marco na carreira dos pesquisadores dentro do CNPq e sua concessão confirma, em parte, os princípios do Efeito Mateus. Ademais, os dados mostraram que o processo de acumulação de vantagens inicia-se fora da agência e algumas características podem ser apontadas como dominantes e até requeridas para a obtenção da bolsa.

Palavras-chave: CNPq, Bolsa de Produtividade em Pesquisa, Efeito Mateus, concentração de recursos, Sociologia mertoniana.

ABSTRACT

The main goal of this work is to investigate the existence of a social process which allows, in determined groups of researchers, the concentration of benefits for the Research's Productivity Scholarship, also known as PQ. The primary hypothesis of this study is that the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq) system of concession of benefits tends to concentrate its resources in researchers that are or have already been benefited with the PQ scholarship. I consider, as a theoretical reference to our study, the concept proposed by Mertonian Sociology, which describes the social process of rewards and recognition of established researchers. In order to empirically prove this process, it has started from the analysis of data of scholarship demands from the period of 2002 to 2012. At a first moment, it was identified what we called external characteristics of the proposals: the geographic and institutional location. Later, we approached the data that referred to the proposal's and the researchers's internal characteristics. To finalize and support the main hypothesis of this work, it was presented the data of agency's concession of resources to researchers with and without scholarship. From this data's analyses, it is possible to conclude that the productivity scholarship constitutes an important milestone in the career of CNPq's researchers, and its concession confirms partly the principals of the Mateus' Effect. Furthermore, the data has also shown that the process of advantage accumulation starts outside the agency, and that some characteristics can be indicated as dominants or even required in order to obtain the scholarship.

Keywords: CNPq, Research's Productivity Scholarship, Mateus' Effect, concentration of resources, mertonian Sociology of Science.

RÉSUMÉ

L'objectif principal de cette étude était d'étudier l'existence d'un processus social qui permet la concentration des avantages dans un groupe défini de chercheurs à partir de la concession de la bourse de productivité à la recherche. L'hypothèse principale de l'étude est que le système des concessions des avantages du Conseil National de Développement Scientifique et Technologique (CNPq) tend à concentrer les ressources sur les chercheurs qui sont ou ont déjà été bénéficié avec la bourse de productivité à la recherche. Je utilisé comme cadre théorique un concept de la sociologie mertonien décrivant le processus social de concentration de récompenses et de reconnaissance des chercheurs déjà établi. Afin de prouver de façon empirique ce processus, l'étude est basée sur une analyse des données de demandes de bourse sur la période 2002 - 2012. Au début, il a été identifié ce que l'on appelle des caractéristiques externes de propositions: la localisation géographique et la situation des institutions. Ensuite, nous avons analysés des données se référant aux caractéristiques interne des demandes et des chercheurs. Pour conclure et soutenir l'hypothèse principale de l'étude, les données de l'agence cédant les ressources aux chercheurs avec et sans bourse seront présentés. À partir de cette analyse de données, il est possible de conclure que la bourse de productivité constitue une étape importante dans la carrière d'un chercheur du CNPq, et sa concession confirme en partie les principes de l'effet Matheus. En outre, les données ont montrés que le processus d'accumulation d'avantage commence en dehors de l'agence, et que certaines caractéristiques peuvent être pointés comme dominantes ou même nécessaire afin d'obtenir la bourse.

Mots-clés: CNPq, bourse de productivité à la recherche; Effet Matheus; concentration de ressources; Sociologie mertonien.

"Robert K Merton was not just an outstanding sociologist of science but an outstanding sociologist full stop. It represents the kind of achievement that later generations may inadvertently underate, because it has shifted their consciousness so profoundly that in retrospect they find it obvious (...) Along with other functionalist sociologist, Merton contributed to development of a wonderfully insightful anlysis of how this honorific system operated, but rahter than recalling the details of this it will suffice here to agree with these writers thath such a system does indeed exist, and to agree with Merton in particular that it cannot be undesrtood in a individualist terms"

(BARNES, 2007)

"No mais mesmo da mesmice sempre vem a novidade"

(João Guimares Rosa)

Sumário

INTRODUÇÃO: A CONSTRUÇÃO TEÓRICA E EMPÍRICA DO OBJETO	1
O caminho percorrido	3
Procedimentos técnicos e metodológicos para coleta e análise dos dados	10
A estruturação dos capítulos	15
1. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE O DEBATE EM TORNO DA SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA	18
1.1. O Efeito Mateus e a acumulação de vantagem.....	34
1.2. A Acumulação de vantagens e o Efeito Mateus: os conceitos se relacionam.	44
2. UMA BREVE HISTÓRIA DO CNPQ: ESTADO E CIÊNCIA	49
2.1. Bolsa de Produtividade em Pesquisa: história, importância e processos de decisão.....	51
2.2. Da Bolsa Pesquisa à Bolsa de Produtividade em Pesquisa: a evolução das normas	58
2.3. O CNPq de 2003 a 2012: o Conselho Deliberativo e o Comitê Assessor	61
2.4. Processo atual de decisão formal para concessão da bolsa e do <i>Grant</i>	65
3. UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO: VISÃO GERAL DO CAMPO DA SOCIOLOGIA PARA AS BOLSAS DE PRODUTIVIDADE EM PESQUISA, REFLETINDO SOBRE A ACUMULAÇÃO DE VANTAGENS A PARTIR DOS ASPECTOS EXTERNOS	70
3.1. Mapeando as propostas	75
3.1.1 Distribuição de Propostas por Região Geográfica	82
3.1.2 Distribuição de Propostas por Unidade da Federação	87

3.1.3	Distribuição de Propostas por Instituições de Ensino Superior	89
3.1.4	Mapeando Pesquisadores e Instituições	95
3.2.	Interpretando as avaliações	106
3.2.1	Sobre os temas de pesquisa.....	119
3.2.2	Produção científica	130
3.2.3	Os novos bolsistas.....	140
4.	OUTROS RECURSOS	142
4.1.	Analisando os resultados das concessões, as normas e as práticas: acumulação e diferenciação	149
	CONCLUSÃO	152
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	159
	APÊNDICES	167
I -	Tabelas.....	168
II -	Gráficos	198
III -	Entrevistas	201

INTRODUÇÃO: A CONSTRUÇÃO TEÓRICA E EMPÍRICA DO OBJETO

Esta introdução está dividida em três itens que descrevem o itinerário teórico metodológico deste trabalho, desde o ingresso no doutorado até a definição final do objeto de pesquisa, e finaliza com a apresentação dos procedimentos adotados para a coleta e o tratamento dos dados utilizados para sustentação da hipótese central da tese.

O projeto de ingresso no doutorado, apresentado em 2009, tomava como problema principal, de maneira ainda bastante difusa, a questão dos objetos de pesquisa distribuídos entre as modalidades de Apoio à Pesquisa (APQ) e Bolsa de Produtividade de Pesquisa (PQ), modalidades consideradas, do ponto de vista da política do fomento, como de “livre” aplicação de temas.

Naquele momento, a hipótese que guiava o trabalho era a de que alguns temas eram mais financiados do que outros porque faziam parte de um perfil de pesquisadores mais aceitos do que outros. Desse modo, atribuía-se, aos objetos de pesquisa, característica definitiva na hierarquia da ciência. A partir dessa hipótese, nosso interesse maior era compreender por que alguns temas eram mais frequentemente financiados do que outros.

Contudo, à medida que fomos aprofundando a análise dos dados e as discussões, passamos a tratar o problema a partir de uma nova perspectiva. Isto porque a análise e os testes de alguns dados fizeram-nos perceber que existiam, de fato, alguns temas mais financiados do que outros. Entretanto, eles estavam ligados não só a características individuais dos pesquisadores, mas também institucionais. Os temas de pesquisa não representavam, dessa maneira, variáveis decisivas para aprovação das propostas, ainda que pudessem ser efetivamente incluídos no rol daquelas características importantes que concederiam visibilidade ou *status* aos seus pesquisadores.

Assim, o problema posto inicialmente foi se desdobrando no que passou a ser o verdadeiro interesse da pesquisa: as hierarquias dos temas constituíam apenas parte de uma questão mais profunda, que se relaciona ao processo de estratificação social e de concentração de recursos entre os pesquisadores. Passou a ser necessário, então, perceber a dinâmica utilizada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e

Tecnológico (CNPq) para diferenciar os pesquisadores. Os temas correspondiam, assim, em princípio, a uma parte dessa diferenciação.

Com essa discussão, o projeto foi modificado no seu escopo. O problema passou a ser o processo de concentração e diferenciação que se estabelecia nos limites da agência. Para além dos objetos de pesquisa mais aceitos e mais recusados para financiamento, o projeto encaminhou-se para a discussão dos princípios e das bases sob as quais se assentam o processo de concentração dos recursos e a diferenciação entre eles.

Para essa mudança de escopo, concorreu também fortemente a revisão bibliográfica. No projeto de qualificação, apresentado em 2011, escolhemos como referencial teórico a Teoria do Campo, de Pierre Bourdieu. Àquela altura, a teoria de Bourdieu (2007) nos parecia a mais apropriada para a compreensão do problema dessa pesquisa. Entretanto, o problema principal da concentração de recursos e da diferenciação social não se encontrava, fundamental e decisivamente, na relação entre as posições e disposições dos agentes no campo, embora seja evidente que isso altere as formas de poder assumidas em determinado momento e, por conseguinte, tenha impacto nessa distribuição.

O problema da diferenciação dos pesquisadores na agência encontrava suas raízes nas práticas da própria ciência, no modelo produzido por ela para avaliação e importado pelas agências de fomento, para julgamento e distribuição de recursos¹. Essa ideia assume contornos ainda mais relevantes quando se estudam as estruturas de decisão do CNPq e percebe-se o quão permeável está à participação da comunidade científica. Cria-se, assim, um espaço de duplo papel e função para a gestão e para os gestores da política de ciência e tecnologia.

A análise dos dados parecia indicar, já nessa primeira etapa, o que viria a se confirmar na etapa subsequente. Basicamente, o sistema estava composto, ou dividido, segundo o que definia a bibliografia norte-americana do tema, entre os que “tinham” e os que “não tinham” recursos ou entre os que pareciam ser mais beneficiados e os que nunca

¹ Em interessante artigo publicado em 2000, Lea Velho e Amilcar Davyt apresentam e discutem os aspectos teóricos e históricos da avaliação por pares. Um desses aspectos diz respeito ao envolvimento da agência e a “captura” dos cientistas para a avaliação de pesquisas a serem realizadas e financiadas com recursos públicos ou privados.

pareciam ser beneficiados. Enfim, a concentração de benefícios “parecia” estar relacionada a um determinado ponto, característica ou atributo do próprio CNPq. Assim, chegamos à discussão da relação entre bolsa de produtividade em pesquisa e concentração de recursos.

O caminho percorrido

Esta tese refere-se, então, ao estudo do processo social através do qual se realiza a concentração de benefícios no sistema de distribuição de recursos do CNPq, a partir da concessão da Bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ). Partimos da hipótese de que esse sistema tende a concentrar recursos naqueles pesquisadores que são ou já tenham sido beneficiados com a bolsa PQ, porque representa símbolo e significado de distinção tanto internamente quanto fora da agência. Assim, partiu-se da bolsa como parâmetro/indicador de consagração para a verificação de que os contemplados estão mais propensos, comparativamente aos não bolsistas, a receber recursos de outras modalidades da agência.

A hipótese subsidiária é a de que o acesso a recursos afeta a qualidade do trabalho científico, o que, por sua vez, traduz-se em possibilidades diferenciadas a novos acessos. Ademais, e em decorrência desse processo, supõe-se que determinadas características passam a ser requeridas e reforçadas para ingresso no sistema. Assim, constituem-se, ao mesmo tempo, causas e efeitos do processo, que passa a ser sustentado pela participação ativa de representantes deste grupo nas estruturas de decisão e avaliação do CNPq.

Ainda com referência ao processo, observamos que seu desdobramento gera uma enorme diferença de possibilidades e oportunidades entre esses pesquisadores, no que se refere à concessão de outros benefícios na agência, no âmbito do Programa Básico de Sociologia, e que essa diferença inicial é reforçada pelo processo de concentração. Configura-se como um círculo, na medida em que a concessão diferenciada de recursos tende a reforçar posições e aprimorar capacidades técnicas, o que, por sua vez, interfere no processo a favor daqueles que usufruem dessas condições iniciais. Trata-se de um processo social que afeta a distribuição de recursos com impacto na formação de pesquisadores e no acesso de uma grande parte deles a esses recursos.

Do ponto de vista teórico, o objetivo foi pensar o processo de concentração a partir das práticas da ciência, ao invés de pensá-las a partir das decisões da política de ciência

e tecnologia. Esse referencial foi-se consolidando à medida que o estudo sobre o CNPq revelava um enorme entrelaçamento entre o Estado e a comunidade científica. Com efeito, o processo de concessão de recursos, na prática, atende essencialmente às recomendações feitas pelos próprios pesquisadores dos Comitês Assessores, restando à agência um papel intermediário no processo de decisão. Desse modo, a hipótese teórica é que o processo de julgamento e das escolhas relaciona-se às regras da ciência muito mais do que às exigências da burocracia estatal do CNPq e, por esta razão, buscamos na ciência e nas suas normas a explicação para este processo.

A escolha da modalidade da Bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ) não foi aleatória. A concessão da Bolsa de PQ, na qualidade de recurso/benefício, definiu-se como espaço privilegiado para esta discussão por sua destacada importância na agência para a política de formação de recursos humanos. Essa bolsa tem-se constituído, desde o início, em benefício destinado a pesquisadores cuja produção científica e atuação os levem a se diferenciar nas suas áreas de atuação. Atualmente, seu significado material e simbólico ultrapassa as fronteiras de uma mera modalidade de benefício para se constituir em importante reconhecimento de contribuição científica.

Essa afirmação está ancorada na análise dos depoimentos prestados ao Centro de Memória do CNPq ao longo da história passada e recente e resgatados em documentos oficiais de pesquisadores que foram ou são bolsista de Produtividade em Pesquisa. As entrevistas exploratórias realizadas com os Assessores da área de Sociologia confirmam a importância desses recursos na formação continuada de pesquisadores das áreas de Ciências Sociais.

Entretanto, deve-se observar que tanto as entrevistas quanto os depoimentos foram realizados com pesquisadores que usufruem do sistema. Para uma visão mais completa da importância e do impacto ou não destes recursos para a Sociologia, deveriam ter sido realizadas entrevistas com pesquisadores não beneficiados. Considerando os limites de tempo e o objeto específico deste trabalho, não foi possível realizar tal abordagem.

Desse modo, o objetivo principal deste trabalho é demonstrar a relação existente entre a concentração de recursos e as posições de destaque de pesquisadores e instituições na agência, relacionando-a à concessão ou não da bolsa de Produtividade em Pesquisa. Por outro lado, procuramos indicar, através de evidências empíricas, a própria “força” da

Bolsa de Produtividade nesse contexto. O trabalho constitui-se, portanto, em uma tentativa de constatar a presença do “Efeito Mateus”, conforme referido na obra de Robert Merton (1968) e do processo de acumulação de vantagens em curso na agência a partir da concessão da Bolsa de Produtividade em Pesquisa.

Outras questões estão relacionadas a esse objetivo principal. Uma delas refere-se à intenção de demonstrar, no esteio da discussão entre concentração e bolsa de produtividade, a existência de um perfil ou de um conjunto determinado de “qualidades requeridas” para ingresso no sistema via Bolsa de Produtividade. Essas qualidades acabam se tornando consequência e condição inicial.

Assim, o pano de fundo em que se move este trabalho é a preocupação com três assuntos diferentes e interligados: o reconhecimento, o desempenho científico e o processo de diferenciação que se coloca em marcha entre pesquisadores a partir das duas primeiras variáveis.

Para apreender esse processo, foram analisados os dados relativos à produção científica, às áreas de atuação principal², à avaliação de mérito realizada pelos consultores *ad hoc* e, finalmente, o recebimento de outros benefícios na agência, de pesquisadores que durante um período de 10 anos (2002-2012) efetuaram pedidos de Bolsa de Produtividade em Pesquisa. À exceção do recebimento de outros recursos, cuja finalidade principal foi reforçar a tese sobre a importância e a força inicial dessa concessão para o processo de concentração, as demais características foram escolhidas a partir da relevância para recomendação da bolsa, no julgamento para a concessão do benefício. Desse modo, ao apresentarmos esses dados, objetivamos mostrar a relação dessas características com o processo de concentração, dar visibilidade à diferença que se estabelece entre um grupo e outro e, desse modo, caracterizar e reforçar a tese do “Efeito Mateus”.

O problema de pesquisa insere-se, assim, no campo mais geral das teorias que buscam explicar as causas da diferenciação que se estabelece entre pesquisadores. Das abordagens sociológicas que se preocupam com essa questão, em geral ou particularmente, podem-se distinguir, de modo muito simplificado, três: a Sociologia da

² Essas áreas são declaradas pelos próprios pesquisadores por ocasião da solicitação da bolsa.

Ciência, notadamente a da escola mertoniana; a Sociologia do Conhecimento, com ênfase nas teorias do Construtivismo; e a Teoria do Campo, de Pierre Bourdieu. Deve-se ressaltar, todavia, que é na Sociologia mertoniana que se encontra uma preocupação específica com esta questão, notadamente, em sua análise sobre o *ethos* científico.

Essas abordagens encontram explicações diferentes e, em alguns casos, opostas, sobre o tema da diferenciação social. São informadas por princípios teóricos diferentes, historicamente determinados, e acompanham, de certa maneira, as transformações da ciência não só enquanto objeto de estudo, mas também em suas relações com a sociedade. No entanto, não se pode afirmar que existe uma corrente principal, com uma explicação exclusiva e determinante sobre as demais. Discute-se, porém, nos dias atuais, a predominância da teoria construtivista sobre as demais para a compreensão das atividades e práticas da ciência de maneira geral (BOURDIEU, 2004). Deve-se observar que, apesar de sua posição hegemônica no campo da Sociologia da Ciência, muitas são as controvérsias e as disputas que se estabelecem em torno dessas explicações e dos princípios sobre os quais elas estão assentadas.

Grosso modo, pode-se dizer que o eixo principal que estrutura a discussão opõe as duas últimas à primeira, para as quais a diferenciação está inserida em um contexto de conflitos, disputas e hierarquias que se estabelecem em função das posições e dos interesses materiais e simbólicos dos cientistas. No caso específico do construtivismo, a disputa limita-se, em certo sentido, aos recursos materiais e aos conflitos e interesses políticos e sociais. Não se deve deixar passar despercebida a diferença, já declarada e alardeada pelo próprio autor, entre a Teoria do Campo, de Bourdieu (1983; 2008), e a Teoria dos construtivistas. Ainda que se assemelhem em alguns aspectos, as diferenças são substanciais. Para Bourdieu (2003; 2008), a disputa nunca é somente por recursos materiais, o reconhecimento é parte da ciência e do seu jogo, ou seja, as disputas envolvem tanto os recursos materiais quanto os simbólicos.

Podemos observar que a Sociologia do Conhecimento e a Teoria do Campo procuram enfatizar o elemento social na construção da ciência, embora com ênfases diferenciadas, ao passo que a Sociologia mertoniana limita a análise do social aos aspectos institucionais da ciência. A perspectiva mertoniana coloca o problema da diferenciação a partir do sistema de premiação e dos critérios utilizados para a distribuição

de reconhecimento. É importante destacar que tais critérios não se referem ao *ethos* científico proposto por esse autor, uma vez que o estudo do “Efeito Mateus” é, em alguma medida, embora isso não seja dito explicitamente, uma constatação da má alocação de recursos (MERTON, 1968) por parte de um sistema concebido para funcionar, julgar e avaliar estritamente de acordo com o princípio do universalismo. Assim, alguns autores que se voltaram para o estudo do *ethos* científico consideram que o que leva ao Efeito Mateus é comportamento desviante e disfuncional.

De modo geral, os funcionalistas tratam a diferenciação como resultado das diferenças entre desempenhos e habilidades pessoais de cientistas ao passo que as outras duas abordagens acreditam que as desigualdades estejam fortemente relacionadas à distribuição desigual de poder na ciência. No tratamento dos dados e na discussão apresentada, acredita-se que as desigualdades estejam associadas de maneira complexa a ambas as suposições. Os pesquisadores bolsistas de produtividade em pesquisa possuem produção científica quantitativa e qualitativamente significativas com relação ao grupo dos que não possuem a bolsa. Por outro lado, sua posição na estrutura de decisão do CNPq aponta igualmente para uma situação de poder privilegiada em relação aos outros pesquisadores. O quanto essa posição de poder diferenciada influencia na distribuição de recursos é uma questão a ser investigada. Supõe-se aqui que essa duas variáveis se articulam de maneira complexa e variam de acordo com outras possibilidades

Para esse trabalho, interessa demonstrar a partir do conceito desenvolvido por Merton conhecido como o Efeito Mateus que pesquisadores reconhecidos e premiados com a Bolsa de Produtividade em pesquisa tendem a receber mais recursos que outros que não possuem a bolsa.

O conceito descreve as maneiras pelas quais se dá o processo de concentração e diferenciação na ciência, analisado pelo autor inicialmente nos sistemas de reconhecimento e comunicação. Posteriormente vários outros artigos trataram de investigar o impacto do efeito Mateus em outros subsistemas da ciência. O impacto desse processo é diferenciado para cada um desses subsistemas, mas a lei geral que o sustenta é a mesma: a notoriedade e o reconhecimento tendem a atrair mais notoriedade e mais reconhecimento e em alguns casos esse reforço independe do desempenho dos cientistas no momento de avaliações. Assim parece que cientistas prestigiados e reconhecidos

tendem a receber mais facilmente outras premiações e reconhecimento quando comparados a cientistas desconhecidos. Esse processo foi nomeado como Efeito Mateus, por Merton (1968), por se assemelhar àquele descrito no Evangelho de São Mateus: “For unto every one that hath shall be given, and he shall have abundance; but from him that hath not shall be taken away even that which he hath”³ (MERTON, 1968, p. 159).

A lógica do processo implica a concentração de premiação, reconhecimento e recursos em determinados grupos e também como consequência das relações entre pesquisadores e seus vínculos profissionais, em instituições. A discussão sobre o conceito será feita em capítulo teórico apresentado mais adiante, mas algumas características podem ser apresentadas desde já. A primeira delas é que o Efeito Mateus pode se dar em acordo com o mérito: não há necessariamente um descumprimento do *ethos* no que diz respeito aos aspectos universais do julgamento.

Merton (1968) classifica como má alocação de recursos ao se referir à distribuição desigual de premiação e sua concentração em cientistas já premiados. Supõe-se implícito nessa classificação que o processo opere em condições de atendimento às normas da ciência, isto é, nas avaliações baseadas nos critérios universais, e ao mesmo tempo que o reforço está amparado pelo crescimento na produção e no desempenho

Entretanto, mesmo entre os mertonianos, há interpretações diferenciadas e de certa maneira discordantes da apresentada por Merton, ainda que não explicitadas por seus autores. Mulkay e Zucherman (1975; 1995) falam em um julgamento que incide mais sobre características passadas do que presentes, ainda que o passado tenha sido coroado de consagrações. Assim, pode-se conviver no processo e com o processo por essas duas vias, ambas presentes nos dados pesquisados. Se, por um lado, os que ganham têm mérito (avaliação e produção), por outro, o passado conta como característica importante no julgamento.

Dessa maneira, o processo coloca em questão a avaliação por pares e seu compromisso com o julgamento baseado no universalismo e no mérito estrito. Apesar de ser uma questão decorrente do problema da pesquisa, não foi nosso foco realizar análise

³ “Porque a qualquer um que tiver será dado, e terá em abundância; mas ao que não teve, até o que tem ser-lhe-á tirado. “

do processo de avaliação, o que certamente demandaria outras hipóteses e outros estudos, mas não podemos nos omitir da observação.

Associado ao Efeito Mateus, Harriet Zucherman (1995) analisou o fenômeno da concentração de premiação entre os ganhadores do Prêmio Nobel e acrescentou ao Efeito Mateus as propriedades gerais do conceito de acumulação de vantagens, cujo princípio é que a concentração de recursos e/ou benefícios em determinados grupos fortalece suas características e posições, fazendo com que essas características tornem-se adquiridas.

A nosso ver, uma das maiores contribuições do conceito de Efeito Mateus e da acumulação de vantagens para os cientistas é que ambos consideram as condições materiais de realização da ciência como fundamentais no processo de diferenciação social na ciência. Em outros textos da Sociologia da escola mertoniana, a discussão sobre o processo de concentração na ciência envolveu, também, considerações a respeito dos aspectos políticos envolvidos na concentração. Assim é que Mulkey e Cole (1975;1992) interpõem, à discussão de capacitação técnica, observações sobre as relações entre as elites e seus interesses mútuos.

Defende-se aqui que o processo de concentração em curso no CNPq, a partir da concessão da Bolsa de Produtividade em Pesquisa, acompanha a lei geral do Efeito Mateus para o sistema de distribuição de recursos e premiação. Considera-se, assim, em primeiro lugar, que a Bolsa PQ corresponde à marca da distinção e opera como uma característica adquirida ao longo da carreira de cada pesquisador. Seus ganhadores carregam a marca através de outros julgamentos e solicitações de recursos.

Em segundo lugar, defende-se que, em determinada medida e acompanhando os dados, o sistema de premiação permanece de acordo com os princípios do universalismo de modo que não se pode negar o mérito e a produção científica dos Bolsistas de Produtividade em Pesquisa. Os que têm sempre terão, ou tenderão a ter, e sua posição inicial se fortalecerá, na medida em que o benefício da bolsa poderá ser traduzido e avaliado como mérito garantido.

Por outro lado, o processo de acumulação e o Efeito Mateus podem colocar em questão a avaliação por pares e seu compromisso com o julgamento baseado no universalismo e no mérito estrito, porque a hipótese de Merton sobre a diferença de

juízo entre cientistas com *status* diferente lança uma dúvida sobre a aderência ao princípio do *ethos*.

Diferentemente de outros estudos, procuramos explicar o processo de concentração de recursos nos pesquisadores e nos grupos a partir da própria dinâmica da ciência e de sua relação com a construção da agência, ao mesmo tempo em que evidenciamos nesse contexto o fortalecimento da Bolsa de Produtividade em Pesquisa como instrumento de distinção entre os pesquisadores. De um modo geral, pode-se dizer que esse é um processo microssocial que pode ser observado de um ponto de vista mais geral.

Não obstante a opção pela Sociologia mertoniana, algumas considerações críticas sobre essa abordagem foram feitas no capítulo em que se apresenta a discussão sobre as abordagens da Sociologia da Ciência e sobre o conceito mertoniano do Efeito Mateus. A mais importante delas diz respeito às considerações sobre a sua atualidade e capacidade de análise dos novos modos de produção de conhecimento e da conduta dos cientistas. Essas questões serão discutidas no primeiro capítulo deste trabalho.

Procedimentos técnicos e metodológicos para coleta e análise dos dados

Para atingir o objetivo deste trabalho, alguns caminhos poderiam ser trilhados, mas nenhum deles estaria livre de limitações. Nesse caso, adotou-se, como método principal de pesquisa, a abordagem quantitativa para indicar a concentração de recursos e sua relação com a Bolsa de Produtividade em Pesquisa. Subsidiariamente, realizamos entrevistas semiestruturadas com membros do Comitê Assessor.

A maior parte dos dados da primeira etapa foi obtida através de solicitação formal ao CNPq. Outros foram extraídos da página do CNPq na Internet. Independentemente da forma como foram obtidos, os dados dessa pesquisa encontram-se nas principais bases de dados em uso do CNPq, a saber:

1. Sistema de registro das propostas e processos eletrônicos (E-Fomento).
2. Sistema de Gerenciamento Financeiro (SIGEF).
3. Plataforma Lattes.

O primeiro banco de dados contabilizou um total de 1.154 propostas referentes a 527 pesquisadores durante o período. Na primeira etapa, foram coletados os dados relativos a 527 pesquisadores solicitantes de bolsa de PQ durante o período que vai de 2002 a 2012. Para cada ano, que em geral corresponde a uma demanda⁴, foram selecionadas para a pesquisa e solicitadas ao CNPq as seguintes informações sobre os 527 pesquisadores:

1. Número do processo.
2. Nome do candidato.
3. Título da proposta.
4. Instituição de vínculo.
5. Parecer ad hoc (conteúdo).
6. Área de atuação principal do proponente.
7. Parecer do Comitê Assessor (CA).
8. Parecer de deliberação final.

A partir desses dados, foram construídas 50 tabelas que os relacionam entre si de acordo com os objetivos da pesquisa. Todas as tabelas, tanto as que se encontram no corpo do texto quanto as que se encontram no apêndice, foram construídas pela autora deste trabalho com base nos dados coletados nos sistemas citados.

Ainda na primeira etapa da pesquisa, realizamos entrevistas semiestruturadas com alguns dos membros do CA de Sociologia. Além dos membros do CA, foi realizada uma única entrevista com a servidora de carreira da instituição, a atual Coordenadora Geral da CGCHS. As limitações de agenda dos assessores nos impediram, durante um tempo, de realizarmos o restante das entrevistas. Todavia, nas avaliações posteriores sobre o desenvolvimento da pesquisa, decidiu-se por não continuá-las.

⁴ À exceção de 2002, quando houve duas demandas. De todo modo, esse ano encerra uma particularidade no que se refere à coleta de dados, uma vez que só podemos contabilizar as solicitações da segunda demanda do ano (10/2002) em razão da demanda anterior (03/2002) não ter sido ainda digitalizada. Para a segunda demanda de 2002, o Programa Básico de Sociologia recebeu apenas 15 pedidos de bolsa de produtividade em pesquisa.

Na segunda etapa da coleta, ampliamos a base de dados, incorporando o levantamento da produção científica dos pesquisadores, tendo por base o que está registrado no CV Lattes, disponível na Plataforma Lattes do CNPq na Internet. A produção científica considerada aqui restringe-se à produção de artigos e livros. Dada a exiguidade do tempo, não nos foi possível estender a análise a outros indicadores de produção, como capítulos de livro e formação de recursos humanos.

Utilizamos como referência, para análise qualitativa da produção científica, o WebQualis da CAPES de agosto de 2013 para a área de Sociologia. Durante essa etapa, foi também constituída uma base de dados com informações relativas às solicitações desses pesquisadores durante o período de 2002 a 2012. A base de dados utilizada para essa coleta foi o Sistema de Gerenciamento de Informações Financeiras (SIGEF), um sistema de registro financeiro do CNPq. De maneira resumida, esse registro contém informações sobre as modalidades solicitadas e a recomendação final de cada uma delas. Assim, pode-se saber, por exemplo, a natureza dos pedidos realizados pelos pesquisadores, em um determinado período, e se eles foram concedidos ou não. As estatísticas sobre a concentração de recursos foram elaboradas a partir desses dados.

Utilizamos, também, para construção do capítulo sobre a Bolsa de Produtividade em Pesquisa, a leitura das atas das reuniões do Conselho Deliberativo, entre 1996 e 2012. As atas anteriores não estavam digitalizadas, o que dificultou o acesso a elas. Diversos documentos sobre a história do CNPq também foram consultados a partir do Centro de Memória e constam da Bibliografia.

Como estratégia de análise dos dados, decidimos agrupar os pesquisadores segundo sua posição frente à concessão da bolsa de Produtividade em Pesquisa. Desse modo, foram divididos em dois grandes grupos: os que têm ou já tiveram a bolsa e os que nunca a obtiveram. Em outras palavras, decidimo-nos pela análise dos dados a partir dos extremos. A lógica que orientou essa escolha foi encontrar o que era comum a um grupo e a outro e se havia interseções entre eles.

Os recortes dos dados foram feitos de duas formas diferentes, mas interligadas. No primeiro momento, coletamos e analisamos os dados relativos a propostas e pesquisadores quanto aos seus vínculos regionais e institucionais. Em seguida,

estabelecemos, para a análise, um conjunto de características que consideramos adequadas à sustentação da hipótese deste trabalho.

Essas características foram pensadas a partir de sua importância para a concessão da bolsa e foram analisadas relativamente a cada um dos grupos. O que se buscou com essa estratégia foi observar a existência de um padrão interno a cada grupo ou um padrão intragrupo. Essa estratégia atendeu secundariamente à necessidade de marcar com clareza as diferenças entre os grupos, no que se refere àquelas características escolhidas.

A partir desses dados, foram construídas tabelas que continham informações cruzadas de dados que pudessem sustentar a hipótese da concentração e de sua relação com a Bolsa de Produtividade. Dessa maneira, produzimos estatísticas sobre a concentração de propostas e pesquisadores em regiões geográficas, UF e IES. Da mesma maneira, foram produzidos dados sobre a produção científica individual e institucional.

Tratamos, ainda, as áreas de atuação principal declarada pelos pesquisadores e produzimos dados estatísticos sobre aquelas que reúnem mais pedidos e sua relação com as respectivas instituições e concessões da Bolsa PQ.

Especificamente com relação a essas estatísticas, deve-se esclarecer que a produção científica foi computada por demanda, levando-se em conta um período de cinco anos, até o ano da aplicação da proposta, retroativos a partir do ano em que se aplica a proposta. Desse modo, a primeira demanda de 2002 computou a produção científica dos pesquisadores no período compreendido entre 1997 a 2002. O cômputo final indica uma produção estendida além do período estudado.

A opção pela contabilidade da produção pretendeu observar o comportamento da produção da mesma maneira que é exigida hoje pela agência para o processo de avaliação. Com relação às áreas de atuação principal, houve a necessidade de alguns ajustes, o que será apresentado mais adiante.

Outras estatísticas foram produzidas atendendo à necessidade de defesa da hipótese. Uma delas, talvez a mais significativa, é a que diz respeito ao perfil e ao ingresso de novos bolsistas. Por meio dela, foi possível indicar as características que são ou tendem a ser predominantes para o ingresso no sistema e que funcionam como vantagens para a avaliação.

Para a construção das estatísticas referentes ao recebimento de outros recursos, lançamos mão dos dados sobre financiamentos, registrados no SIGEF, bem como utilizamos os relatórios operacionais para contagem do número de proponentes por ano e demanda, e o resultado de cada uma delas. Os resultados das demandas por bolsas no país e no exterior podem ser consultados também via Internet na página do CNPq.

Em suma, apesar de a coleta e a análise de dados apresentarem uma certa variedade de fontes, ela incide sobre o mesmo universo: os pesquisadores que solicitaram Bolsa de Produtividade em Pesquisa entre 2002 e 2012. Nesse sentido, deve-se esclarecer que a diversidade de dados está relacionada à própria construção do objeto, na medida em que vários elementos estão presentes no processo que determina a concentração de recursos e a acumulação de vantagens.

Para o grupo dos que sempre ganharam bolsas, foram incluídos aqueles que têm (atuais bolsistas de produtividade em pesquisa) ou que alguma vez tiveram bolsa e saíram por algum motivo (razões pessoais ou não).

A diversidade no registro das áreas declaradas para a aplicação das propostas é grande. Os problemas encontrados referem-se a subáreas com mesmo conteúdo, em tese, mas com denominações diferenciadas, como é o caso da Sociologia da Religião, que, em algumas vezes, é declarada como Sociologia das Religiões, no plural. Assim, essas duas áreas foram agrupadas em Sociologia da Religião.

A grande área Teoria Sociológica agrupou as seguintes subáreas: Fundamentos da Sociologia, Teoria Social Clássica, Teoria Social Contemporânea, Teoria da Sociologia Clássica. As áreas Sociologia do Conhecimento, Sociologia da Ciência, Sociologia da Ciência e da Tecnologia e da Sociedade foram abrigadas em Sociologia da Ciência, da Tecnologia e da Sociedade. Os temas declarados como áreas, tais como Assentamentos Rurais e Estudos sobre pequenos produtores, foram agrupados na grande área Sociologia Rural.

Outra estratégia foi reunir, na mesma área, subáreas afins. Antropologia Rural, Antropologia da Arte e Antropologia da Alimentação, por exemplo, foram reunidas na grande área de Antropologia. O mesmo ocorreu com as subáreas da História, História da Arte, História do Brasil, agrupadas em História.

Para o item Análise dos pareceres, examinamos o conteúdo de 240 pareceres *ad hoc*, que correspondem a 80 propostas. O número de propostas é maior que o número de pesquisadores, porque cada pesquisador pode solicitar em mais de uma demanda. A escolha foi feita a partir da seleção de 40 pesquisadores de cada grupo. Para a construção dos indicadores sobre a avaliação, tendo em vista a mudança na sistemática de classificação ao longo desse período, reunimos os pareceres dos consultores *ad hoc* em classificações positivas e negativas, da seguinte maneira:

Quadro 1 - Parâmetros para a classificação dos pareceres dos consultores *ad hoc*

Parecer Positivo	Parecer Médio	Parecer Fraco
Excelente/Excelente	Bom/Médio	Médio/Fraco
Excelente/Bom	Excelente/Fraco	Fraco/Fraco
Bom/Bom	Bom/Fraco	Recomendado com restrição/ Não recomendado
Excelente/Médio	Médio/Bom	
Recomendado	Médio/Médio	
Recomendado/ Recomendado com restrição		

Fonte: organizado pela autora

Para a construção das estatísticas referentes ao recebimento de outros recursos, lançamos mão dos dados sobre financiamentos registrados no SIGEF, bem como utilizamos os relatórios operacionais para a contagem do número de proponentes por ano e demanda, e o resultado de cada uma delas. Os resultados das demandas por bolsas no país e no exterior podem ser consultados também via Internet na página do CNPq.

A estruturação dos capítulos

Esta tese está organizada em quatro capítulos, além da introdução e da conclusão. Na introdução procura-se apresentar o caminho teórico e empírico percorrido para a construção do objeto de pesquisa e as hipóteses envolvidas nesse percurso. Descreve também os procedimentos metodológicos realizados para a coleta de dados, indica as

fontes que foram utilizadas para a construção do banco de dados e por fim alguns critérios usados para a construção das tabelas e gráficos apresentados nesse trabalho.

O primeiro capítulo apresenta uma discussão crítica a respeito do conceito empregado por Merton e pela Sociologia Mertoniana para explicar a diferença social que se estabelece entre os cientistas e que ficou conhecido, nomeado pelo próprio autor, como “Efeito Mateus”. Apresenta suas principais características e princípios, e está dividido em duas seções: a primeira é uma revisão bibliográfica das principais correntes que tomam a ciência como objeto de estudo e a segunda trata da apresentação e discussão do conceito-chave por meio do qual apreendemos o objeto desta pesquisa: a diferenciação social na ciência.

O segundo capítulo descreve, de maneira resumida, a história do CNPq, dando ênfase à constituição de sua política de fomento para demonstrar o lugar de destaque das bolsas de pesquisa na política de formação de recursos humanos e a centralidade que a bolsa de produtividade em pesquisa vai ganhando na história recente da agência.

O terceiro capítulo trata da análise dos dados e está dividido em duas grandes seções. A primeira seção apresenta o mapeamento dos dados coletados sobre os pedidos de Bolsa de Produtividade em Pesquisa, entre 2002 e 2012, com referência à sua posição geográfica e institucional, analisando a concentração nesse nível, como parte do problema da diferenciação. Dessa maneira, partindo do aspecto mais geral, introduzimos os dados sobre concentração e desigualdade.

A segunda seção refere-se à análise dos dados sobre os pesquisadores no tocante a características de produção científica, temas de pesquisa e avaliação de mérito. Mostramos, por um lado, um padrão que corresponde a um perfil dos bolsistas de Produtividade em Pesquisa e, por outro, a base sobre a qual opera o processo de concentração e acumulação de vantagens.

O quarto capítulo demonstra a força da Bolsa de Produtividade na concessão de outros recursos na agência. Comprova, por meio da análise da legislação sobre concessão de bolsas no país e no exterior, a existência de uma vantagem (prerrogativa) dos bolsistas de Produtividade em Pesquisa sobre os demais. Mostra, a propósito dessa legislação, que, mesmo no caso em que não há uma vantagem explícita, os resultados das concessões revelam a preponderância dos bolsistas sobre os não bolsistas.

Por fim, a conclusão apresenta os resultados da pesquisa que evidenciam a presença do processo de acumulação de vantagens na agência a partir da Bolsa de Produtividade em pesquisa e discute o papel da agência como responsável pela política de fomento e pela implementação de modelos que levam à concentração dos recursos.

1. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE O DEBATE EM TORNO DA SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA

Este capítulo tem como objetivo apresentar as orientações teórico-metodológicas seguidas ao longo deste trabalho, a partir de uma reflexão proposta por Pierre Bourdieu (2008), no livro *Para uma Sociologia da Ciência*, sobre o campo da Sociologia da Ciência.

Essa reflexão diz respeito ao fato de que as teorias sobre a Sociologia da Ciência refletem, na verdade, a luta que se trava para impor uma visão sobre este campo. As dicotomias instauradas como a da “velha sociologia da ciência” em contraposição a uma sociologia mais nova indicam um novo desenho da área, compelindo, de certa maneira, a adesões a novas teorias, ainda que com pouca capacidade elucidativa. Assim, ao escolher trabalhar com conceitos da “velha sociologia da ciência”, ainda que, partindo de uma perspectiva crítica, arriscamo-nos a ter escolhido objetos de estudos e maneiras de estudá-los que foram, de certa maneira, relegados a uma posição de desinteresse no âmbito das atuais discussões da Sociologia da Ciência.

Sobre os objetos de estudo e a relação que eles mantêm com as teorias dominantes no campo da Sociologia da Ciência recorreremos também a Bourdieu (2008), para quem a alteração de regras no campo da Sociologia da Ciência, com o aparecimento da nova sociologia do conhecimento, afetou a própria construção dos objetos internos ao campo:

Quando se percebe que o importante e interessante é estudar não os cientistas (as relações estatísticas entre as virtudes dos cientistas e o sucesso atribuídos a sua obra) à maneira dos mertonianos, mas a ciência ou, mais precisamente, a ciência que se faz e a vida de laboratório, todos os que tinham um capital ligado à antiga maneira de fazer ciência sofrem uma bancarrota simbólica e os seus trabalhos são remetidos para o passado esquecido, para o arcaico. (p. 21)

O registro dos comentários de Bourdieu (2008) objetiva colocar em destaque as discussões hoje dominantes do campo e apontar as possibilidades que se encerram fora dessas discussões. De maneira muito despretensiosa, esta pesquisa pretende, em certa medida, na contramão das posições teóricas dominantes no campo da Sociologia da Ciência, resgatar alguns conceitos da Sociologia mertoniana, cuja importância na e para a construção da ciência como instituição foi destacada não só por Bourdieu (2008), mas também por Shin e Ragouet (2008), Becher (2001), Collins (1992), Hagstrom (1979).

Mesmo que muitas décadas à frente tenham sido criticadas e, em alguns aspectos, superadas por outras teorias, a sociologia mertoniana conserva por seu constructo teórico destacada importância para a análise e interpretação da ciência e de suas atividades contemporâneas.

Artigos publicados mais recentemente retomam a discussão sobre o *ethos* científico, o sistema de premiação e a importância das normas para a ciência. Destacam sobretudo os princípios gerais da Sociologia mertoniana ao enfatizar a necessidade de se interpretar a ciência enquanto instituição e não apenas atos mais individuais. Este trabalho insere-se no campo da Sociologia da Ciência e utiliza conceitos da Sociologia mertoniana para compreender o processo de diferenciação social e de concentração de recursos que se estabelece entre pesquisadores do campo da Sociologia a partir da concessão da Bolsa de Produtividade em Pesquisa pelo CNPq, considerada um marco no reconhecimento a pesquisadores que desempenham papel destacado na referida área.

A Sociologia da Ciência tem em Robert Merton um dos seus mais fortes paradigmas, a quem coube formular uma teoria, que conferisse à ciência um caráter institucional, diferentemente das análises até então praticadas pela epistemologia e pela história da ciência. Merton (1957;1979;1968) via a ciência como uma instituição, com processos sociais próprios e distintos de outras instituições. Sua preocupação centrava-se na compreensão de normas e valores que conduziam as atividades científicas.

Em artigo publicado em 1942 sobre ciência e democracia, o autor defende a autonomia da ciência frente às pressões do nazismo⁵, Merton apresenta pela primeira vez o que identificou como um conjunto de normas, crenças e valores que compõem o *ethos* da ciência, definido por ele mesmo como um complexo de valores e normas obrigatórios para os homens da ciência e transmitidos por preceitos e exemplos, que constituem uma espécie de consciência científica.

Ainda segundo Merton (1979), o *ethos* apresenta-se sob a forma de quatro princípios: universalismo, comunalismo, desinteresse e ceticismo organizado. No universalismo, a norma está assentada na crença de que as propostas científicas devem

⁵ Em 1942 Merton publica o artigo “Science and Technology in a Democratic order” em que explicita, pela primeira vez, ao defender a autonomia da ciência, os princípios do *ethos* científico. Mais tarde o artigo foi republicado no livro Social Theory and Social Structure.

ser aceitas ou rejeitadas segundo sua validade científica, avaliadas por critérios impessoais pré-estabelecidos e não por atributos pessoais ou sociais dos cientistas. O comunalismo representa a crença no compartilhamento das ideias na ciência e no reconhecimento simbólico como forma máxima de premiação.

Para Merton, o desinteresse está relacionado à procura da verdade como objetivo máximo dos homens da ciência. Esses homens não seriam movidos por interesses próprios ou motivações extracientíficas (SHIN e RAGOUE, 2008, p. 20), e sua honestidade estaria relacionada a um controle público de caráter intersubjetivo.

Por fim, o ceticismo organizado exprime-se por meio da ideia de que a verdade científica deve estar submetida a critérios empíricos e lógicos. Para a ciência, não deve haver afirmações imunes à dúvida, e convicções pessoais não devem fazer parte do julgamento dessas verdades.

A importância dessas normas encontra-se no fato de que é a partir delas que os cientistas interiorizam suas práticas e conseguem socializar ensinamentos de maneira que a ciência possa se constituir em um sistema social distinto de outros. Para Shin e Ragouet (2008, p. 21), “elas estabilizam e regulam o sistema, protegem-no de abusos internos ao mesmo tempo em que asseguram sua autonomia com relação aos microcosmos sociais do entorno; elas são, ademais, homogêneas e uniformes”.

Desse modo, o *ethos* não representa apenas um conjunto de procedimentos metodológicos como qualquer outro *ethos*, mas um conjunto de valores morais e éticos, de normas introjetadas, socializadas, por meio dos quais a ciência se consolida como instituição, com características particulares, e permanece homogênea em suas atitudes e práticas.

A partir dessa definição, fica claro que esses preceitos constituem-se imperativos institucionais, não devendo ser confundidos com estímulos, aderências ou decisões pessoais. São, de modo inverso, obrigações institucionais. Exige-se que os cientistas se orientem por elas. Assim, observa-se, como o faz Santos (1989), o duplo caráter técnico e ético dessas normas, cuja violação não só acarretaria forte indignação moral, mas também ocasionaria uma disfuncionalidade cumulativa que conduziria a ciência a um colapso. Cupani (1998) destaca o caráter obrigatório da observância destas normas, para

além de seu efeito moral, “porque se supõe que sem elas o conhecimento válido não seria alcançado” (p. 18).

Os quatro imperativos constituem o *ethos* da ciência, mais tarde questionado pela Sociologia do Conhecimento Científico e pelos construtivistas. De fato, em certa medida, eles compõem uma visão idealizada da ciência ou "encantada", como preferem alguns, compatível talvez com o início da ciência moderna. Vários estudos da nova Sociologia da Ciência e dos construtivistas vão indicar que alguns dos componentes do *ethos* não encontram amparo na realidade. Shin e Ragouet (2008) citam o estudo de Mitroff sobre o comportamento dos cientistas e suas reais motivações para mostrar que a imagem da ciência oferecida por Merton através dos quatro imperativos não corresponde à realidade da ciência.

Segundo Cupani (1980), ao lado do *ethos* científico, o sistema de reconhecimento (*reward system*) constitui-se em outro pilar fundamental da Sociologia mertoniana. Uma das preocupações que se inscreve no marco dessa Sociologia é a forma de reconhecimento e a distribuição de premiação. Consoante os princípios do *ethos*, a distribuição de reconhecimento e a premiação seriam estabelecidas a partir de critérios justos e impessoais, cumprindo, assim, a função de estimular (os melhores) cientistas a prosseguirem na carreira e na busca por resultados efetivos.

A essência do funcionamento do sistema de reconhecimento está assentada, para Shin e Ragouet (2008), na premiação e no reconhecimento justo daqueles cientistas mais produtivos, cujos trabalhos se destacam para o progresso da ciência. O sistema reconhece as capacidades individuais premiando, em diversas escalas, aqueles mais produtivos e, por outro lado e pela mesma via, consegue encaminhar os menos produtivos a outras atividades.

A lógica do reconhecimento tem seu início bem cedo na carreira, quando os melhores são consagrados e tornam-se mais conhecidos (mais reconhecidos). Assim, inicia-se um processo de seleção e autoseleção, onde os mais consagrados são aqueles que o foram desde cedo em suas carreiras. Para Bourdieu (2008), a teoria funcionalista justifica a ciência ao fundamentar as desigualdades entre os cientistas que têm por base as diferenças de capacidade individuais. O sistema de reconhecimento e premiação funciona, então, distribuindo, com justiça, o reconhecimento da ciência.

A relação entre essas duas variáveis deu origem a inúmeros artigos que tentaram explicar, a partir dos sinais de reconhecimento (citações, premiações, cargos, medalhas), a estratificação social na ciência. Essa questão é central para este trabalho e a Sociologia mertoniana dedicou uma parte de seus estudos durante a década de 70 a explicações sobre essa estratificação. É em razão dessa preocupação que Merton (1968) discute o fenômeno Efeito Mateus e suas consequências para a ciência.

Passadas mais de quatro décadas, os imperativos institucionais da ciência sofreram várias críticas e deram lugar a outras interpretações sobre as regras que conduzem a ciência. A principal crítica vinda da nova Sociologia da Ciência dirigiu-se, sobretudo, ao fato de que a Sociologia mertoniana nada tinha a declarar sobre a produção científica, como se essa produção não estabelecesse nenhuma relação com o contexto em que era produzida (SHIN e RAGOUET, 2008).

O que representou a marca distintiva dessa Sociologia da Ciência, para a Sociologia que viria logo em seguida, foi o fato de que não fazia parte desta abordagem o estudo do seu conteúdo cognitivo. Para a Sociologia da Ciência, o estudo do conteúdo da ciência fazia parte do interesse da epistemologia. Os estudiosos dessa área consideravam que os imperativos da ciência representavam um visão idealizada da prática científica e do comportamento dos pesquisadores.

É conveniente resgatar aqui algumas observações feitas por Lima e Kropf (1997), em trabalho apresentado em 1997 no encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) sobre o diálogo entre Merton e Khun. As observações das autoras são pertinentes e servem para ampliar o debate acerca da análise de Merton sobre a ciência:

A formulação de Merton sobre o ethos da ciência foi objeto de crítica acirrada por ser percebida como uma imagem estática e idealizada da atividade científica que nada revela sobre como esse sistema efetivamente funciona e sobre aquilo que realmente os cientistas fazem. Contudo, se considerarmos a segunda fase de estudos de Merton, iniciada em 1957, podemos ver o quanto de parcial e equivocado há nesse julgamento. Segundo Storer, é a partir desta data que Merton elabora uma orientação teórica coerente sobre a ciência como fenômeno social, ao contrapor a estrutura normativa ao sistema de recompensas na ciência, problematizando, assim, a motivação institucionalizada que explica as maneiras concretas pelas quais os cientistas orientam suas ações de acordo com o ethos.

Em outro trecho da mesma apresentação, as autoras destacam os estudos de Merton sobre as possibilidades de desvios e conflitos na ciência. Com isso, queremos colocar ênfase na ideia de que os estudos da Sociologia mertoniana não consideravam a ciência, enquanto instituição, de maneira tão homogênea e unida. As discussões e leituras do conceito de acumulação de vantagens e do Efeito Mateus na ciência, feita por seus discípulos, deixam igualmente a entrever as possibilidades de “desvios” no *ethos* no tocante à avaliação da ciência. No mesmo sentido, destacam-se os estudos sobre a notoriedade e a formação e perpetuação de uma elite científica.

Ao dedicar-se às mediações entre sua teoria e as possibilidades de análise em contextos diversificados, Merton volta-se para o tema das contradições e conflitos nas estruturas sociais e para as ambivalências nas motivações e percepções dos cientistas. O interesse pelas circunstâncias sociais que geram a motivação para um comportamento disfuncional e desviante - como o chamado Efeito Mateus - coloca em foco as contradições entre metas institucionalmente prescritas e os meios sociais disponíveis em cada momento para atingi-las. Ou seja, em tais estudos, Merton deixa de lidar com um problema de coerção social e internalização de normas para analisar empiricamente a discrepância entre normas e valores. (LIMA e KROPF)

Encontramos, na Teoria do Campo Científico, de Pierre Bourdieu (1983), abordagem distinta da Sociologia mertoniana. Duas questões distinguem fundamentalmente essas duas teorias: primeiro, a Teoria do Campo não vê e não trata a ciência e os cientistas como uma unidade, corpo homogêneo de interesses comuns. Ao contrário, a Teoria do Campo pressupõe o conflito e a disputa entre seus agentes, como característica estrutural, pela posse do capital científico.

Lahire (2001) distingue, para a Teoria do Campo, vários elementos fundamentais e relativamente invariantes a respeito da definição de campo. Destacamos, aqui, alguns desses elementos que enfatizam o campo como espaço social de conflitos e suas macroestruturas: (i) um campo é um microcosmo dentro do macrocosmo que constitui um espaço social; (ii) um campo é um sistema ou um espaço estruturado de posições; (iii) esse espaço é um espaço de lutas entre os diferentes agentes ocupantes das diversas posições; (iv) as lutas têm por objetivo a apropriação de um capital específico legítimo ou a redefinição de um capital.

A Teoria do Campo Científico, especificamente, está relacionada à posse de dois tipos de capital, que são, também para Bourdieu (1983), dois tipos de poder: o capital

científico, poder específico ligado ao reconhecimento dos pares e adquirido principalmente pelas contribuições reconhecidas ao progresso da ciência, e capital temporal, uma espécie de capital mais “político”, que se relaciona com a ocupação de cargos importantes na burocracia científica, direção de laboratórios, pertencimento a comissões etc. A base da luta no campo científico tem por objetivo o monopólio do poder científico e do poder de dizer o que é a verdade científica e as maneiras pelas quais se chega a ela.

A perspectiva de Bourdieu (1983; 2008) está largamente assentada no conflito e na disputa que, por sua vez, estão informados pelas posições de cada agente no campo. Diferentemente da Sociologia mertoniana, que admite que há justiça na premiação e no reconhecimento, a interpretação da Teoria do Campo Científico nos leva a crer que, em todo julgamento, ainda que o campo conserve sua *illusio* e a ciência não tenha se tornado um mercado, prevalecem, em menor ou maior grau, as questões de poder entre os grupos.

Contra a “pureza” do mundo científico de Merton, Bourdieu (1983; 2003; 2008) aponta os interesses e lucros que fazem parte das regras do campo científico. Assim, toda a tomada de posição e todas as escolhas de pesquisa, de temas e de publicações representam sempre uma tentativa de antecipar lucros, melhorar posições. A percepção da capacidade técnica está intimamente ligada a outros atributos. O julgamento sobre a capacidade científica de um estudante ou de um pesquisador está sempre contaminado, no transcurso de suas carreiras, pelo conhecimento da posição que eles ocupam nas hierarquias instituídas.

Para Bourdieu (1983; 2003), o desdobramento desse princípio é que em todo julgamento estão imbricadas uma avaliação técnica (pensando na capacidade individual) e uma política (as posições de cada um), sendo impossível separá-las. Nesse sentido, sua crítica aos estudos da Sociologia mertoniana, na verdade, procuram uma explicação para o que não querem explicar: a questão do conflito e do poder na ciência.

A ciência oficial não é o que frequentemente dela faz a Sociologia da Ciência: o sistema de normas e valores que a “comunidade científica”, grupo indiferenciado, imporia e inculcaria a todos os seus membros, a anomia revolucionária só podendo, assim, ser imputada aos que fracassaram na socialização científica. Essa visão “durkheimiana” do campo científico poderia não ser mais que a transfiguração da representação do universo científico que os detentores da ordem

científica têm interesse em impor, sobretudo aos seus concorrentes.
(BOURDIEU, 1983, p. 129)

Vale, entretanto, recuperar uma semelhança entre a Sociologia de Merton e a Teoria do Campo: ambas, diferentemente da nova Sociologia da Ciência, consideram que, para além das disputas por posições e recursos materiais, os agentes desse campo procuram, nas suas lutas, o reconhecimento, buscam o crédito no seu sentido simbólico. Faz parte desse jogo, para usar um termo da Teoria do Campo, a luta por recursos simbólicos.

As perspectivas opostas não impediram, todavia, que mais tarde, em 2001, nas aulas em do curso do Collège de France, Bourdieu (2008, p. 22) fizesse uma releitura da Sociologia mertoniana e de sua importância na e para a Sociologia da Ciência como um todo:

A tradição estruturo-funcionalista da Sociologia da Ciência é importante, em si mesma, pelos seus contributos para o conhecimento do campo científico, mas também porque foi relativamente a ela que se construiu a “nova Sociologia da Ciência” hoje socialmente dominante. Embora faça muitas concessões à visão oficial da ciência, esta Sociologia rompe, apesar de tudo, com a visão oficial dos epistemologistas americanos: está atenta ao aspecto contingente da prática científica que os próprios cientistas podem exprimir em certas condições.

A Teoria do Campo é largamente utilizada nos estudos sobre a ciência e suas práticas. Para Lahire (2001, p. 38), uma das características dessa teoria é que se trata de uma teoria macrossocial que consagra muita energia na discussão das principais estruturas que envolvem o mundo social (características estruturais do campo e de seus agentes). A partir dessa perspectiva, os objetos situados no nível micro aparecem como ínfimos ou sem importância.

O problema da diferenciação social é tratado na Teoria do Campo como um processo de hierarquização que se estabelece em razão das posições dos agentes no campo e são, ao mesmo tempo, produto de suas disposições e de seus *habitus*. A preocupação central de Bourdieu (1983) é explicar o sistema como um todo, estando seu funcionamento relacionado fortemente com as posições de cada agente no campo.

Vale, aqui, chamar atenção para um aspecto da teoria de Bourdieu e de Merton que se tangencia. Ambos, diferentemente dos construtivistas, concebem a ciência como

um sistema/campo com características particulares diferentes de outros campos e, sobretudo, incluem nestas características certos compromissos. Para Bourdieu (1983), os conflitos e toda a luta sangrenta do e no campo ainda pressupõem um interesse que o campo científico tenha compromisso com a verdade científica. Para Merton (1979), é mais do que claro que o *ethos* deve governar, acima de tudo, as relações entre cientistas.

A partir de 1970, os intelectuais e professores filiados ao pós-modernismo empreenderam muitas críticas à ciência. Segundo Shin e Ragouet (2008), esses intelectuais acusavam a ciência de "contribuir para a dominação de certas minorias sociais, de afirmar a superioridade epistemológica da ciência ocidental, de ser o sustentáculo dos complexos industriais militares e de ser responsável pela degradação do meio ambiente" (SHIN, RAGOUET, 2008, p. 7).

Na metade da década de 70, David Bloor publicou o livro "Conhecimento e Imagens Sociais", conhecido como "Manifesto do Programa Forte". Este nome deveu-se ao fato de que Bloor e seus colegas de universidade consideravam "fraca" a Sociologia da Ciência que rejeitava a ideia de uma influência de fatores sociais sobre a ciência e suas descobertas. Em linhas gerais, o ponto central da discordância de Bloor e de outros que como ele compartilhavam dessa discordância, com relação ao paradigma americano referia-se ao fato de qualquer explicação que tivesse como foco as instituições e as várias características da ciência, e que tomassem como certo o seu conteúdo jamais conseguiriam explicar a ciência e seu desenvolvimento.

Para a nova Sociologia do Conhecimento o ponto de ruptura com a Sociologia mertoniana residia justamente na questão que relacionava a influência dos fatores sociais sobre a construção da ciência e de seus resultados. Bloor assegurava que o conteúdo da Ciência pode também ser compreendido a partir de fatores sociais e culturais. Assim, a Sociologia do Conhecimento Científico considerou outros aspectos no estudo da dinâmica da ciência, sendo que o mais importante deles foi o que relacionou a ciência às condições sociais.

Shin e Ragouet (2008) afirmam que essa nova proposta para a Sociologia tem a adesão de vários cientistas, que eram divididos em categorias mais ou menos radicais frente ao conteúdo principal desse manifesto: a relação entre contexto e conteúdo. Para os autores, as abordagens podem ser agrupadas em três: abordagens fortes, inspiradas em

alguma medida no programa forte; abordagens etnográficas do trabalho empírico; e abordagens radicalmente construtivistas. As três pertencem ao grupo do construtivismo social.

Os construtivistas formam um grupo diversificado e, mesmo entre eles, surgem diferenças sobre a nova abordagem da ciência e sua relação com a sociedade. A nova Sociologia da Ciência inclui muitos autores, sendo os mais conhecidos: David Bloor, Barry Barnes, Karen Knorr-Cetina, Bruno Latour, Steve Woolgar, Andrew Pickering e Collins⁶.

Ainda que esse grupo abranja diferentes propostas metodológicas, as correntes aproximam-se no que diz respeito à oposição aos princípios básicos estabelecidos pela Sociologia clássica da ciência, como o estabelecimento da diferença entre ciência e sociedade, entre ciência e não ciência e sobre a unidade da ciência. Na base das premissas da Sociologia antidiferencionista – classificação dada por Shin e Ragouet (2008) – estaria a negação da epistemologia clássica para orientar as análises da ciência na sua relação com a sociedade.

Um dos críticos mais contundentes dessa abordagem, James Brown, traduziu criticamente um dos princípios basilares do construtivismo social e do programa forte: “say that knowledge is a social construction is to say that it is the product of various social factors and not the result of an objective investigation into how things are independent of our social interest” ⁷(BROWN, 2001, p. 3-4). Sobre os construtivistas, Brown acrescenta: “but there is more to it than just belief – there are no objective facts of matter to be discovered, according to constructivists” (p. 4). Para a nova Sociologia da Ciência, as estratégias dos cientistas visam única e exclusivamente ao sucesso. Os fatos científicos são fabricados no interior do laboratório e os discursos sobre os resultados impõem-se como verdade. Para Bourdieu (2008), a nova Sociologia da Ciência

⁶ No livro de Andrew Pickering, *Science as Practice as Culture*, de 1992, Harry Collins e Steven Yearley escreveram um artigo intitulado “Epistemological Chicken”, cujo conteúdo é uma severa crítica ao relativismo de Latour e Woolgar e a teoria do Ator Rede. A citação é para mostrar como, na realidade, os construtivistas não são um grupo homogêneo e suas discordâncias se situam ao nível da própria abordagem do objeto da Sociologia do Conhecimento.

⁷ “Dizer que o conhecimento é uma construção social é dizer que ele é o produto de vários fatores sociais e não o resultado de uma investigação objetiva em que as coisas são independentes do interesse social”

transforma o universo da ciência em “um mundo que consegue impor universalmente a crença nas suas ficções” (BOURDIEU, 2008, p. 40).

De certa maneira, esses estudos substituem o caráter inseparavelmente social e político das estratégias dos investigadores por uma afirmação “de uma construção simbólica e política fundadas em “técnicas de persuasão” e “estratagemas” orientados para a formação de alianças” (BOURDIEU, 2008, p. 42). Em suma, não levam em consideração o fato de que as estratégias utilizadas são, ao mesmo tempo, produto da posição do agente no campo e seu *habitus* científico.

Um dos mais controversos e radicais sociólogos construtivistas, Bruno Latour, juntamente com Steve Woolgar, Michel Callon e Karen Knorr-Cettina, deu início aos estudos sobre a prática de pesquisa no interior dos laboratórios. Esses estudos ficaram conhecidos como estudos etnográficos ou “etnografia da empiria” (SHIN e RAGOUET, 2008, p. 85). A questão principal destes estudos concentra-se na descrição das operações dentro dos laboratórios: da pesquisa empírica, da manipulação dos dados e ferramentas até a fase da construção dos enunciados.

No livro *Vida de Laboratório*, a diferença entre a centralidade humana e a abordagem francesa é traçada. Para James Brown (2001), a ideia basilar do livro é a de *inscription devices* (dispositivos de inscrição). Latour (1998) vê o laboratório de Biologia como uma estrutura composta por dispositivos que são utilizados para fazer anotações/inscrições, mais tarde, se transformam e se combinam com outras transcrições e são eventualmente publicadas. Essa é, segundo Bruno Latour e Steve Woolgar, a verdade das coisas na ciência.

Está implícita, nesta abordagem, uma espécie de truque científico de fabricação de verdades, como se a verdade da ciência e os fatos pudessem ser fabricados e reduzidos a uma mera guerra entre dispositivos e aspectos linguísticos. Trata-se de uma ciência construída a partir de persuasão linguística e jogos de escritura. Os fatos científicos se transformam em artefatos e a verdade científica é medida pela estabilidade dos protocolos de observação e, mais ainda, pela estabilidade de sua aceitação por outros pesquisadores (SHIN e RAGOUET, 2008, p. 95).

Essa mistura de enunciados, instituições, lugares e pessoas não corresponde, segundo Latour (1988), à imagem pública, oficial do fato científico (e, acrescentamos,

nem dos cientistas antes do mito da queda), mas mostra que a emergência de um fato resulta de um processo social de construção que se desenrola no interior da comunidade científica. Nessa perspectiva, a visão de Latour (2001) sobre os cientistas não é menos radical do que sua visão geral sobre suas práticas.

No livro *Le Metier de Chercheur*, Latour (2001) mostra que a ciência é descrita como um conjunto de atitudes, tomadas de posição em razão de interesses corporativos do campo científico e da relação entre pesquisa pura e aplicada. Do mesmo modo, as escolhas de temas de pesquisa ou as mudanças que ocorrem na direção das pesquisas inscrevem-se no quadro das estratégias científicas em busca de aliados e capital de transformação de crédito (no sentido de recursos, cargos, bolsa, bens materiais) em mais crédito, assim como ele descreve, na roda da fortuna ou no ciclo de credibilidade. O autor transforma o crédito numa operação de base do capitalismo científico que consiste na tradução de um crédito em outro.

A explicação do autor para a diferença entre o bom e o mau cientista é representativa dos princípios que orientam sua abordagem teórica. A diferença entre um e outro não reside no fato de que um é rigoroso e objetivo e o outro não. Para Latour (2001), a diferença baseada nestes parâmetros não tem nenhum sentido. Segundo ele, o que difere um cientista de outro é a capacidade que cada um tem de reproduzir ou de compreender o funcionamento do círculo de credibilidade, que consiste na transformação de um crédito em outro crédito. Os créditos representam as posições e possibilidades de cientistas no curso de suas carreiras. Desse modo, mais recursos transforma-se em mais publicações que por sua vez transformam-se em posições-chaves que por sua vez transformam-se em mais recursos e assim por diante, transformando um crédito em outro crédito.

Apesar da opção por uma abordagem oposta àquela do construtivismo, não se pode ignorar as relevantes contribuições do construtivismo para a compreensão das atividades científicas e de sua relação com a sociedade contemporânea. Nesse sentido, a mais importante delas é a que afirma a relação entre as atividades científicas e o contexto social.

É certo que atividades científicas estão inseridas nos contextos específicos de transformação da ciência da sociedade com destaque para a inclusão de novos atores e de

novas formas de produção e circulação do conhecimento. Todavia, ainda que o contexto social tenha se modificado, parece claro que esse contexto exerce influência sobre as práticas científicas.

Alguns elementos se mantêm, ao longo do tempo, mais ou menos inalterados, porque se constituem na base da construção da ciência como instituição. Dessa maneira, os princípios do *ethos* científico que não contêm exatamente o mesmo valor ou a mesma força orientadora na conduta de pesquisadores e das atividades científicas atuais podem guardar certa racionalidade para a continuidade do desenvolvimento científico.

Na perspectiva de uma leitura mais cuidadosa da Sociologia mertoniana a partir da realidade atual, destacamos a publicação recente de dois artigos que resgatam a importância dos princípios dessa teoria para a compreensão da ciência enquanto instituição e do resgate do *ethos* científico para o desenvolvimento da ciência.

Barnes (2007) resgata, no referido artigo, a importância da Sociologia mertoniana para a compreensão da ciência enquanto instituição e das normas como elementos capazes de sustentar a ciência enquanto grupo. Para isso, ele retoma alguns dos princípios da Sociologia mertoniana como o *ethos* e o sistema de honra da premiação para mostrar que, apesar das supostas (de acordo com o próprio autor, “when supposed changes”) mudanças ocorridas na ciência e na relação entre os cientistas, a perspectiva mertoniana da constituição dos cientistas enquanto pares permite lançar uma luz sobre como certos grupos específicos (artistas, músicos) podem operar com sucesso face a uma forte expectativa externa reforçada por premiações e sanções.

No artigo, o argumento principal é que a ciência não é um empreendimento individual e, enquanto empreendimento coletivo, deve ser compreendida por meio do estabelecimento de normas. Para isso, o sistema de honra e recompensa, ao lado do *ethos* científico, oferece importantes pistas para a compreensão da ciência, inclusive nos tempos atuais. Outro aspecto relevante nesse texto é que, para Barnes (2007), apesar de suas críticas aos funcionalistas e à Sociologia mertoniana, as normas que socializam cientistas e os valores que pautam suas condutas devem ser repensadas, mesmo nas atuais condições de produção do conhecimento. Em síntese, para Barnes (2007), enquanto instituição e ainda que seus valores tenham sofrido mudanças, a ciência deve ser pensada a partir de normas e não de comportamentos individuais.

Sztompka (2007) também publicou um artigo onde destaca a importância do *ethos* científico para a ciência e analisa o comportamento da racionalidade do *ethos* frente ao sistema de confiança, afirmando sempre a importância dos valores do *ethos* científico para o desenvolvimento e sustentação da ciência. Embora o eixo da discussão principal esteja em torno dos conceitos de ciência acadêmica e pós-acadêmica, é bastante clara a intenção do autor ao destacar o *ethos* como elemento aglutinador da ciência.

Os dois artigos citados tentam resgatar a importância da Sociologia mertoniana não só como construto teórico, mas também como uma retomada de valores de conduta para a ciência.

Essa também é uma discussão que atravessa a Filosofia da Ciência. Um dos expoentes dessa discussão, James Brown, descreve, em seu livro com o sugestivo título *A guerra das ciências*, as diferenças entre as abordagens da Sociologia da Ciência e da Filosofia da Ciência.

A base do pensamento pós-moderno é o relativismo, segundo o qual a verdade só existiria como produto de condições locais. Para Brown (2001), a ciência pós-moderna nega a objetividade dos fatos científicos. Este é exatamente um dos pontos cruciais na guerra das ciências: a objetividade dos fatos científicos.

O pós-modernismo tem sua inspiração no relativismo intelectual que, por sua vez, é aproximado do construtivismo. A guerra das ciências situa-se justamente no ponto de inflexão que dividia e ainda divide relativistas de realistas. Para Brown, o realismo corresponde à visão de que a ciência tem mais ou menos sucesso em descrever como as coisas realmente são: “the aim of science is to give a true (or approximately true) description of reality”⁸(2001, p. 96).

Esse objetivo é perfeitamente alcançável, segundo Brown (2001), na medida em que, para os realistas, as teorias científicas podem ser falsas ou verdadeiras. Essa condição não é metafórica, não depende de nenhuma maneira de nós ou das estruturas de nossas mentes ou da sociedade nas quais vivemos. É a maneira oposta pela qual os relativistas compreendem a ciência.

⁸ “O objetivo da ciência é revelar a verdadeira (ou quase verdadeira) descrição da realidade.”

A ideia geral apresentada pelo autor é que a ciência objetiva pode ser uma poderosa ferramenta nas causas progressistas. Essa ideia rejeita qualquer sorte de construtivismo social e, ao contrário, argumenta que existe um mundo, independente de nós, que a ciência pode descrever e explicar. Assim o pensamento subjacente ao raciocínio do autor é que o construtivismo não consegue, de fato, empoderar o social uma vez que, para ele, o conteúdo da ciência não é objetivo.

No cenário nacional, destaca-se a discussão apresentada por Michelangelo Trigueiro (2012) acerca da relação entre ciência, verdade e sociedade. A principal preocupação do autor é construir um diálogo entre Sociologia e Filosofia da Ciência, resgatando os aspectos cognitivos enfatizados pela Filosofia e os aspectos sociais ressaltados pela Sociologia. Na construção desse diálogo, o autor coloca-se partidário de uma Sociologia da Ciência que leve em conta os aspectos objetivos do conhecimento científico ao mesmo tempo em que se considerem os aspectos sociais que envolvem a construção desse conhecimento

Assim, a objetividade científica – no sentido da construção dos fatos e de seu compromisso com a Sociedade – e a construção social não seriam, para ele, variáveis excludentes, ao contrário, complementam-se no diálogo entre as duas disciplinas: “como tenho insistido, entendo que há uma “carga” social no trabalho científico, mas isso não implica desmerecer o papel da razão e da evidência na atividade científica” (TRIGUEIRO, 2012, p. 141). Trigueiro trabalha com a ideia de *Well Ordered Science*, originária de Philipp Kitcher (2001), uma ideia de ciência que a articula a uma finalidade.

Não obstante a importância desses trabalhos, a especificidade do nosso objeto nos levou a considerar fortemente a trilha seguida por Merton e sua escola nos estudos sobre estratificação social na ciência, considerando o conceito de acumulação de vantagens – mecanismo descrito a partir do Efeito Mateus – como ferramenta teórica para a discussão do problema de pesquisa deste trabalho: as desigualdades entre os cientistas a partir da concessão da Bolsa de Produtividade em Pesquisa. Consideramos, também, de maneira mais subsidiária, a contribuição de Bourdieu, com a Teoria do Campo Científico. Não se deve, todavia ignorar a crítica do construtivismo como uma complementaridade bastante útil a essa trilha, na medida em que ressalta a dimensão social da construção científica.

Para além do fato de ter encontrado na Sociologia mertoniana uma preocupação semelhante a que nos propusemos discutir neste trabalho, qual seja, desigualdades que se estabelecem entre cientistas a partir de certa consagração, a escolha está também orientada em direção à concordância com alguns aspectos dessa teoria, em que pesem as variadas e duras críticas contra esta escola.

Trata-se de uma concordância quanto ao recorte do objeto da Sociologia da Ciência de Merton, que enfatiza o estudo das normas e valores que presidem as atividades científicas. Por outro lado, e em certa medida, a investigação e a análise dos dados nos mostraram, ainda que de maneira não conclusiva, que as avaliações podem assumir não só um caráter político, no sentido de relações pessoais de poder, mas também técnico, como qualidade ou mérito científico.

Assim, o preceito do universalismo, ainda que com algumas ressalvas, preside em parte, no caso dos dados aqui apresentados, as escolhas das propostas. Para além das lutas, conflitos, disputas ferozes por crédito e credibilidade, persiste um certo grau de consenso e normatividade para as atividades científicas, segundo nosso entendimento. Mesmo considerando os novos cenários de produção e circulação da ciência e os estudos sobre as práticas científicas, há uma necessidade de se rediscutir o *ethos*. O objetivo dessa exposição foi colocar em relevo as principais diferenças entre as abordagens por que se optou neste estudo, tentando relacioná-las ao estudo empírico deste trabalho. Na seção seguinte, apresentaremos as discussões em torno do conceito que elegemos como ferramenta teórica para explicar os resultados obtidos.

O Efeito Mateus e o processo de acumulação de vantagens têm lugar de destaque na Sociologia mertoniana. Essa é a opinião tanto daqueles que se dedicaram ao estudo da estratificação social quanto dos que criticaram a abordagem funcionalista de estilo mertoniano. Para os primeiros, o conceito oferece explicação, dentro dos moldes funcionalistas, para as diferenças sociais que se estabelecem entre os pesquisadores. Para os outros, é o reconhecimento da diferença sem, entretanto, nenhuma explicação para suas causas.

Neste trabalho, o conceito representa uma importante ferramenta para a compreensão da diferença entre pesquisadores, partindo do princípio que grande parte

dessas diferenças estabelecem-se em razão das diferentes produções científicas alimentadas e realimentadas por recursos e posições de poder.

1.1. O Efeito Mateus e a acumulação de vantagem

O princípio da acumulação de vantagens foi descrito pela primeira vez no livro *The Sociology of Science: Theoretical and Empirical Investigations of Science*, de Merton, sobre a estrutura normativa da ciência. Nele, o autor esboça algumas consequências individuais e institucionais da análise que fez sobre o Efeito Mateus.

Para Allinson, Krauze e Long (1982), o princípio da acumulação de vantagens foi um tema dominante na década de 70 para o estudo da estratificação social. De acordo com estes autores, vários artigos escritos procuraram dar suporte empírico à comprovação do conceito e três livros se destacaram por terem utilizado o conceito como principal explicação para seus estudos: Zucherman, 1995, *Scientific Elite*; Cole & Cole, 1992, *Social Stratification in Science*; Gaston, 1978, *The Reward System in British and American Science*.

Em artigo publicado em 1988, *The Mathew Effect II*, Merton declara que as suas primeiras preocupações com a estratificação social na ciência datam de 1940 e apenas duas décadas depois o conceito de acumulação de vantagens assume um lugar central nos seus estudos, a partir da formação de um grupo de pesquisa que tinha como principais colaboradores Harriet Zucherman, Stephen e Jonathan Cole. Outros pesquisadores na Sociologia norte-americana compartilharam a teoria da acumulação de vantagens sem, contudo, se vincularem ao grupo.

O conceito de acumulação de vantagens está relacionado à teoria da Sociologia da Ciência, de Robert Merton, e vincula-se, portanto, aos pressupostos teóricos e aos outros elementos constitutivos desta teoria. Um desses elementos deve ser destacado por estabelecer relações estreitas e de reciprocidade com este conceito. O sistema de premiação (*reward system*) foi discutido pela primeira vez em artigo publicado na revista *American Sociological Review*, em 1957, sobre as prioridades nas descobertas científicas.

No artigo *Priorities in Scientific Discovery*, Merton (1957) desenvolve um conceito, uma “teoria sociológica das descobertas”, para explicar as grandes controvérsias

na ciência sobre as prioridades nas descobertas. Neste artigo, a preocupação central do autor será a de deslocar a discussão sobre a causa dessas disputas que se situava no campo da similaridade dos trabalhos, para compreendê-las como disputas por reconhecimento. A partir dessa discussão é que Merton construirá a teoria do sistema de reconhecimento e sua importância para a ciência. Para ele a ciência enquanto instituição premiava e reconhecia a originalidade e por este reconhecimento é que cientistas envolviam-se em lutas e disputas. A busca pelo reconhecimento e premiação estava, desse modo assentada, na base da ciência enquanto instituição.

Ao lado do *ethos* científico, o sistema de premiação (*reward system*) ocupa lugar central na Sociologia da Ciência mertoniana e é considerado o mecanismo responsável pela distribuição de reconhecimento e premiação nas suas diversas formas a contribuições originais de cientistas.

Para o autor, cada disciplina possui sua própria maneira de distribuir reconhecimento e premiação. Além disso, o sistema é altamente hierarquizado: as premiações são relativas ao julgamento dos pares pela contribuição. Há premiações como as derivações de nomes, que representam a mais alta premiação porque conferem a um evento científico o nome de seu descobridor. Há premiações nacionais, locais, premiações como membros honorários de academias de ciência, enfim uma “dura” hierarquia de reconhecimento. Destaca-se, nesse sentido, a observação de Merton sobre a importância da consagração para a ciência e para os cientistas: “anonymous givers have no place in this scheme of things. Eponymy, not anonymity, is the standard⁹” (MERTON, 1957, p. 645).

O interesse pelo reconhecimento, de maneira geral, e, mais especificamente, pelo reconhecimento que vem dos pares, o reconhecimento distintivo, é a base da motivação social de cientistas e representa a contrapartida psicológica para a pressão institucional por originalidade. Assim, o reconhecimento e a fama, para Merton (1957), tornaram-se símbolos de recompensa de um trabalho bem realizado (p. 640).

O sistema de premiação foi desenvolvido para distribuir prêmios e recompensas àqueles que fazem valer as suas normas. Embora ele reconheça que nem sempre isto se

⁹ Doadores anônimos não tem lugar nessa estrutura. Derivações e não anonimato são o padrão”

dá dessa forma. A busca por reconhecimento dos pares por contribuições originais está na base da instituição e da constituição do sistema de premiação. Cumpre resumidamente, portanto, a função de estimular e recompensar cientistas por seus esforços para o desenvolvimento da ciência e deve ser nessa medida funcional à ciência e ao seu desenvolvimento.

Articula-se, desse modo, ao princípio do julgamento impessoal e universal pelos pares e decorre dele, de maneira justa ou enviesada, a estratificação social da ciência. O sistema de premiação e o princípio da acumulação de vantagens na ciência estão intrinsecamente relacionados, e a má alocação de crédito (*misallocation*) do primeiro decorre o segundo.

Partindo da leitura de Robert Merton (1968) e dos que sustentaram, de maneira empírica, a existência do Efeito Mateus, é possível inferir que o princípio da acumulação de vantagens se apresenta quando e onde o sistema de premiação “falha”, ao reforçar premiações a pesquisadores já premiados quando, comparativamente, outros tenham contribuído com resultados semelhantes.

Dito de outra maneira e tomando emprestada a análise de Shin e Ragouet (2008, p. 41) sobre o sistema de premiação, existe, de fato, uma desigualdade entre os cientistas, engendrada no próprio sistema de reconhecimento. Nesse sentido e de maneira similar à análise de Merton (1968), deve-se observar que Zucherman (1995) ressaltou, a partir de sua pesquisa, que as avaliações por pares tendem a levar em conta os resultados do passado mais do que os do presente (p. 250).

Ainda que as críticas aos princípios da Sociologia da Ciência mertoniana tenham sido apresentadas no capítulo teórico deste trabalho, fazem-se necessárias não só algumas considerações sobre a escolha deste referencial, mas também o exercício de algumas observações críticas a respeito do conceito.

Em primeiro lugar, deve-se ressaltar, em benefício do entendimento do conceito, que o Efeito Mateus e o processo de acumulação de vantagens foram apresentados e discutidos nos marcos de determinado contexto político e social de relação da ciência com a sociedade e encontram-se plenamente inseridos e relacionados aos princípios da Sociologia da Ciência mertoniana. Do mesmo modo já foi mencionado que, mais de cinco

décadas depois da publicação do *ethos* da ciência, a Sociologia mertoniana não resistiu às novas análises sobre a ciência e as práticas dos cientistas.

Apesar da procedência das críticas, o conceito tem o mérito de descrever e explicar o processo de diferenciação entre cientistas a partir da própria ciência e de suas práticas, pensadas, sobretudo, a partir da avaliação por pares, e do impacto nos outros subsistemas, mantendo, de certo modo, uma relativa independência quanto aos motivos que orientam essas práticas.

Nesse sentido, é interessante observar que tanto Latour (2001) quanto Bourdieu (2008) constataam a existência de um processo interno à ciência – com diferentes motivações para cada um deles – que concentra crédito, credibilidade, recursos e capital simbólico nos que já os possuem. Constatam, assim como fez Merton (1968), a existência de uma situação semelhante àquela descrita no Evangelho de Mateus: “et comme dans le capitalisme ordinaire, on donnera beaucoup à ceux qui ont et à ceux qui n’ont pas, on enlevera même ce qu’ils ont, selon la parole de l’Evangile¹⁰” (LATOURE, 2001, p. 40).

Apesar da convergência entre esses autores na identificação do fenômeno, o que as difere são os princípios sobre os quais cada uma delas justifica a existência do processo e os princípios sobre os quais o processo está relacionado. Analisando as diferentes abordagens a respeito dos estudos sobre a notoriedade científica, Shin e Ragouet (2008) observam que a Sociologia mertoniana trabalha com conceitos como visibilidade e reconhecimento para identificar traços de notoriedade, enquanto Bourdieu evoca a noção de crédito, traduzido pelo conceito de capital simbólico. Já Latour e Woolgar (2008) utilizaram a noção de credibilidade para se referir às possibilidades de notoriedade na ciência.

Deve-se observar, ainda, que os princípios que informam os conceitos que servem para a análise de notoriedade são bastante diferentes entre essas três abordagens. Se, para os mertonianos, a notoriedade é fruto de uma distribuição justa de premiação, para Bourdieu, a noção de crédito e capital simbólico relaciona-se a posições dos pesquisadores no campo científico e às possibilidades que essas posições podem

¹⁰ “E, como no capitalismo comum, se dará muito àqueles que já têm, e daqueles que não tem se levará o pouco que têm, segundo a palavra do Evangelho”

determinar. Latour e Woolgar (2008) consideram que a notoriedade e o reconhecimento obtidos pelos pesquisadores passam por formas “mais materiais como as bolsas ou os cargos” (p. 98).

Shin e Ragouet (2008) observam que a noção de credibilidade em Latour remete a conquistas materiais e a prestígio pessoal de cientistas que, por sua vez, estarão relacionadas a outras conquistas dentro e fora de laboratórios. Para esses autores, a perspectiva de Latour e Woolgar (2008) muda completamente as bases do estudo sobre o reconhecimento e a notoriedade na ciência: “de agora em diante, o estudo sobre a notoriedade não é mais, como nos funcionalistas, um meio de demonstrar o caráter meritório do funcionamento da comunidade científica, mas sua natureza profundamente agonística” (LATOURE e WOOLGAR, 2008, p. 98).

Alguns sociólogos desta escola destacaram-se nos estudos sobre o Efeito Mateus e a estratificação social, tais como Stephen Cole, Jonathan Cole, Harriet Zucherman, Mulkay, Hagstron. Allinson & Lang & Krauze.

Não seria, contudo, irrelevante notar que a interpretação do processo pela Sociologia mertoniana ou inclui de maneira muito secundária, como fazem Mulkay e Cole (1975) quando falam em solidariedade entre elites, ou não inclui nas suas interpretações as relações de poder e de interesse que se estabelecem entre os grupos de cientistas e de que modo essas relações influenciam o processo de diferenciação e acumulação de vantagens na ciência e no próprio conceito de notoriedade.

Essa ausência tende, na Sociologia mertoniana, a ser completamente explicada pela justiça na distribuição dos prêmios e do reconhecimento (BOURDIEU, 2008). Entretanto, um exame mais minucioso do conceito indica uma alternativa para se pensar as relações de poder, na medida em que se considera que reconhecimentos repetidos podem ser fruto de uma má alocação (*misallocation*) de crédito, ou reconhecimento, no sentido de Merton (1968), em razão de diferenças no *status* entre eles. Isso nos permite pensar que o sistema de avaliação e distribuição de reconhecimento pode, em determinados momentos, levar em consideração características pessoais mais do que as universais.

O conceito retrata uma situação em que alguns indivíduos ou grupos se beneficiam e continuam a se beneficiar ao longo do tempo de reconhecimento, no sentido de

credibilidade que se converte em habilidades instrumentais, e premiações em função de um reconhecimento passado, que envolve características acumuladas, adquiridas, como, filiação institucional, especialidades, quantidade e qualidade de premiações, que acaba por se tornar uma característica atribuída, julgada, quase que automaticamente, como meritória.

De outra maneira, pode-se dizer que o conceito descreve um processo ou um mecanismo pelo qual se operam, se intensificam e se alargam as diferenças entre aqueles que estão envolvidos, favorecendo os que, em algum momento, obtiveram o ganho inicial, processo cuja intensificação independe, de certa maneira, dos resultados futuros daqueles que são beneficiados com o processo (COLE, 1992, p. 165).

A partir dele é possível explicar a concentração, a desigualdade, e, com isso, a estratificação engendradas no próprio sistema, como características da lógica da avaliação dos resultados na ciência. As vantagens acumuladas o são porque, em geral, e isso certamente deve variar em função da dinâmica das áreas do conhecimento, a dinâmica do sistema de premiação recai fortemente sobre os indivíduos e suas contribuições passadas mais do que sobre as contribuições presentes. Isso significa que o sistema premia mais os cientistas reconhecidos do que aqueles que ainda não obtiveram esse *status*.

O desenvolvimento do conceito, segundo destaca Merton (1968), foi baseado na tese de doutorado apresentada por Harriet Zucherman na Universidade de Columbia em 1965. O livro referente à tese foi publicado pela primeira vez em 1972 sob o título *Scientific Elite: Nobel Laureates in the United States*. Além do livro de Harriet Zucherman, o de Stephen Cole e Jonathan Cole, *Social Stratification in Science*, de 1973, e o de Jerry Gaston, *The Reward System in British and American Science*, de 1978, constituem referências clássicas que envolvem a ideia de acumulação de vantagens como princípio explicativo central. Por outro lado, numerosos artigos dão suporte empírico à discussão do conceito¹¹.

A essência desse conceito foi bem capturada pelo senso comum estampado na máxima o rico fica cada vez mais rico e o pobre fica cada vez mais pobre. O processo foi

¹¹ Segundo Allison, Krauze e Long (1982) cerca de 12 importantes artigos deram suporte empírico para a discussão sobre a acumulação de vantagens na ciência e o Efeito Mateus.

nomeado, segundo Merton (1968), por mostrar um tipo de situação descrita no Evangelho de São Mateus conhecida como Efeito Mateus: “for unto every one that hath shall be given, and He shall have abundance; but from him that not shall be taken away even that which hath” (MERTON, 1968, p. 159)¹². Merton (1968) descreve o que ele considerou como as diversas maneiras psicossociais envolvidas no sistema de reconhecimento da ciência e na distribuição de premiação.

Várias pesquisas realizadas na década de 60 indicavam fortes evidências de distribuição desigual na premiação e no reconhecimento em favor de pesquisadores cujas carreiras já se encontravam mais estabilizadas. Essas pesquisas tomaram referência a teoria do sistema de reconhecimento e premiação de Merton (1957) para discutir a maneira desigual que a premiação era distribuída entre pesquisadores.

Para o autor, o sistema de reconhecimento opera no sentido de atribuir continuamente alto valor científico a cientistas que alguma vez foram considerados como tendo contribuído distintamente para a ciência, ainda que possam em outro momento de suas carreiras ser ultrapassados por novos integrantes e também sofram de um relativo declínio de seu prestígio. Uma vez laureado, sempre laureado, nos diz Merton.

As entrevistas com os premiados do Nobel revelam um processo de estratificação que tem como base o Efeito Mateus e desenvolve um padrão de reconhecimento a favor daqueles já estabelecidos no que se refere principalmente aos casos de colaboração entre cientistas de diferentes reputações, e múltiplas descobertas independentes feitas por cientistas em diferentes posições.

Nas palavras de Merton (1968), o Efeito Mateus acontece quando “put in less stately language, The Mathew effect consists in the accruing of greater increments of recognition for particular scientific contributions to scientist of considerable repute and the withholding of such recognition from scientist who have not yet made their mark”¹³ (MERTON, 1968, p. 58).

¹² “Porque a qualquer um que tiver será dado, e terá em abundância; mas daquele que não tiver, até o que tem ser-lhe a tirado.”

¹³ Em uma linguagem menos complicada, o Efeito Mateus consiste na aquisição de maiores ganhos de reconhecimento a contribuições científicas particulares a cientistas de reputações consideráveis, e a retenção de tal reconhecimento por cientistas que ainda não deixaram sua marca”.

O impacto do Efeito Mateus pode ser comprovado, segundo Merton (1968), tanto no sistema de premiação quanto no sistema de comunicação. No primeiro, cientistas já reconhecidos, como o caso dos vencedores do Prêmio Nobel, tendem a receber créditos por sua contribuição, enquanto cientistas menos conhecidos recebem, por contribuições semelhantes e desproporcionalmente, menos crédito. O mesmo fenômeno tende a se repetir na perspectiva da comunicação de descobertas científicas. As descobertas científicas tendem a ter mais visibilidade quando introduzidas por cientistas mais bem posicionados do que por aqueles com menos visibilidade

To put the matter with undue simplicity, a single Discovery introduced by a scientist of established reputation may have a good chance of achieving high visibility as multiple Discoveries variously introduced by several scientists no one of whom has yet achieved a substantial reputation. (MERTON, 1968, p. 60)¹⁴

No primeiro caso, cientistas consagrados que escrevem com cientistas menos consagrados tendem a receber mais crédito, mais reconhecimento. Assim, de uma maneira geral, os cientistas mais prestigiados podem estar mais propensos a descobertas mais significativas do que os outros, ou pelo menos seus trabalhos tendem a ser percebidos, como indicou Cole (1998) nos estudos sobre a produção científica entre os físicos americanos, como sendo de mais significado do que os de outros.

Ambas as definições são claras quanto ao fato de que, mesmo baseado em princípios de mérito, o processo envolve acumulação de vantagens, indicando que não se trata de fatores ou eventos gerados fora dos padrões normativos da ciência ou do *ethos*, no que se refere ao universalismo, mas parte de sua estrutura. Nesse sentido, Zucherman (1995) também observa que as avaliações tendem a levar em conta posições já consagradas e cientistas avaliados mais pelas contribuições passadas do que pelas presentes.

Assim, o princípio do Efeito Mateus descreve o processo pelo qual, mesmo atendendo aos requisitos do mérito, se estabelece grande desigualdade na distribuição de reconhecimento, prêmios e recursos entre os cientistas. Isso porque o sistema tende a

¹⁴ “Para colocar a questão de forma simples, uma única descoberta feita por um cientista de reputação estabelecida tem uma boa chance de alcançar grande visibilidade assim como várias e diferentes descobertas feitas por diferentes cientistas, nenhum com reputação substancial ainda estabelecida.”

premiar ou reconhecer aqueles que, em algum momento passado, obtiveram reconhecimento.

Em síntese, nossa interpretação considera, a partir das diversas contribuições para a compreensão do conceito e sua comprovação empírica, que a questão do Efeito Mateus e da acumulação de vantagens relaciona-se ao estudo da notoriedade, a partir de alguma premiação distintiva, e as suas consequências para o sistema de distribuição de crédito na ciência.

A existência do processo não coloca, necessariamente, e depende da leitura, a questão da relação entre o mérito e a acumulação, uma vez que, no âmbito dos princípios da Sociologia mertoniana, a meritocracia funcione com justiça. A preocupação central de Merton (1968) foi muito mais com as consequências do ponto de vista da funcionalidade do que com as origens ou as causas do processo. De toda maneira, as discussões que se apresentam relacionadas a este conceito dão particular ênfase à avaliação por pares, à efetividade e ao cumprimento das normas universalistas para efeito de julgamento.

Todavia, pode-se dizer que a interpretação de Zucherman (1995) sugere que as avaliações tendem, no caso de pesquisadores com grande visibilidade, a avaliá-los mais pelo passado do que pelo presente. Nesse processo, considera-se que a notoriedade, adquirida a partir determinadas de características, como posição do departamento, produção científica de qualidade mais do que quantidade e premiação, distinguem e fazem com que essas características assumam, em determinado momento, um automatismo nas avaliações e concessões de recursos e outras premiações.

Ao longo da carreira, justa ou injustamente, determinados cientistas vão acumulando vantagens sobre outros e se fortalecendo no sistema. O desdobramento mais evidente deste processo é estratificação e a diferenciação social que vai surgindo a partir do Efeito Mateus. O impacto desse processo na carreira de cada pesquisador ou para a ciência como um todo ainda está por ser avaliado. Apesar de considerar que o processo envolvia uma má alocação de crédito para alguns cientistas no curto prazo, poderia, no entanto, ser benéfico para o sistema de comunicação da ciência. Isso sugere que o processo poderia ter uma função latente de alavancar a ciência através da visibilidade de alguns cientistas, no caso do sistema de comunicações.

Zucherman (1995) conclui que existe uma tendência de que os laureados com o Nobel sejam premiados depois do Nobel, frequentemente mais por suas conquistas passadas do que pelas presentes. Isso suscita, para o nosso trabalho, a ideia de que, uma vez tendo sido beneficiado com um prêmio relativamente distinto no campo, como a Bolsa de Produtividade em Pesquisa, a partir daí os futuros benefícios poderão ser mais frequentes e concedidos mais em função deste reconhecimento diferenciado do que propriamente do desempenho atual. Pode-se acrescentar a isso que a tendência é que estes sejam beneficiados em detrimento de seus concorrentes e, em algumas situações, até independente do mérito ou de resultados mais atuais.

Em segundo lugar, como consequência imediata da primeira consideração, as vantagens iniciais tornam quase abismais as distâncias entre os que têm e os que não têm. A desigualdade e estratificação tornam-se bastante severas, criando situações em que o cumprimento das normas de universalidade nos julgamentos e nas avaliações por parte dos pares acaba por se tornar questionável. Tanto Travis & Collins (1991) quanto RIP (1994) destacam, em seus trabalhos sobre as agências de fomento e suas práticas de concessão do *Grant*, os problemas e dúvidas que colocam em xeque a revisão por pares, afirmando o comprometimento dos avaliadores com determinados segmentos de pesquisadores.

Para descrever esse processo de favorecimento a pesquisadores já consagrados, foi cunhado a termo *old boys*. Nesse sentido, a pesquisa dos Cole (1978) sobre a NSF, na década de 70, teve como origem várias questões e dúvidas levantadas por representantes do poder público acerca da eficácia e justiça do processo de avaliação por pares e da concessão de *Grant* na NSF.

Nesse ponto da discussão, vale destacar as diferenças de impacto do Efeito Mateus para cada um desses sistemas. Se originalmente o efeito Mateus e a acumulação de vantagens foram identificados a partir de seus efeitos no sistema de premiação, a observação do mesmo princípio para o sistema de comunicação identificou consequências diferentes.

No primeiro caso, a consequência imediata do Efeito Mateus é um melhora na posição de cientistas que já eram consagrados e as implicações relacionadas ao sistema de premiação. Nesse caso, o autor considera que “the Matthew effect is dysfunctional for

the careers of individual scientists who are penalized in the early stages of their development”¹⁵ (MERTON, 1968, p. 59).

Por outro lado, no caso das consequências do Efeito Mateus para o sistema de comunicação, Merton considerou que outros tipos de consequências poderiam estar envolvidos. No caso de coautorias e múltiplas descobertas, o Efeito Mateus pode operar para elevar a visibilidade de uma nova comunicação científica. Desse modo, se o Efeito Mateus é disfuncional para alguns aspectos, torna-se funcional para outros.

1.2. A Acumulação de vantagens e o Efeito Mateus: os conceitos se relacionam

Em seu livro, Zucherman (1996) examina e discute as origens sociais, a trajetória acadêmica pré e pós Premio Nobel de todos os ganhadores americanos deste prêmio entre 1901 e 1972, mais do que uma análise sobre a trajetória dos ganhadores, ou uma apresentação biográfica de cada um deles a autora apresenta um discussão sobre a estratificação social na ciência a partir das diferenças que se observam entre os cientistas antes e depois desta grande premiação. Zucherman apresenta importante contribuição para a discussão do processo de acumulação de vantagens que ela identificou na ciência ao realizar suas pesquisas com os ganhadores do Prêmio Nobel. Nesse sentido, vale resgatar algumas de suas definições acerca do conceito. Em primeiro lugar deve-se considerar o fenômeno no seu aspecto geral definido assim pela autora:

Advantage in science, as in other occupational spheres, accumulates when certain individuals or groups repeatedly receive resources and rewards that enrich the recipients at an accelerating rate and conversely impoverish (relatively) the nonrecipients. Whatever the criteria for allocating resources and rewards, whether ascribed or meritocratic, the process contribute to elite formation and ultimately produces sharply graded systems of stratification. (ZUCHERMAN 1995, p. 60)¹⁶

¹⁵ “O Efeito Mateus é disfuncional para a carreira dos cientistas que são penalizados nos primeiros estágios de seu desenvolvimento”

¹⁶ “Vantagem na ciência, como em outras esferas ocupacionais, é acumulada quando certos indivíduos ou grupos recebem reiteradamente recursos e recompensas que enriquecem o destinatário numa velocidade cada vez maior ao mesmo tempo que empobrece (relativamente) os não destinatários. Qualquer que seja o critério para alocar recursos e recompensas, seja atribuído ou meritocráticos, o processo contribui para a formação de uma elite e, em última instância, produz sistemas de estratificação bastante diferenciados”.

Vantagens, segundo Zucherman (1995), podem se acumular de duas maneiras: por adição ou por multiplicação. No caso da adição, pessoas que desde cedo iniciam suas carreiras com algumas vantagens atribuídas tendem a receber recursos e vantagens, independentemente de seu desempenho profissional. No segundo modelo, as pessoas julgadas por critérios funcionais relevantes (na ciência esse critério funcional relevante seria o do mérito) são as mais prováveis de recebê-los. Nesse último modelo, os beneficiados ficam em vantagem quando se mostram mais capazes de receber mais na medida em que desenvolvem sua capacidade profissional.

In science, rank is primarily achieved, not ascribed. But even when upward mobility is based on meritocratic principles, it involves a process of accumulation of advantage that helps to shape to maintain, and modify the structure of stratification in science, as it does in other merit-oriented system. (ZUCHERMAN, 1995, p. 59).¹⁷

Zucherman afirma que para a ciência a acumulação de vantagens envolve ambos os caminhos: obter de início vantagens em função de características atribuídas (ela dá o exemplo da formação colegial que distingue os cientistas ganhadores do Nobel) e continuar a recebê-las de modo que eles possam ir cada vez para mais longe. Ainda nesse sentido ela acrescenta que a acumulação de vantagens na ciência é reforçada por uma distribuição de recursos que não é estritamente baseada em critérios funcionais relevantes mesmo estando relacionada a um passado de sucesso.

O processo implica, no longo prazo, num contínuo auto reforço e tem, como consequência, o aumento desproporcional de reconhecimento, recursos e visibilidade a favor de um grupo. O sistema age, na perspectiva do funcionalismo, enviesadamente e inaugura um ciclo que, apesar das grandes diferenças de princípios e concepções sobre a ciência e os cientistas, é muito próximo daquele descrito por Latour no ciclo da Credibilidade (LATOURE 2001, p. 38). Reconhecimento e visibilidade se transformam em ganhos materiais, que por sua vez transformam-se em produção científica que novamente se transforma em mais visibilidade e mais reconhecimento.

¹⁷ “Na ciência, ranking é primordialmente atingido, não atribuído. Porém, mesmo quando a mobilidade de ascensão é baseada em princípios meritocráticos, ela envolve um processo de acumulação de vantagem que ajuda a modelar, manter e modificar a estrutura de estratificação na ciência, assim como faz em outros sistemas orientados pela meritocracia.”

Nesse sentido alguns estudos, na linha da Sociologia da Ciência mertoniana como o de Mulkey sugere que a criação da elite envolve processo de desigualdades que se iniciam no sistema de recrutamento de cientistas pelas Universidades e sua perpetuação encontra raízes nas posições de decisão e influência que ela ocupa. Para este autor, é claro, por exemplo, que a elite científica divide de maneira desproporcional o reconhecimento dos pares e os recursos do *Grant*. Zucherman (1995) enfatiza igualmente que o processo de acumulação de vantagens tem como consequência a formação de uma elite e a sua autopropetuação. Esse aspecto é bastante interessante na medida em que pode relacionar não só as variáveis do funcionalismo, cujo pressuposto é a distribuição justa de premiação, mas também aspectos que dizem respeito às relações de solidariedade e interesse entre grupos e frações de grupo, considerando que o conceito admite a possibilidade da acumulação se dar mesmo na ausência do mérito.

This, then, is one process that produces elites of achievement. It also enables elites to develop self-serving justifications for their position: since recipients of resources are more likely to achieve, it is argued that the system of allocation is effective and legitimate. (ZUCHERMANN, 1995, p. 61)¹⁸

É interessante que se observe que, se de um lado, Merton (1968) chama atenção para a funcionalidade do Efeito Mateus, no longo prazo, Zucherman (1995) observa a existência de processos que contribuem para restringir a acumulação de vantagens no caso das carreiras dos ganhadores do prêmio Nobel. A autora não fala em função latente do processo, mas constata a existência de mecanismos que atuam no sentido de restringir o processo de acumulação de vantagens.

Muito próximo à descrição do efeito Mateus e do processo de acumulação de Vantagens e em que pese, como já apontamos, as diferenças nos pressupostos, para Bourdieu o capital simbólico, tipo de capital distintivo que é percebido pelos agentes dotados de categorias adequadas, atrai capital simbólico:

O campo científico da credito aos que já têm; são os mais conhecidos que mais se beneficiam dos ganhos simbólicos aparentemente distribuídos em partes iguais entre os signatários nos casos de autorias

¹⁸ “Esse é, pois, um processo que produz elites de resultado. E também possibilita às elites desenvolver justificativas convenientes para suas posições: já que destinatários de recursos são mais propensos a ter sucesso, argumenta-se que o sistema de alocação é efetivo e legítimo”.

múltiplas ou de descobertas múltiplas por pessoas de fama desigual.
(BOURDIEU, 2001, p. 81)

Para Cole (1992), a questão da acumulação de vantagens colocada por Merton concentrava-se no problema relativo à possibilidade de alguns cientistas, aqueles que estavam socialmente em vantagem (como, por exemplo, localizados em instituições mais prestigiadas) ficarem mais predispostos a receber reconhecimento independentemente da qualidade de seu trabalho. A hipótese de Merton poderia, na perspectiva de Cole, ser traduzida da seguinte forma: caso dois cientistas de status diferentes fizessem a mesma descoberta o mais eminente dos dois poderia angariar a maior parte do crédito? (p. 138) No livro *Stratification in Science*, os Cole afirmaram que, mesmo mantendo uma forte aderência a critérios universalistas, o processo de acumulação de vantagens e de enriquecimento de certos grupos se mantém uma vez que os recursos vão se concentrando naqueles que estão mais bem “preparados”. A acumulação de vantagens aumenta a desigualdade entre os cientistas.

Por outro lado, Turner e Chubin (1979) sublinham a importância do acaso para o funcionamento da acumulação de vantagens nas descobertas – e, por isso, questionam se de fato a distribuição de recursos corresponde à distribuição de talentos.

Para citar o uso do conceito mais contemporaneamente, vale indicar o estudo de Becher (2003) sobre Tribos e Territórios Acadêmicos. Uma das características marcantes da vida acadêmica, para Becher, é a hierarquia existente em quase todos os aspectos da vida acadêmica desde aqueles que se estabelecem entre pesquisadores até os que se referem aos estudantes. Existe um constante processo, implícito ou explícito, de hierarquização entre os indivíduos, bem como entre as disciplinas e internamente a elas. Ele considera que o abismo entre o anonimato e a fama é progressivamente ampliado pelo Efeito Mateus.

Deve-se destacar, no que se refere ao interesse deste trabalho, alguns aspectos do processo que envolve a acumulação de vantagens descrito por estes autores. De maneira bastante resumida, pode-se dizer que os estudos dos mertonianos sobre Efeito Mateus - de onde decorre o processo de acumulação de vantagens - têm como preocupação o esclarecimento do processo social de diferenciação e desigualdade que se estabelece na ciência e os mecanismos pelos quais ele pode se perpetuar. Além disso, o conceito indica

os caminhos pelos quais a acumulação de vantagens se faz pessoal e institucionalmente numa relação que se caracteriza como de uma espiral ascendente.

No caso deste trabalho, o conceito de acumulação de vantagens será utilizado como ferramenta teórica para compreendermos o processo de diferenciação que se instala entre ganhadores e não ganhadores da bolsa de produtividade científica, partindo do suposto que a bolsa é sinal de consagração. Merton fala em distribuição desigual de crédito (no sentido de credibilidade). No nosso caso, o Efeito Mateus se desdobra em distribuição desigual de recursos e de produção científica considerando que ambos estão relacionados.

2. UMA BREVE HISTÓRIA DO CNPq: ESTADO E CIÊNCIA

“O CNPq, atualmente, é uma Fundação, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), com a finalidade de apoiar e estimular a pesquisa brasileira. Contribuindo diretamente para o desenvolvimento de pesquisas em áreas estratégicas e para a formação de pesquisadores (mestres, doutores e especialistas em várias áreas de conhecimento), o CNPq é, desde sua criação até hoje, uma das maiores e mais sólidas estruturas públicas de apoio à Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) dos países em desenvolvimento”¹⁹.

A Lei nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951, cria o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) com a finalidade de promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica em qualquer área do conhecimento. Depois de mais de vinte anos após de sua criação (1974), ele passa a ser denominado de Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), denominação que conserva até os dias atuais.

Os estudos retrospectivos revelam a importância deste órgão para a institucionalização e desenvolvimento da ciência no Brasil, ainda que sua história esteja marcada por forte interferência dos interesses do Estado e, por longos períodos, pela escassez de recursos. Para Albagli (1988), a criação do CNPq, em 1951, “representa um marco da ação do Estado como promotor do desenvolvimento técnico-científico e constitui o centro das primeiras experiências nacionais de planejamento e implementação de uma política científico-tecnológica governamental” (p. 2).

Do mesmo modo, a autora considera que a agência representou, também, a afirmação da comunidade científica brasileira como grupo socialmente reconhecido e autoidentificado. Consideramos esse um dos aspectos mais importantes na criação do CNPq, na medida em que esse grupo (ou parte dele), apesar das marchas e contramarchas na sua relação com o Estado, ocupa, a partir da redemocratização do país, em 1985, um papel de destaque na condução da política de fomento da agência e vem se mantendo nessa posição desde então.

¹⁹ Página do CNPq na Web (<http://www.cnpq.br>) na aba Institucional e no item História.

O lugar do CNPq no sistema científico nacional foi bem assinalado por Leite Lopes e resgatado por Morel (1979). Por meio do depoimento desse cientista, é possível identificar a situação em que se encontravam os pesquisadores antes da institucionalização do CNPq e as possibilidades que se inauguraram com a sua criação:

Cientistas que eram obrigados a acumular vários empregos, mal remunerados, puderam, pela primeira vez, abandonar as posições acessórias e dedicar-se à pesquisa científica, graças a bolsas e auxílios do Conselho Nacional de Pesquisas. Passou, este órgão, a conceder bolsa de estudos a estudantes das últimas séries das faculdades técnicas e científicas, como estímulo à iniciação à pesquisa. Jovens graduados puderam, também, pela primeira vez, obter bolsas do governo brasileiro através do Conselho Nacional de Pesquisas para aperfeiçoamento em universidades e instituições científicas de países mais avançados. (MOREL, 1979, p. 48)

Ao longo dos 62 anos de sua existência, o CNPq alterou sua missão, passou por modificações no papel que desempenha no âmbito do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia e também no que se refere à reformulação dos mecanismos internos de apoio à pesquisa. Essas transformações e reformulações internas estiveram e estão fortemente relacionadas às perspectivas da política nacional a respeito da Ciência e da Tecnologia e são produto das relações entre Estado e Academia. A mesma lógica acompanha a ênfase em determinados programas e projetos, como foi o caso da Energia Nuclear na fundação da agência ou dos investimentos em programas voltados para a realidade brasileira na década de 80.

Embora sua vocação inicial declarada tenha sido a promoção e o estímulo à investigação científica e tecnológica em qualquer domínio do conhecimento, as idas e vindas da política geral e a disponibilidade de recursos determinaram, na prática, um grande investimento na formação de recursos humanos em detrimento do apoio às pesquisas científicas. Isso pode ser observado pela diferença na aplicação dos recursos nessas diferentes modalidades: não só no que se refere à formação de recursos humanos, mas principalmente no seu ativo apoio à pesquisa individual através da concessão de bolsas e auxílios a pesquisadores, instituições e programas de excelência e redes de pesquisa.

Sobre a atuação mais recente do CNPq, alguns autores destacam a importância da agência para a mudança de posição do Brasil no *ranking* mundial de publicações científicas. Para esses observadores, a posição atual do país, 14^a lugar como produtor mundial de pesquisas, equivalendo a 2,2 % da produção mundial de artigos, não poderia ter sido atingida sem a participação ativa do CNPq e dos investimentos em pesquisa e formação de recursos humanos ao longo dos seus 60 anos de sua criação.

De maneira semelhante, Sobral (2008), em pesquisa realizada com os 100 líderes mais produtivos dos grupos de pesquisa das áreas de Agronomia, Genética e Sociologia, ressalta que, para esses pesquisadores, o CNPq foi considerado o principal órgão de financiamento à pesquisa no país, por meio da concessão de recursos ou de bolsas. No caso da Sociologia, de acordo com as entrevistas realizadas para esta pesquisa, o papel do CNPq é mais pronunciado ainda diante da falta de outras fontes de recursos (p. 8). Nesse sentido, vale destacar um trecho do artigo de Sobral (2008), em que ele registra a opinião de um pesquisador sobre o CNPq: “Se eu tenho alguma instituição por trás? Tenho, é o CNPq. Eu começo a imaginar que, se não houvesse o CNPq, como é que faríamos pesquisa no Brasil. Provavelmente, na nossa área, não faríamos, né?” (p. 8).

Para os objetivos deste trabalho, procuramos dar destaque à história passada e recente do CNPq, às mudanças ocorridas na relação entre a comunidade científica e a agência, expressa na sua participação em estruturas decisórias. Ao mesmo tempo, buscamos assinalar como as transformações na sua vocação inicial, de indutora de pesquisas (nuclear, biotecnológica, química fina, novos materiais) a formadora de recursos humanos, irá paulatinamente permitir uma proeminência dos bolsistas de Produtividade em Pesquisa nas instâncias decisórias e nos processos de avaliação do Conselho.

2.1. Bolsa de Produtividade em Pesquisa: história, importância e processos de decisão

Apesar das mudanças ocorridas em sua estrutura organizacional e vocação, alguns elementos permanecem na estrutura do CNPq e, ainda que tenham sofrido algumas modificações, seu conteúdo permaneceu inalterado. Assim, identificam-se alguns elementos que podem ser qualificados como constitutivos, estruturais e estruturantes do

Conselho, como a participação da comunidade científica através de comissões, conselhos e consultorias nos seus 62 anos de vida. Outro elemento que se identifica na política de fomento do CNPq é a preocupação com a formação individual dos pesquisadores.

Esses dois elementos estão fortemente imbricados no desenvolvimento do Conselho. Os decretos, as resoluções normativas e as discussões entre os cientistas que têm assento no Conselho Deliberativo (CD) indicam a posição e a importância da comunidade científica e o protagonismo que os pesquisadores formados pelo sistema de bolsas de pesquisa vão assumindo nas instâncias decisórias e avaliativas do CNPq.

O CNPq conserva uma estrutura decisória fortemente compartilhada com a comunidade científica e semelhante àquela da sua fundação. Na sua fundação, a estrutura básica administrativa era composta de:

1. Presidente.
2. Vice-presidente.
3. Conselho Deliberativo.
4. Divisão Técnico-Científica.
5. Divisão Administrativa.
6. Consultoria Jurídica.

O Conselho Deliberativo (CD) era e continua sendo o órgão mais importante do CNPq. Na sua fundação, o CD foi concebido como “órgão soberano de orientação das atividades da instituição” (Lei nº 1.310/1951), sendo composto por dois membros de livre escolha do Presidente da República, respectivamente o Presidente e o Vice-presidente da Instituição; cinco membros escolhidos pelo Governo, como representantes de ministérios públicos; entre nove e 18 membros, sendo que um representa a Academia Brasileira de Ciências, dois outros representam os órgãos da indústria e da administração pública.

Os demais são escolhidos “dentre homens da ciência, professores, pesquisadores ou profissionais técnicos pertencentes a universidades, escolas superiores, instituições científicas, tecnológicas e de alta cultura, civis ou militares, e que se recomendem pelo notório saber, reconhecida idoneidade moral e devotamente aos interesses do país” (art. 7º da Lei 1.310/1951).

Cabia ao Presidente da República, a partir de lista dupla ou tríplice, sugerida pelo próprio CD, a escolha dos membros da comunidade científica. Entre 1974 e 1986, o

Conselho Deliberativo foi extinto e em seu lugar criado o CCT – Conselho Científico e Tecnológico.

Em 1986, por meio do Decreto nº 92.641, de 12 novembro, o CD é reativado e sua nova composição não diferia fundamentalmente daquela proposta no início. Era marcada, também, por forte participação da comunidade científica. Por este decreto, faziam parte do CD cinco representantes da área governamental, além do presidente e do vice, o secretário de planejamento e coordenação do Ministério da Ciência e Tecnologia, o presidente da Financiadora de Estudos e Projetos, o diretor-geral da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior (CAPES) e nove representantes da sociedade civil: seis cientistas, dois pesquisadores da área tecnológica, um empresário com atuação no setor e um servidor do CNPq.

Em 2002, o então Ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, por meio da Portaria nº 816, de 17 de dezembro, aprova o regimento interno do CNPq que redefine a estrutura organizacional da agência. O regimento interno confirma não só as designações, mas também a composição que fora definida no decreto de 1986, a não ser pela inclusão de mais um representante da área tecnológica e de mais dois da área empresarial, era mantida a essência do CD com a participação da comunidade científica. Desse modo, de nove representantes da sociedade civil, o CD contava, em 2002, com 12, sendo que seis eram da comunidade científica. Por esta portaria, ficou registrado que os cientistas do CD deveriam ser escolhidos respeitando a diversidade de áreas do conhecimento representadas no CNPq, bem como deveriam ser levadas em conta, nas indicações, as regiões geográficas do país.

Os representantes da comunidade científica, de acordo com essa portaria, eram escolhidos a partir da elaboração de listas tríplexes feitas pela Associação Brasileira de Ciência e pelas sociedades científicas nacionais coordenadas pela Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência (SBPC), e designados por ato do Ministro da Ciência e Tecnologia. Na prática, no entanto, constata-se que a participação de pesquisadores por regiões geográficas até hoje não se realizou plenamente. Durante o período desta pesquisa, por exemplo, o CD contou com a participação de cinco conselheiros vinculados às áreas de Ciências Humanas e Sociais, sendo que apenas um era da região nordeste.

A atual estrutura organizacional do CNPq, definida pelo Decreto nº 7.899, de 4 de fevereiro de 2013, que aprova o estatuto e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), não foi modificada pelo definido na Portaria nº 816, de 17 de dezembro de 2002, com relação à participação e à forma de escolhas dos membros do CD. Desde a época em que foi criado até os dias atuais, o CD continua sendo o órgão máximo de decisão do CNPq. Constitui-se, assim, em fórum privilegiado de discussões acerca da implementação da política de fomento e avaliação da agência. Suas reuniões foram, desde seu início, marcadas por intensas discussões a respeito do processo. Uma das mais recorrentes era a que tratava das bolsas de pesquisa.

A concessão de bolsas estava prevista desde o decreto de criação do CNPq (Lei nº 29.433, de 04 de abril de 1951). Embora suas condições ainda não estivessem instituídas, já estavam indicadas as duas modalidades para as quais seriam concedidas: de estudos e pesquisas (ALBAGLI, 1988, p. 108). Por volta de 1955, as seguintes categorias já estavam instituídas:

1. Bolsas no país:
 - a. Iniciação Científica (IC).
 - b. Aperfeiçoamento ou especialização.
 - c. Estágio para desenvolvimento técnico.
 - d. Pesquisador assistente.
 - e. Pesquisador associado.
 - f. Chefe de pesquisa
2. Bolsas para o exterior:
 - a. Especialização ou de pesquisa.
 - b. Aperfeiçoamento técnico.

Em 1962, foi instituída a bolsa de pós-graduação, mas conservaram-se as modalidades de bolsas no país. A partir da década de 70, o Conselho convidou os mais eminentes cientistas a usufruírem de bolsas de chefe de pesquisa, pesquisador e pesquisador assistente.

As primeiras modalidades de bolsa no país destinavam-se a descobertas de vocações científicas, bolsas de IC e à formação de pesquisadores. Apenas a bolsa de pesquisador e chefe de pesquisa destinava-se a elementos altamente categorizados. As solicitações eram, até 1974, apreciadas pela divisão técnico-científica do órgão, o que

corresponde aproximadamente hoje em dia às coordenações técnicas. Elas tinham como foco a análise das condições técnicas das instituições proponentes, na respectiva área de especialidade, e o objetivo era elaborar parecer fundamentado sobre cada caso, de tal sorte que respaldasse o Conselho Deliberativo, a quem cabia conceder ou não as bolsas.

O mérito do candidato era avaliado por sua atividade científica anterior e pelo compromisso de dedicação exclusiva a atividades, que se constituíram nos primeiros critérios que orientavam a seleção dos bolsistas. Em 1956, inicia-se uma programação para a concessão de auxílios e bolsas através de reuniões com especialistas em cada setor. Entre 1956 e 1974, o processo de avaliação e decisão sobre a concessão das bolsas era feito pelo CD nos moldes citados acima. A participação dos cientistas e da comunidade esteve, até 1974, profundamente relacionada à sua influência na formulação das políticas e programas que deveriam ser implementados pelo Conselho. O processo de avaliação propriamente dito ainda não havia sido incorporado à rotina do Conselho, o que viria a acontecer em 1974, com a criação dos Comitês Assessores e, mais tarde, em 1980, com a incorporação da avaliação por meio da consultoria *ad hoc* aos processos de recomendação e decisão de bolsas e auxílios à pesquisa.

Em 1974, foram constituídos 15 Comitês Assessores (CA) compostos por cientistas renomados, escolhidos pelo Presidente do CNPq, sendo que cada comitê contava com cinco a seis membros com mandato de dois anos (ALBAGLI, 1988, p. 122). As principais atribuições destes comitês eram “propor as diretrizes do programa de fomento à pesquisa e, sobretudo, atuar no julgamento dos pedidos de bolsas e auxílios”. A partir de 1980, os CA passaram a contar o apoio da consultoria *ad hoc* na realização da pré-análise das propostas (ALBAGLI, 1988, p. 123).

Em 1986, com a edição de um novo estatuto (Decreto nº 92.641, de 12 de maio de 1986), o CD foi reativado e o Comitê de Assessores teve seu papel resgatado como “mecanismo de interface com a comunidade técnico-científica, em suas várias áreas do conhecimento” (ALBAGLI, 1988, p. 104). A indicação dos membros do CA passou a contar com a sugestão de membros das sociedades científicas, dos bolsistas de pesquisa do CNPq de nível superior a IIA, dos coordenadores dos cursos de pós-graduação, dos institutos de pesquisa e dos próprios membros do CA ainda em exercício:

Seção II (DECRETO Nº 92.641, DE 12 DE MAIO DE 1986)

Do Conselho Deliberativo e sua Competência

Art. 7º Ao Conselho Deliberativo compete:

§ 2º A indicação dos membros dos Comitês Assessores a que se refere o item XIII deste artigo será feita a partir de nomes sugeridos pela comunidade científica e tecnológica nacional, segundo critérios e procedimentos a serem fixados no Regimento Interno do CNPq.

A reestruturação realizada no contexto da redemocratização do país permitiu que o Estado atendesse às reivindicações e pressões da comunidade científica por mais participação nas decisões a respeito dos rumos da política de ciência e tecnologia e das decisões a respeito da política de fomento. O Decreto nº 92.641 de 12 de maio de 1986, já citado, resgata a participação dos cientistas ao devolver a capacidade legal da comunidade científica de identificar e escolher seus representantes para as funções de avaliação, proposição e julgamento.

Recompunha-se, assim, de maneira mais ampla, o princípio da revisão por pares, em que os cientistas são os únicos capazes de realizar julgamento de projetos e os únicos a escolher seus representantes para tal. A consulta à comunidade científica e tecnológica foi definida no art. 4º do referido Decreto e detalhada pelo Conselho Deliberativo:

Art. 4º Os membros dos CA serão indicados pelo Conselho Deliberativo - CD com base nos nomes sugeridos pela comunidade científica e tecnológica, segundo critérios estabelecidos pelo CD, e designados pelo Presidente do CNPq.

A primeira Resolução Normativa (RN nº 004/1998) após a reestruturação de 1986 sobre o funcionamento dos Comitês Assessores data de 1º de julho de 1998 e define os atores da comunidade científica que irão participar destas escolhas.

Segundo documento interno de 1996 do CNPq, o CD, a partir daquela época, 1986, já definia os atores que participariam da escolha dos membros do CA. A consulta incluía novos atores, como as sociedades científicas e os pesquisadores do nível I até o nível IIA do sistema de bolsa de pesquisa, embrião do sistema de Produtividade em Pesquisa. Os pesquisadores bolsistas passaram a opinar sobre os membros do CA numa situação de equivalência com as sociedades científicas e cursos de pós-graduação.

O que deve ser ressaltado, então, é que se, por um lado, a reestruturação permitiu que se descentralizasse e se ampliasse o escopo de interlocução, por outro, elevou os próprios pesquisadores bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq a uma posição de destaque e equivalência a instituições de ensino superior. Essa posição não só se manteve até os dias de hoje, como foi sendo consolidada. As normas atuais não preveem a participação dos coordenadores de pós-graduação e de chefes dos institutos de pesquisa, mas ainda permanece a consulta aos pesquisadores de PQ e às sociedades científicas e tecnológicas. Tão importante quanto a participação nas escolhas dos membros do CA é a participação no próprio CA.

A norma publicada em 1998 (RN n° 004/1998) não restringia as escolhas de nomes para o CA, exigindo apenas que os membros fossem escolhidos “em função de sua alta qualificação científico-tecnológica e relevância da sua atuação dentro de suas áreas de conhecimento”, e também “da sua ampla visão interdisciplinar e, nos casos pertinentes, destacada atuação no desenvolvimento tecnológico”. Cinco anos mais tarde, essa regra foi alterada: a partir de 2003, a participação no CA passou a ser restrita a pesquisadores de nível I ou a “pesquisadores não bolsistas com o perfil de pesquisadores de nível I” (RN n° 14/2003). Essa redação foi mantida na atual norma para o funcionamento do CA (RN n° 22/2005).

As análises a respeito das escolhas dos membros do CA no período que vai de 1998 a 2003 indicam que a mudança na legislação acompanhou a lógica e a prática das indicações feitas pelo Conselho Deliberativo. Para a área de Sociologia, nesse período todos os consultores indicados ao Comitê Assessor pertenciam ao sistema de Bolsa de Produtividade em Pesquisa, ainda que não houvesse nenhuma exigência legal para tal. Desse modo, os detentores da bolsa não só poderiam/deveriam escolher os membros do CA, mas também prioritariamente poderiam ser escolhidos. Assim, a bolsa de pesquisa/produtividade em pesquisa representou e representa um símbolo de distinção entre os pesquisadores dentro do CNPq, e é a concessão desse benefício que dá início a um processo de acumulação de vantagens, não só materiais, mas também simbólicas.

Paralelamente às discussões sobre as escolhas dos membros do CA, o processo de avaliação por consultores *ad hoc* vai ganhando força como uma importante etapa de avaliação no processo de decisão que envolvia e envolve o Comitê Assessor e a diretoria

executiva do CNPq. Todavia, se, no início, os nomes eram decididos pelo CD, a partir de 1998, com a publicação da RN n° 012/98, os bolsistas de Produtividade em Pesquisa passam a ser automaticamente incluídos na lista de *ad hoc*, além de outros de reconhecida competência:

O critério básico para seleção de consultores ad hoc será a reconhecida competência em sua área de atuação. Os bolsistas de Pesquisa, nível I, do CNPq serão incluídos automaticamente na lista de consultores ad hoc [...] A lista de consultores ad hoc será atualizada periodicamente pelos membros dos Comitês Assessores e técnicos do CNPq (Anexo II).

2.2. Da Bolsa Pesquisa à Bolsa de Produtividade em Pesquisa: a evolução das normas

Em 1955, foram instituídas as categorias bolsa no país e bolsa no exterior. Segundo Silva & Cagnin (1987, p. 17), entre 1955 e 1975, havia sido adotado um sistema de uniformização das solicitações por meio de modelos apropriados e as bolsas, inicialmente só concedidas a pesquisadores com dedicação exclusiva, passaram a ter um valor teto. Esses princípios, segundo esses autores, vigoraram até 1975, quando o sistema de bolsas no país foi marcado por várias modificações.

As antigas modalidades de bolsas de pesquisa foram substituídas por três níveis hierárquicos, tendo por base a titulação, a produção científica e o efeito multiplicador, o qual leva em conta a capacidade de formação de recursos humanos no nível da iniciação científica e também de pós-graduação. Os níveis foram denominados de I, II e III, cada um deles subdividido em três subníveis (A, B e C), todos relacionados à titulação do bolsista. Para a categoria III, exigia-se o nível de mestre, para a categoria II de doutor e a categoria I era reservada aos líderes e chefes de pesquisa.

Até 1992, era o sistema de bolsas de pesquisa, nos moldes institucionalizados em 1976, que possibilitava aos pesquisadores condições e estímulos para a pesquisa de maneira regular e contínua. A partir desse mesmo ano, na RN n° 023/1992, já não se registrava mais o terceiro nível para a concessão de bolsas. A partir daí, ela era concedida apenas a pesquisadores com nível de doutorado, ou formação equivalente, ainda classificados em nível I e II e nos subníveis A, B e C. De acordo com essa norma, a “bolsa de pesquisa é concedida individualmente a pesquisador de comprovada qualificação e experiência para desenvolver projeto de pesquisa (individual ou integrado)”.

Muito embora não exista um estudo específico que estabeleça as relações entre as modificações operadas na concessão das bolsas de pesquisa do CNPq e as alterações nos indicadores de produtividade científica, é possível supor que, ao conceder a bolsa, a agência incentiva a pesquisa e, ao mesmo tempo, fornece condições materiais objetivas para seu desenvolvimento, possibilitando o surgimento de um grupo de cientistas vinculados não só à docência, mas também à pesquisa.

As bolsas de pesquisa, como eram chamadas desde sua criação até 1994, quando passaram a ser denominadas Bolsas de Produtividade em Pesquisa e eram caracterizadas como “um prêmio, e também como uma distinção para o pesquisador em franca atividade” (74ª Reunião do Conselho Deliberativo, 15/12/1994). Elas compunham o programa mais geral de bolsas no país ao lado de bolsas como de iniciação científica, aperfeiçoamento, mestrado, doutorado e outras de caráter mais tecnológico.

Em 1994, a RN nº 028/1994 estabeleceu que as bolsas de pesquisas não seriam mais denominadas de Bolsas de Pesquisa, mas de Produtividade em Pesquisa (PQ) e que os “valores e seus respectivos parâmetros seriam determinados pelo Presidente do CNPq, em norma específica” (Reunião do Conselho Deliberativo realizada em de 1994).

A mudança de nome não deve ser considerada detalhe irrelevante, pois reflete, de maneira inequívoca, a intensificação dos processos de avaliação e o uso de padrões internacionais para mensurar os resultados da ciência. Para Baumgarten (2004, p. 1),

A relação entre Estado e coletividades científicas, no Brasil, na década de 1990, se expressa em políticas públicas, pelas quais o Estado, com o apoio parcial dos cientistas, institui a “excelência” como o centro da reorganização do desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro, tomando-a como condição essencial para a obtenção dos níveis de competitividade exigidos para a inserção do País na nova ordem econômica mundial. Um dos elementos centrais dessas políticas é a avaliação.

De fato, o processo de mensuração da ciência por meio da utilização de critérios quantitativos para avaliação data da década de 60 nos países centrais, e coincide o surgimento da própria ciência e seus resultados como objeto de estudo e mais especificamente com o aparecimento da cientometria. A utilização de indicadores quantitativos não é, porém, consensual do ponto de vista de sua eficácia para a área das humanidades.

Muitas controvérsias cercam a utilização desses critérios para a avaliação de pesquisas em andamento ou a serem desenvolvidas. A principal delas diz respeito ao fato de que a cientometria é um critério utilizado pelos países centrais, que possuem estruturas e organizações diferentes das encontradas nos países latinos, e que a importação pura e simples não leva em consideração o estágio de desenvolvimento da ciência brasileira e sua posição na divisão internacional do trabalho intelectual. Ademais, os critérios quantitativos padronizam contribuições de valores diferentes. (BAUMGARTEN, 2004; VELHO, 2000, RIP, 1994).

Todavia, a utilização desse critério vai ganhando força na agência, pressionada, talvez, para apresentação de resultados nos investimentos feitos em bolsas e pesquisas, e, ao mesmo tempo, pela necessidade de inserção na comunidade científica internacional. Em 1995, apesar de ter sido alterado o nome da bolsa, ainda são mantidas as mesmas divisões em níveis e em subníveis. Somente em 2003 foram suprimidos os subníveis B e C do nível II, ficando apenas sob a designação de nível II; e o nível IIA incorporado ao nível I como nível ID.

Para além delas, deve-se registrar que vão ganhando visibilidade as exigências para que os critérios de julgamento levem em consideração a produção científica do ponto de vista quantitativo.

As mudanças nos critérios e mesmo no nome da bolsa acompanham as mudanças globais nos parâmetros de avaliação dos cientistas, baseadas em índices bibliométricos que vão se consolidando como indicadores de produção científica. Não se trata mais da concessão de bolsa de pesquisa, mas sim da concessão de Bolsa de Produtividade em Pesquisa.

Desde sua criação, o CNPq teve como principal linha de ação a formação de recursos humanos através da concessão de bolsas e auxílios à pesquisa e, apesar das marchas e contramarchas na sua missão e nas suas funções, essa linha de ação foi conservada e incentivada.

De maneira geral, pode-se dizer que as transformações no cenário político, com alto impacto no CNPq e nas suas diretrizes para o fomento, levaram, na prática, a uma concentração de esforços e investimentos financeiros na formação de recursos humanos, em comparação aos investimentos em modalidades como Auxílio à Pesquisa.

Para Morel (1979), essa ênfase, logo no início de sua existência, era justificada pelo entendimento que o Estado, sobretudo a partir de 1964, tinha do que seriam as necessidades do país para seu desenvolvimento econômico. Segundo a autora, esta compreensão dependia “de dois sistemas institucionais fundamentais: a rede universitária (formação de pessoal nos níveis de graduação e pós-graduação) e o institutos de pesquisa” (p. 52).

A ênfase nessa linha de ação foi constatada também no documento sobre os 45 anos do CNPq:

Ao longo dos anos a repartição dos recursos nos programas de bolsas (no país e no exterior) e Auxílios a Pesquisa tem crescentemente favorecido os primeiros em detrimento do último. Em 1951, por exemplo, a proporção entre os recursos para auxílios e aqueles para as bolsas destinados pelo CNPq a todos os setores de pesquisa foi de 15:1, o que significou alocar em valores correntes daquele ano CR\$15.578.00,00 e CR\$1.106.966,00 para as bolsas. (CNPq, 1996)

Essa relação auxílio/bolsas manteve-se praticamente constante até a década de 70, quando o sistema de fomento passou a beneficiar, de forma crescente, os programas de bolsas. Na década de 80, o valor desse quociente passou a ser “de 2:5 até 1986 e de 1:5 para os anos restantes. No período de 1990 a 1993, esse quociente tornou-se 1:10” (CNPq 45 anos, 1996, p. 10). A explicação para essa dinâmica compreende, por um lado, questões objetivas como a criação dos cursos de pós-graduação no país e a necessidade do reforço do CNPq à CAPES como medida para garantir institucionalmente a formação de recursos humanos e consolidar a pós-graduação brasileira, e, por outro, foi fruto da influência e capacidade de articulação de alguns grupos de cientistas capazes de garantir e intensificar a política de formação de recursos humanos (ALBAGLI, 1987).

2.3. O CNPq de 2003 a 2012: o Conselho Deliberativo e o Comitê Assessor

A partir de 2003, sob a presidência de Erney Camargo, registraram-se mudanças significativas na estrutura de participação da comunidade científica em geral no CNPq e consolidou-se a participação dos bolsistas PQ tanto na estrutura de decisão quanto na de avaliação.

Seguindo as discussões das atas do Conselho Deliberativo, entre 2003 e 2005, é possível perceber uma insatisfação por parte dos interlocutores, representantes da

comunidade científica, sobre a escolha dos membros do CA. Ao mesmo tempo em que essas discussões diziam respeito aos critérios de indicação dos membros do CA, nessas reuniões houve denúncias relativas à atuação do Comitê e aos resultados dos julgamentos.

Em 2003, o presidente do CNPq solicitou aos membros do CD que fizessem uma revisão e trouxessem sugestões para as mudanças que deveriam ser feitas na legislação que regulava e regulamentava a atuação do CA dentro do Conselho. Já em 2003, a RN n° 014/2003, a primeira publicada nessa nova fase, faz a fusão, numa só norma, da regulamentação dos procedimentos referentes a todos os órgãos de assessoramento do CNPq. Estavam incluídos aí não só o CA, mas também o CD, os consultores *ad hoc* e os comitês temáticos.

A norma reflete em parte um processo de discussão que se deu no Conselho Deliberativo, sobretudo a partir de 2003, a respeito das funções da consultoria *ad hoc* e dos Comitês Assessores no processo de avaliação das propostas. Diferentemente da norma anterior (RN n° 004/1998), a norma de 2003 define os atores que poderão escolher os membros do CA da mesma maneira que define aqueles que poderão ser escolhidos. Tanto em uma situação como em outra a presença dos bolsistas de Produtividade em Pesquisa ficou garantida. A eles e às sociedades científicas coube tanto a tarefa de escolher os membros do CA como o bônus de serem os únicos atores passíveis de participar dos comitês:

Art. 4º Os membros dos CAs serão indicados pelo Conselho Deliberativo - CD com base nos nomes sugeridos pela comunidade científica e tecnológica, segundo critérios estabelecidos pelo CD, e designados pelo Presidente do CNPq” (RN n° 004/1998).

Mais à frente, o art. 11, dispõe que:

O Conselho Deliberativo escolherá os membros titulares e suplentes dos CAs entre os pesquisadores bolsistas de Produtividade em Pesquisa de nível I ou entre pesquisadores não bolsistas com o perfil de pesquisadores de nível I. § Único - Pesquisadores com bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq e Sociedades Científicas e Tecnológicas das diferentes áreas do conhecimento serão consultados para sugerir nomes que possam compor os CAs, conforme normas e procedimentos estabelecidos pelo CD. (RN n° 014/2003).

Na mesma norma, registra-se também uma mudança importante a respeito dos procedimentos relativos às deliberações sobre as bolsas e os recursos. Essa mudança pode ser entendida em parte como resultado de reclamações sobre as concessões de bolsa. É a partir dessa norma que os Comitês Assessores passaram a publicar os critérios que orientam os julgamentos. Na prática, esses critérios só foram publicados na página do CNPq a partir de 2005.

Ficou definida então, pela RN n° 014/2003, a obrigatoriedade de se declararem os critérios tanto quanto foi definido legalmente que estes deveriam contemplar indicadores quantitativos e qualitativos para julgamento da Bolsa de Produtividade em Pesquisa:

Art. 18 Cada CA deverá preparar, em função da especificidade de cada área do conhecimento, critérios gerais para a avaliação de bolsas de Produtividade em Pesquisa.

§1° Esses critérios deverão ser publicados na página do CNPq.

§2° Esses critérios poderão ser atualizados uma vez por ano e deverão ter validade para o ano seguinte.

§3° Os critérios devem contemplar aspectos quantitativos e qualitativos.

§4° O CD estabelecerá o interstício mínimo para a ascensão em cada nível.

§5° Nenhum pesquisador poderá saltar nível no processo de ascensão.

§6° O CA poderá propor o rebaixamento de nível de pesquisadores cuja produtividade, num dado triênio, não corresponda à do nível em que estiver classificado, mas que tenham tido produtividade que justifique a manutenção da bolsa PQ. (RN n° 014/2003)

Embora as reuniões do CD tenham registrado, naquele período, muitas discussões sobre o processo de escolha dos membros do CA, as resoluções normativas publicadas em 2003 e 2005 não alteram de forma significativa a sistemática estabelecida em 1998. As escolhas dos membros do CA continuam sendo da alçada do Conselho Deliberativo, respaldadas por sugestões das sociedades científicas e tecnológicas de âmbito nacional e, a partir de 2003, a consulta se estende aos Bolsistas de Produtividade em Pesquisa nível I, que além de votar seriam os únicos no sistema de Produtividade que poderiam ser escolhidos como membros do CA. Somente em casos excepcionais um bolsista nível 2 poderia ocupar o lugar como membro no Comitê Assessor.

Essa alteração representa um fortalecimento legal dos bolsistas PQ na estrutura avaliativa e decisória do CNPq. Mesmo que antes da norma publicada em 2003 na prática já fossem eles os escolhidos, a regulamentação indica a força dos detentores da bolsa dentro do Conselho.

O art. 10 da RN n° 022/2005, que permanece com a mesma redação, registra o universo possível das escolhas para os representantes dos CA: “o Conselho Deliberativo escolherá os membros titulares e suplentes dos CA entre os pesquisadores bolsistas de Produtividade em Pesquisa de nível I ou entre pesquisadores não bolsistas com o perfil de pesquisadores de nível I” (RN n° 022/2005).

Na prática, no que se refere à composição do CA para o programa básico de Sociologia nesses últimos dez anos (2002/2012), estiveram presentes apenas pesquisadores bolsistas de Produtividade em Pesquisa. A resolução normativa atual registra que, apenas em casos excepcionais, os bolsistas nível II poderão assumir uma vaga no CA. Permanece como prerrogativa dos bolsistas PQ a indicação dos nomes para a composição do CA ao lado das sociedades científicas.

Deve-se, registrar que, na 128ª reunião do CD, foi sugerido pelo representante da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), o acréscimo de uma regra segundo a qual a escolha dos assessores deveria considerar a diversidade de subáreas de conhecimento, bem como a distribuição institucional e regional (Ata da 128ª reunião do CD realizada em 2004). Porém, nenhuma das Resoluções Normativas publicadas até então havia contemplado a sugestão.

A norma para a indicação dos consultores permanece como editada em 2003 e as mudanças ocorreram apenas no tempo de mandato dos consultores, que hoje é de 36 meses já tendo sido de apenas dois anos.

Atualmente fazem parte do CNPq 44 CAs divididos entre as áreas do conhecimento que, por sua vez, estão agrupadas em três diretorias. Há, ainda, CA interdisciplinares, como o de Ciências Ambientais. Ao todo, há cerca de 300 consultores, cujos nomes são indicados pelas respectivas sociedades científicas e por pesquisadores bolsistas de produtividade em pesquisa ou de qualificação equivalente. Cada um desses representantes pode indicar até três nomes para compor o CA. Os nomes são decididos pelo Conselho Deliberativo e o mandato é de três anos, sendo vedada a recondução.

Com relação às sociedades científicas, deve-se observar que somente aquelas aprovadas pelo CD têm direito de voto. O texto abaixo, retirado de um anexo de uma ata do CD, registra a forma de participação dessas sociedades científicas:

As sociedades e associações (Anexo II), aprovadas pelo Conselho Deliberativo (CD) e com seus dados atualizados no Cadastro de Informações Institucionais (CADI) do CNPq (di_atend@cnpq.br), indicarão necessariamente três nomes de pesquisadores, de diferentes instituições, de suas áreas respectivas, podendo também fazê-lo para as outras áreas que estão sendo renovadas, pertencentes ao mesmo comitê, quando for o caso.

O alcance e a participação dos assessores vão além dos processos de avaliação dos pedidos de bolsa e apoio, pois as atribuições do CA registradas na norma revelam a participação dos assessores na formulação da política de fomento da agência, confirmando a relação de proximidade que se instaurou entre a agência e a comunidade desde seus primeiros anos de funcionamento. Nenhuma das revisões feitas alterou o conteúdo da participação dos assessores que, ao longo do tempo, passaram da categoria comunidade científica para bolsistas de PQ nas exigências de participação nas atividades de formulação da política de fomento.

Com relação ao CD, a atual composição conta com a participação de 18 membros: seis são da comunidade científica, três da comunidade tecnológica, três da comunidade empresarial, um do corpo funcional e cinco representantes da burocracia estatal do sistema de CT&I, incluído o presidente do CNPq.

2.4. Processo atual de decisão formal para concessão da bolsa e do *Grant*

O processo de decisão operacional sobre a concessão das bolsas de Produtividade em Pesquisa constitui-se, de maneira simplificada, em quatro etapas, sendo que cada uma responde por diferentes funções nesse processo e corresponde igualmente a diferenciados níveis de decisão sobre os pedidos.

A primeira etapa corresponde à análise da área técnica, que decide sobre a legalidade do pedido, observando as normas em curso (RN n° 016/2006), sendo tarefa desses técnicos, servidores de carreira do Estado, o envio das propostas à consultoria *ad hoc*.

A segunda etapa corresponde à avaliação da proposta pela consultoria *ad hoc*, composta prioritariamente por bolsistas de produtividade²⁰ de cada programa básico, escolhidos pelos técnicos. A consultoria *ad hoc* avalia as propostas com base no preenchimento de um formulário que atribui nota e/ou conceito aos pedidos. Ao final do formulário, como conclusão, os pareceristas devem qualificar a proposta como: excelente, bom, médio ou fraco. Em 2002, esses indicadores eram: recomendado/recomendado com restrição e não recomendado.

A terceira etapa é aquela em que os pedidos são analisados pelos Comitês Assessores de cada área do conhecimento. Essa atribuição está definida e regulamentada pela RN n° 022/2005:

Capítulo II - Dos Comitês de Assessoramento

Art. 12 Compete aos Comitês de Assessoramento:

- d) analisar as solicitações de bolsas e auxílios, elegendo critérios específicos de julgamento e emitindo parecer fundamentado quanto a seu mérito científico e técnico e a sua adequação orçamentária e recomendando ou não sua concessão, que é atribuição da Diretoria Executiva.

A norma é clara no sentido da atribuição das decisões. Ao CA cabe recomendar a concessão e à Diretoria cabe decidir sobre a concessão ou não. As Resoluções Normativas publicadas desde 1996 mantiveram essa dinâmica.

Assim, de maneira geral, cabe aos CA recomendarem e à Diretoria decidir. No processo de decisão, os CA contam com o auxílio de assessores *ad hoc* para subsidiar, do ponto de vista do mérito, suas recomendações. Observa-se o que Albagli (1987) havia ressaltado na história do CNPq, não só na sua construção como na sua consolidação, a grande participação da comunidade científica, ou de grupos delas, na formulação, escolha e avaliação de pesquisas.

Ademais, o que ocorre na prática é que ao CA é solicitado que as propostas escolhidas sejam hierarquizadas em função das prioridades estabelecidas por área para que, nas condições de escassos recursos, a Diretoria os conceda a quem tiver alcançado classificação para a concessão.

²⁰ Pela norma, pesquisadores não bolsistas poderão integrar o elenco de consultores *ad hoc* quando convidados, ainda que não esteja previsto em que circunstâncias ou a quem caberia o convite.

Este parece ser um dos pontos cruciais na questão da indicação e recomendação para concessão do benefício. Na prática, a cada área é destinada uma cota de recursos ou bolsas, cabe ao CA identificar as “melhores propostas”, com base nos *ad hoc*, embora tenha a liberdade de não fazê-las e de classificá-las para o recebimento dos recursos segundo suas avaliações sobre o mérito e a produção científica de cada candidato. Desse modo na cadeia de decisões o CA tem prioridade sobre os *ad hocs*. Na prática e seguindo a orientação da agência, o CA classifica os pedidos segundo os critérios de excelência de cada área do conhecimento. Em geral, os CA classificam propostas além da cota concedida pelo CNPq, isto quer dizer que algumas delas podem ser bem avaliadas mas não conseguem ser beneficiadas.

O problema aqui reside justamente, ao que interessa para esta pesquisa, na classificação dos pesquisadores para a concessão do recurso. Os dados analisados sobre as avaliações dos *ad hoc*, que serão apresentados no Capítulo 4, indicam avaliações positivas para um grande número de pesquisadores que, embora bem avaliados não alcançam prioridade para o recebimento do recurso.

A Resolução Normativa 022/2005 modifica as resoluções anteriores (RN017/2005 e RN014/2003) no tocante a exigência do CA em explicitar os critérios que orientam o julgamento e avaliação. Até esta data os critérios não eram publicados. Por esta norma o CA deve formular critérios específicos relativos as suas áreas de atuação além de levar em consideração exigência do CNPq, para ingresso no sistema de Produtividade em Pesquisa. Ao CNPq cabe publicar os critérios que orientam as avaliações de cada modalidade de maneira que os concernentes possam deles tomar conhecimento. Na prática, entretanto, na página do CNPq, em relação ao CA de Sociologia, estão publicados apenas os critérios sobre a Bolsa de Produtividade em Pesquisa.

Art. 20 Cada CA deverá preparar, em função da especificidade de cada área do conhecimento e das subáreas que integram o Comitê, critérios para avaliação das demandas dos diferentes programas do CNPq.

§1º Esses critérios deverão ser formulados de maneira clara e explícita e dizer respeito tão somente ao mérito científico-tecnológico do pesquisador e da solicitação.

§2º Os critérios devem ser qualitativos, admitindo-se, no entanto, que subsidiariamente, se utilizem critérios quantitativos.

§3º Esses critérios deverão ser publicados na página do CNPq e deverão ser revistos anualmente, à exceção para as bolsas de Produtividade em Pesquisa e de Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora, cuja revisão dos critérios será feita a cada três anos.)

§4º No julgamento das demandas, o Comitê não deve usar critérios distintos daqueles que foram divulgados. (RN 022/2005)

Ao longo do período de pesquisa deste trabalho, o Comitê Assessor contou com a participação de dez membros titulares com mandatos diferenciados de dois a três anos. Desses dez membros, cinco eram da região sudeste, sendo dois da Universidade de São Paulo, um da Universidade Federal de São Carlos, um da Universidade Nove de Julho, um da Universidade Estadual de Campinas e um da Universidade Federal do Rio de Janeiro; dois eram da região sul, ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; um da região centro-oeste, da Universidade de Brasília, e um representante da região nordeste, vinculado à Universidade Federal de Pernambuco.

Além dos CA, o CNPq conta com a participação de outros Comitês de Assessoramento, como Comissão de Assessoramento Técnico-Científico (CATC), formada por 15 integrantes, distribuídos entre três diretores técnicos do CNPq, três representantes da comunidade científica e tecnológica e nove coordenadores de comitês de assessoramento. A CATC é um órgão colegiado criado para auxiliar cientificamente e tecnologicamente a Diretoria Executiva (DEX) e o Conselho Deliberativo (CD) da agência. O Núcleo de Assessores em Tecnologia e Inovação (Nati) também é um Comitê de Assessoramento formado a partir um banco de pesquisadores que são convocados para assessorar o CNPq em ações relacionadas com tecnologia e inovação. Essa assessoria pode se dar na consulta individual ou em grupo sobre um determinado assunto ou tema, bem como na emissão de pareceres ou, especialmente, na formação de comitês avaliadores, quando do julgamento de chamadas, sobretudo as referentes a bolsas DT e as financiadas pelos Fundos Setoriais.

Neste capítulo tentamos mostrar a importância que o CNPq teve, desde seus anos iniciais, e ainda tem para a formação de pesquisadores no Brasil, através da concessão de bolsas e recursos que viabilizaram suas pesquisas tanto do ponto de vista dos recursos

pessoais quanto das ferramentas necessárias para este fim. Por outro lado, a participação da comunidade científica marcante desde a criação da agência, e isso só vem se acentuando desde então. Percebe-se pelo levantamento da legislação que, a partir de 2003, a participação dos pesquisadores cada vez mais vai se limitar à participação dos Bolsistas de Produtividade em Pesquisa, não apenas no processo de avaliação como também nas instancias mais importantes do CNPq. O ponto crucial, aqui notado, diz respeito ao fato de que a “a comunidade científica” e sua representatividade na agência ficou reduzida aos pesquisadores Bolsistas de PQ, especialmente os de nível 1²¹.

Como será visto nos próximos capítulos, a concentração de bolsas PQ em alguns Estados e Instituições limita ainda mais a capacidade representativa destes Bolsistas frente à comunidade científica de maneira geral. Por outro lado, é visível a associação entre capacidade técnica – ou o reconhecimento dos pares, através da concessão da bolsa - e o aumento na participação das instâncias deliberativas da agência. Em outras palavras, e apesar desta dimensão não estar contemplada na discussão teórica apresentada por Merton sobre a diferenciação entre pesquisadores, trata-se da relação entre a concessão da bolsa e o poder de participar e ocupar lugares-chaves dentro da agência. E como se verá, poder que se acumula e se reproduz em estados, regiões e Instituições.

²¹ Na legislação anterior a 2003, era admitida, por exemplo, a participação de pesquisadores não bolsistas como *ad hocs* ou mesmo no Comitê Assessor.

3. UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO: VISÃO GERAL DO CAMPO DA SOCIOLOGIA PARA AS BOLSAS DE PRODUTIVIDADE EM PESQUISA, REFLETINDO SOBRE A ACUMULAÇÃO DE VANTAGENS A PARTIR DOS ASPECTOS EXTERNOS

Iniciamos este capítulo com a apresentação e análise dos dados relativos ao número de pedidos e concessões de bolsa de Produtividade em Pesquisa, entre 2002 e 2012, no que se refere à distribuição geográfica e institucional.

Para mostrar o processo de concentração, foram feitos dois grandes recortes. O primeiro recorte apresenta a distribuição geral das propostas e dos pesquisadores segundo seus vínculos institucionais e regionais. No segundo recorte, selecionamos algumas características das propostas e dos pesquisadores que poderiam indicar ou mesmo comprovar a concentração de recursos e a acumulação de vantagens. Essas características estão relacionadas ao conteúdo das propostas apresentadas especificamente para as demandas de produtividade em pesquisa no que concerne aos temas de pesquisa, avaliação *ad hoc* e produção científica.

Neste estudo, os pesquisadores foram divididos em dois grupos: os que têm ou já tiveram bolsa de PQ e os que nunca tiveram. O objetivo dessa divisão foi apresentar as características específicas de cada grupo não só no que se refere aos seus vínculos institucionais e regionais, mas também – e sobretudo – àquelas características relacionadas ao conteúdo das propostas. Tais características assumem papel decisivo no processo de concentração e acumulação de vantagens. Assim, foi possível também, como parte de nossos objetivos, construir um perfil de cada um dos grupos.

Finalmente, o último item desta análise de dados trata da concessão de outros recursos aos dois grupos, além da bolsa de produtividade em pesquisa. Constitui uma tentativa de evidenciar, por meio dos dados sobre a concessão de outros recursos da agência, o processo de concentração a partir da bolsa de Produtividade em Pesquisa.

A apresentação dos dados, partindo do nível mais geral, cumpre a função de mostrar que o processo de concentração que se desenvolve a partir da bolsa de Produtividade em Pesquisa assume proporções que vão além dos limites da agência. E,

assim, oferece visibilidade a uma questão importante, que representa, de certa maneira, pano de fundo deste trabalho: demonstrar que as raízes da concentração encontram-se no nível de decisão macro da política de C&T e no processo interno de premiação e concessão de recursos da agência a pesquisadores individuais.

Cabe aqui a observação de que o problema das desigualdades e das hierarquias na ciência é complexo, porque relaciona aspectos internos referentes ao sistema de premiação e reconhecimento da ciência e aspectos relacionados à realidade social e às diretrizes da política de Ciência e Tecnologia do Estado em determinado período.

Várias dimensões da vida social concorrem para explicar essas desigualdades. A complexa relação entre pesquisador e instituição e região geográfica envolve processos que estão para além dos limites da concessão de recursos ou da lógica *strictu sensu* da ciência e de suas hierarquias.

A opção por essa estratégia de análise dos dados resultou em um mapeamento das propostas e pesquisadores com relação aos pedidos e aprovações de bolsa de Produtividade em Pesquisa distribuída por regiões, estados e instituições. Ainda que não fosse interesse direto desta pesquisa o mapeamento desses dados, isso nos permitiu observar os contornos mais gerais de um processo de hierarquização entre estados, regiões e instituições no campo da Sociologia, visto a partir da concessão da bolsa PQ.

O segundo recorte foi o que destacou as características acadêmicas das propostas. O estudo dessas características está na base do princípio que informa a distribuição desigual do reconhecimento, admitindo que a acumulação de vantagens se coloque em funcionamento a partir dessas características. Partindo do conceito de Efeito Mateus e de acumulação de vantagens, algumas delas, ou o seu conjunto, permitirão que seu detentor acumule – ou não – certas vantagens. No caso específico deste trabalho, a acumulação de vantagens significa recebimento de recursos da agência.

As discussões teóricas que envolvem o Efeito Mateus e a acumulação de vantagens já foram apresentadas no capítulo anterior, contudo enfatizamos que a base ou o princípio que informa o conceito está ligado a diferenças na premiação e no reconhecimento entre cientistas, mais precisamente numa distribuição desigual do reconhecimento, cujas bases podem se dar mais em razão de características atribuídas do que alcançadas. O significado de atribuído, nesse caso, é permeado pela ideia de que

pesquisadores já estabelecidos, que conseguiram mostrar mérito em determinado momento, são automaticamente premiados. Assim, o princípio da meritocracia não é de mérito alcançado, mas sim atribuído quase que automaticamente em função de determinadas características.

Esses recortes foram realizados tendo como referência os dois clássicos estudos empíricos sobre concentração de recursos e acumulação de vantagens na ciência. Destacamos, em particular, os estudos de Cole & Cole (1992) sobre estratificação social na ciência e o de Zucherman (1995) sobre a elite científica. Ambos procuram mostrar o processo de acumulação de vantagens e a comprovação do Efeito Mateus, por meio do estudo de determinadas características acadêmicas.

A ideia central nesses estudos, e que tomamos aqui como referência, é que algumas dessas características assumem papel preponderante na carreira dos pesquisadores e, por meio delas, eles acumulam vantagens ou desvantagens. Cole e Cole (1973) indicam que produções científicas feitas a partir de departamentos com maior visibilidade tendem a ser mais respeitados. Zucherman (1995), por sua vez, constata que as instituições de vínculo exercem desde cedo papel fundamental na carreira dos cientistas.

Com vistas à comprovação de nossa tese, selecionamos quatro fatores para análise do processo de concentração de recursos – produção científica, avaliação de mérito, temas de pesquisa e recebimento de recursos. À exceção do último fator, os demais estão situados no centro das avaliações por pares para a concessão de bolsa de produtividade.

A segunda seção deste capítulo trata da apresentação e análise dos dados realizada a partir do segundo recorte. Três características foram escolhidas tendo como referência a centralidade e a importância que ocupam no processo legal de julgamento e avaliação de propostas em curso no CNPq. A ideia principal era mostrar como essas características podem influenciar no processo de concentração de recursos e de acumulação de vantagens, pois algumas delas, vinculadas ao grupo dos que ganham a bolsa, tornam-se características dominantes no sistema, passando a ser características requeridas.

Essas características foram escolhidas tendo como referência o papel destacado que ocupam na norma estabelecida pelo CNPq, que orienta o julgamento e a seleção de propostas. De acordo com a Resolução Normativa nº 016/2006, a bolsa deve ser destinada

a pesquisadores que se destaquem entre seus pares, valorizando sua produção científica ao mesmo tempo em que exige que o mérito científico seja um dos itens considerados como requisito e condição para ingresso no sistema. A relevância e a originalidade do projeto constam igualmente como itens a serem observados para a concessão da bolsa de Produtividade.

Foram selecionadas as seguintes características das propostas submetidas aos editais de bolsa de Produtividade em Pesquisa entre 2002 e 2012: (i) o mérito da proposta, considerado a partir das avaliações da consultoria científica; (ii) as áreas de pesquisa registradas como áreas de atuação principal na proposta eletrônica dos candidatos; e (iii) a produção científica registrada no Currículo Lattes. Todas elas foram analisadas com referência ao grupo a que pertencem: aqueles que ganharam e aqueles que não ganharam a bolsa.

O perfil e as características das propostas concedidas, entre 2002 e 2012, revelam que algumas dessas características são predominantes no sistema. Interessa-nos perceber quais são as diferenças entre os grupos relativos a essas características. Os dados levantados referentes à avaliação de mérito das propostas apresentadas pelos dois grupos foram pensados enquanto características que podiam revelar o quão diferentemente separados pelo mérito científico estavam os grupos, de tal sorte que se pudesse, por este caminho, encontrar uma explicação para aqueles que nunca ganharam a bolsa.

Embora não represente uma característica “clássica” para o exame do processo de acumulação, a análise destes dados permitiu-nos observar o comportamento dos pareceres de mérito nos casos de pesquisadores já consagrados e, dessa maneira, confirmar a tendência inscrita no processo de acumulação de vantagens.

A investigação sobre as áreas de pesquisa declaradas nos pedidos de bolsa de Produtividade envolveu uma discussão sobre a hierarquia entre os temas e a distribuição desses entre os grupos e as instituições de vínculo dos pesquisadores. Os dados revelaram a existência da relação entre áreas, instituições e aprovações. Tentamos evidenciar as possibilidades que relacionam visibilidades, áreas de pesquisa e reconhecimento. A escolha da característica dos grupos relativamente ao tema de pesquisa foi pensada a partir da possibilidade de se relacionar temas de pesquisa e notoriedade ou, ainda, temas de

pesquisa que podem ser dominantes e suas relações com as instituições e concessões de bolsa de Produtividade em Pesquisa.

A produção científica representa a característica que tem maior peso e relação com as concessões da bolsa e, ao mesmo tempo, é a característica que distingue pesquisadores em suas áreas e subáreas do conhecimento. Assim, ela é uma importante característica que relaciona recursos e acumulação de vantagens.

Por último, a característica que apresenta uma forte relação com o processo de acumulação é a que trata da concessão de recursos. No caso deste trabalho, os recursos considerados são todos aqueles concedidos pelo CNPq, nos últimos dez anos, aos pesquisadores elencados, inclusive a bolsa de Produtividade. O objetivo principal era mostrar que os pesquisadores que já possuem bolsa de Produtividade em Pesquisa tendem a receber mais financiamentos que seus colegas que não têm.

Vale registrar o que foi observado por Zucherman (1995, p. 62) relativamente às características envolvidas em processos de acumulação de vantagens na ciência:

Since collegial recognition and esteem are the prime rewards for scientific achievement, honored standing must be converted into other assets more directly applicable to further occupational achievement: including assets such as influence in allocative decisions, access to gate-keeping positions (such as editorship and slots on panels allocating research funds and awards) and most important for the accumulation of advantage new facilities for work.²²

Grosso modo, o exame dessas características e sua relação com cada grupo oferece uma imagem sobre a desigualdade e a estratificação entre os pesquisadores, observadas a partir da concessão da bolsa de Produtividade em Pesquisa. As diferenças estabelecidas refletem e alimentam essa estratificação por meio do processo de acumulação de vantagens.

No que diz respeito às diferenças que se verificaram entre os grupos de pesquisadores, faz-se necessário advertir que podemos também perceber a existência de

²² Já que reconhecimento colegiado e estima são as principais recompensas para realização científica, status honorífico deve ser convertido em outros ativos mais diretamente aplicáveis para se obter outras realizações ocupacionais: incluindo ativos como a influência em decisões de alocação de recursos, acesso a posições de controle de acesso (tais como editoria e vagas em painéis para alocação de fundos de pesquisa e premiações) e, o que é mais importante para a acumulação de vantagens, mais recursos para se trabalhar.

diferenças entre os membros de um mesmo grupo. Na análise dos dados, fica claro que essa estratificação existe internamente em cada grupo. Embora o nosso objetivo não fosse apresentar as diferenças que se colocam entre pesquisadores de um mesmo grupo, consideramos importante registrar que não passaram despercebidas as hierarquias internas a cada grupo e que, de certa maneira, as diferenças que operam internamente nos grupos mantêm uma relação com o processo maior de hierarquização dentro de cada grupo. Pesquisadores no topo da hierarquia tendem a obter mais reconhecimento do que aqueles que, mesmo na elite, ocupam uma posição inferior.

Este capítulo representa, portanto, um esforço em identificar e dimensionar as diferenças entre os grupos no que diz respeito às características ao mesmo tempo em que busca compreender como essas características podem influenciar, positiva ou negativamente, no processo de acumulação de vantagens para a concessão da bolsa da PQ e de outros recursos.

3.1. Mapeando as propostas

“The concept of cumulative advantage directs our attention to the ways in which initial comparative advantages of trained capacity structural location , and available resources make for successive increments for advantage such that the gaps between the haves and the have-nots in science (as in other domains of social life) widen until dampened by countervailing processes.”²³

A Tabela 1 apresenta o número de pedidos por bolsa de Produtividade em Pesquisa no período entre 2002 e 2012, ano a ano. Apresenta também o percentual de propostas aprovadas e reprovadas ao longo desse período. Como se pode observar, entre 2002 e 2012, foram apresentadas, ao Programa Básico de Sociologia, 1.154 propostas de 527 pesquisadores que registraram vínculo empregatício em 100 instituições de ensino superior entre públicas e privadas e/ou fundações de apoio a pesquisa.

Tabela 1 - Propostas de Bolsas de Produtividade em Pesquisa ano a ano

Ano	Total	Aprovadas	%	Reprovadas	%
2002	15	10	66,67	05	33,33
2003	87	44	50,57	43	49,43
2004	76	50	65,79	26	34,21

²³ MERTON, Robert K. *The Matthew Effect in Science II*, 1988, p. 606.

Ano	Total	Aprovadas	%	Reprovadas	%
2005	81	33	40,74	48	59,26
2006	127	66	51,97	61	48,03
2007	123	61	49,59	62	50,41
2008	124	51	41,13	73	58,87
2009	163	73	44,79	90	55,21
2010	119	61	51,26	58	48,74
2011	126	52	41,27	74	58,73
2012	113	47	41,59	66	58,41

Fonte: organizada pela autora a partir dos dados cedidos pelo CNPq (2002-2012)

Entre as 1.154 propostas apresentadas, 548 delas foram concedidas a pesquisadores que receberam bolsa de Produtividade em Pesquisa, ao passo que as outras 606 correspondem a propostas de pesquisadores que não receberam a bolsa de PQ. Em termos percentuais, esses valores indicam que 47,9% das propostas submetidas foram aprovadas e 53% reprovadas. De um ponto de vista legal, o que distingue um grupo do outro para a aprovação é o atendimento, tanto aos critérios do Comitê Assessor quanto os da agência, que incluem, para o primeiro, mérito e produção científica compatíveis com o nível solicitado e, para o segundo, a condição fundamental é o tempo exigido de doutorado.

A Tabela 1 aponta uma evolução no número de pedidos. Em 2003, verificamos que foram registradas 87 solicitações de bolsa de Produtividade em Pesquisa. Em 2012, o número de pedidos alcançou a marca de 113 propostas aplicadas ao Programa Básico de Sociologia. Este aumento representa um acréscimo de cerca de 30% em relação ao total de pedidos.

Em princípio, o acréscimo pode ser considerado significativo, todavia esse percentual fica abaixo do aumento no número total de bolsas PQ concedidas entre 2002 e 2012, cujo acréscimo foi da ordem de 56%. Chama atenção, também, o ano de 2009, que registrou o maior número de solicitações para a área durante o período analisado.

Estes números devem ser compreendidos à luz das mudanças ocorridas internamente na agência e no cenário geral da política de C&T. Deve-se destacar, em primeiro lugar, que, de acordo com os dados do CNPq e de alguns autores (BARRAL; DRUGOVITCH; CAMARGO, 2007), a partir de 2003, houve uma preocupação do governo com os investimentos na área de Ciência e Tecnologia não só do ponto de vista

da indução, mas também da concessão de bolsas para pesquisa e formação de recursos humanos, tanto para o país como para o exterior.

Esses autores destacam que:

O aporte de recursos à pesquisa, incluídos os auxílios a eventos (viagens, congressos, estágios e visitas de curta duração etc.), e o apoio a publicações científicas aumentaram consideravelmente nos últimos quatro anos. Esse aumento deveu-se a uma conjuntura de fatores que incluíram: aumento dos recursos do orçamento da União, emendas ao orçamento pelo Congresso Nacional, convênios e parcerias com outros ministérios e com fundações estaduais de apoio à pesquisa e, sobretudo, transferência de recursos dos fundos setoriais para ações específicas. (BARRAL; DRUGOVITCH; CAMARGO, 2007, p. 54)

Entre 2003 e 2006, o CNPq firmou convênios com ministérios e outras instituições para a execução de ações específicas. Esses convênios aportaram ao CNPq um total de R\$ 250 milhões para a concessão de bolsas e o fomento à pesquisa. Destaca-se que, em 2004, o CNPq lançou edital específico para a área de Ciências Humanas e Sociais, que tem se mantido, desde então, com chamadas anuais.

Outros editais dirigidos à área de Ciências Humanas e Sociais surgiram. Em 2005, foi lançado um edital para estudos no campo do gênero. Além de expandir modalidades existentes, em 2005, o CNPq criou a modalidade Bolsa de Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora (DT), uma antiga reivindicação da comunidade tecnológica (p. 52).

Além disso, de acordo com esses autores,

Desde 2003, observa-se um acentuado incremento no aporte de recursos, correspondendo a um crescimento da ordem de 60% entre 2003 e 2006. Esses valores aumentaram em 70% os recursos do CNPq destinados ao fomento e em 10% os recursos destinados a bolsas. De acordo com a legislação, pelo menos 30% de todos os recursos dos fundos setoriais devem ser destinados às regiões norte, nordeste e centro-oeste, o que contribui para a correção das desigualdades regionais. (BARRAL; DRUGOVITCH; CAMARGO, 2007, p. 53)

De uma maneira geral, pode-se dizer todas essas iniciativas representam um estímulo à concorrência por recursos para a pesquisa, seja nas condições de recursos financeiros, seja nas solicitações por bolsas. Especificamente no que diz respeito às alterações ocorridas no âmbito da bolsa de Produtividade em Pesquisa, a mais importante

foi a implementação do Adicional de Bancada, conhecido como *Grant*²⁴. A agência norte-americana (NSF) de fomento exclusivo a pesquisas nas áreas de ciência e engenharia utiliza o *Grant* como ferramenta para promover o desenvolvimento da ciência desde a década de 50. Ele está associado à bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq e seu valor é relativo ao nível de cada pesquisador.

O Adicional de Bancada foi instituído em 2003 por meio da Instrução de Serviço nº 004/2003 e era destinado exclusivamente a pesquisadores-bolsistas de produtividade em pesquisa nível 1A e 1B da agência. A Instrução de Serviço nº 003/2004 novamente modifica o padrão de concessão do Adicional, estendendo o benefício às categorias C e D. A partir daí, todos os pesquisadores nível I do CNPq passaram a receber o valor da bolsa mais o adicional de bancada.

Diante desse cenário, é possível supor que os investimentos feitos pela agência para aumentar o número de bolsas de Produtividade em Pesquisa e a implementação do Adicional de Bancada, *Grant*, representou e representa forte estímulo aos pesquisadores, razão pela qual houve um constante aumento nos pedidos de bolsa de produtividade em pesquisa.

Outros dados se somam a esse para compreendermos o aumento no número de solicitações por bolsa de Produtividade em Pesquisa. Os dados do CNPq sobre investimento em bolsa de Produtividade mostram que, em 2002, o número total de bolsas para todas as áreas do CNPq não passava de 7.765. Em 2012, o total de bolsas PQ já contabilizava 13.714, ou seja, em dez anos, o número de bolsas PQ teve um aumento linear superior a 70%. Os dados do CNPq mostram que, em 2002, os investimentos em reais na bolsa de PQ somavam R\$ 88.638.000,00 e, em 2012, R\$ 267.899.000,00²⁵.

Outro indicador que comprova efetivamente o aumento no número de concessões de bolsa pode ser observado pelo crescimento no número de bolsistas de Produtividade em Pesquisa para a área de Sociologia. Em 2002, o Programa Básico de Sociologia

²⁴ Essa prática de fomento se assemelha àquela executada pela agência de fomento norte-americana (NSF). O Grant financia propostas de pesquisas individuais a milhares de pesquisadores das áreas de ciências e engenharias e é uma subvenção. Trata-se de recursos não reembolsáveis, geralmente pagos pelo governo, ou por uma fundação, a um receptor que é frequentemente uma instituição sem fins lucrativos, educacional, ou a indivíduos.

²⁵ Disponível em <http://www.cnpq.br/documents/10157/356bf30d-02d0-4c03-af6d-925d35791cb5>

possuía 127 pesquisadores bolsistas registrados nas categorias 1 e 2, em 2012, o programa contava com 197 bolsistas, um acréscimo superior a 50%. Mesmo considerando a expansão do sistema e o aumento nos investimentos em bolsa de Produtividade em Pesquisa, nos próximos itens deste trabalho tentaremos indicar que este crescimento se dá de maneira concentrada em estados e instituições.

De todo modo, vale ressaltar que a dinâmica e a multiplicidade de variáveis que podem ter influência sobre esse dado fogem ao controle e ao objetivo da nossa pesquisa. Assim, é possível supor que a dinâmica das instituições de ensino superior tenha, em certa medida, influência sobre as solicitações de bolsa de Produtividade em Pesquisa. Da nossa perspectiva, importa sublinhar, nesse primeiro momento, que houve um aumento no número de solicitações e que esse aumento foi acompanhando pelo aumento no número de bolsas para a área de Sociologia. Todavia, para uma análise mais completa, é necessário que se verifique de que forma ocorreu esse crescimento

O aumento dos investimentos nas bolsas de Produtividade, traduzidos por um aumento real no número de bolsas, não deve obscurecer o fato de que, embora as bolsas tenham aumentado o atendimento à demanda para a área de Sociologia, não têm atingido, na média, nos últimos dez anos, 50% sobre o total de solicitações. Quando comparamos o número de propostas recomendadas pelo Comitê Assessor e o número de propostas aprovadas pela Diretoria do Conselho, observamos que o número total de bolsas concedidas não atende à totalidade da demanda qualificada.

Assim, por exemplo, em 2006, o CA recomendou 71 propostas das quais 66 foram aprovadas. Em 2008, foram recomendadas 58 e aprovadas 51. A maior diferença identificada no período analisado foi em 2011: das 87 propostas recomendadas, 52 foram aprovadas para concessão da bolsa. Apesar das diferenças, os dados apontam um crescimento para a área de Sociologia ainda que aquém da demanda qualificada.

A Tabela 2 mostra a relação entre aprovação e reprovação de propostas e indica o número de bolsas novas concedidas pela agência ano a ano. O conceito de bolsas novas refere-se a duas situações operacionais que ocorrem durante o julgamento. A primeira é quando a agência concede recursos para a inclusão de novos bolsistas no sistema e a segunda refere-se à desistência, abandono ou exclusão de pesquisadores do sistema, o que significa a transformação dos recursos já existentes em recursos para novos demandantes.

Tabela 2 - Bolsas Novas por Ano

Ano	Total	Aprovadas	% de Aprovadas	Reprovadas	% de Reprovadas	Bolsas Novas	% de Bolsas Novas
2002	15	10	66,67	05	33,33	03	20
2003	87	44	50,57	43	49,43	11	12,64
2004	76	50	65,79	26	34,21	12	15,79
2005	81	33	40,74	48	59,26	06	7,41
2006	127	66	51,97	61	48,03	04	3,15
2007	123	61	49,59	62	50,41	13	10,57
2008	124	51	41,13	73	58,87	15	12,1
2009	163	73	44,79	90	55,21	12	7,36
2010	119	61	51,26	58	48,74	08	6,72
2011	126	52	41,27	74	58,73	05	3,97
2012	113	47	41,59	66	58,41	09	7,96

Fonte: organizada pela autora a partir dos dados cedidos pelo CNPq (2002-2012)

Durante o período pesquisado, foram concedidas um total de 98 bolsas novas para a área de Sociologia. Se em 2002 o número total de bolsistas de PQ era 127 pesquisadores, em 2012 esse número era de 197. A diferença entre o número de bolsas novas e o número de bolsistas representa o número de pesquisadores que saíram do sistema nesses 10 anos de estudo.

O número de concessão de novas bolsas revela que a quantidade de recursos novos concedidos ou transformados é pequena quando considerado o total de solicitações. Em termos percentuais, a média de concessão não atinge 10% do total de pedidos. Assim, percebe-se que o percentual de recursos para a concessão de bolsa para a área ainda é pequeno. No contexto de disputas por recursos escassos, é importante analisar, como faremos mais adiante, a quem se destinam esses novos recursos.

A Tabela 3 mostra a Distribuição de propostas, em ordem decrescente, entre as UF que durante esse período mais solicitaram bolsa PQ e relaciona, aquelas que mais aplicaram e as que mais obtiveram aprovações para bolsa de Produtividade em Pesquisa. Registra igualmente o índice de bolsas novas para cada uma dessas unidades. Das 24 UF que solicitaram bolsa durante o período, 6 delas, Mato Grosso, Roraima, Amapá, Alagoas, Piauí e Espírito Santo não obtiveram nenhuma concessão de bolsa nova. Dessas 24 UF, 11 concentram 966 solicitações e 483 aprovações. Em termos percentuais, 83% dos

pedidos e 88% das propostas aprovadas encontram-se vinculados a instituições e pesquisadores destes estados.

Tabela 3 - Distribuição das Propostas por UF que mais solicitaram bolsa PQ ²⁶

UF	Nº de Propostas	Propostas Aprovadas	Nº de Bolsas Novas
SP	325	181	21
RJ	207	118	20
RS	109	62	14
DF	75	37	08
MG	65	21	05
PE	38	21	04
BA	53	22	05
PR	49	15	03
GO	16	02	01
RN	16	02	02
MA	13	02	01

Fonte: organizado pela autora a partir dos dados cedidos pelo CNPq (2002-2012)

No que se refere à concessão de bolsas novas, das 98 concedidas durante o período em questão, 84 foram destinadas a pesquisadores destes estados. Assim, 85% dos novos recursos foram para 11 UF. Destes, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul concentram os maiores números de solicitações, aprovações e concessões de bolsas novas. Apenas estes 3 estados concentram 65% do total de pedidos aprovados e 55% das novas bolsas estão nestes estado. A tabela 3 apresenta as Unidades da Federação que mais receberam bolsas durante o período²⁷, mais precisamente 84 das 98 bolsas novas foram concedidas a estas Unidades da Federação.

Partindo dos dados apresentados nessa tabela é possível desenhar um cenário que indica uma tendência ao crescimento nas solicitações, o que não é acompanhado pela concessão de novos recursos. A análise do conjunto de dados revela, também, que o crescimento do sistema não é geograficamente equilibrado. Há concentração de pedidos, aprovações e concessão de bolsas novas em alguns estados. Isso delinea um quadro de

²⁶ A relação completa consta em anexo, na Tabela 30 - Processos por Unidade da Federação

²⁷ As 14 bolsas restantes foram concedidas de maneira menos concentradas a outros estados da Federação. A tabela completa encontra-se no apêndice deste trabalho.

estratificação e desigualdade no que se refere à concessão das bolsas de Produtividade em Pesquisa favoravelmente aos estados das regiões sudeste e sul.

O que demonstramos nas seções a seguir é que esse processo desdobra-se e repete-se nos entrelaçamentos, e uma análise mais profunda das razões desta concentração encontra suas raízes no procedimento interno à ciência de reconhecimento e premiação.

3.1.1 Distribuição de Propostas por Região Geográfica

A Tabela 4 mostra que, no período em questão, as 1.154 propostas submetidas ao Programa Básico de Sociologia na chamada por bolsa de Produtividade em Pesquisa apresentavam esta distribuição por região geográfica:

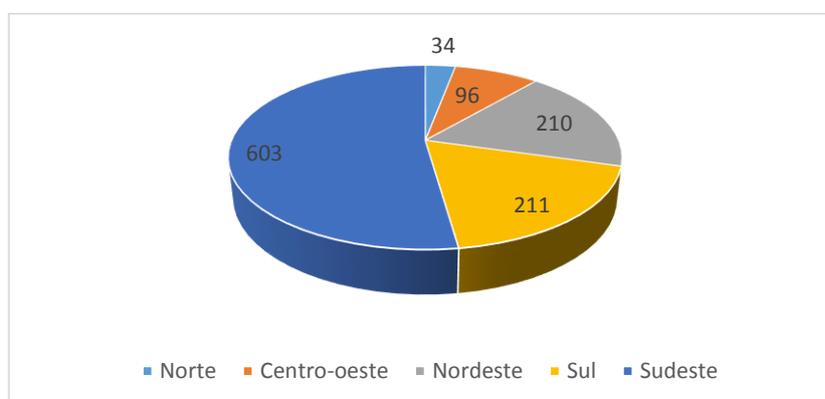
Tabela 4 - Distribuição de Propostas por Região Geográfica

Região	Número de Propostas
Centro Oeste	96
Nordeste	210
Norte	34
Sul	211
Sudeste	603

Fonte: organizada pela autora a partir dos dados cedidos pelo CNPq (2002-2012)

Em termos percentuais, a região sudeste submete 52,2% do total de propostas; no outro extremo, temos que 2,9% de solicitações com origem na região norte. Ao mesmo tempo, a região centro-oeste apresenta 8,3% do total de propostas e a região nordeste, 18,4%. A região sul registra 18,1% de pedidos do total de aplicações.

Gráfico 1 - Distribuição de Propostas por Região Geográfica



Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados cedidos pelo CNPq (2002-2012)

O Gráfico 1 apresenta a distribuição dos pedidos com relação à região geográfica. A visualização desta distribuição permite entender que há uma hegemonia da região sudeste sobre as demais. Do ponto de vista mais geral, algumas explicações podem ser dadas para que se possa compreender a concentração de pedidos de bolsas nas regiões sudeste e sul.

Para além da hipótese central deste trabalho, as raízes deste desequilíbrio encontram-se fortemente relacionadas à própria dinâmica do reconhecimento da ciência. Não se deve, entretanto, desconhecer que razões históricas e objetivas contribuem para um processo de vantagens acumuladas ao longo de décadas em outras esferas da vida social e para a materialização dessas diferenças. Nesse sentido, vale registrar que, do ponto de vista da capacitação científica e tecnológica, alguns dados objetivos ajudam a explicar esse cenário.

De acordo com o Censo da Educação Superior 2011, disponível no portal do MEC/INEP, 48,9% das instituições de ensino superior (IES), públicas e privadas, estão localizadas na região sudeste; 18,3% estão na região nordeste; 16,5%, na região sul; e 9,9%, na região centro-oeste. Na região norte, há 27 IES públicas; no Nordeste, 63; no Sudeste, 134; no Sul, 42; no Centro-Oeste, 18.

Os maiores números de docentes com doutorado em IES públicas estão na região sudeste – 33.328 – o que representa 65,5% do total de docentes com doutorado em todo país. Assim, o que se apresenta é um quadro onde as condições objetivas, por exemplo, a exigência do diploma de doutor para ingresso no sistema, estão fortemente concentradas na região sudeste.

Os dados da Tabela 5 mostram a evolução no número de pedidos de bolsa por região geográfica registrados de 2003 a 2011.

Tabela 5 - Evolução dos Pedidos de Bolsa por Região Geográfica²⁸

Ano	Região	Total	Aprovadas	%	Reprovadas	%
2003	Centro-oeste	6	3	50,00	3	50,00
2011	Centro-oeste	10	1	10,00	9	90,00

²⁸ O ano de 2002 foi excluído da comparação por ter se tratado de um ano em que houve 2 editais mas os dados só se referem a um deles, o que causava enorme distorção. Por outro lado, o ano de 2012 foi atípico, e, por isso, também foi excluído pois também distorce a comparação ao longo do período. A relação completa encontra-se na Tabela 29 - Processos por Ano e região, no anexo.

Ano	Região	Total	Aprovadas	%	Reprovadas	%
2003	Nordeste	16	5	31,25	11	68,75
2011	Nordeste	23	6	26,09	17	73,91
2003	Norte	2	0	0,00	2	100,00
2011	Norte	5	2	40,00	3	60,00
2003	Sudeste	46	28	60,87	18	39,13
2011	Sudeste	66	33	50,00	33	50,00
2003	Sul	17	8	47,06	9	52,94
2011	Sul	22	10	45,45	12	54,55

Fonte: Organizada pela autora a partir dos dados cedidos pelo CNPq (2002-2012)

A maior parte das regiões apresentou para o período um aumento no número de pedidos de bolsas. Os aumentos mais significativos estão registrados nas regiões norte e centro-oeste. A região norte teve aumento 150% no número de solicitações ao longo do período, mas em termos absolutos a região ainda está muito abaixo a todas as outras regiões. As regiões sudeste e nordeste apresentam crescimento da ordem de 43% no número de pedidos e as solicitações de docentes da região centro-oeste cresceram mais de 60%. A região sul apresentou o menor aumento, inferior a 30%.

Esse aumento pode ser explicado por variáveis que atuam em conjunto no nível das políticas públicas na área de C&T, ao mesmo tempo em que responde por uma demanda direta de aumento de investimentos nas bolsas de Produtividade em Pesquisa por parte do CNPq.

Por um lado, pode ser consequência da melhoria da qualificação (maior número de doutores formados) e da capacitação de pesquisadores dessas regiões, que os coloca em condições objetivas (atendem a exigências mínimas das normas do CNPq para ingresso no sistema de bolsa de Produtividade em Pesquisa).

Embora os maiores percentuais de crescimento estejam nas regiões que menos solicitam (Norte e Centro oeste), em termos absolutos existe um grande abismo entre elas e o sudeste. Os dados apresentados no Gráfico 2 mostram a permanência de um quadro de forte concentração de recursos para a pesquisa em regiões e instituições já consagradas.

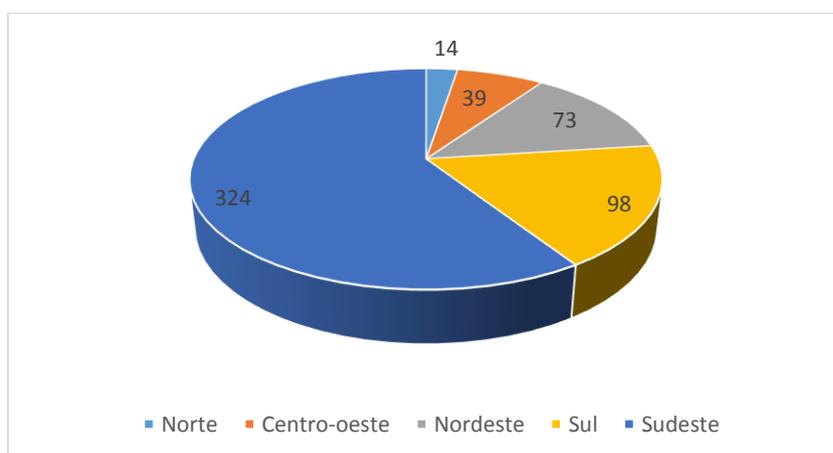
A explicação do reforço contínuo pelas concessões de recursos frequentes a pesquisadores vinculados a essas instituições e a tendência ao acirramento e alargamento das distâncias entre as regiões são fruto de uma concessão desigual de recursos a

indivíduos cujas raízes se encontram na própria dinâmica da ciência e de seu sistema de reconhecimento e distribuição de premiação.

Desse modo, podemos concluir, a partir dos dados apresentados, que o processo de concentração é complexo porque envolve explicações de naturezas diferentes, conquanto deve ser ressaltado, no que diz respeito ao interesse imediato deste trabalho, que esse padrão de concentração geográfica espelha, no nível macro, os efeitos da acumulação de vantagens na ciência a partir do reconhecimento e da premiação que se faz a pesquisadores individuais.

Em relação às propostas aprovadas por região, os números acompanharam, em geral, a mesma lógica da divisão das aplicações. A região sudeste é a que mais aprova: das 605 propostas, 326 foram aprovadas. Esse número indica que a região sudeste teve aprovada mais da metade das propostas submetidas no período (53,8%). Na região norte, das 32 solicitações, 12 foram aprovadas (37,5%). A região nordeste apresentou uma quantidade de pedidos um pouco maior (213) que a região sul (210), todavia o número de aprovações para aquela região foi menor que para esta: 33% (72 solicitações) versus 46,6% (98). Na região centro-oeste, dos 42 pedidos, 44,2% foram aceitos.

Gráfico 2 - Distribuição de Bolsas de PQ Aprovadas por Região Geográfica



Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados cedidos pelo CNPq (2002-2012)

Os dados apresentados no Gráfico 2 mostram que, assim como as solicitações, as aprovações de bolsa de Produtividade em Pesquisa estão concentradas fortemente nas regiões sudeste e sul com quase 80% do total de aprovações das bolsas PQ para o período. De maneira geral esse dado acompanha o padrão de concentração de outros indicadores

da capacidade científica estabelecida no país. A demonstração gráfica da diferença de solicitações e aprovações entre as regiões é significativa quanto à concentração, e a diferença que se estabelece entre essas regiões pode sinalizar para a existência de um processo estrutural mais do que circunstancial.

Deve-se, observar, no entanto, que os desequilíbrios na base científica entre as regiões do país não constituem propriamente uma novidade. O estudo de Barros (1999) sobre os desequilíbrios regionais da base científica e tecnológica apresenta e discute questões importantes para o desvendamento dessa questão ao longo da história e, embora o foco de análise deste trabalho seja bastante diferente, vale chamar atenção para alguns aspectos que contribuem para o entendimento dessa questão tanto do ponto de vista interno à ciência, quanto das políticas de Ciência e Tecnologia.

Em primeiro lugar deve-se registrar que os desequilíbrios encontram-se originalmente nas raízes da história social e econômica dessas regiões, portanto estão além das consequências das concessões de recursos para a ciência e tecnologia e imbricadas à lógica do desenvolvimento capitalista moderno. Entretanto, o que a discussão de Barros (1999) apresenta de novo é uma visão crítica da política de Ciência e Tecnologia acoplada a uma política geral do Estado que, embora preocupado com os desequilíbrios regionais, não conseguiu instituir políticas de correção destes desequilíbrios que permanecessem por longo prazo.

O autor nos mostra, ainda, como o surgimento de algumas iniciativas do Estado para incentivar e melhorar a capacidade científica destas regiões, traduzidas na criação de programas como Programa Trópicos Úmidos (PTU) e do Tropicó Semi Árido, (PTSA) Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Nordeste PDCT-NE e Programa Norte Pós-Graduação não lograram êxito em razão de vários vieses, mas principalmente por não terem tido continuidade.

Na década de 90, a crise financeira do Estado levou a uma interrupção da política de planejamento do Estado em geral e também para a Ciência e Tecnologia. Assim, as possibilidades de uma possível correção para estes desequilíbrios naufragaram na falta de recursos de um Estado de inspiração neoliberal. As disparidades são, então, velhas conhecidas dos que se debruçam sobre o assunto.

3.1.2 Distribuição de Propostas por Unidade da Federação

Das 27 Unidades da Federação, São Paulo apresenta maior número de propostas, com 325 solicitações; seguida do Rio de Janeiro, com 207; do Rio Grande do Sul, com 109; e do Distrito Federal, com 75 propostas.

No outro extremo, temos Alagoas, Amapá, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Piauí e Rondônia, estados que não aprovaram nenhuma proposta no período em estudo, embora o estado do Piauí tenha submetido 6 pedidos. Acre, Rondônia e Tocantins não estiveram presentes em nenhuma das chamadas por bolsa de Produtividade em Pesquisa durante o período analisado. Na região nordeste, a UF que apresenta maior número de solicitações é a Bahia, com 53; no Centro-Oeste, é o DF, com 75 pedidos; e na região norte, o estado do Pará aparece em primeiro lugar, com 22 pedidos.

Tabela 6 - Distribuição de Propostas por UF

UF	Total	Aprovados	Reprovados
MT	01	0	01
RO	01	0	01
AL	02	0	02
AP	03	0	03
MS	04	0	04
PI	06	0	06
ES	06	04	02
AM	08	01	07
MA	13	01	12
GO	16	02	14
RN	18	02	16
SE	22	10	12
PA	22	13	09
PB	23	07	16
CE	35	10	25
PE	38	21	17
PR	49	15	34
SC	53	21	32
BA	53	22	31
MG	65	21	44
DF	75	37	38
RS	109	62	47

UF	Total	Aprovados	Reprovados
RJ	207	118	89
SP	325	181	144

Fonte: organizada pela autora a partir dos dados cedidos pelo CNPq (2002-2012)

Seguindo a dinâmica das solicitações, o maior número absoluto de propostas aprovadas pertence ao estado de São Paulo, em seguida o Rio de Janeiro e na terceira colocação o estado do Rio Grande do Sul. Alternando a perspectiva de análise, percebe-se uma pequena diferença com relação ao percentual de aprovação dos estados sobre o total de propostas que eles apresentaram. Desse modo, proporcionalmente, o estado do Rio de Janeiro aparece como o que mais aprovou frente as suas aplicações, com um índice de 57 % de aprovação de todas as suas propostas ao longo do período estudado. O Rio Grande do Sul apresenta-se em segundo lugar, com 56,8 % de propostas aprovadas, ao passo que São Paulo vem em terceiro, com 55,6 % de pedidos aprovados, e o Distrito Federal aparece em quarto lugar, com 49,3%. Mesmo assim, as mudanças de posição não alteram o quadro de hegemonia da região sudeste e de seus estados sobre as demais.

Novamente, os dados revelam que os estados com maior número de solicitações e aprovações são aqueles cujas regiões estão também à frente nestes indicadores. O que o conjunto dos dados agregados revela é que existe, por um lado, uma capacidade científica objetiva dessas regiões e seus respectivos estados, entendida como sendo aquelas que possuem maior número de instituições e maior número de doutores por instituições. Dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) indicam uma melhoria no quadro de formação de pesquisadores em nível de doutorado para as regiões.

Uma explicação de caráter objetivo para essas diferenças de quantidades de pedidos entre as regiões pode ser encontrada também nos dados sobre a educação superior. De acordo com dados informados no Censo da Educação Superior 2011, portal do MEC/INEP, 48,9% das instituições de ensino superior (IES) públicas e privadas estão localizadas na região sudeste; 18,3%, no Nordeste; 16,5%, no Sul; 9,9%, no Centro-Oeste.

Na região norte, há 27 IES públicas. No Nordeste, 63; no Sudeste, 134; no Sul, 42; e no Centro-Oeste, 18. O maior número de docentes com doutorado em IES públicas

está na região Sudeste (33.328), o que representa 65,5% do total de docentes com doutorado de todo país.

Quando comparamos o estado de São Paulo com o estado de Sergipe, que é o estado que mais ganha entre os que menos ganham (tomando como base quem menos ganha com pelo menos uma aprovação por ano), percebe-se que a disparidade e a concentração da concessão das bolsas de produtividade num único estado é significativa. Enquanto o estado de Sergipe aprovou 10 pedidos em dez anos, São Paulo aprovou 181. O que procuramos destacar aqui que as diferenças quantitativas são significativas tanto nas solicitações quanto nas aprovações. Apenas 5 das 24 UF detêm 72,6% das aprovações de bolsa de Produtividade em Pesquisa.

3.1.3 Distribuição de Propostas por Instituições de Ensino Superior

No que se refere às aplicações por instituições, temos que as 1.154 propostas estão vinculadas a 100 instituições de ensino superior, 66 das quais classificadas como instituições de ensino superior estaduais ou federais e 34 instituições privadas de ensino superior. Do universo de 100 IES que participaram das demandas ao longo do período, apenas 47 delas obtiveram sucesso em pelo menos um pedido. Destas 47, 37 são as que possuem pesquisadores que nunca foram reprovados em suas solicitações de bolsa de Produtividade em Pesquisa.

As IES públicas, de maneira geral as universidades federais e ou estaduais, são as que detêm a hegemonia tanto dos pedidos, quanto das aprovações de bolsa de Produtividade em Pesquisa.

Tabela 7 - Distribuição de Propostas por Instituição

Instituição	Total	Aprovadas	% Aprovadas	Reprovadas	% Reprovadas
CNPq	1	0	0	1	100
EBDA	1	0	0	1	100
ESMEC	1	0	0	1	100
FAE	1	0	0	1	100
FEPAGRO	1	0	0	1	100
FESP	1	0	0	1	100
FUNDAJ	1	0	0	1	100

Instituição	Total	Aprovadas	% Aprovadas	Reprovadas	% Reprovadas
INPE	1	0	0	1	100
IPA/RS	1	0	0	1	100
MACKENZIE	1	0	0	1	100
MS	1	0	0	1	100
PUC/Campinas	1	0	0	1	100
PUC/PR	1	0	0	1	100
SEADE	1	0	0	1	100
UDESC	1	0	0	1	100
UEPB	1	0	0	1	100
UEPG	1	0	0	1	100
UESB	1	0	0	1	100
UFMT	1	0	0	1	100
UNA	1	0	0	1	100
UNICOC	1	0	0	1	100
UNIEURO	1	0	0	1	100
UNIP	1	0	0	1	100
UNIR	1	0	0	1	100
UNISA	1	0	0	1	100
UNIVALI	1	0	0	1	100
UP	1	0	0	1	100
UVV	1	0	0	1	100
FURB	2	0	0	2	100
IBGE	2	0	0	2	100
IEA	2	0	0	2	100
UCS	2	0	0	2	100
UFAL	2	0	0	2	100
UFLA	2	0	0	2	100
ULBRA	2	0	0	2	100
FCC	2	2	100	0	0
FJP	3	0	0	3	100
PUC/Minas	3	0	0	3	100
UAM	3	0	0	3	100
UFU	3	0	0	3	100
UNEB	3	0	0	3	100
UNIFAP	3	0	0	3	100
UNISUL	3	0	0	3	100
UNIVASF	3	0	0	3	100
UVA	3	0	0	3	100
UEL	3	2	66,67	1	33,33
UPF	3	2	66,67	1	33,33
IUPERJ	3	3	100	0	0

Instituição	Total	Aprovadas	% Aprovadas	Reprovadas	% Reprovadas
UNIARA	3	3	100	0	0
UNINOVE	3	3	100	0	0
UFGD	4	0	0	4	100
UFSJ	4	0	0	4	100
UFV	4	0	0	4	100
UFSE	4	1	25	3	75
UFSM	4	2	50	2	50
EMBRAPA	4	3	75	1	25
FGV/SP	4	3	75	1	25
UNIOESTE	5	0	0	5	100
UNIRIO	5	0	0	5	100
UFES	5	4	80	1	20
UFPI	6	0	0	6	100
PUC/Goiás	6	2	33,33	4	66,67
UECE	7	0	0	7	100
UEM	7	0	0	7	100
UENF	7	0	0	7	100
UCSAL	7	4	57,14	3	42,86
UFAM	8	1	12,5	7	87,5
UFRPE	8	1	12,5	7	87,5
PUC/Rio	9	3	33,33	6	66,67
UFCG	9	6	66,67	3	33,33
UFG	10	0	0	10	100
UFPEL	10	3	30	7	70
FIOCRUZ	12	7	58,33	5	41,67
FGV/RJ	12	9	75	3	25
UFMA	13	1	7,69	12	92,31
UFPB	13	1	7,69	12	92,31
UNISINOS	15	6	40	9	60
PUC/SP	15	9	60	6	40
UFJF	16	5	31,25	11	68,75
UFRN	18	2	11,11	16	88,89
UFS	18	9	50	9	50
UFPA	18	10	55,56	8	44,44
UNIFESP	19	3	15,79	16	84,21
PUC/RS	19	9	47,37	10	52,63
UFF	21	5	23,81	16	76,19
UFC	24	10	41,67	14	58,33
UFPE	26	20	76,92	6	23,08
UFRRJ	28	17	60,71	11	39,29
UFMG	29	16	55,17	13	44,83

Instituição	Total	Aprovadas	% Aprovadas	Reprovadas	% Reprovadas
UFPR	31	13	41,94	18	58,06
UFSCAR	39	21	53,85	18	46,15
UNESP	41	13	31,71	28	68,29
UFBA	41	18	43,9	23	56,1
UFSC	46	21	45,65	25	54,35
UFRGS	52	40	76,92	12	23,08
UERJ	53	33	62,26	20	37,74
UFRJ	55	41	74,55	14	25,45
UNICAMP	63	45	71,43	18	28,57
UnB	72	37	51,39	35	48,61
USP	122	79	64,75	43	35,25
Total	1.154	548	47,49	606	52,51

Fonte: organizada pela autora a partir dos dados cedidos pelo CNPq (2002-2012)

A Tabela 7 apresenta, em ordem crescente, a distribuição de pedidos de bolsa por instituições de ensino superior com as respectivas aprovações e reprovações. Os resultados mostram que, de maneira geral, as universidades públicas, estaduais ou federais, ocupam lugar de destaque tanto nos pedidos, quanto nas aprovações. Em números absolutos, a Universidade de São Paulo é a que mais solicita e a que mais tem aprovados os pedidos. Em seguida vem a Universidade de Brasília, embora não ocupe esse lugar quando observadas apenas as concessões de bolsa. A Universidade Estadual de Campinas encontra-se na terceira posição referente aos pedidos, mas é a segunda colocada nas aprovações.

A Universidade de São Paulo é instituição de ensino superior que mais apresenta propostas. Ao longo do período, foram apresentadas 122 solicitações da USP, seguidas da UnB com 72 propostas, em terceiro lugar aparece a Unicamp com 63 propostas e em quarto a UFRJ com 55 pedidos. Na região centro-oeste, a UnB é a única que figura com aprovações de bolsa para o período. Analisando as IES que mais solicitam, vê-se claramente o predomínio absoluto das instituições públicas tanto as federais quanto as estaduais. Juntas essas três universidades tiveram 161 propostas aprovadas, o que representa, em termos percentuais, 29,3% do total de aprovados para o período em questão.

Quase um terço das aprovações está concentrado em três instituições, sendo que duas delas em São Paulo. Essas instituições são, também, as que ocupam lugar de

destaque nas avaliações de desempenho da Pós-Graduação feita pela CAPES. A Universidade de São Paulo e a Universidade Federal do Rio de Janeiro possuem nota máxima concedida pela CAPES, nota 7, e o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ - atual IESP/UERJ) também²⁹.

Em números absolutos, a Universidade de São Paulo, a Universidade Estadual de Campinas e a Universidade Federal do Rio de Janeiro são as que mais aprovam. Do ponto de vista do percentual de aprovação, elas não se colocam como as que mais aprovam. A tabela indica, nesse sentido, que apenas quatro instituições registram 100% de aprovação: UNINOVE, UNIARA, IUPERJ e FCC. Nesse sentido, algumas observações devem ser feitas. Os dados da Tabela 7 indicam que, em números absolutos, as instituições que mais aprovam são aquelas que, nas avaliações da produção científica e da qualidade de ensino e pesquisa, se destacam. Esse é o caso das três primeiras colocadas. Em geral, os altos índices de aprovação estão relacionados a instituições mais bem classificadas pelos órgãos responsáveis pelas avaliações das condições de ensino e pesquisa das universidades o que, em princípio, as coloca como as que possuem condições mais favoráveis de ensino e pesquisa, cuja produção científica se destaca no campo, condições objetivas que propiciam ambientes competitivos de produção científica. No entanto, nota-se que essas instituições não possuem classificações competitivas conforme os órgãos públicos responsáveis por estas avaliações.

À exceção do IUPERJ (atual IESP/UERJ), que tinha classificação máxima no sistema de avaliação da Pós-Graduação da CAPES, a UNINOVE não possuía pós graduação (mestrado ou doutorado) na área de Sociologia apenas na área de Educação e a UNIARA contava com cursos de mestrado *strictu sensu* na área de Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, e mestrado Profissional em Processos de Ensino, Gestão e Inovação. Apesar de não serem quantitativamente predominantes, casos como os dessas instituições que não possuem classificação clara e cujas propostas estão entres as que são sempre aprovadas nos fazem supor que as avaliações podem estar também fortemente

²⁹ A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) possui um sistema de avaliação dos cursos de Pós Graduação. As notas conferidas vão de 3 a 7, e indicam excelência nos cursos quanto à docência e a produção científica de seus quadros. Essa classificação tornou-se referência no CNPq para concessão de várias modalidades de Bolsa de estudos e pesquisa. Constitui-se em um importante parâmetro para a ciência e sua influência na concessão de recursos por de ser vista na normas do CNPq para a concessão de alguma modalidades de Bolsas de Estudo e Pesquisa.

ancoradas no desempenho pessoal passado e presente dos solicitantes, não importando a IES a que estejam vinculados.

Um exame mais minucioso dos pesquisadores aprovados nestas instituições nos revela o fato de que iniciaram suas carreiras em universidades públicas, nas mais destacadas, são considerados eminentes pesquisadores em suas áreas de atuação e, do ponto de vista da idade profissional, têm seu doutorado realizado na década de 80. Assim, podem ser considerados pesquisadores sêniores e já foram beneficiados com a concessão de vários recursos dentro da agência. Tomando como referência a produção científica iniciada após o doutorado até o ano de 2012, são pesquisadores já reconhecidos e consagrados no campo da Sociologia.

Pode-se concluir, então, a partir dos dados apresentados, que as avaliações levam mais em consideração o pesquisador do que a instituição a que ele está vinculado, bem como as condições concretas para seu desempenho. Assim, pesquisadores cuja trajetória tenha iniciado (ponto zero da avaliação) em IES com destacada posição no campo conseguem, ao longo de sua carreira, acumular vantagens materiais e simbólicas, atingindo um determinado ponto de suas carreiras em que a avaliação de suas solicitações de recursos será muito mais com base em suas contribuições passadas do que nas presentes, e muito mais em desempenho individual do que institucional (ZUCHERMAN, 1995).

Sobre isso, é interessante observar que o processo de acumulação de vantagens, tal como descrito por Zucherman (1995), mostra que, a partir de determinado momento, em geral de grande reconhecimento, as avaliações passam a levar em consideração contribuições passadas mais do que as presentes.

Com isso, é possível supor, nos limites desta pesquisa, que o sistema de avaliação e reconhecimento atua em direção às pessoas e ao que elas já fizeram ou ainda fazem, independentemente das condições materiais que podem ser oferecidas à pesquisa e ao ensino.

Assim, constata-se o princípio do Efeito Mateus e da distribuição de reconhecimento em operação: o sistema de reconhecimento tende a operar a favor dos que já foram premiados e reconhecidos. Quanto mais notoriedade o pesquisador tiver, mais o sistema funciona em seu favor.

O quadro geral de propostas aprovadas e reprovadas apresentado indica a força de algumas regiões geográficas e de suas respectivas instituições no cenário da concessão de bolsas de PQ. Seguindo a lógica do Efeito Mateus, é possível supor que serão os pesquisadores destas regiões e destas instituições os mais beneficiados com a concessão das bolsas. Além disso, a dinâmica da acumulação de vantagens nos leva a supor que o vínculo a essas regiões e instituições, dada a posição hegemônica que ocupam no sistema, tanto de solicitações, quanto de aprovações, venha a constituir características que se acumulam de maneira vantajosa para a concessão da bolsa.

3.1.4 Mapeando Pesquisadores e Instituições

Nos estudos sobre o Efeito Mateus e o processo de acumulação de vantagens, a relação entre pesquisadores muito reconhecidos e a classificação dos departamentos é considerada uma das características mais importantes e mais influentes nesse processo.

Zucherman (1995) relaciona os primeiros empregos ao processo de acumulação de vantagens ao demonstrar como jovens pesquisadores que se vinculam a departamentos de universidades consagradas têm mais chances de ocuparem mais adiante, em suas carreiras, posições de destaque em razão das condições de que desfrutam nessas instituições. Esse vínculo é considerado por ela como uma vantagem que se acumula desde cedo na carreira dos pesquisadores.

Na mesma direção, Cole e Cole (1992) sugerem que estar vinculado a departamentos bem posicionados pode garantir mais visibilidade aos cientistas. De acordo com a pesquisa destes autores, entre os físicos norte-americanos existe uma relação entre estar vinculado a esses departamentos e a produção científica qualitativa e quantitativa. Uma possível explicação para isso, segundo esses autores, é que, nesses departamentos, tem-se a oportunidade de trabalhar em áreas mais visíveis, áreas de fronteira.

Os dados que serão apresentados nesta seção objetivam dar destaque à relação entre pesquisadores e instituições, de maneira que se possa observar as posições que ocupam na hierarquia das instituições. As IES de vínculo aqui mapeadas correspondem, na sua imensa maioria, aos vínculos definitivos dos pesquisadores (ao menos até o momento de elaboração deste trabalho). Foram constatadas poucas mudanças de vínculo

entre os pesquisadores. Desse modo, pode-se considerar que estes vínculos correspondem às primeiras colocações dos pesquisadores, podendo influenciar desde cedo nas possibilidades de reconhecimento e premiação a que estão sujeitos.

Não foi investigada especificamente a relação entre os primeiros empregos e a concessão da bolsa, contudo outros dados demonstram a hegemonia de certas instituições no sistema de bolsa de Produtividade em Pesquisa. Considerando que os vínculos declarados correspondem aos primeiros empregos, pode-se afirmar que a identificação das instituições de vínculo corresponde às primeiras ocupações dos pesquisadores e, assim, seguindo a ideia da influência destas primeiras ocupações na carreira deles, estar vinculado a determinadas instituições representa, de fato, no contexto da concessão da bolsa, uma vantagem que se soma a outras no processo de acumulação e premiação.

Os dados quantitativos de pesquisadores distribuídos por região e por IES seguem o mesmo padrão dos dados mapeados por propostas. Os pesquisadores vinculados a universidades federais têm o domínio do sistema de bolsa de Produtividade em Pesquisa e o número de pesquisadores aprovados concentra-se naquelas universidades mais bem classificadas pelo sistema de avaliação da CAPES para a Pós Graduação, e nas regiões e estados onde também se concentra o maior número de pedidos e aprovações.

A Tabela 8 mostra o número de pesquisadores que solicitaram bolsa por região geográfica. Em dez anos, foram registrados pedidos de 527 pesquisadores, o que corresponde a um total de 1.154 propostas. Esse total de pesquisadores, conforme mostra a Tabela 8, divide-se entre as regiões geográficas da seguinte maneira: 16 pesquisadores pertencem à região norte (3,04%); 42, à região centro oeste (7,97%); 93, à região sul (17,65%); 96, à região nordeste (18,22%); e 280 à região sudeste (53,13%).

Tabela 8 - Pesquisadores por Região

Região	Quantidade	Percentual
Norte	16	3,04
Centro-Oeste	42	7,97
Sul	93	17,65
Nordeste	96	18,22
Sudeste	280	53,13

Fonte: organizada pela autora a partir dos dados cedidos pelo CNPq (2002-2012)

A Tabela 9 indica o número de pesquisadores aprovados e reprovados por Região Geográfica. Do universo total de 527 pesquisadores, 292 nunca ganharam bolsa e 235 obtiveram sucesso ao menos uma vez. Desses últimos, deve-se ressaltar que 169 deles, que representam 73% dos que ganharam a bolsa ao menos uma vez, nunca tiveram um pedido recusado ao longo desse tempo, e representam quase a totalidade dos atuais bolsistas de Produtividade em Pesquisa. Os 66 pesquisadores restantes que integraram esse grupo correspondem aos que foram beneficiados com, no mínimo, uma concessão e, por variadas razões, que vão desde o abandono do sistema até a exclusão, não pertencem mais ao grupo dos que são bolsistas PQ.

Tabela 9 - Pesquisadores Aprovados e Reprovados por Região

Região	Aprovados	Reprovados
Norte	06	10
Centro-oeste	19	23
Sul	42	51
Nordeste	34	62
Sudeste	134	146
Total	235	292

Fonte: organizada pela autora a partir dos dados cedidos pelo CNPq (2002-2012)

Os 235 pesquisadores beneficiados com pelo menos um período de bolsa representam 47% do total de solicitantes. Mais da metade (53%) dos pesquisadores que solicitaram bolsa nunca tiveram acesso ao recurso. Ao todo, 292 pesquisadores pertencem ao conjunto daqueles que nunca receberam bolsa PQ nesse período. Metade deles, 146, são pesquisadores da região sudeste; 51, da região sul; 23, da região centro-oeste; 62, da região nordeste; e 10 da região norte.

Dos 280 pesquisadores da região sudeste que solicitaram bolsa, 134 obtiveram sucesso ao menos uma vez sendo que 107 deles tiveram todos os seus pedidos aprovados entre 2002 e 2012. No Centro Oeste, dos 42 pesquisadores solicitantes, 19 sempre ganharam bolsa. Na região nordeste, entre os 96 solicitantes, 34 obtiveram bolsa ao longo do período. Na região norte, dos 16 que solicitaram, apenas 6 obtiveram resposta positiva e, no Sul, dos 93 pesquisadores solicitantes, 42 foram aprovados. Em termos proporcionais, a região sul é a que mais aprova: 45% de aprovação do número total de pesquisadores da região. A região nordeste é a que menos aprova, com uma taxa de 35,4%.

A Tabela 10 indica a distribuição dos pesquisadores nas instituições que mais concentram pesquisadores com bolsa de Produtividade em Pesquisa no país. Dentre as 100 Instituições de Ensino Superior que representam o universo desta pesquisa, apenas 11 destacam-se como sendo aquelas que mais aprovam pesquisadores ao mesmo tempo em que são as que tem mais pesquisadores que submetem pedido de bolsa de Produtividade em Pesquisa. Nesse sentido, no grupo dos que foram aprovados, predomina o vínculo com a Universidade de São Paulo, com 31 pesquisadores no universo de 50 solicitantes; em seguida está a Universidade Federal do Rio de Janeiro que, entre os 27 solicitantes, tem 18 aprovados; na Universidade de Brasília, dos 30 aplicantes, 18 foram beneficiados com a bolsa PQ alguma vez; de 21, 16 são da Universidade Estadual de Campinas; do universo de 19 solicitantes, 16 aprovados pertencem à Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 13 dos 21 estão vinculados à Universidade do Estado do Rio de Janeiro, incluindo aqueles que pertenciam ao IUPERJ/UCAM, e 10 pesquisadores estão vinculados à Universidade de São Carlos; na UFPE, dos 12 proponentes, 9 ganharam a bolsa no período. Somados, estes pesquisadores vinculados a essas instituições representam mais da metade (55,7%) do total daqueles que foram beneficiados com a bolsa durante o período em estudo. Mantendo uma correspondência entre aplicação e aprovação, a Universidade de São Paulo é dentre todas as Universidades a que possui maior número de pesquisadores que aplicam e não são aprovados: 19 do total de 50 pesquisadores, não obtiveram sucesso no período.

Tabela 10 - Pesquisadores Aprovados e Reprovados por Instituição de Vínculo ³⁰

Instituição	Total	Aprovados	Reprovados
UERJ	20	12	08
UFBA	15	07	08
UFMG	12	08	04
UFPE	12	09	03
UFRGS	19	16	03
UFRJ	27	18	09
UFSC	20	12	08
UFSCAR	17	10	07
UnB	30	18	12

³⁰ A relação completa pode ser encontrada na Tabela 35 - Pesquisadores Aprovados e Reprovados por Instituição constante do anexo.

Instituição	Total	Aprovados	Reprovados
UNICAMP	21	16	05
USP	50	31	19

Fonte: organizada pela autora a partir dos dados cedidos pelo CNPq (2002-2012)

A tabela 11 mostra a distribuição de pesquisadores que nunca foram aprovados e os relaciona a suas instituições de vínculo. Há, dentre elas, pesquisadores vinculados a Instituições que, apesar de terem aplicado, não foram ao longo desses dez anos beneficiados em nenhuma demanda com bolsa de PQ.

Tabela 11 - Pesquisadores que nunca foram Aprovados, por Instituição de Vínculo

Instituição	Total	Aprovados	Reprovados
CNPq	1	0	1
ESMEC	1	0	1
FAE	1	0	1
FEPAGRO	1	0	1
FESP	1	0	1
FUNDAJ	1	0	1
FURB	2	0	2
PUC/Campinas	1	0	1
PUC/Minas	2	0	2
SEADE	1	0	1
UDESC	1	0	1
UEPG	1	0	1
ULBRA	1	0	1
UNEB	1	0	1
UNICOC	1	0	1
UNIEURO	1	0	1
UNIFAP	1	0	1
UNIP	1	0	1
UNISUL	1	0	1
UNIVALI	1	0	1
UNIVASF	3	0	3
UVV	1	0	1

Fonte: organizada pela autora a partir dos dados cedidos pelo CNPq (2002-2012)

Na categoria dos que não foram aprovados, em números absolutos, temos que a região sudeste é a que apresenta o maior número de reprovados. Contudo ao mudarmos a perspectiva para uma análise de percentual observamos que a Região Nordeste (que são os pesquisadores vinculados as instituições da Região Nordeste) é a que menos aprova:

64.5% dos aplicantes dessa região nunca receberam bolsa de Produtividade em Pesquisa. Na segunda posição encontra-se a região Norte com 62.5% de pesquisadores que nunca foram beneficiados com bolsa PQ. Com relação aos vínculos institucionais já foi mencionado que algumas Universidades apesar de terem aplicado propostas durante esse período não só não obtiveram nenhuma aprovação como também não possuem nenhum pesquisador no sistema de bolsa de Produtividade em Pesquisa

Os dados apresentados objetivaram dar visibilidade às diferenças geográficas e institucionais no que se refere à concessão da bolsa de produtividade em pesquisa aos pesquisadores, ao mesmo tempo em que oferecem ao leitor uma visão geral da distribuição das bolsas de produtividade em pesquisa e dos pesquisadores no que se refere aos seus vínculos regionais e institucionais.

Os dados apontaram para fortes concentrações do recurso em Regiões, Estados e Instituições. A USP, UFRJ, UnB e UFRGS concentram 35% dos pesquisadores que já ganharam a bolsa. Quando estendemos o cálculo às 11 instituições constantes da tabela 11 verificamos que, juntas, elas concentram 157 pesquisadores que já foram beneficiados com a bolsa, em universo total de 235.

O mapeamento retrata assim a estrutura da distribuição do recurso revelando a hierarquia e uma predominância de algumas instituições no sistema. Esses dados desenham um quadro de desigualdade e concentração no qual instituições de excelência têm mantido uma preponderância na alocação de recursos (número de bolsas ganhas) em detrimento daquelas que ainda não conseguiram tal excelência.

O aspecto a ser destacado aqui refere-se ao fato de que a concentração do fomento traduzido na concessão de bolsas de Produtividade em pesquisa acompanha as assimetrias entre regiões, unidades da federação e IES. Os padrões de distribuição das propostas e suas concentrações revelam-se mais claramente quando se observa a concessão que relaciona pesquisadores e instituições. Desse modo, a região e até mesmo o estado acabam se transformando em apenas algumas instituições.

Autores como Arie Rip (1994) e Travis e Collins (1992), que discutem o papel das agências de fomento para o desenvolvimento da pesquisa, alertam para o fato de que a concentração de recursos em pessoas e IES tem impacto cognitivo negativo para a

ciência (RIP, 1994; COLLINS, 1992). Argumentam que danos para ciência incidem sobretudo nas áreas de fronteira de pesquisa que são menos reconhecidas.

Os resultados da pesquisa de Travis e Collins (1992) apontaram que em algumas vezes os membros do Comitê Assessor tomavam decisões baseadas na sua filiação a determinadas escolas do pensamento, e que os riscos de um particularismo cognitivo afetavam mais as pesquisas interdisciplinares, de fronteiras, áreas de controvérsia e novos departamentos. O resultado desse fenômeno, para esses autores, é perigoso na medida em que impacta negativamente a ciência, concentrando recursos em áreas ou temas mais conhecidos e explorados, e assim direcionando as áreas para determinados temas. Consideram por isso que esta situação num curto espaço de tempo é nociva, mas suas implicações tornam-se mais sérias ainda a longo prazo uma vez que impedem que pesquisas em áreas novas ou interdisciplinares possam se desenvolver. Para esses autores, "a degree of adventurousness, diversity and risking taking in science is vital"³¹ (p. 337)

No sentido estrito da relação desses dados com o processo de acumulação pode se afirmar que essa estrutura de distribuição de recursos aqui apresentada representa uma versão macrossocial do princípio do efeito Mateus na ciência que envolve um processo de seleção social que conduz a uma concentração de recursos e talentos (MERTON, 1968, p. 159). Essa estrutura reflete, em parte, o resultado do efeito Mateus e da acumulação de vantagens no sistema de concessão de recursos ao demonstrar através dos dados de aprovações e reprovação de pesquisadores e propostas a predominância, concentração da bolsa em número reduzido de instituições e estados sugerindo desse modo um reforço contínuo de recursos a esses mesmos pesquisadores, estados e regiões.

Assim sendo vale esclarecer que as relações que se estabelecem entre os níveis de inserção dos pesquisadores, quer eles sejam beneficiado ou não, fazem parte de uma cadeia cujo sentido encontra-se na própria relação entre os níveis. Desse modo pertencer a esta ou aquela instituição pode ser uma inserção vantajosa, ou não, na medida em que essa ou aquela instituição tem posição destacada na hierarquia das instituições. Embora não se possa precisar o grau de influência da Instituição de vínculo sobre a produção científica e o desempenho dos pesquisadores de ambos os grupos frente a essa questão,

³¹ "Algum grau de aventura, diversidade e risco é vital para a ciência"

pode se todavia afirmar pelos dados apresentados acima a forte correlação entre algumas instituições e a concessão da bolsa. Nesse sentido a instituição de vínculo pode representar para o sistema de reconhecimento e premiação uma das vantagens que se acumulam.

Um dos aspectos importantes nos estudos sobre a acumulação de vantagens na ciência diz respeito ao local de doutoramento dos cientistas. Em geral, como assinalam Cole (1992) e Zucherman (1995), o processo de atração de jovens pesquisadores com talento começa na graduação mas tem forte impacto na pós-graduação. Ambos os autores consideram que essas instituições exercem grande influência na carreira dos pesquisadores determinando em parte suas primeiras escolhas de postos de trabalho e no estabelecimento de redes de trabalho.

Existe para estes autores um processo social de seleção e também de auto seleção que envolve a fixação e atração destes jovens pesquisadores e as melhores universidades. Zucherman (1977) constatou, por exemplo, que a maioria dos ganhadores do prêmio Nobel havia feito seu doutorado nas melhores universidades e lá teriam tido seus primeiros empregos. Não só as melhores universidades identificam como atraem e mantêm esses jovens talentos. Assim, uma das características que funciona como uma vantagem que pode ser acumulada ao longo de uma carreira científica é a instituição na qual os pesquisadores realizaram seus estudos de doutorado.

Objetiva-se aqui, com o levantamento deste dado, mostrar a relação entre a aprovação dos pedidos de bolsa PQ e a instituição de doutorado supondo com isso que a instituição de doutorado e as vantagens que ela carrega possam exercer influência na carreira dos pesquisadores de maneira que possa vir a se constituir em uma vantagem frente a outras.

Tabela 12 - Taxa de Aprovação e Reprovação por Instituição de Doutorado

Instituição	Total	Percentual	Aprovadas	% de Aprovados	Reprovadas	% de Reprovados
IHEAL	1	0,19	0	0,00	1	100,00
Universidade Florida (UF)	1	0,19	1	100,00	0	0,00
UdeMontreal	1	0,19	1	100,00	0	0,00
U de Barcelona	1	0,19	0	0,00	1	100,00
Toulouse II	1	0,19	0	0,00	1	100,00

Instituição	Total	Percentual	Aprovadas	% de Aprovados	Reprovadas	% de Reprovados
Saarland	1	0,19	1	100,00	0	0,00
Rutgers	1	0,19	1	100,00	0	0,00
Purdue	1	0,19	1	100,00	0	0,00
PUC/Rio	1	0,19	0	0,00	1	100,00
Paris XII	1	0,19	1	100,00	0	0,00
Paris VIII	1	0,19	1	100,00	0	0,00
OXFORD	1	0,19	0	0,00	1	100,00
MIT	1	0,19	1	100,00	0	0,00
LUH	1	0,19	1	100,00	0	0,00
UFCG	1	0,19	0	0,00	1	100,00
FESP	1	0,19	0	0,00	1	100,00
BU	1	0,19	1	100,00	0	0,00
CESA	1	0,19	0	0,00	1	100,00
Columbia	1	0,19	1	100,00	0	0,00
Cornell	1	0,19	1	100,00	0	0,00
Duisburg	1	0,19	0	0,00	1	100,00
Lancaster	1	0,19	1	100,00	0	0,00
Évry	1	0,19	0	0,00	1	100,00
IU	1	0,19	0	0,00	1	100,00
Bloomington						
FIOCRUZ	1	0,19	0	0,00	1	100,00
Genova	1	0,19	0	0,00	1	100,00
Harvard	1	0,19	1	100,00	0	0,00
HU-Berlin	1	0,19	1	100,00	0	0,00
HUJI	1	0,19	1	100,00	0	0,00
Sussex	1	0,19	1	100,00	0	0,00
Duke	1	0,19	1	100,00	0	0,00
UFRN	1	0,19	0	0,00	1	100,00
Virginia	1	0,19	0	0,00	1	100,00
UVSQ	1	0,19	0	0,00	1	100,00
U Tecnica de Lisboa	1	0,19	0	0,00	1	100,00
UTexas System	1	0,19	1	100,00	0	0,00
UMESP	1	0,19	0	0,00	1	100,00
UGF	1	0,19	0	0,00	1	100,00
UFES	1	0,19	0	0,00	1	100,00
UMICH	1	0,19	1	100,00	0	0,00
ULAVAL	1	0,19	0	0,00	1	100,00
U Picardie	1	0,19	0	0,00	1	100,00
UPEC	1	0,19	0	0,00	1	100,00
UFSCAR	1	0,19	0	0,00	1	100,00
Liverpool	2	0,38	2	100,00	0	0,00
ULondres	2	0,38	1	50,00	1	50,00

Instituição	Total	Percentual	Aprovadas	% de Aprovados	Reprovadas	% de Reprovados
Lyon II	2	0,38	1	50,00	1	50,00
N.S.S.R.	2	0,38	2	100,00	0	0,00
PUC/RS	2	0,38	0	0,00	2	100,00
Reidelberg	2	0,38	1	50,00	1	50,00
FUB	2	0,38	1	50,00	1	50,00
UChicago	2	0,38	0	0,00	2	100,00
USAL	2	0,38	0	0,00	2	100,00
Essex	2	0,38	2	100,00	0	0,00
UCO	2	0,38	1	50,00	1	50,00
UFPA	2	0,38	0	0,00	2	100,00
UERJ	2	0,38	0	0,00	2	100,00
Berkeley	2	0,38	0	0,00	2	100,00
LSE	3	0,57	3	100,00	0	0,00
Stanford	3	0,57	1	33,33	2	66,67
Paris I	3	0,57	3	100,00	0	0,00
Paris IX	3	0,57	1	33,33	2	66,67
UComplutense Madrid	3	0,57	2	66,67	1	33,33
UCatolica de Louvain	3	0,57	2	66,67	1	33,33
UFBA	3	0,57	1	33,33	2	66,67
Manchester	4	0,76	4	100,00	0	0,00
UFPB	4	0,76	0	0,00	4	100,00
WWU Münster	4	0,76	4	100,00	0	0,00
UFRRJ	4	0,76	1	25,00	3	75,00
Paris III	5	0,95	4	80,00	1	20,00
UFF	5	0,95	0	0,00	5	100,00
UFPR	5	0,95	0	0,00	5	100,00
WISCONSIN	5	0,95	4	80,00	1	20,00
Paris X	6	1,14	5	83,33	1	16,67
Paris V	6	1,14	4	66,67	2	33,33
UFMG	6	1,14	1	16,67	5	83,33
UNAM	6	1,14	4	66,67	2	33,33
Paris VII	7	1,33	2	28,57	5	71,43
UFPE	9	1,71	4	44,44	5	55,56
UFSC	12	2,28	3	25,00	9	75,00
UFC	14	2,66	2	14,29	12	85,71
EHES	15	2,85	9	60,00	6	40,00
UFRJ	19	3,61	8	42,11	11	57,89
UNESP	20	3,80	1	5,00	19	95,00
UFRGS	20	3,80	7	35,00	13	65,00
PUC/SP	21	3,98	5	23,81	16	76,19

Instituição	Total	Percentual	Aprovadas	% de Aprovados	Reprovadas	% de Reprovados
UnB	24	4,55	7	29,17	17	70,83
IUPERJ	33	6,26	19	57,58	14	42,42
UNICAMP	61	11,57	28	45,90	33	54,10
USP	119	22,58	65	54,62	54	45,38

Fonte: organizada pela autora a partir dos dados do CV Lattes dos pesquisadores constantes do universo desta pesquisa (2002-2012)

A tabela acima indica a relação entre o número de pesquisadores, as IES de doutorado e o percentual de aprovação e reprovação para cada uma dessas instituições.

O quadro apresentado nos permite observar a existência de um grande número de universidades no exterior em que se realiza o doutorado embora o número de pesquisadores registrado nessas universidades seja pequeno. De acordo com a tabela 12, dos 527 pesquisadores 133 realizaram seus estudos no Exterior³² e o restantes dos 394 cumpriram seu doutorado em Universidades no país. A Universidade de Paris VII possui o maior número de pesquisadores que concluíram o doutorado.

Foi principalmente nas instituições brasileiras que os pesquisadores que solicitaram bolsa entre 2002 e 2012 realizaram seu doutorado: 49,7% destes pesquisadores concluíram seu doutorado em instituições da região Sudeste (297).

Dentre as Universidades no país a Universidade de São Paulo se destaca como sendo a Instituição em que o maior número de pesquisadores conclui o doutorado, foram ao todo 119. Em seguida a Universidade de Campinas aparece com 61 pesquisadores que concluíram doutorado e em terceiro lugar o IUPERJ.

Por outro lado, a tabela acima revela que as maiores taxas de aprovação concentram-se em três IES de doutorado, todas elas na região sudeste. Em primeiro lugar com a maior taxa de aprovação está o IUPERJ, com 57,8% (atual IESP/UERJ), seguido muito de perto da USP e em terceiro lugar a UNICAMP.

³² É interessante observar com relação a formação de doutorado que as instituições francesas têm o maior número de doutorandos. Dos 133 pesquisadores que submeteram pedidos de Bolsa PQ, 55 finalizaram seu doutorado em instituições francesas, contra 21 doutores que concluíram seus cursos em instituições americanas. Esse cenário pode sugerir uma grande influência da Sociologia Francesa na formação dos sociólogos brasileiros e na sua constituição como área do conhecimento.

3.2. Interpretando as avaliações

A avaliação por pares se relaciona ao processo de acumulação de vantagens de maneira direta e, apesar de não ter constituído, por assim dizer, uma característica clássica no sentido daquelas utilizadas pelos estudos da Escola mertoniana, para a análise do Efeito Mateus, decorre dessa avaliação a distribuição do reconhecimento e do crédito, que são transformados em recursos e depois em mais crédito.

Desse modo, por se tratar de uma etapa fundamental na decisão do Conselho para a concessão da bolsa, faz-se necessário que se apresente um panorama da avaliação de mérito das propostas aplicadas uma vez que suas decisões afetam os pesquisadores solicitantes, interferem no curso de suas carreiras e colocam-nos numa linha divisória determinante sobre a qual se pode iniciar todo o processo de acumulação de vantagens. Além de representar a porta de entrada para o que estamos considerando como marco do processo, a bolsa de Produtividade em Pesquisa, e que poderá definir internamente as possibilidades de acesso a outros financiamentos.

Para Merton (1968), o reconhecimento concedido pelos pares cientistas é um prêmio que pode ser transformado em recursos instrumentais capazes de aumentar os meios de que os cientistas necessitam para outros trabalhos. Dessa maneira, o sistema de reconhecimento exerce influência sobre a estrutura de classes da ciência, distribuindo, de maneira estratificada, as oportunidades entre os cientistas: “the process provides differential access to the means of scientific production” (MERTON, 1968, p.57)³³.

Sem dúvida, o sistema de avaliação por pares constitui etapa fundamental na escolha de propostas e pesquisadores beneficiados com recursos, bolsas e outras premiações que se estabelecem no campo científico. A avaliação por pares está na base do sistema de reconhecimento e validação de pesquisas, enunciados e descobertas. Por meio dele, acumula-se crédito e capital científico, características fundamentais que podem determinar o desempenho futuro dos cientistas. A avaliação dos pares também possibilita que se distinga a contribuição de cada pesquisador e que se transforme algo ainda invisível em algo visível. Constitui, dessa maneira, o cerne do sistema de premiação e reconhecimento do campo científico.

³³ O processo provê acesso diferenciado aos meios de produção científica.

Há, porém, grandes controvérsias a respeito da efetividade e da universalidade das avaliações por pares. Nos estudos que discutem o papel das agências de fomento, um dos principais problemas abordados refere-se ao fato de se saber até que ponto os critérios utilizados para as escolhas são de fato universais ou levam em conta características particulares dos concorrentes que interferem no julgamento e na concessão de recursos, de tal maneira que propostas e pesquisadores, cujo mérito e produção científica não estejam a altura de tais financiamentos, acabem por receber financiamentos.

Muitas críticas originam-se e se dirigem fundamentalmente a questões relacionadas à justiça e à equidade do sistema em um debate, que ocorreu de maneira mais acentuada nos Estados Unidos, na segunda metade da década de 70, e em menor escala na Grã-Bretanha, colocando sob suspeição o sistema de revisão de pares da NIH e de concessões de *Grant* da NSF.

As reclamações que surgiram no congresso americano discutidas no texto dos Cole (1978) incluíam aspectos que iam do nepotismo a acusações de que pesquisas potencialmente inovadoras e capazes de quebrar paradigmas estavam em perigo por serem rejeitadas em função da rede de trabalho do “old boys system” (qualificação dada pelos críticos do sistema de avaliação por pares da NSF, na década de 70, aos pesquisadores sêniores que eram beneficiados frequentemente com *Grant*).

O problema central posto nestes debates era o de saber até que ponto o sistema de avaliação por pares distribuía com justiça e efetividade recursos a pesquisas que de fato apresentavam mérito científico. Para esses críticos, o sistema de avaliação por pares havia assumido características de um sistema cuja distribuição de recursos era feita independentemente do mérito científico, concedendo recursos a trabalhos menos significantes. Assim, o sistema de avaliação por pares havia se transformado em um sistema essencialmente de proteção a pesquisadores mais velhos que tinham sido em algum momento reconhecidos por suas contribuições à ciência.

Uma releitura do *old boy system* feita por Travis e Collins (1991) sugere que, para além do particularismo e das preferências pessoais, o que pode estar em curso, no caso do sistema de avaliação por pares, é um particularismo cognitivo³⁴. O termo refere-se a

³⁴ No original o termo cunhado pelos autores é “cognitive cronyism” (1991, p 329)

situações em que propostas e pesquisas são recomendadas por consultores que compartilham da mesma visão cognitiva ou dos mesmos pressupostos teóricos. Esse particularismo vai além de fronteiras institucionais e afeta mais severamente áreas e temas ainda em processo de consolidação (áreas interdisciplinares, áreas controversas, áreas de risco) mais do que em pesquisas de áreas consideradas principais/importantes/conhecidas. O impacto desse tipo de particularismo, segundo os autores, ainda é incalculável.

De acordo com Travis e Collins (1991), alguns estudos na área da Sociologia do Conhecimento Científico sugerem, com altos níveis de agregação, que coincidências entre as fronteiras sociais e as fronteiras cognitivas ocorrem com frequência. Se a socialização dos pesquisadores se dá através do compartilhamento de visões de mundo e se mediante esse compartilhamento criam-se fortes laços e redes sociais, é de se esperar que se criem também fortes ligações de similaridade cognitiva. As avaliações com base nesta similaridade são, de acordo com Travis e Collins (1991), mais impactantes e preocupantes do que o nepotismo sugerido por Cole (1981).

Em tempos mais recentes, o sociólogo Arie Rip (1994), publicou um trabalho sobre os conselhos de pesquisa que levava o sugestivo título de *The Republic of Science in The 1900s*. O trabalho é, na verdade, um dura crítica ao modelo dos conselhos de pesquisa que se instalaram após a Segunda Guerra Mundial. Rip sugere que os conselhos foram capturados de tal forma pelos cientistas, através da avaliação por pares, que o sistema de recompensa e reputação pode ser medido pela concessão de *Grants*, assim como a credibilidade e reputação dos cientistas.

O texto explora a relação entre os conselhos de pesquisa e a república da ciência, insinuando os contornos e as esferas de captura dos conselhos pela ciência. Nesse universo, as decisões sobre financiamentos não passam exclusivamente pela qualidade da pesquisa. Seria necessário um conhecimento prévio de práticas e comportamentos, um “workable repertoire” (RIP, 1994, p. 10) de como identificar e escrever propostas financiáveis

No cenário nacional, destacamos artigo de Lea Velho (2000), que traz importante contribuição para a discussão sobre o papel da avaliação por pares e no qual consta uma citação esclarecedora de Nicoletti:

[Na revisão de pares], eles são os únicos que definem as regras de acesso e exclusão e através de uma hierarquia própria distribuem internamente tanto prestígio e autoridade, como recursos. A revisão por pares ocupa, assim, um lugar central que fornece a base institucional para a confiabilidade e a acumulação do conhecimento.

Diferentemente da revisão de artigos científicos, que foi instituída por iniciativa dos próprios cientistas, a revisão por pares para fins de financiamento da pesquisa originou-se nas agências de fomento, estabelecendo uma relação da comunidade científica com os organismos do Estado. Estes necessitavam do aconselhamento de cientistas reconhecidos para a nova atividade de alocar recursos para a ciência. As primeiras reações dos cientistas foram opostas a esse envolvimento, mas o mecanismo foi sendo aceito e, finalmente, "capturado" pelos cientistas, que o incorporaram ao sistema de recompensas da ciência (RIP, 1994, p. 7-8).

Essa discussão refere-se às avaliações realizadas pelos Comitês Assessores, entretanto, neste trabalho, a cadeia de decisão para a concessão da bolsa envolve não só a avaliação dos Comitês, mas também, tal como é exigido pela norma que rege a modalidade de bolsa PQ, por consultores *ad hoc*. No Capítulo 1, mostramos que as avaliações dos *ad hoc* auxiliam e amparam as decisões do Comitê Assessor. Por isso, nossa análise inicia-se com um levantamento das avaliações dos *ad hoc* sobre as propostas para, em seguida, verificarmos o grau de consenso entre o CA e as avaliações dos *ad hoc*.

Essa verificação é necessária para que se possa observar, em primeiro lugar, o grau de consenso entre os julgamentos, o que, por sua vez, pode servir de indicador de aderência das decisões finais aos critérios de mérito. Em segundo lugar, a avaliação do mérito, para o nosso objetivo, deve mostrar em que condições de mérito se concede a bolsa de Produtividade em Pesquisa. Parte-se do pressuposto, com base na discussão sobre o conceito, que o reforço e o reconhecimento recaem fortemente sobre aqueles que já foram reconhecidos, independentemente do mérito do candidato.

Com a finalidade de observar o grau de compatibilidade das avaliações finais dos *ad hoc* e o conteúdo dos seus pareceres, procedemos a uma análise de uma amostra de pareceres de ambos os grupos selecionados aleatoriamente. Os pareceres foram selecionados a partir de uma amostra do universo dos pareceres concedidos pela consultoria *ad hoc* em todas as demandas. Foram contabilizados ao todo 2.116 pareceres emitidos pelos *ad hoc* em resposta à solicitação do CNPq para análise dos pedidos de

bolsa PQ. Trabalhou-se com uma amostra de 140 propostas de ambos os grupos, que envolvia, em princípio, 280 pareceres. Cada proposta apresenta, no máximo, dois pareceres. Como a seleção da amostra por grupo foi aleatória, propostas sem *ad hoc* apareceram em ambos os grupos.

Até 2003, as avaliações dos *ad hoc* continham três possibilidades de classificação das propostas avaliadas: **recomendada**, **não recomendada** e **recomendada com restrição**. A partir daquele ano, algumas modificações foram feitas nos formulários dos avaliadores e o sistema de classificações passou daquelas três possibilidades para outras, que espelhavam uma escala de classificação quanto ao mérito da proposta e não mais quanto à recomendação. A nova escala incluía as seguintes classificações: **excelente**, **médio**, **bom** e **fraco**

A relação entre o parecer de recomendação dos *ad hoc* e os dados analisados sugere uma forte correlação entre os conteúdos dos pareceres e suas classificações. Isto significa que apenas ocasionalmente há discrepâncias entre as classificações conferidas e o conteúdo dos pareceres. Mais precisamente, de um conjunto de 120 pareceres, apenas 3 apresentam uma discrepância entre a classificação e o conteúdo. Assim, pareceres classificados como **excelente** e **bom**, na sua maioria, destacam mérito, relevância, impacto e, nos casos de pesquisadores com bolsa, a experiência do candidato. No lado oposto, pareceres classificados como **médio** e **fraco** em geral apontam vulnerabilidades no que se refere à construção teórica, aos objetivos e, por vezes, à bibliografia examinada pelo solicitante.

A fim de que se pudesse ter uma visão mais clara da compatibilidade entre as classificações e os conteúdos dos pareceres emitidos pelo *ad hoc*, selecionamos alguns modelos de pareceres concedidos a ambos os grupos como exemplos desta compatibilidade e registamos a seguir.

A primeira amostra registou os pareceres do grupo de pesquisadores que nunca se beneficiou com a concessão da Bolsa Produtividade em Pesquisa. Desse modo destacamos os seguintes pareceres de ambos os grupos:

Excelente de quem não ganhou:

“O pesquisador possui excelente *curriculum* e a proposta de pesquisa aqui apresentada representa outro passo muito coerente com sua trajetória já consolidada. A temática é atual e de impacto tanto teórico quanto prático; sua pesquisa deve contribuir tanto para nossa compreensão de construções contemporâneas da masculinidade e a participação nestas do que o autor chama de "educação orientada pela homofobia" e seu vínculo com “práticas de risco” (re: transmissão de HIV/AIDS) quanto para a invenção de novas práticas sociais de desconstrução de masculinidades balizadas na homofobia e no sexismo.”

Excelente de quem não ganhou:

“O projeto é muito bem formulado, com objetivos bem definidos, além de apresentar uma problemática relevante do ponto de vista socioambiental contemporâneo.”

Bom de quem não ganhou:

“Trabalho relevante, com objetivos bem definidos e bem construído sob o ponto de vista teórico-metodológico. No entanto, carece de uma melhor explicitação do contexto institucional, bem como dos resultados a serem obtidos com a pesquisa. Como o trabalho será desenvolvido no contexto de um curso de pós-graduação, poder-se-ia explicitar o número de alunos de pós-graduação e mesmo da graduação que participarão da pesquisa, bem como o número de dissertações ou teses. Também não se explicita o que se pretende com os resultados da pesquisa: se publicar textos em periódicos, livros, se realizar seminários ou mesmo repassar para órgãos e organizações relacionadas com a formulação de políticas públicas.”

Bom de quem não ganhou:

“Por fim, cabe destacar a relevância do estudo e suas marcas de originalidade. Abre perspectivas interessantes para se ampliar e adensar os conhecimentos sobre as múltiplas dimensões (sobretudo as econômicas, sociais e ambientais) dos processos de

expansão da fronteira agrícola e de desenvolvimento da agropecuária e da agroindústria. Será, neste contexto multifacetado, que serão abordadas as dinâmicas de geração de emprego e as demandas de educação profissional.”

Médio de quem não ganhou:

“O tema do desenvolvimento nacional, planejado de forma abstrata (metas de crescimento) e centralizada, e seus efeitos sociais e ambientais nos locais onde os projetos se materializam, é de extrema relevância para a compreensão das dinâmicas socioambientais do país, a relação entre o planejado e o vivido, o local e o nacional/global (vide polêmica sobre as hidrelétricas de Belo Monte e do Rio Madeira, na Amazônia, por exemplo). A pesquisadora tem experiência no assunto e se propõe a analisar essa dinâmica em um estado (Rio de Janeiro) relevante do ponto de vista da urbanização e do desenvolvimento. Porém, a proposta está apresentada de forma incompleta e sucinta, não permitindo uma avaliação em termos dos possíveis resultados a serem alcançados com a pesquisa. Há uma breve discussão teórica sobre o tema do desenvolvimento, mas falta-lhe um aprofundamento sobre a temática e suas relações com dimensões correlatas importantes para a pesquisa, como a noção de urbanização, conflitos ambientais, qualidade de vida, entre outras. Além disso, a proposta carece de uma especificação metodológica e não apresenta cronograma.”

Médio de quem não ganhou:

“A autora da proposta não apresentou compreensão adequada da real dimensão do que tinha proposto como projeto de pesquisa. Isso não retira os méritos da proposta, mas exige melhor adequação metodológica, que se repete, de certa forma no novo projeto. As indicações metodológicas estão no cronograma: leitura bibliográfica, dados pela Internet e legislação. O tema exige uma delimitação mais precisa, pois situar e produzir dados sobre a indústria cultural no Mercosul, inclusive seu potencial econômico, implicar em construir uma metodologia.”

Médio de quem não ganhou:

“O tema do projeto é relevante. Ele se enquadra dentro da orientação do governo que, a curto e a médio prazo, visa reformular o marco regulatório de mineração no Brasil, tal como é preconizado pelo Ministério de Minas e Energia. O novo marco almeja fortalecer a ação do Estado no sentido de maximizar a exploração industrial das jazidas, com controle ambiental. Procura ainda atrair investimentos para potenciar a modernização da indústria de mineração para que ela adquira um desenvolvimento articulado com a questão da responsabilidade social.”

Médio de quem não ganhou:

“A discussão do tema não é teórica e metodologicamente baseada em uma bibliografia mais polêmica e crítica. Não há nada, por exemplo, sobre a questão da sociedade de risco, problematizado por U. Beck, nem sobre o desenvolvimento ambientalmente sustentável que a escola cepalina desenvolveu na década dos anos 1990. A articulação entre desenvolvimento e responsabilidade social é vista, principalmente, do ponto de vista da gestão dos administradores empresariais, mas é sociologicamente lacunar. A própria discussão do desenvolvimento carece de uma bibliografia mais adequada com o tema que o pleiteante quer desenvolver, citando, por exemplo, o livro Desenvolvimento como liberdade, de Amartya Sen.”

Médio de quem não ganhou:

“A produção científica do pleiteante é razoável, por ser ele um recém-doutor (2006). O pesquisador tem formado um número razoável de mestres (3). No meu entendimento, a concessão da bolsa depende da quantidade de demanda qualificada junto ao CNPq. O solicitante é um pesquisador em formação. O C.V. revela ser ele um bom pesquisador, com um ótimo potencial futuro. Pela relevância do tema e por haver pouca pesquisa sobre a questão da responsabilidade social e do desenvolvimento sustentável, valeria, em termos de incentivo ao jovem pesquisador, conceder a bolsa. No processo de execução da pesquisa, o pleiteante poderia aprofundar teoricamente a reflexão.”

Fraco de quem não ganhou:

“A proposta é um trabalho de extensão, cujo objetivo central no momento é o de "sistematizar experiência já obtida". Não há propriamente inovação tecnológica ou científica. O título do trabalho não corresponde à proposta. Trata-se de uma atividade prática sem clara ligação nem com as "ciências sociais" nem mesmo com a "experiência universitária". Como dito no título, tem-se somente uma proposta de "ação acadêmica" com base em experiência acumulada e um bom número de cursos oferecidos. A atuação está na área de "geração de emprego e renda" enquanto política pública - o principal mérito aí se encontra - e não da pesquisa científica.”

Para o grupo dos que ganharam, os pareceres positivos têm uma tendência a serem mais concisos/reduzidos no seu conteúdo quando comparados àqueles conferidos a candidatos que tentam a primeira vez no sistema. Uma explicação possível pode ser encontrada no fato de que esses candidatos são em geral pesquisadores seniores de maior visibilidade no campo. Pode-se pensar que existe uma pressuposição de que os mais conhecidos não necessitem tanto de avaliações mais detalhadas do que os outros pesquisadores.

Excelente de quem ganhou:

“Embora muito amplo, o projeto tem várias qualidades e o seu proponente tem um currículo que revela sua capacidade de levar a termo a proposta.”

Excelente de quem ganhou:

“Os pontos mais relevantes são a relevância do tema, a qualidade teórica da proposta e a experiência acumulada do proponente. Eles são a garantia de que a pesquisa será realizada com competência e que chegará a resultados importantes.”

“O projeto é de alta qualidade, representa a continuidade do trabalho desenvolvido ao longo dos últimos anos pelo autor, que pode ser considerado uma das principais autoridades brasileiras no tema. O CV do proponente é excelente, com produção intelectual frequente e qualificada tanto em artigos em periódicos como em livros e

capítulos. O projeto também inclui a formação de recursos humanos tanto na graduação como na pós-graduação. Sou favorável à concessão da bolsa.”

Bom de quem ganhou:

“O candidato tem excelente produtividade acadêmica e é reconhecido nacionalmente na temática da biogenética e o humano. A partir de 2000 afirma-se como formador de recursos humanos. O tema proposto para estudo é inovador e relevante, tendo uma problemática bem desenvolvida e objetivos claros. No entanto, seria de esperar que tal pesquisa pudesse ter como resultado final mais do que apenas um livro.”

Médio de quem ganhou:

“O conjunto de questões colocado pela proponente sem dúvida é relevante e faz parte de uma agenda de pesquisa que com certeza remete a campos de discussão privilegiados pelas ciências sociais. A forma, entretanto, como apresenta o seu problema de pesquisa, propõe suas questões e metodologia está ainda carecendo de desenvolvimento. Sente-se um conjunto de campos de investigação pouco articulados entre si - ou, no mínimo, sugerindo um esforço a ser feito a posteriori para "enxugar" ou recortar o problema - o que coloca evidentes problemas na execução da pesquisa. Fato que se confirma quando do exame da metodologia proposta.”

Fraco de quem ganhou:

“Insuficiente visão crítica sobre o processo de modernização e seus impactos na vida amazônica. As explicações sobre os processos de integração relacionados às cidades, sobre os movimentos sociais, sobre a cultura da socialização no meio urbano, sobre os processos de mudança, sobre a vida urbana e os sistemas de produção e mercados merecem tratamento mais analítico e crítico. A proposta se perde em um emaranhado de pontos que dificilmente conduzirão aos resultados esperados.”

Baseado na análise da amostra sobre a compatibilidade entre classificações e o conteúdo dos pareceres *ad hoc*, há fortes evidências de que seja alta esta compatibilidade

também para as outras propostas examinadas. Assim, trabalhamos com o dado de que as classificações conferidas pelos *ad hoc* às propostas estejam de acordo com o seu conteúdo. Desse modo, com algum grau de confiabilidade, podemos assegurar a confiabilidade dos pareceres sobre a avaliação do mérito das propostas.

Para a área como um todo, verifica-se que os pareceres positivos sobre as propostas prevalecem diante dos médios e fracos: dos 1.154 pareceres, 69,3% (800) são positivos, contra 10,5% (119) de fracos e 14,7% (169) de médios. 6,7% (66) representam propostas sem *ad hoc*. Desses, 800 pareceres com recomendações positivas, 59% são dados àqueles que foram aprovados ao menos uma vez (475), enquanto 41, 9% (320) foram dados a pesquisadores que nunca ganharam a bolsa.

Analisando mais de perto a classificação dos pareceres, observamos que das 532 propostas que estão no grupo dos que ganharam a bolsa PQ, 463 (87%) possuem parecer positivo, 44 médios e fracos (8,2%) e 25 sem *ad hoc* (4,6). No universo daquelas propostas que foram bem avaliadas, independentemente de terem sido aceitas ou não, em 59% dos casos (475), o CA atendeu a indicação do parecer *ad hoc* recomendando a concessão da bolsa. As discordâncias situam-se no universo daqueles que foram recomendados e não receberam bolsa (40%, ou 325 propostas) e daqueles que foram avaliados negativamente e beneficiados com a bolsa (5,6%, ou 45 propostas).

Ainda que o percentual de discordância seja bastante marginal, no caso das concessões com pareceres negativos (do grupo de médios e fracos), algumas considerações devem ser feitas para este grupo. As 44 propostas que receberam pareceres desfavoráveis à concessão da bolsa estão vinculadas a 42 pesquisadores, pertencentes ao sistema de produtividade em pesquisa. Isso significa que, em alguma demanda ao longo dos dez anos analisados, esses pesquisadores receberam pareceres negativos.

Desse modo, das 599 propostas que não foram apoiadas, 320 foram avaliadas de maneira positiva, contra 115 fracas e 127 médios (242). Se considerarmos, como já apontamos no item anterior, que os pareceres concedidos têm uma forte correlação entre os conteúdos e as respectivas classificações, supõe-se que, ainda que não tenham sido beneficiadas com a bolsa, essas propostas, do ponto de vista do mérito científico, tenham sido reconhecidas.

Isto faz com que, de fato, apenas 242 propostas tenham sido desqualificadas do ponto de vista do mérito para a obtenção da bolsa e nos leva a concluir que, de maneira geral, o conjunto de propostas bem avaliado revela um grau de competitividade grande para a área. Ao mesmo tempo e já insinuando uma concordância com o princípio do Efeito Mateus no grupo das propostas fracas e médias, aparecem pesquisadores que, na condição de bolsistas, se veem contemplados novamente com a bolsa.

As entrevistas realizadas com membros do Comitê Assessor revelaram dados importantes sobre os critérios de julgamento. Todos os entrevistados foram unânimes em admitir que a principal característica de uma proposta para a concessão da bolsa de PQ era o seu mérito no sentido de projetos bem formulados, bibliografias atualizadas, temas relevantes. Apenas um dos consultores fez uma observação sobre esta exigência. Para este consultor, o mérito tem que vir, em primeiro lugar, em qualquer avaliação, entretanto ele conclui que o mérito deve ser calibrado. Muito embora não tenha sido claro quanto ao significado exato do “mérito calibrado”, o restante da entrevista permitiu que fosse inferido que o mérito deveria ser analisado relativamente a outras características dos solicitantes, e não utilizado como critério universal.

Alguns deles observaram as dificuldades em lidar com pesquisadores mais antigos no sistema, ou seja, bolsistas de produtividade em pesquisa que teriam um passado mais produtivo do que o presente. Para um dos assessores, “tirar quem já está no sistema” (membro A) seria mais complicado. Diferentemente do membro anterior, outro expressou sua preocupação quanto à preponderância do mérito como qualificação generalizada utilizada nas avaliações para concessão da bolsa. Segundo ele, “as proposta têm que ter mérito. Mérito em primeiro lugar. Mas um mérito calibrado” (membro B).

Por outro lado, os dados quantitativos sobre os pareceres *ad hoc* mostrados aqui revelam que as decisões tomadas para concessão da bolsa de Produtividade em Pesquisa estão fortemente respaldadas em avaliações de consultores *ad hoc*, cujo conteúdo do parecer está em consonância com classificação oferecida. Os mesmos dados revelam também que uma quantidade expressiva de candidatos cujo parecer é favorável ao mérito e à concessão da bolsa não tem conseguido ingressar no sistema.

Estabelecendo as relações entre os grupos e os pareceres, é possível perceber que a questão da prioridade para a concessão da bolsa é detalhe fortemente significativo para

o processo de acumulação de vantagens. Ao mesmo tempo em que se pode sugerir que as situações de não recomendação e de concessão são indicadores do processo de acumulação em curso.

As grandes críticas a respeito do processo de avaliação por pares assinalam que dificilmente pesquisadores eminentes³⁵ têm seus pedidos rejeitados por um comitê de avaliação não só em função de sua posição, mas também pelo fato de considerarem que os avaliadores em geral se identificam com os pesquisadores mais importantes por estarem na mesma condição ou posição no campo.

Em geral, apontam os críticos, o CA é composto por companheiros de departamento de instituição e de redes de pesquisa (TRAVIS e COLLINS, 1991; RIP, 1994). Trata-se de um grupo seletivo, conhecido e reconhecido como a elite da ciência. Mulkey (1975) destaca em seu estudo as relações de solidariedade que se estabelecem entre os participantes desse grupo.

De maneira resumida, o que se pode concluir, observando isoladamente a avaliação das propostas, é que, de uma maneira geral, as propostas são bem qualificadas, e as recomendações dos *ad hoc* são seguidas pelo CA, o que nos faz supor que existe um consenso no tocante à avaliação, não tendo sido constatadas discordâncias significativas do ponto de vista qualitativo que justifiquem a suposição de julgamentos enviesados.

Por outro lado, chamou-nos atenção a ordem de classificação para ingresso no sistema e a concessão de bolsa a pesquisadores já vinculados ao sistema, cujos pareceres foram desfavoráveis à concessão. Nesse sentido, o Efeito Mateus assume um lugar de destaque nessa característica considerada uma das mais importantes para ingresso no sistema. Aqueles que têm continuam tendo mesmo que em determinado momento não atendam ao critério do mérito.

³⁵ No caso dos estudos americanos, um índice utilizado pelos autores é o número de citações, mas, nessa pesquisa, tratamos como eminentes pesquisadores que já estavam no sistema, independentemente do seu nível, aqueles que têm uma grande visibilidade e estão citados em alguns livros como os grandes sociólogos.

3.2.1 Sobre os temas de pesquisa

Como em outras instituições, na ciência, certas atividades também têm mais prestígio do que outras (COLE, 1992, p.105). A discussão sobre a relação entre visibilidade, prestígio e objetos de pesquisa foi abordada nas diferentes teorias sobre a ciência (BOURDIEU, 1983; 1975; 2007 e BECKER e TROWLER, 2001). Enquanto a Sociologia mertoniana destaca a relação entre objetos de pesquisa e visibilidade (COLE, 1983; 1992), a partir de uma abordagem baseada em análise quantitativa e qualitativa de publicações e citações, Bourdieu (1975) analisa a posição dos temas de pesquisa sob a ótica da sua relação com os grupos dominantes no campo científico.

Em sua pesquisa sobre o desempenho científico dos físicos norte-americanos na década de 70, Cole (1992) identificou que algumas especialidades têm mais prestígio do que outras, e o assunto sobre o qual os pesquisadores trabalham pode influenciar em sua visibilidade. Por meio da utilização de métodos estatísticos comprovados, Cole (1992) concluiu que o trabalho de um físico com o tema “partículas elementares” tinha uma pontuação média maior na relação entre visibilidade, quantidade e qualidade de produção científica do que aqueles que trabalhavam com temas na subárea de “estados sólidos”.

De maneira completamente diferente, Bourdieu (1975) trabalha com a ideia central, a partir da Teoria do Campo Científico, da relação entre os temas e as posições dos cientistas dentro do campo. Numa perspectiva completamente oposta à da visibilidade, ele considera que a divisão entre prestígio e obscuridade que concerne à divisão entre gêneros, métodos e objetos está ligada aos critérios dominantes que determinam o grau de excelência das práticas científicas, que, por sua vez, são determinados pelos grupos hegemônicos dentro do campo. A hierarquia dos objetos é relativa à hierarquia dos pesquisadores no interior do campo.

Ainda que essas teorias se coloquem em lados opostos, ao explicar a relação entre temas e pesquisadores, pode-se dizer que ambas concordam quanto ao fato de que existem temas mais legítimos, mais nobres ou mais visíveis do que outros. O fato de alguns pesquisadores trabalharem com alguns temas, seja porque estão na posição dominante, seja porque, por um processo de seleção ou de autoseleção, tenham chegado a ele, pode revelar que a especialidade constitui uma vantagem acumulada aliada do Efeito Mateus.

É importante notar, como faz Bourdieu (1975), que essas hierarquias de temas estão relacionadas a um momento dado de tempo no campo científico. Com isso, queremos sublinhar que as especialidades e suas fronteiras obedecem, tanto do ponto de vista da visibilidade quanto das hierarquias, a um movimento cognitivo relativo a cada campo e a movimentos mais gerais da sociedade.

Do ponto de vista dos estudos nacionais, destacam-se os trabalhos desenvolvidos por Sousa (1993), em seu livro sobre as escolhas dos temas de pesquisa na área de agricultura. Embora a preocupação desse autor tenha sido fundamentalmente procurar as razões e influências que determinam a escolha de um tema de pesquisa, algumas de suas conclusões têm impacto em nossa hipótese, na medida em que, para esse autor, sua pesquisa identifica que a escolha dos temas se ancora fortemente em razões de interesse pessoal. Por outro lado, o estudo de Maranhão (2010) acerca dos temas de pesquisa financiados pelo CNPq afirma que os pesquisadores exercem uma autonomia reflexiva quando se trata da escolhas dos temas de pesquisa,

O nosso objetivo aqui, a partir desse dado, é demonstrar que existem temas predominantes na aprovação de bolsas de Produtividade em Pesquisa e esses temas estão vinculados às instituições de maior peso e, em geral, apresentam maior número de aprovações de bolsa. Vistos a partir dessa perspectiva, os temas podem constituir uma característica que assume papel importante na avaliação para a concessão da bolsa: um tema com visibilidade ou bem posicionado na estrutura da hierarquia social dos objetos pode representar, em situações de competitividade, uma vantagem acumulada.

A coleta dos dados foi realizada a partir do registro da área de atuação principal do pesquisador que é “transferido” do Currículo Lattes para a proposta eletrônica. Embora haja, na proposta eletrônica, um campo para registro da área do conhecimento do projeto que teoricamente seria mais apropriado para a pesquisa, ele não pode ser utilizado porque o registro está ligado a um conjunto de subáreas da Sociologia definidas pela agência. Para a Sociologia, estão disponíveis/definidas nesse arquivo um conjunto de sete subáreas do conhecimento: Fundamentos da Sociologia, Sociologia Rural, Urbana, da Saúde, do Conhecimento e do Desenvolvimento e Outras Sociologias específicas. Na prática e pelo exame dos dados pode se verificar que os pesquisadores na sua maioria optam pela subárea Outras Sociologias Específicas.

Desse modo, numa primeira análise (pré-teste com os dados), percebeu-se que grande parte das propostas estava situada nesta última subárea, o que inviabilizaria um análise mais realista do conjunto das subáreas hoje na Sociologia³⁶ e a relação destas com a concessão da bolsa.

Por isso escolhemos trabalhar com os dados relativos à área de atuação principal do candidato, baseando-nos no princípio de que o tema de pesquisa da aplicação da bolsa esteja, de alguma maneira, inserido na área de atuação escolhida pelo pesquisador. De outra perspectiva, consideramos que, ainda que não haja uma correlação, absoluta entre esses dois dados (tema da PQ e área de atuação), interessa-nos, mesmo assim, observar em que campo os pesquisadores colocam-se para a avaliação da bolsa.

Outra suposição sobre a validade desse dado para análise das subáreas mais beneficiadas com bolsa PQ é que o registro da área de atuação principal feito no Currículo Lattes não é feito de maneira aleatória. Nossa suposição, é que esse registro declarado pelo pesquisador corresponda em larga medida à realidade de seus interesses e de sua atuação como pesquisador. Em qualquer das situações, esteja a área de atuação ligada ou não ao objeto de estudo da proposta, a nossa interpretação é que o registro de determinada área pode indicar uma representação do agente no que diz respeito aos temas e objetos de pesquisa.

A favor da argumentação da validade de alguma possível representação das áreas, vale registrar a teoria de Bourdieu (2003, p. 29) sobre o campo e sua representação. O campo não é somente objeto de luta na sua realidade, mas também na sua representação. Ainda que o registro da área não corresponda à real área de atuação daquela pesquisa, os dados nos mostrarão a “ideia”, a representação que os pesquisadores têm a respeito dos temas e áreas de pesquisa que podem ser mais importantes e interessantes para eles e para seus concorrentes: “qualquer que seja o campo, ele é objeto de luta tanto em sua representação quanto em sua realidade” (BOURDIEU, 2003, p. 29).

³⁶ Em 2005 foi criada uma comissão especial de estudos pelo CNPq, CAPES e FINEP, composta por pesquisadores das diversas áreas do conhecimento visando propor modificações na Tabela de áreas do conhecimento utilizada por estas agencias. Para a área de Sociologia foram propostas duas grandes subáreas: Pensamento Sociológico e Sociologia Especializadas. Como especialidades específicas para o campo da Sociologia a Comissão propôs 24 especialidades. A discussão não foi levada a frente e nenhuma modificação no quadro das sub áreas foi feito. Desse modo o CNPq continua, para a Sociologia, contando com aquelas 7 subáreas.

Ao todo, são 1.154 propostas vinculadas a 527 pesquisadores que declaram 216 áreas de atuação principal registradas no formulário eletrônico para pedido de bolsa de Produtividade em Pesquisa, no período de 2002 a 2012. Depois de algumas análises e interpretação dos dados, essas áreas foram agrupadas de modo que, ao final, as áreas do conhecimento ficaram reduzidas a 111³⁷. A Tabela 13 registra apenas as subáreas com maior número de propostas.

Tabela 13 – Propostas apresentadas por subárea do conhecimento

Área	Total
Teoria Sociológica	138
Sociologia Rural	107
Sociologia do Trabalho	86
Sociologia Urbana	59
Sociologia	56
Antropologia	53
Sociologia do Meio Ambiente	50
Ciência Política	47
Sociologia do Desenvolvimento	33
Sociologia da Religião	30
Sociologia das Relações Sociais de Gênero	28

Fonte: organizada pela autora a partir dos dados do CV Lattes dos pesquisadores constantes do universo desta pesquisa (2002-2012)

A Tabela 13 indica que, para os pedidos de bolsa de Produtividade em Pesquisa, ao longo desse período, destacam-se como subáreas mais declaradas para financiamento com a bolsa as subáreas: (i) Teoria Sociológica, com 138 pedidos; (ii) Sociologia Rural, 107; (iii) Sociologia do Trabalho, 86; (iv) Sociologia Urbana, 59; (v) Sociologia (56); (vi) Antropologia, 53; (vii) Sociologia do Meio Ambiente, 50; (viii) Ciência Política, 47; (ix) Sociologia do Desenvolvimento, 33; (x) Sociologia da Religião, 30; (xi) Sociologia das Relações Sociais de Gênero, 28. As 10 primeiras maiores subáreas são as que concentram maior número de pedidos – 54,5% do total de pedidos –, enquanto que às outras 90 áreas couberam 45,5% do total de solicitações.

Das 138 propostas aplicadas para Teoria Sociológica, 79 foram aprovadas; dos 107 pedidos registrados na proposta tendo como área de atuação principal Sociologia

³⁷ A relação completa encontra-se no Anexo.

Rural, 57 foram aprovados; 86 solicitações na subárea de Sociologia do Trabalho, com 49 aprovações; para o campo da Antropologia, das 54 solicitadas, 14 foram aprovadas; no campo da Ciência Política, das 47, 28 foram aprovadas; 16 em Sociologia do Desenvolvimento e 25 em Sociologia do Meio Ambiente; 14 propostas na Sociologia das Relações Sociais do Gênero; em Sociologia Urbana, 38.

A partir da apresentação desses dados, algumas observações devem ser feitas. A mais evidente é que o registro espelha um alto grau de diversidade onde se mesclam subáreas e objetos de pesquisa. Mesmo após o tratamento dos dados, restaram 111 subáreas relacionadas a 1.154 propostas, uma média de 10 propostas para cada uma das subáreas.

A diversidade e a fragmentação de temas não constituem novidade para os pesquisadores, que têm se preocupado em discutir o tema. Pelo contrário, estas características figuram nas Ciências Sociais e na Sociologia desde o início.

Boas (2007) já indica como o alto grau de fragmentação teórico-metodológico está presente nas Ciências Sociais, e ressalta o fato de que essa é uma característica marcante das Ciências Sociais. Analisando as obras publicadas na Sociologia, no período que vai de 1945 a 1966, e seus respectivos temas, ela aponta para um grande número de obras relacionadas ao tema sobre a disciplina e seus problemas teórico-metodológicos. Para a autora, nenhuma das outras disciplinas revelou tamanho interesse em analisar seus próprios problemas metodológicos e que “ao ressaltar a indispensabilidade da ciência sociológica, os pesquisadores estariam acentuando a essencialidade de sua ação no processo de mudanças sociais” (p. 112).

Em artigo que avalia as mudanças ocorridas no campo da Sociologia, a partir da leitura do livro de Alvin Gouldner, Brasília Sallum (2005) destaca que a crise da Sociologia, descrita a partir da perda de influência do funcionalismo e do marxismo e da ascensão da microsociologia, foi marcada também pela multiplicação das áreas de pesquisa sociológica.

A perda de referências teóricas dominantes, como as existentes até os anos 1970, e a contínua emergência de novas áreas de especialização sociológica, surgidas ao sabor dos eventos, das mudanças de comportamento ou das tendências politicamente “problemáticas” — como violência, drogas, imigração, Internet etc. - têm produzido uma

percepção muito forte de fragmentação, desordem, perda de identidade e crise da sociologia. (SALLUM, 2005, p. 21)

Embora a discussão sobre a crise da Sociologia seja polêmica, sobretudo se levarmos em consideração o grande debate existente na Sociologia sobre a relação entre a macro e a microssociologia³⁸, importa colocar em destaque que a fragmentação é percebida para alguns como crise e, para outros, como uma característica marcante das Ciências Sociais, bem como pode corresponder, em certa medida, não só à diversidade teórico-metodológica, mas também atende às demandas da realidade social.

Com a mesma preocupação, mas com enfoque diferente, Porto (2005) discute a questão da pluralidade dos objetos de pesquisa na Sociologia. Para ela, essa fragmentação origina-se da própria realidade que coloca aos pesquisadores do campo da Sociologia uma diversidade cada vez maior de problemas. A constatação da autora não se dirige apenas à pluralidade e à multiplicidade de temas e objetos de pesquisa, que são explicadas a partir das mudanças ocorridas nos processos sociais, mas também à mudança de abordagem de outros temas. Essa multiplicidade é atribuída às demandas da sociedade. A autora inclina-se a considerar que “o panorama recente da Sociologia no Brasil aponta para um campo que se pluraliza e se diversifica” (PORTO, 2005, p. 207).

Esses três autores trazem em comum a constatação da fragmentação teórico-metodológica da Sociologia e da “inevitável” diversidade e diversificação de seus objetos, estreitamente relacionados a sua natureza: a explicação da sociedade, sua transformação. Os dados mostrados apontam igualmente nessa direção: as pesquisas financiadas com a bolsa de produtividade e com o *Grant* refletem essa complexidade de temas, provável reflexo da realidade e, ao mesmo tempo, uma predominância de áreas que têm uma certa tradição no campo da Sociologia.

Nesse mesmo contexto, outro aspecto que deve ser destacado é o fato de que, para o Programa Básico de Sociologia, há registro considerável de pesquisadores que atuam em outras áreas das Ciências Humanas como Ciência Política, Antropologia,

³⁸ Em 2010, o departamento de Sociologia realizou a Semana de Ciências Sociais para a qual apresentei o trabalho “Micro e Macro Sociologia, uma relação complexa”. A pesquisa realizada em vários periódicos de língua inglesa e francesa mostra como esse debate ainda persiste na Sociologia, mas, de maneira curiosa, para alguns essa relação é saudável e a coexistência entre abordagens macro e micro estão nas raízes da própria constituição da disciplina.

Administração e Economia, o que indica um caráter mais abrangente e cujas interfaces comprovam as afirmações de Reis (1997) quanto a esse caráter abrangente da Sociologia: também, de uma maneira mais simples, para Reis a Sociologia é vista como “a mãe de todas as ciências sociais”.

No cenário internacional, alguns autores abordam esse problema. Sobre a natureza da Sociologia, vale ressaltar as observações de Abbot (2001, p. 6) para quem a Sociologia é irremediavelmente intersticial, referindo-se exatamente a esta capacidade que a Sociologia tem de ocupar os espaços entre o tecido social, embora nem sempre justificadamente no que se refere às suas contribuições.

Nesse sentido, a explicação dada por Abbot (2001) a respeito do caráter abrangente da Sociologia aponta para sua capacidade de se relacionar com diversas disciplinas e subáreas sem necessariamente se render a elas ou, ao contrário, aderindo aos modismos de cada tempo:

The discipline is rather like a caravansary on the Silk Road, filled with all sorts and types of people and beset by bandit gangs of positivist, feminist, interactionist and Marxist, and even by some larger, far-off states like Economist and the Humanities, all of whom are bent on reducing the place of vassalage. The inhabitants put up with occasional rule by these gangs and pay them tribute when necessary, but when somebody more interesting comes along, they throw off the current overlords with little regret. (ABBOT, 2001, p. 6)³⁹

Várias explicações concorrem para desvendar o caráter multifacetário e abrangente da Sociologia e, embora diferentes na sua abordagem e interpretação – o que para uns pode representar uma crise para outros pode significar a própria força da ciência (ABBOT, 2001; BOAS, 2007) –, caminham na direção de constatar a diversidade e a diversificação desta ciência. Ainda na esteira das explicações para o surgimento de objetos e temas de pesquisa, vale registrar a opinião de Elisa Reis (1997) sobre o assunto: “a título de exemplo, pensando na origem da Anpocs, lembro que há cerca de 20 anos

³⁹ “A disciplina é mais como uma hospedaria na Rota da Seda, cheia de todo tipo de gente e assediada por gangues de positivistas, feministas, interacionistas e marxistas, e até por alguns estados maiores e mais distantes, como economistas e as humanidades, os quais estão empenhados em reduzi-la ao estado de vassalagem. Os habitantes aturam regras ocasionais dessas gangues e lhes pagam tributos quando necessário, mas quando alguém mais interessante aparece, eles se livram de seus atuais senhores com pouco pesar”.

surgiu uma grande demanda – ou uma produção incentivada – por estudos de gênero. Outra temática incentivada nessa mesma época foi a da saúde” (REIS, 1997).

Para Merton (1979), a crise crônica da Sociologia, com a sua diversidade, competição e choque de doutrinas, parece preferível ao remédio proposto algumas vezes para debelar a agudez da crise, isto é, a prescrição de uma única perspectiva que promete proporcionar acesso total e exclusivo à verdadeira Sociologia (p. 38). As razões para esta opinião são claras para o autor: nenhum paradigma começou sequer a demonstrar seu peculiar poder de convicção para investigar toda gama de questões sociologicamente pertinentes.

E mais, se o remédio proposto fosse adotado, produziria algo mais grave que a própria crise: levaria à estagnação sociológica como resultado prematuro quanto ao único paradigma que se pretende seja um guia completo para investigar o vasto espectro das questões sociológicas (p. 38).

Para além das explicações que buscam na realidade e na sua complexidade as justificativas para a fragmentação nos objetos de estudo da Sociologia, recorreremos à Teoria do Campo Científico (BOURDIEU, 1983), que compreende as especializações como forma de distinção dos pesquisadores nas disputas pelo domínio de um tema ou objeto de pesquisa.

As especializações são vistas como movimentos migratórios relativos à dinâmica de cada campo, por pesquisadores em busca de afirmação e de distinção. Dessa maneira, se, por um lado, “o que é percebido como importante e interessante é que tem chances de ser reconhecido como importante e interessante pelos outros” (BOURDIEU, 1983, p. 125), por outro, faz com que aquele domínio que seja percebido como importante esgote a capacidade dos lucros (simbólicos e materiais) e provoque uma migração para outros domínios não tão interessantes, do ponto de vista do próprios concorrentes, mas cuja competição é menos intensa.

Todas essas teorias visam explicar essa capilaridade da Sociologia e sua capacidade de se relacionar com outras áreas do conhecimento. Entretanto, para o objetivo específico desta tese, interessa-nos enfatizar que, a despeito de toda essa diversidade e de sua possibilidade epistemológica, existem subáreas (assim como

disciplinas) que têm mais visibilidade do que outras. De alguma maneira, isso pode impactar no processo de escolha de propostas.

Relacionando as subáreas com as universidades, das 138 propostas relacionadas à subárea de Teoria Sociológica temos que:

- 26 foram aplicadas a partir da Universidade de São Paulo, com um total de 20 aprovadas;
- 11 delas têm como origem a Universidade de Brasília, das quais 7 foram aprovadas,
- 10 da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que teve 8 propostas aprovadas;
- 8 da Universidade Federal de Minas Gerais, que teve aprovadas 5 propostas;
- 7 da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (na verdade IESP, antigo IUPERJ), todas aprovadas
- 6 da Universidade Estadual de Campinas, 3 aprovadas.

No extremo oposto, a Universidade Estadual de Alagoas aparece com uma única proposta, a Universidade Federal de Pernambuco, com 2, a Universidade Federal do Ceará, com 3, as Universidades do Amazonas e do Espírito Santo aparecem com 1 proposta cada.

A subárea Teoria Sociológica é, ao mesmo tempo, a mais declarada por pesquisadores da região sudeste, que representam a região onde se encontram as IES que mais solicitam bolsa, que mais ganham e onde se encontram as instituições mais bem pontuadas pela CAPES. Foram ao todo 72 propostas oriundas da região sudeste, com uma taxa de aprovação de 52% (44 propostas). Constitui-se, desse modo, na subárea do conhecimento das instituições que estão no topo da pirâmide do campo. É, por assim dizer, a Sociologia das instituições dominantes.

O mesmo acontece com a Sociologia do Trabalho, marcadamente um domínio da região sudeste: das 86 solicitações nesta subárea, 52 partem da região sudeste, cuja aprovação ultrapassa 60% dos pedidos. Diferentemente da dinâmica das outras duas subáreas, o mesmo não ocorre, entretanto, com as solicitações para Sociologia Rural.

Neste caso, existe um equilíbrio de pedidos entre as regiões, não existindo, para esta subárea, a predominância de uma região: a região sudeste aparece com 32; o Sul, com 33; o Norte, com 9; o Nordeste, com 26; e o Centro-Oeste, com 7.

O registro declarado de pesquisas filiadas a domínios temáticos mais consagrados, mais clássicos, como trabalho, campo e cidade, religião, cultura (MARTINS & MARTINS, 2010) e a própria Teoria Sociológica podem indicar que as discussões nestas áreas produzem ainda resultados simbólicos (maior visibilidade, possibilidades de publicação) mais rápidos e lucrativos do que em outros domínios não tão conhecidos e consagrados. Dessa maneira, temas relacionados a subáreas “novas”, como ciência e tecnologia, saúde coletiva, sociologia da comunicação, sociologia dos movimentos intelectuais, permanecem como domínios com pouca adesão. Não podemos descartar a explicação de que a concentração de determinados temas em determinadas regiões reflete igualmente problemas sociais daquela região.

Paralelamente a esse perfil mais ligado às áreas tradicionais da Sociologia, os dados também apontam para a diversificação intensa com surgimento de novos temas (Sociologia dos Desastres) e consolidação de outros como Ciência e Tecnologia e Gênero. Os dados indicam que os outros 53% dos pedidos para a área abarcam 90 subáreas do conhecimento entre clássicas e “novas”.

Tabela 14 - Comparativo de Aprovação entre Áreas

Ano	Teoria Sociológica	Propostas aprovadas	Sociologia Rural	Propostas aprovadas	Sociologia do Trabalho	Propostas aprovadas
2002	5	2	0	0	2	2
2003	8	5	10	6	3	2
2004	15	9	3	2	9	7
2005	10	5	3	2	5	2
2006	14	6	18	14	8	5
2007	18	12	7	2	9	7
2008	14	9	9	4	10	4
2009	16	9	23	15	10	5
2010	15	9	8	2	12	6
2011	12	8	12	2	12	6
2012	11	5	14	8	6	3
	138	79	105	57	86	49

Fonte: Organizada pela autora a partir dos dados cedidos pelo CNPq (2002-2012)

Observando a Tabela 14, que relaciona o número total de propostas aplicadas para cada uma daquelas subáreas e o número de propostas aprovadas, ano a ano, observamos que as três principais subáreas do conhecimento mantêm um número relativamente estável diante do número total de pedidos. Isso não implica afirmar que outras subáreas não estejam crescendo, mas apenas que nesse período essas se mantiveram atrativas para pedidos novos. Com isso, supõe-se que o interesse tenha permanecido elevado e os investimentos intelectuais mantidos.

Os dados analisados sugerem que as principais subáreas financiadas com recursos da bolsa de Produtividade em Pesquisa são também as áreas cujas instituições são as mais bem posicionadas, as instituições de grande destaque e visibilidade, portanto com maior capacidade de influenciar outras pesquisas. Embora os dados não possam asseverar o “grau” de influência dessas IES sobre solicitações de outras instituições, é de se notar que, ao longo dos 10 anos pesquisados, os pedidos para TS têm se mantido elevados, numa dinâmica diferenciada das outras duas subáreas mais destacadas.

Os dados apresentados mostraram que existe um núcleo de subáreas do conhecimento que se destacam como sendo aquelas que reúnem a maior quantidade de solicitações e aprovações. Duas dessas três subáreas concentram mais de 50% dos pedidos e das aprovações na região sudeste, são as subáreas que mais aprovam (Teoria Sociológica e Sociologia do Trabalho) nas universidades mais bem conceituadas.

Trata-se também de supor que esse quadro de distribuição de recursos à pesquisa por meio da bolsa PQ e com destaque para determinados domínios pode revelar uma divisão interna de trabalho, de distribuição de objetos consoante a posição de cada instituição no campo (BOURDIEU, 2007).

Assim, em resumo, demonstramos que essas três subáreas- Teoria Sociológica, Sociologia do Trabalho e Sociologia Rural - correspondem ao núcleo de subáreas que tem predominância no que se refere aos temas apresentados nas demandas por bolsa de Produtividade em Pesquisa, acompanhando o padrão de concentração de recursos, duas destas três estão concentradas tanto na quantidade de solicitações quanto de aprovações na região sudeste.

Recorrendo à Teoria do Campo Científico (BOURDIEU, 1983), as especializações podem ser entendidas como forma de distinção dos pesquisadores nas

disputas pelo domínio de um tema ou objeto de pesquisa. Na Teoria do Campo, a escolha do objeto é permeada por algumas variáveis: dependendo da posição que ocupa o agente no campo, os objetos de interesse pessoal são os objetos que no campo podem conferir mais valor aos seus detentores; por outro lado, são os grupos dominantes que definem, em um dado momento, o conjunto de objetos importantes de temas e questões, e em quais eles irão concentrar seus esforços.

As escolhas e os objetos estão, de certa forma, relacionados às posições dos pesquisadores no campo, o que é, naquele momento, considerado problema importante. Os que ocupam posições dominantes consagram certos temas, certas práticas, objetos e métodos. Isso se combina com a conclusão de Cole e Cole (1992) sobre a produção científica entre os físicos americanos e sua relação com os departamentos. A produção científica daqueles pesquisadores que estivessem em universidades ou departamento mais bem ranqueados tinham maiores chances de serem reconhecidas do que a de outros de departamentos menos prestigiados. Em parte porque, nessas universidades, os cientistas tinham mais chances de participar de pesquisas em área de fronteira consideradas de maior dificuldade de resolução.

Os dados, embora não sejam conclusivos, apontam para uma relação bem próxima entre universidades reconhecidas e temas mais procurados e aprovados. Além disso, observou-se que há um expressivo ingresso de pesquisadores no sistema vinculados a estas subáreas. O número de novos ingressos nestas subáreas tem se mantido relativamente alto no decorrer da década estudada. Pode-se, assim, sugerir que as escolhas de subáreas mais visíveis podem, de certa maneira, representar uma característica importante para ingresso no sistema de bolsa de Produtividade em Pesquisa e, ao mesmo tempo, no processo de acumulação de vantagens.

3.2.2 Produção científica

Os dados coletados e apresentados aqui dizem respeito à produção científica dos 527 pesquisadores inscritos nas demandas por bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ), entre 2002 e 2012. A produção foi contabilizada individualmente, por demanda, e a produção coletada correspondeu a um recuo de cinco anos anteriores à submissão da proposta. A escolha de cinco anos não foi arbitrária, pois esse é o critério adotado para a

contabilidade da produção seguido pelo CNPq para julgamento das solicitações de Bolsa de Produtividade. Dessa maneira, embora com tempos profissionais diferenciados, os pesquisadores de uma mesma demanda podem ser comparados em sua produção no mesmo período de tempo.

Para caracterizar os periódicos científicos, utilizou-se a base de dados WebQualis, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do triênio 2007/2009. Os resultados do triênio seguinte (2010/2012) foram divulgados em agosto de 2013 quando a pesquisa já havia sido concluída.

Além da utilização da classificação da CAPES, foi inserido um quinto indicador elaborado por nós com base na coleta e análise dos dados de produção científica. Esse indicador foi elaborado para que se pudesse contabilizar a produção científica que não é qualificada pela CAPES e foi chamado de Sem Classificação (SC).

A justificativa principal para a elaboração desse indicador atende a duas questões que emergiriam da própria pesquisa empírica. A primeira diz respeito ao fato de que um grande número de pesquisadores, em ambos os grupos, publica artigos não classificados pela CAPES. Em segundo lugar, há no campo inúmeras discussões e polêmicas sobre o método e os parâmetros utilizados pelas agências de fomento para a elaboração dos indicadores. Assim, acredita-se que, contabilizando os artigos não classificados, tem-se uma visão mais realista da produção científica de ambos os grupos e mais inclusiva do ponto de vista dos periódicos (talvez ainda) não classificados.

Tabela 15 - Produção de Periódicos de Pesquisadores que ganharam bolsa

Artigos	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
A1	27	56	64	66	79	75	86	101	96	66	75	791
A2	14	37	51	25	69	65	46	91	81	62	66	607
B1	9	34	36	21	52	50	30	52	59	42	53	438
B2	4	60	52	55	92	107	98	120	129	79	131	927
B3	8	24	38	14	39	55	29	61	75	24	55	422
B4	0	16	9	14	36	17	28	55	50	33	51	309
B5	4	44	30	15	59	53	23	77	65	13	47	430

Artigos	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
C	2	32	32	17	66	59	28	89	66	31	29	451
SC*	110	228	173	81	283	127	107	256	93	78	99	1635

* SC: sem classificação

Fonte: organizada pela autora a partir dos dados de produção científica registrado no CV Lattes dos pesquisadores que aplicaram pedido de bolsa PQ entre 2002-2012

Tabela 16 - Produção de Periódicos de Pesquisadores que não ganharam bolsa

Artigos	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
A1	1	10	6	19	26	25	36	49	28	53	22	275
A2	0	10	16	15	23	26	26	31	20	36	29	232
B1	0	10	6	17	36	34	46	41	34	53	39	316
B2	1	40	20	47	58	66	73	87	81	90	93	656
B3	1	9	11	21	24	29	37	60	47	59	66	364
B4	0	13	6	14	27	37	91	66	43	61	86	444
B5	1	15	6	30	34	31	70	38	55	72	56	408
C	1	32	9	25	36	52	62	73	34	183	69	576
SC*	6	108	49	99	152	118	188	193	94	194	206	1407

* SC: sem classificação

Fonte: Organizada pela autora a partir dos dados de produção científica registrado no CV Lattes dos pesquisadores que aplicaram pedido de bolsa PQ entre 2002-2012

Alguns aspectos chamam atenção nas Tabelas 15 e 16. Em primeiro lugar, o total de artigos no grupo dos que ganharam bolsa é de 6.010 para um período de cinco anos, envolvendo 235 pesquisadores. No grupo dos que nunca ganharam bolsa, o total de artigos publicados por 292 pesquisadores é de 4.678. Em suma, o grupo dos que ganharam bolsa produz 28% a mais do que aqueles que nunca ganharam⁴⁰.

Considerando a produção de artigos por estrato, observamos que o conjunto de pesquisadores que submeteram solicitações de Bolsa de Produtividade pública mais artigos nos periódicos que não foram classificados pela CAPES. Para o grupo dos que ganharam a bolsa, 27% do total de artigos produzidos foram publicados nesses veículos.

⁴⁰ Para o cálculo dessa diferença, se fossemos levar em consideração o número de pesquisadores de cada grupo, para calcular a média, veríamos que o grupo dos que ganharam bolsa tem uma média de 25,5 periódicos, enquanto que o outro grupo apresentaria uma média de 16. Assim, a diferença seria ainda maior: 59%.

O grupo dos que nunca ganharam a bolsa também tem seu maior número de publicações nesses veículos. Para este grupo, o percentual de publicações nesses periódicos corresponde a 30% do total de artigos publicados por todo o grupo.

Para o primeiro grupo, o maior número de publicações está concentrado nos veículos do estrato B2 (de pontuação média e circulação internacional), e, em terceiro lugar, estão as publicações nas revistas classificadas como A1, revistas de maior impacto e circulação internacional (estrato de maior pontuação). Por outro lado, no grupo dos que ganham bolsa, o terceiro maior número de artigos é publicado nos veículos do estrato A1, enquanto que, no grupo dos que nunca ganharam bolsa, o total de artigos publicados nestes veículos ocupa a oitava posição. Assim como no primeiro, este grupo publica mais nos veículos sem classificação e, também, a exemplo dos que ganham bolsa, há um grande número de artigos nos periódicos classificados como B2.

Observa-se pelos dados que ambos os grupos publicam grande quantidade de artigos nos veículos classificados como B2, de médio impacto. Uma das explicações possíveis é que, para ambos os grupos, tais veículos são bem mais acessíveis na medida em que algumas revistas dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e Ciências Sociais foram classificadas neste estrato. Assim, há grande evidência de que estes periódicos representam importantes oportunidades de publicação para todos os pesquisadores indistintamente.

Deve-se notar, ainda, que, apesar das diferenças qualitativas entre os grupos, aqueles que ganharam bolsa publicaram 23% a mais do que o grupo dos que não ganharam. A diferença mais visível e a mais relevante para o nosso objetivo é aquela que se refere à produção de artigos publicados em revistas de alto impacto e circulação como A1 e A2. No grupo dos que ganharam bolsa, essas publicações representam 23,2% sobre o total, enquanto no outro grupo, alcança 10,8%.

De maneira geral, podemos dizer que esses dados refletem as estratégias e possibilidades diferentes para cada um desses agentes de acordo com sua posição no campo, movimentos em várias direções, estratégias de publicações atentas à necessidade crescente de produção acadêmica, exigência cada vez maior nos processos competitivos por recursos. Essa exigência é resumida muito bem pelo ditado que se tornou popular na ciência na década de 70, *publish or perish* (publicar ou morrer), e, apesar de existirem

muitas discussões e questionamentos (RIP, 1994; BAUMGARTEM, 2004) sobre a crescente exigência de publicações, não só do ponto de vista da quantidade. Além disso, as análises de julgamento ainda se pautam com frequência nos índices matemáticos da produção científica. Para comprovação da persistência na utilização deste critérios quantitativos para avaliação e julgamento de pesquisadores, basta observar a norma do CNPq para concessão das bolsas de PQ que menciona parâmetros quantitativos e qualitativos. Também os critérios do CA estabelecidos pelo membros do CA para a área de Ciências Sociais associam para ingresso no sistema de Produtividade critérios quantitativos (número de publicações de artigos e livros) e qualitativos (número de artigos publicados em periódicos de qualidade em conformidade com a avaliação da CAPES)⁴¹. Por outro lado, as estatísticas evidenciam a distância quantitativa e qualitativa entre pesquisadores beneficiados e não beneficiados com recursos, demonstrando que pode ser este o resultado do Efeito Mateus e da acumulação de vantagens.

Tabela 17 - Produção de livros de pesquisadores que ganharam bolsa

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Livros	21	189	142	87	300	173	131	317	207	143	138	1848
Capítulos	78	344	364	255	712	558	417	843	649	410	410	5040

Fonte: Organizada pela autora a partir dos dados de produção científica registrado no CV Lattes dos pesquisadores que aplicaram pedido de bolsa PQ entre 2002-2012

O padrão de concentração, a exemplo da publicação de periódicos, repete-se para os livros e capítulos ano a ano. O grupo dos que ganharam produziu, no período, 82% a mais de capítulos e mais de 74% de livros⁴². Observamos que, de maneira geral, o grupo de pesquisadores que ganharam a Bolsa de Produtividade e o *Grant* detém a hegemonia de produtividade para este indicador. A predominância não é diferente para a produção de livros e capítulos de livros: 63% da publicação dos livros fica com o grupo dos que ganharam bolsa e 64% da produção de capítulos de livros também.

⁴¹ Os critérios do Comitê Assessor para as Ciências Sociais (CA-CS) estão disponíveis em <http://www.cnpq.br/web/guest/criterios-de-julgamento#>

⁴² Utilizando o mesmo critério do cálculo de periódicos, a diferença de livros seria de 115% e a de capítulos, de 125%.

Tabela 18 - Produção de livros de pesquisadores que não ganharam bolsa

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Livros	4	87	40	66	92	119	145	144	95	153	118	1063
Capítulos	10	135	66	160	250	271	385	482	279	365	369	2772

Fonte: Organizada pela autora a partir dos dados de produção científica registrado no CV Lattes dos pesquisadores que aplicaram pedido de bolsa PQ entre 2002-2012

De certa maneira, a constatação de que o grupo de pesquisadores que ganharam bolsa tem mais produção não constitui exatamente uma novidade uma vez que uma das condições para ingresso no sistema é que o pesquisador tenha destacada produção científica na sua área de conhecimento. Entretanto, o que deve ser ressaltado é o fato de aqueles que recebem a bolsa sempre tem vasta produção qualitativa e quantitativa. Mais uma vez pode-se sugerir a relação estreita entre recursos e produção que se transformam em mais produção e, assim, as vantagens se acumulam para uns e as desvantagens vão se acumulado para outros.

No entanto, à medida que nos aproximamos dos dados e os relacionamos aos grupos, fica mais clara a questão da hegemonia e da concentração de produção de artigos daqueles que ganham recursos sobre aqueles que não ganham. Desse modo é que 60,2% de todos os artigos publicados pelo conjunto de solicitantes da bolsa de produtividade foram publicados por aqueles que têm tido acesso continuado a recursos para pesquisa. Em todos os estratos, há uma predominância de publicação daquele grupo, à exceção do nível C, cuja diferença de publicação entre eles é de 2% a favor daqueles que nunca ganharam bolsa.

A distância entre os números desfavorece o grupo dos que nunca ganharam e é grande o abismo de produtividade que separa esses grupos de pesquisadores, notadamente nos periódicos de maior pontuação e impacto. Ainda que esse resultado fosse mais ou menos esperado, chama atenção o nível de concentração de publicação a favor dos que recebem recursos do CNPq.

Assim, a característica que os une e os distingue é a concessão de recursos, ao fato dos vencedores – os bolsistas de produtividade em pesquisa – terem sido beneficiados com recursos por um período de tempo prolongado. Em contrapartida, do outro lado, está a ausência desses recursos à bolsa e ao *Grant*. Aqui reside exatamente o ponto crucial de nossa tese. À medida que se avança no tempo, a distância entre uns e outros vai se

tornando maior em termos de produtividade, porque se oferecem ou vão se criando mais oportunidades para uns do que para outros. As vantagens de ter sido beneficiado com a bolsa se acumulam de tal sorte que a permanência no sistema pode se dar, em alguns casos, independente da avaliação do mérito (capítulo sobre os *ad hoc*) ou mesmo de uma produção qualitativa. E isso pode se repetir para outros financiamentos como mostraremos no capítulo seguinte.

Zucherman (1995) observa as relações entre recursos, produção e reconhecimento:

Access to resources and facilities often affects the quality of scientific role performance, which, in its turns evokes greater or lesser rewards. Rewards, in turn, can be transformed into resources for further work; scientist who are initially advantaged gain even greater opportunities for further achievement and rewards. (ZUCHERMAN, 1995, p. 248)⁴³

Tabela 19 - Produção de periódicos por instituição

Instituição	A1	A2	A1+A2	Total
USP	132	45	177	744
UERJ+IUPERJ	64	32	96	500
UnB	44	65	109	470
UFRJ	54	39	93	437
UFPR	11	21	32	357
UNICAMP	19	26	45	348
UFSCAR	47	24	71	333
UNESP	7	15	22	325
UFRGS	60	28	88	323
UFSC	12	30	42	250

Fonte: organizada pela autora a partir dos dados de produção científica registrado no CV Lattes dos pesquisadores que aplicaram pedido de bolsa PQ entre 2002-2012

A Tabela acima apresenta o total de artigos publicados por pesquisadores de ambos os grupos de acordo com suas instituições de vínculo. Indica que as universidades situadas no topo das avaliações acadêmicas⁴⁴ também são aquelas que não só têm produzido mais, como também têm produzido e publicado mais artigos em periódicos

⁴³ “O acesso a recursos e facilidades geralmente afetam a qualidade da performance científica, a qual, por sua vez, acarreta maiores ou menores recompensas. Recompensas, por sua vez, podem ser transformadas em recursos para outros trabalhos; cientistas que obtêm vantagem inicial ganham ainda mais oportunidades para conquistas premiações futuras”.

⁴⁴ O resultado da avaliação trienal (2007-2010) atribui nota máxima (7) a três instituições: USP, UFRJ e UCAM /IUPERJ. Disponível em: http://trienal.capes.gov.br/?page_id=100

considerados de alto impacto e circulação internacional (A1 + A2). Não por acaso são as que mais submetem pedidos de bolsa e as que, no *ranking* deste benefício, ocupam sempre as primeiras posições (como já demonstramos em capítulo anterior).

Alguns autores têm-se debruçado sobre a questão que envolve a relação entre produtividade científica e instituições (COLE,1992; MULKAY,1975; ZUCHERMAN, 1995). Para eles, existe uma ligação muito forte entre as melhores universidades, aquelas que são melhor classificadas, e o sucesso dos cientistas, medido pela capacidade de produção científica e premiação.

Mulkay (1975) apresenta e discute em seu texto o resultado de vários estudos que apontam que cientistas treinados nas melhores universidades têm sido mais frequentemente premiados do que outros. Para o autor, pesquisadores vinculados às universidades no topo das classificações produzem trabalhos que têm sido mais amplamente considerados como significantes.

Nas Ciências Sociais, assim como nas outras ciências, de acordo com Mulkay (1975), há fortes indicações que “os maiores avanços” são produzidos por cientistas dessas universidades, ainda que também haja evidências de que membros dessas grandes universidades “tends to bring researchers additional professional rewards, independently of their contribution to knowledge”⁴⁵ (p. 451). Esse autor afirma, ainda, que cientistas ligados a universidades no topo das classificações estão mais suscetíveis de ganhar reconhecimento em função desta posição do que propriamente em razão de sua produtividade: “to some extent, therefore, perhaps with systematic differences between disciplines, scientific recognition is distributed in a way which favors who are or have been associated with prestigious universities” (p. 451)⁴⁶.

A concentração nessas universidades é produto de vários processos que vão da autosseleção (bons pesquisadores que escolhem boas universidades) até o recrutamento seletivo, que tende a abrir caminho tanto para os pesquisadores mais jovens e mais qualificados, quanto para os mais velhos e eminentes. Em geral, essas instituições têm os

⁴⁵ “Tendem a proporcionar aos pesquisadores recompensas adicionais, independentemente de suas contribuições para o conhecimento”.

⁴⁶ “Em certa medida, portanto, ainda que com diferenças sistemáticas entre disciplinas, o reconhecimento científico é distribuído de maneira a favorecer os que estão ou estiveram associados a universidades prestigiadas”.

melhores equipamentos para professores da graduação e, conseqüentemente, seus estudantes mais propensos a serem bem preparados para participar da pesquisa acadêmica, além do contato com outros cientistas eminentes.

Para Mulkay (1975), essas razões parecem fornecer indicações razoáveis para se aceitar, em princípio, que diferenças nas instalações, nos contatos pessoais e no apoio e suporte a jovens pesquisadores são também importantes para a capacidade de produção científica. O resultado dessa diferença, ressalta o autor, encontra-se não só na distribuição de reconhecimento, mas numa distribuição desigual de oportunidades de desenvolver bons trabalhos. As conseqüências nas diferenças entre os que recebem o reconhecimento são susceptíveis de se tornarem um autorreforço, permitindo a existência do Efeito Mateus na ciência: quanto mais posições destacadas, maior será o crédito que eles vão receber por uma dada contribuição (p. 452).

Zucherman (1995), ao apresentar os dados sobre cientistas laureados com prêmio Nobel, estabelece uma estreita relação entre eles e seus primeiros empregos nas melhores universidades dos EUA. Não por acaso, segundo a autora, isto acontece. Para ela, uma rede informal de relações pessoais entre cientistas faz com que aqueles mais bem posicionados, nas melhores universidades, tragam outros pesquisadores igualmente bem conceituados: “abundant resources do not ensure that significant science wil be done, but they obviously do no harm and help to attract able young scientists”⁴⁷ (p. 156).

Ainda segundo a autora, essa vantagem estrutural está refletida na distribuição de 11 entre 18 cientistas estrangeiros laureados que tiveram seu primeiro emprego em uma das melhores universidades [dos EUA] (p. 154). Na verdade, eles não precisam escolher entre universidades de prestígio e ambientes de trabalho com elevado potencial: para ela, essas duas variáveis andam de mãos dadas.

Cole e Cole (1992) observam que a relação que existe entre reconhecimento e departamentos bem ranqueados reside no fato de que esses departamentos possuem maior visibilidade do que aqueles que não são bem classificados. Assim, para esses autores, existe a possibilidade de que os trabalhos dos pesquisadores vinculados a esses

⁴⁷ “Recursos abundantes não asseguram que será feita uma ciência com excelência, mas eles obviamente não fazem mal e ajudam a atrair jovens cientistas”.

departamentos sejam percebidos como de melhor qualidade do que o de outros produzidos em universidades mais periféricas. Acrescente-se a isso, segundo os autores, o fato de que pesquisadores em universidades de centro estarem mais suscetíveis de trabalhar em áreas altamente visíveis. Cole e Cole (1992) registram ainda que a produção científica de físicos norte-americanos vinculados a departamentos mais bem posicionados tendem a ser percebidas como de melhor qualidade. Em resumo, esses autores procuram explicar a relação entre universidades bem classificadas e produção científica, e consequentemente de premiação e reconhecimento que, sem dúvida, agregam recursos. Alguns aspectos dessas explicações devem ser retidos, na medida em que nos auxiliam a refletir sobre o processo de acumulação de vantagens em curso a partir da concessão de bolsa de produtividade em pesquisa.

Todas as universidades elencadas estão ranqueadas no topo das classificações, com maior ou menor intensidade atendem ao perfil das melhores universidades descritas por aqueles autores no sentido do recebimento de recursos públicos, figuram como as que têm maior número de propostas, de aprovações, de bolsistas de produtividade em pesquisa com *Grant* (ver capítulos anteriores sobre distribuição de proposta e pesquisadores por IES) e, de maneira geral, bem apoiadas por outros recursos da agência, de possibilidades de atração e recrutamento de bons pesquisadores.

O objetivo é, como nas outras características apresentadas, indicar a forte relação entre recurso e produção para comprovar que o processo vai se aprofundando na medida em que o grupo que produz mais é o que recebe mais e o que terá, de acordo com a teoria do Efeito Mateus, mais chance de ser recompensado, ainda que a produção não tenha se mantido elevada.

Todavia, a relação entre os recursos e os cientistas está mediada também por uma série de características que não dependem exclusivamente da capacidade de produtividade continuada de cada um, sendo fruto da lógica que opera na ciência com referência às relações que envolvem pesquisadores e instituições, pesquisadores e posição no campo, cargos administrativos, redes de relação pessoal, afinidades institucionais e até sociais. Nos limites dessa pesquisa, nos interessa destacar e reafirmar, por um lado, a importância dos recursos para a produção científica e, por outro, dar visibilidade às

características que envolvem os pesquisadores, que ganham ou não recursos e suas instituições de vínculo.

3.2.3 Os novos bolsistas

Esse item busca consolidar as informações sobre os pesquisadores que ingressaram no sistema no período dessa pesquisa como uma maneira de enfatizar a existência de um perfil de pesquisadores que ingressam no sistema de bolsa de Produtividade em Pesquisa. Como parte da hipótese secundária, considera-se que estas características são mais do que comuns entre eles e representam, para esse período, um conjunto de característica quase requeridas para ingresso.

Entre 2002 e 2012, ingressaram no sistema 98 pesquisadores distribuídos por região geográfica conforme indica a Tabela 20. Esses dados apontam para a hegemonia da região sudeste e de suas instituições conforme já foi discutido nos itens anteriores.

Tabela 20 - Bolsistas novos por região geográfica

Região	Bolsistas
Centro-Oeste	9
Nordeste	17
Norte	4
Sudeste	47
Sul	21
Total	98

Fonte: organizada pela autora a partir dos dados cedidos pelo CNPq (2002-2012)

A Tabela 21 apresenta o número de pesquisadores que ingressaram no sistema de acordo com seus vínculos institucionais.

Tabela 21 - Bolsas novas por IES

Instituição	Bolsistas
EMBRAPA	1
FGV/RJ	3
FIOCRUZ	2
IUPERJ	1
PUC/Goiás	1
PUC/RS	3
PUC/SP	3
UCSAL	1
UEL	1

Instituição	Bolsistas
UERJ	6
UFAM	1
UFBA	4
UFC	1
UFES	1
UFF	2
UFJF	1
UFMA	1
UFMG	4
UFPA	2
UFPE	3
UFPEL	1
UFPR	2
UFRGS	8
UFRJ	3
UFRN	2
UFRPE	1
UFRRJ	3
UFS	4
UFSC	4
UFSCAR	2
UFSM	1
UnB	8
UNESP	2
UNICAMP	5
UPF	1
USP	9

Fonte: organizada pela autora a partir dos dados cedidos pelo CNPq (2002-2012)

Com relação às áreas de atuação declaradas pelos 98 novos bolsistas, 16 têm Teoria Sociológica como área de atuação principal; 8 registraram Sociologia Rural; 7, Ciência Política; Sociologia do Trabalho, do Meio Ambiente e da Religião contabilizaram cada uma 5 registros, ao passo que Sociologia da Violência está declarada como área de atuação de 4 novos bolsistas.

Esses dados evidenciam não só um crescimento direcionado do sistema como também indicam que essas características predominam no sistema, reforçando instituições e temas de pesquisa.

4. OUTROS RECURSOS

O objetivo deste capítulo é apresentar dados que comprovem ou que possam sugerir evidências a respeito do Efeito Mateus e do processo de acumulação de vantagens ao demonstrar que os pesquisadores que ganham a bolsa de PQ recebem com mais frequência outros recursos da agência comparativamente àqueles que não foram beneficiados, independentemente das avaliações (no caso avaliações dos *ad hoc*) que tenham recebido nesses pedidos (a propósito ver COLE, 1978, p. 123). O processo de acumulação de vantagens e o Efeito Mateus nos levam a supor que aqueles que já foram beneficiados com a bolsa e o *Grant* tenham uma vantagem sobre aqueles que não foram.

De maneira geral, para a comprovação da acumulação de vantagens independente do mérito, é válida a suposição que os pesquisadores de ambos os grupos possuem, em princípio, um certo grau de excelência em suas proposições considerando que nas avaliações de mérito sobre as propostas aplicadas para a bolsa de Produtividade em Pesquisa, constatou-se que foram concedidos majoritariamente pareceres positivos. No capítulo referente as avaliações de mérito indicamos que dos 1154 pareceres emitidos, 800 eram positivos. Com isso sinaliza-se que esses pesquisadores, ainda que muitos deles não tenham recebido a bolsa, possuem potencialmente capacidade individual bem avaliada. Desse modo o que tentaremos demonstrar é que partindo de possibilidades semelhantes do ponto de vista do mérito, os pesquisadores com bolsa de Produtividade em Pesquisa tendem a receber mais recursos que os demais.

Para mostrar a influência da bolsa de Produtividade no recebimento de outros recursos, recorreremos à análise dos dados que incluíram a investigação sobre o montante de recursos recebidos no período por ambos os grupos, uma análise da legislação que envolve a concessão de algumas modalidades de bolsas e auxílios (as mais solicitadas pela área de Sociologia), e finalmente foram observados os resultados das solicitações de algumas modalidades de bolsas e auxílios durante esse período. O objetivo dessa última coleta de dados foi confrontar as normas e os resultados.

A legislação para a consulta está disponível na página do CNPq. Deve-se, no entanto, observar que, para esta pesquisa, retrocedemos a análise das normas até o ano de 1996, uma vez que a legislação começa a ser registrada eletronicamente apenas a partir desse ano. Para análise dos resultados sobre a concessão de algumas modalidades de

bolsa, fez-se necessário consultar os currículos dos pesquisadores na Plataforma Lattes. Especificamente esta consulta foi dirigida para investigar as concessões de Bolsa para Doutorado Sanduíche no Exterior (SWE), que estão relacionadas a seus supervisores no Brasil.

A base de dados utilizada como fonte de pesquisa para a análise sobre os recursos recebidos no período foi o sistema de Gerenciamento do Fomento (SIGEF), plataforma de uso interno do CNPq, onde se encontra o histórico de pedidos de financiamento dos pesquisadores. Na categoria “outros recursos”, estão sendo compreendidos todos os recursos financeiros e/ou bolsas disponibilizados pela agência, que foram solicitados pelos pesquisadores, independentemente se foram aceitos ou não durante o período de análise deste trabalho. Com relação às modalidades de bolsa, foram escolhidas para a análise as mais solicitadas pela área de Sociologia. No CNPq, atualmente são oferecidas três modalidades de bolsa: (i) Bolsas no País; (ii) Bolsas no Exterior; e (iii) Bolsas para Empresas. Em cada uma delas, existem três subcategorias: Graduação, Pós-graduação e Pesquisa, para as quais se pode aplicar, dependendo do nível do pesquisador (grau de formação).

Para essa pesquisa, definimos como universo de análise da legislação as modalidades de bolsas no país e no exterior por constituírem as modalidades mais solicitadas pela área. Na modalidade bolsas no país, destacamos a Bolsa de Pós-doutorado Júnior (PDJ) e, para a modalidade Bolsa no Exterior, a de Pós-doutorado no Exterior (PDE) e a de Sanduíche no Exterior (SWE). Assim, analisamos, desde 1996, as normas que regulam o acesso a estas modalidades de bolsa (PDE, SWE e PD/PDJ).

Com relação aos editais, foram escolhidos, por sua grande inserção na área de Ciências Humanas e Sociais, os editais de Humanas e Sociais, os editais Universais e os que oferecem bolsa de apoio à pesquisa, como os editais de IC e AT. Durante esses dez anos, foram lançados quatro editais de apoio técnico (03/2003, 57/2005, 04/2008 e 10/2010); três de iniciação científica (05/2004, 01/2007 e 12/2010), 12 editais Universais e nove de Ciências Humanas e Sociais. Para os auxílios de curta duração, valem aqueles disponibilizados pela agência para todas as áreas do conhecimento: AVG, ARC e APV.

Objetiva-se, com este capítulo, demonstrar que aqueles que recebem a bolsa tornam-se mais aptos, tanto do ponto de vista legal, quanto do ponto de vista informal, a

receber outros financiamentos. É parte da nossa tese que o Efeito Mateus encontra mecanismos próprios de ação dependendo do subsistema ao qual está relacionado. No caso específico deste trabalho, ao tratarmos da concentração de recursos em grupos e pessoas, interessa-nos não só mensurar esta diferença, mas também apontar os mecanismos pelos quais ela se coloca em marcha. Desse modo, além dos dados relativos ao quantitativo de recebimento de recursos, foi necessário realizarmos uma análise da legislação dos últimos dez anos.

As normas representam mecanismos legais que regulam o acesso e definem o perfil de elegibilidade do candidato. Assim, muitas delas já indicam formalmente a importância da bolsa de Produtividade em Pesquisa para o acesso a outros benefícios. A relação entre os mecanismos e a legislação também não é direta. O exame de alguns dados nos levaram a cotejar a legislação e o resultado das concessões no intuito de verificar os mecanismos informais em andamento.

Dessa maneira, as análises que iniciaremos a seguir objetivam pôr em destaque as diferenças entre as concessões de recursos do CNPq destinadas aos dois grupos de pesquisadores que vêm sendo estudados ao longo desse trabalho.

A base legal sobre a qual está instituída a concessão de recursos nos diz muito sobre os princípios que organizam o entendimento dos gestores a respeito de quem, como, quando e de que forma poderão ser beneficiados com os recursos da agência. E reflete as concepções dominantes na agência em determinado momento histórico.

A análise de normas e editais de concessão de recursos apontam, a partir de 2003, para uma centralização em torno dos bolsistas de Produtividade em Pesquisa. De maneira geral, tanto as Resoluções Normativas sobre as bolsas no país quanto as relativas às bolsas no exterior sofreram, de 2003 a 2012, várias modificações no seu conteúdo, no que se refere à duração, perfil do proponente, perfil da instituição, documentos para solicitação, avaliação e acompanhamento. Interessa-nos, aqui, no entanto, ressaltar aquelas modificações que se relacionam direta ou indiretamente com a bolsa de Produtividade em Pesquisa.

Nesse sentido, destacam-se as modificações feitas após 2003 nas normas que regulamentam o acesso às bolsas no país, notadamente aquelas operadas na modalidade bolsa de Pós-doutorado Júnior (PDJ). No período anterior a 2003, as modalidades de bolsa

no país compreendiam as categorias bolsa recém-doutor (RD) e bolsa pós-doutorado (PD), além de outras.

A Resolução Normativa N° 02/1996, que vigorou até março de 2003, registrava no item requisitos e condições para a elegibilidade do candidato apenas exigências para o candidato e a instituição que o acolheria. Na prática, isso implicava o fato de que as exigências e os julgamentos incidiriam sobre os próprios candidatos e as respectivas instituições de destino. No início de 2003, a RN N° 05/2003 extingue a bolsa RD, mantendo a de PD, mas a mudança mais significativa, do nosso ponto de vista, diz respeito à inclusão de um supervisor no item relativo aos requisitos e condições para elegibilidade do candidato:

Bolsa de Pós-doutorado (PD)

Item 3.2.3. Para o supervisor:

Ter reconhecida competência científica em sua área de atuação. Os bolsistas de Produtividade em Pesquisa do CNPq, por definição, têm reconhecida competência científica. (Instrução de Serviço 005/2003)

No final do ano de 2004, a Instrução de Serviço 020/2004 extinguiu a bolsa de PD e criou, em substituição, a bolsa de Pós-doutorado Júnior (PDJ) e a de Pós-doutorado Sênior (PDS). Todavia, com referência às exigências sobre o candidato, a instituição e o supervisor, não há alteração. Para a PDJ, permanece a redação anterior, em que se exige, como condição para ingresso, a existência de um supervisor e destaca que os bolsistas de Produtividade têm “por definição” reconhecida competência.

Apenas em 2006, com a publicação da RN N° 016/2006, é que foi retirada do item referente as exigências para o supervisor o trecho que mencionava a reconhecida competência “por definição” dos bolsistas de Produtividade em Pesquisa. Mas, em contrapartida, estabeleceu-se que o supervisor deverá ser o proponente responsável pela aplicação da proposta. A mudança na norma implica uma mudança no foco da análise, na medida em que os candidatos não são mais os proponentes, mas sim seus supervisores. Avalia-se, deste modo, em primeiro lugar, a competência do supervisor, em vez da competência do candidato.

Como os pedidos são feitos pelos supervisores dos candidatos, na prática, é sobre eles que deve incidir, de maneira mais decisiva, a análise da competência e do mérito.

Isso pode ser constatado claramente na RN N° 016/2006, no item relativo aos requisitos e condições:

4.2. Requisitos e condições

4.2.1. Para o supervisor:

- a) ser reconhecida competência como pesquisador em sua área de atuação e experiência na formação de recursos humanos;
- b) ser o proponente e responsável por uma ou mais propostas; e
- c) indicar o candidato à bolsa. O candidato poderá excepcionalmente ser substituído por razões justificadas no formulário *online* específico, no prazo máximo de 120 (cento e vinte dias) da implementação da bolsa

A RN N° 016/2006 introduziu algumas modificações mas, no que tange à bolsa de Pós-doutorado Júnior e às exigências sobre os supervisores e os candidatos, a norma manteve-se inalterada.

As mudanças nessa norma configuram uma tentativa de transformar a concessão da bolsa numa característica adquirida que se põe em funcionamento quase que automaticamente. Seus beneficiários passam, desse modo, a uma condição permanente de competência e mérito. Ainda que não se trate de uma exigência legal, o aviso registrado na norma, a breve – mas não sutil – insinuação de competência por definição dos bolsistas de Produtividade em Pesquisa, influenciou os resultados desta modalidade como se verá mais adiante.

Com relação às bolsas no exterior, a única que é declaradamente (pelo menos desde 1996 destinada a pesquisadores bolsistas de nível 1 do CNPq é a bolsa de Estágio Sênior (ESN) no exterior. Nas duas outras categorias que estamos analisando, PDE e SWE, as modificações que tiveram lugar ao longo desses últimos 10 anos revelam, em alguns casos, mecanismos de concentração mais sutis do que aqueles encontrados nas exigências da bolsa de Pós-doutorado Júnior. Nessa modalidade, as idas e vindas, mudanças e transformações, espelham as contradições da agência entre o vínculo com os bolsistas de PQ e com o CNPq de maneira geral e a tentativa de ser mais plural nas regras de acesso aos benefícios. Nessa condição, está inscrita a norma sobre a bolsa de doutorado sanduíche no exterior.

Entre 1995 (RN N° 015/1995) e 2004 (IS 022/2004), as normas não estabeleciam nenhum vínculo com os bolsistas de PQ. Os requisitos para ingresso estavam mais afetos ao universo da formalidade, embora já fosse exigido que o candidato estivesse vinculado a cursos com conceitos A e B.

3.2.Requisitos e Condições

3.2.1. Para o candidato - Estar formalmente matriculado em curso de doutorado no Brasil (conceito A ou B), podendo afastar-se do país até o 3° ano do curso;

Em 2004, na nova redação da norma, uma nova condição imposta era de que o solicitante fosse bolsista do CNPq.

2. Requisitos e Condições

2.1. Para o candidato:

- a) Estar formalmente matriculado em curso de doutorado no Brasil (níveis 6 ou 7 da CAPES), cursando no máximo até o 3° ano do curso;
- b) Ter concluído os créditos do curso de doutorado e/ou obtido aprovação no exame de qualificação ou ter seu projeto de tese aprovado;
- c) Não ser aposentado;
- d) Ser bolsista do CNPq.

Essa redação se mantém até o ano de 2006, quando novas modificações apontavam, de maneira diferente, para a força da bolsa PQ e dos bolsistas, ao menos para esta modalidade.

A RN N° 018/2006, para o item requisitos e condições para elegibilidade, que o candidato deve, registra como requisitos e condições básicas para sua elegibilidade estar formalmente matriculado em curso de doutorado no Brasil, com conceito 6 ou 7 da CAPES; ou matriculado em curso nota 5, se não houver curso com conceito superior; ou matriculado em cursos com conceito 4 ou 5, desde que o orientador seja bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq.

Uma outra modificação instituída por esta norma, orientada pela mesma lógica da bolsa de PDJ, foi que o orientador deveria ser o proponente responsável pela aplicação. A exemplo das mudanças ocorridas na normas da bolsa PDJ, os pedidos de SWE deveriam ser feitos pelos orientadores no Brasil. Na prática, isso significou que o

orientador deveria submeter a proposta. Dessa forma, desloca-se a atenção do bolsista para o orientador, Na medida em que este último se torna o responsável pelo pedido, as avaliações tendem a recair mais sobre ele do que sobre o candidato propriamente dito.

Nas idas e vindas das modificações sobre a concessão das bolsas sanduíche no exterior, em 2007 (RN N° 021/2007) retira-se a exigência de que o candidato seja bolsista do CNPq, mas as demais se mantêm até 2012, quando serão inteiramente revogadas. Retira-se da norma a exigência das notas e o candidato passa novamente a ser o proponente e o beneficiário.

As marchas e contramarchas dos marcos reguladores funcionam como mecanismos formais e informais que podem permitir (e até estimular) a acumulação de vantagens (e também de recursos) e a existência de um processo social de diferenciação que se estabelece legalmente entre pesquisadores. O resultado desse mecanismo pode ser vistos no item seguinte, que analisa as concessões das bolsas PDJ, PDE e SWE entre 2002 e 2012.

A bolsa de Pós-doutorado no Exterior (PDE) é a única que mantém praticamente inalterado o seu conteúdo no que diz respeito ao perfil do candidato. No que se refere aos editais de Apoio à Pesquisa (APQ) disponíveis para a área de Ciências Sociais, os editais Universal e de Humanas revelam as mudanças de orientação na política de fomento na agência. Alguns desses editais exigiam que fossem destinados 30% do total de recursos para as regiões norte, nordeste e centro-oeste. A dinâmica operada é mesma que funciona para as normas. Há editais em que essa exigência está presente e em outros que não. Nesse caso específico, pode-se pensar que a política de fomento tenta criar mecanismos de constrangimento e de controle à concentração de recursos em determinadas regiões do país.

Para os editais de bolsas de formação de apoio à pesquisa, através da concessão de bolsas de IC e AT, chama atenção os editais para a concorrência por bolsa de IC. Todos os três editais de bolsa de IC (2005, 2007 e 2010) lançados durante o período foram destinados exclusivamente a pesquisadores de bolsa de Produtividade em Pesquisa. Nesses editais, no item relativo aos objetivos gerais, constava, para a elegibilidade dos candidatos, a exigência de que fossem bolsistas nível I ou II do CNPq. Com relação aos

quatro editais de Apoio Técnico, a situação formal é diferente, uma vez que a concessão não se vincula aos bolsistas de Produtividade em Pesquisa.

Com relação aos Auxílios de curta duração – AVG, APV –, o único que faz menção explícita à prioridade dos bolsistas PQ nível 2 em relação aos demais para a concessão do auxílio é o Auxílio a Participação em Eventos Científicos (AVG).

4.1. Analisando os resultados das concessões, as normas e as práticas: acumulação e diferenciação

A comparação entre as normas e os resultados das concessões objetiva demonstrar que, na prática, pode-se constatar a força da bolsa e de seus beneficiados quando comparados a outros pesquisadores não bolsistas. Nessa análise, utilizamos como referência apenas os pesquisadores pertencentes ao grupo dos que ganharam a bolsa PQ.

Entre 2002 e 2012, foram aplicadas 281 solicitações por bolsa pós-doutorado no exterior e doutorado sanduíche. Deste total, 106 foram dirigidas a bolsa SWE e 175 a PDE. Dos 281 pedidos, 69 foram concedidos, sendo que 38 na modalidade SWE e 31 na modalidade PDE. Das 38 bolsas concedidas à modalidade SWE, 36 tinham como orientadores bolsistas de Produtividade em Pesquisa. O mesmo padrão se verifica com a modalidade Pós-doutorado no exterior: das 31 bolsas concedidas, 26 foram para proponentes que possuem bolsa PQ.

Com relação às bolsas de Pós-doutorado Júnior no período, foram registradas 128 propostas, das quais 59 aprovadas. Destas 59, 40 foram destinadas a candidatos cujos supervisores são bolsistas de Produtividade em Pesquisa. Em termos percentuais, significa que 68% das bolsas aprovadas foram destinadas a bolsista de Produtividade em Pesquisa.

Esses resultados revelam que, na prática, o acesso dos bolsistas a esses recursos pode ser considerado privilegiado em razão da posição de destaque que ocupam tanto nas estruturas de avaliação, quanto nas linhas e entrelinhas das Resoluções Normativas e das normas em geral que regulam o acesso a estas modalidades. Não há norma que controle o ingresso nessas modalidades, nem explicitamente nada que indique uma condição legal privilegiada dos detentores de bolsa de Produtividade em Pesquisa. No entanto, os resultados indicam que são estes bolsistas que prioritariamente têm recebido estes

recursos. Independentemente do mérito das propostas ou dos pesquisadores em questão, o volume de concessão evidencia a presença do Efeito Mateus e da própria acumulação de vantagens.

Reunindo todos os 527 pesquisadores, temos que 90,9% deles aplicaram para outros recursos além da PQ (aqui todos os recursos incluem as bolsas especiais e os auxílios à pesquisa como bolsas e recursos e auxílios de curta duração), entre 2002 e 2012.

Quando separados por grupo, entre aqueles que ganharam a bolsa, 96,9% solicitaram a bolsa de Produtividade e outros recursos; no grupo dos que não ganharam a bolsa, 87,8% do total dos pesquisadores solicitaram, além da bolsa de Produtividade, outras modalidades de bolsas e recursos. Em ambos os grupos, poucos são os que solicitam apenas a bolsa de Produtividade, o que indica que, independentemente de terem ganhado a bolsa ou não, os pesquisadores da Sociologia têm no CNPq uma fonte constante de possibilidades de recursos.

A média de solicitações do grupo que não ganhou foi de 9,2 por pesquisador no período, enquanto a do bolsistas foi de 14,2. A diferença entre o número de pedidos entre os grupos, incluindo a própria bolsa de produtividade é pequena. O grupo dos que ganharam a bolsa aprovou em média 48,8% dos pedidos, enquanto o outro grupo teve uma média de aprovação de 13,19% dos pedidos entre 2002 e 2012.

A diferença entre as solicitações não é pequena, mas a diferença entre as aprovações é grande. O número de aprovações de outros recursos por parte daqueles que foram beneficiados com a bolsa é quase quatro vezes maior do que aqueles pertencentes ao grupo dos não bolsistas. O volume de concessão de recursos observado no seu conjunto sugere que, para além das questões que envolvem o mérito, na prática aqueles que já foram premiados com a bolsa tendem a ser privilegiados com a concessão de outros recursos.

Dos 235 pesquisadores inscritos no grupo dos que ganharam a bolsa, 169 representam 85% dos atuais bolsistas de Produtividade em Pesquisa, durante o período tiveram sempre aceitas suas solicitações por bolsa PQ, e um total de 62 deles tiveram mais da metade de seus pedidos aprovados. Entre esses 169, 22 deles aprovaram mais de 70% dos pedidos que fizeram.

Ao associarmos esses dados com os que foram apresentados nas discussões anteriores, é possível concluir que, em geral, o grupo dos que ganharam a bolsa tem recebido mais recursos do que o grupo dos não bolsistas. E, entre os que ganham a bolsa, existe um grupo, representado por aqueles que sempre ganharam a bolsa, que tem recebido ainda mais recursos. Desses, pode-se dizer que representam o topo da elite.

Aplicando o mesmo raciocínio para o grupo dos não bolsistas, temos que o máximo de aceite que conseguem alcançar é de 65% do total de seus pedidos. Assim, para alguns deste grupo, que fizeram um total de oito pedidos, cinco foram aceitos.

Dos 235 pedidos, 92 deles nunca conseguiram receber um recurso da agência. 61 pedidos estão no intervalo de aprovação que vai de 4,0% a 18,8%, o que significa que um pesquisador deste grupo fez 17 pedidos e teve aprovados três; outro fez 15 solicitações e conseguiu duas. Há aqueles que pedem frequentemente, fizeram ao longo do período 24 pedidos e obtiveram resposta positiva para apenas quatro solicitações.

CONCLUSÃO

Nosso objetivo foi o de demonstrar a existência de um processo de acumulação de recursos a partir da bolsa de Produtividade em Pesquisa e a nossa hipótese era de que esses pesquisadores, ao serem beneficiados com a bolsa, tornavam-se mais propensos a receber outros financiamentos porque o acesso diferenciado aos recursos lhes permitia uma melhor capacitação científica comparativamente a outros que não compartilhavam a mesma situação.

Em parte, essa hipótese pode ser comprovada. Entretanto, a análise dos dados quantitativos e das normas permitiram-nos acrescentar à hipótese central outros aspectos que, ao mesmo tempo em que comprovam a concentração em torno dos bolsistas de Produtividade em Pesquisa, concorrem para fortalecer a ideia desenvolvida por alguns autores da escola mertoniana sobre o auto reforço e a perpetuação de uma elite.

A análise das normas permitiu constatar, para aquelas modalidades estudadas, a institucionalização do acesso privilegiado a recursos e bolsas ao mesmo tempo em que indicou um processo de empoderamento dos bolsistas de PQ nas estruturas decisórias da agência. No início, essa proximidade foi construída entre a agência e os cientistas de maneira geral e em particular com aqueles que se destacavam em suas áreas do conhecimento. Paulatinamente, entretanto, a participação dos cientistas de maneira geral vai desaparecendo e dando lugar à participação quase que exclusiva dos bolsistas de Produtividade em Pesquisa, seja nos Comitês Assessores, no Conselho Deliberativo ou como consultores *ad hoc*. A inclusão dos bolsistas de nível 1 como grupo consultado para a escolha dos membros do CA, ao lado das associações científicas, situa-os como grupo privilegiado para escolhas de assessores que decidem sobre concessão de recursos. Ademais, distingue-os fortemente dos restante dos pesquisadores, inclusive dos bolsistas de nível 2.

No que se refere especificamente as características sobre produção, tema e avaliação de *ad hoc*, elas revelaram sua importância para o ingresso no sistema de bolsa de Produtividade em Pesquisa ao mesmo tempo em que se constituem em característica vantajosa que se acumula na carreira dos pesquisadores não só para o ingresso como para a sua permanência no sistema. Os resultados empíricos da nossa pesquisa mostraram a existência de um processo de concentração que se estende para além dos indivíduos e da

agência que relaciona pesquisadores, instituições de pesquisa, estados e regiões. E que os beneficiados com a bolsa de Produtividade em Pesquisa concentram as melhores avaliações, possuem produção quantitativa e qualitativa, e seus temas são privilegiados comparativamente ao demais quando se observa a entrada de novos bolsistas no sistema. Assim pode-se pensar que algumas características desse grupo tornam-se, com o tempo, dominantes.

Um dos aspectos relevantes que ficou evidente com o mapeamento é que, no período de dez anos, a evolução dos pedidos por parte dos estados menos favorecidos teve um aumento relativo, mas não se aproximou em nada daqueles estados já consagrados. No texto intitulado “Efeito Mateus II”, Merton abre o debate sobre o processo psicossocial que envolve o fracasso de maneira geral para todas as esferas da vida social e, em particular, o que afeta a ciência e seus resultados práticos. Uma das conclusões é a de que a sensação de fracasso repetido leva a desistências de toda a ordem, desestimula e faz com que possibilidades e oportunidades se fechem. A nossa interpretação para o baixo crescimento para estes Estados, considerando pelos dados do MEC/INEP que certas condições objetivas já tenham sido preenchidas, é que os constantes fracassos nos pedidos de maneira geral, e especificamente para a bolsa de Produtividade em Pesquisa, conduz a uma atitude de descrença frente ao sistema.

Uma das questões principais que queríamos ressaltar com a comparação entre os extremos é a diferença que vai se estabelecendo entre os grupos ao longo do tempo em decorrência do processo de concentração. Diferença entre o número de propostas aplicadas, o número de propostas aceitas e a quantidade de recursos concedidos pela agência cujo impacto se faz sentir na produção científica daqueles que ganham a bolsa de Produtividade.

No capítulo teórico, ressaltamos que seria possível admitir, com base nas discussões sobre o conceito, que pesquisadores já consagrados continuem a ser beneficiados com a concessão da bolsa, mantendo ou não a excelência de suas propostas. Nessa pesquisa, os dados sobre as avaliações da consultoria *ad hoc* indicam que ambas as situações podem conviver. Por isso, pode-se admitir, em concordância com o conceito, que a consagração e a notoriedade exercem influência sobre as avaliações, independentemente do mérito, evidenciando aqui um dos princípios do “Efeito Mateus”

e da acumulação de vantagens: pesquisadores consagrados têm maiores chances de serem premiados, mais por conquistas passadas do que presentes. Todavia, de forma mais preponderante, de acordo com os dados desta pesquisa, o “Efeito Mateus” acontece em cenário de atendimento aos critérios universais de mérito. A grande maioria dos bolsistas de PQ é bem avaliada pela consultoria *ad hoc* do ponto de vista do mérito das propostas aplicadas.

Outros resultados desta pesquisa foram fundamentais para corroborar a hipótese principal e o cumprimento dos objetivos. A produção científica se concentra quantitativamente e qualitativamente no grupo dos que ganham a bolsa e mais frequentemente outros recursos e bolsas, evidenciando assim uma forte correlação entre recursos e produção científica. O que por sua vez faz com que aumente a distância entre os grupos e o ciclo se reproduza novamente.

A relação entre concentração individual e institucional também se revela de forma pronunciada no item sobre a produção científica. As instituições que se apresentaram como as que mais ganham bolsa são aquelas que também apresentam o melhor desempenho na produção científica qualitativa. Aspecto central na discussão do “Efeito Mateus” e da acumulação de vantagens é a relação entre pesquisadores e instituições. Tanto no que se refere às vantagens como às desvantagens. No caso desta pesquisa especificamente, é muito claro, com relação às vantagens que se concentram em algumas poucas instituições (USP, UFRJ, UNICAMP e UFRGS), enquanto que as desvantagens se espalham pelas demais.

A análise da concessão dos recursos também indicou que aqueles que já possuem bolsa não apenas solicitam com também conseguem aprovar mais recursos do que o outro grupo.

O outro lado do processo de acumulação é a acumulação de desvantagens. Quanto menos se tem menos se ganha, e este fato está relacionado à produção científica individual dos pesquisadores. Isso implica o fato de que esse processo envolve muitas oportunidades para um grupo e pouquíssimas para o outro. Fica indicado, de maneira mais ou menos clara, sobretudo se olharmos a distribuição de recursos e a produção científica entre os grupos, que a falta de acesso a recursos é um dos grandes problemas decorrentes da acumulação de vantagens.

Assim, por um lado, as vantagens se acumulam quer através de um processo de identificação subjetiva de capacidade quer em termos de concessão de recursos. A distância tende a aumentar em razão de fatores objetivos com a concessão de recursos. Dessa maneira é que podemos concluir com base nestes resultados que aqueles que ganham apresentam características semelhantes: possuem vínculos com IES mais bem classificadas; compartilham do temas que predominam nas solicitações; sua produção científica é maior em número de publicações tanto nos diversos estratos como também nos de maior qualidade. O fato de serem características comuns a um grupo nos leva a supor que elas podem representar vantagens ou desvantagens acumuladas durante a trajetória dos pesquisadores de cada grupo.

Os pesquisadores que sempre ganham vão se capacitando tecnicamente e ao mesmo tempo isso em parte permite-lhes um empoderamento, um acúmulo de poder que pode ser visto nas normas que regulam o acesso aos recursos, na quantidade de benefícios que ganham comparativamente a outros pesquisadores. Ademais, comprovamos que esse processo se estende para além da agência, na medida em que pesquisadores, instituições, estados e regiões formam uma cadeia. No caso da ciência, todas estas características estão interligadas e o processo de acumulação opera como um efeito domino: reforça pessoas, instituições e temas de pessoas que são também temas de instituições e estados. O mapeamento mostrou com clareza a concentração de pedidos e aprovações de bolsas nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro e revelou que o ingresso no sistema ocorre majoritariamente por pesquisadores provenientes desses estados.

A discussão fundamental para este trabalho é a origem desse processo de concentração. Do ponto de vista teórico, a intenção foi de deslocar a discussão de dentro da agência para dentro da ciência e de suas normas, uma vez que como tentamos mostrar, desde o início da sua história, o CNPq e suas estruturas – decisórias, avaliativas e consultivas – são formadas fundamentalmente por pesquisadores ou parte deles.

Por fim, essas conclusões devem ser pensadas no contexto da política de fomento à ciência e à tecnologia e dos modelos de gestão criados na agência para avaliação e julgamento de propostas. No capítulo sobre a história passada e recente do CNPq, procuramos mostrar a relação de proximidade que se estabeleceu entre a agência e os cientistas desde seus primórdios. Os modelos de avaliação e julgamento foram

importados da ciência para a concessão de recursos públicos numa relação de fusão entre os interesses do Estado e da comunidade científica. Em termos gerais o que pudemos constatar é que a avaliação por pares pode não ser compatível com a ideia de uma política de C&T mais equânime. Por um lado, pela tendência da avaliação por pares de reforçar aqueles que já têm prestígio e, por outro, pelas relações de poder e interesse que se estabelecem entre as elites dentro da ciência. Desse modo, os modelos de julgamento fundados exclusivamente na avaliação por pares mostram-se ineficazes para combater o processo de concentração de recursos.

Não por acaso, o CNPq realizou um grande movimento interno (entre os servidores) e externos (mobilizando a comunidade científica) para debater os principais problemas da agência hoje e as tendências para o futuro. Vários seminários foram realizados a partir do final de 2010 para se discutir o futuro do CNPq e alguns de seus principais pontos de estrangulamento. Embora a ideia principal tenha sido a de posicionar a instituição no cenário de ciência e tecnologia nos próximos dez anos, os grupos de debate incluíram discussões sobre a atual configuração dos Comitês Assessores e do processo de avaliação.

Se, no campo da ciência, o “Efeito Mateus” pode ter sua funcionalidade nos limites da agência e da concessão de recursos, não encontramos nos dados nenhum indício de que a concentração possa ser considerada funcional à política de alocação de recursos para o desenvolvimento da ciência. No caso desta pesquisa, os dados que trataram dos temas de pesquisa indicaram que os mais aprovados são aqueles que têm como proponentes pesquisadores com bolsa de produtividade vinculados a departamentos e universidades com muito prestígio.

Desse modo, é possível supor que, ao invés de uma funcionalidade, sociologicamente ou administrativamente falando, o “Efeito Mateus” aqui provoque uma disfuncionalidade: muitos recursos destinados a uma mesma área ou subárea do conhecimento podem não ser a situação ideal para o desenvolvimento da ciência, sobretudo, como indicam Travis e Collins, para as áreas de fronteira e as áreas novas.

Poder-se-ia pensar que a concentração tem seus próprios mecanismos de contrapartida e seus movimentos de contenção. Entretanto, pelo que se observou ao longo desse trabalho, os incentivos e o reforço contínuos aumentam cada vez mais a distância

entre os que tem e os que não têm, não tendo sido observado nenhum movimento contrário a essa tendência.

Nesse sentido, as contrapartidas e os constrangimentos devem surgir como medidas de planejamento da própria agência e da política de C&T. Foi destacado que em alguns Editais de Apoio à Pesquisa - como, por exemplo, os Editais Universais -, tinham como exigência a concessão de 30% do valor total dos recursos às regiões N, NE e CO (menos o DF), regiões tradicionalmente menos favorecidas com recursos e bolsas.

Nenhum mecanismo similar a esse foi encontrado nas normas que regem o acesso à Bolsa de Produtividade em Pesquisa ou a qualquer outra, à exceção da modalidade Auxílio Participação em Eventos Científicos (AVG), que não pode ser mais concedida a pesquisadores nível 1 em função destes serem beneficiados com o *Grant*. Deve-se contudo sublinhar que em 2005 foi lançado Edital denominado de Novos Campi que tinha por finalidade a concessão de bolsa de Produtividade em Pesquisa a pesquisadores das novas universidades ou ainda daquelas mais antigas cujos campi tradicionalmente ficaram fora das concessões das bolsas por falta de competitividade. Esse foi único Edital cujo conteúdo previa a concessão de bolsa de PQ destinadas à correção dos desequilíbrios entre pesquisadores e instituições.

Nessas considerações finais não podemos nos furtar em observar que embora o nosso foco não fosse discutir a estratificação social/hierarquia na ciência os dados que mostramos aqui revelaram os contornos mais gerais desse processo. Os dados revelaram padrões nas concessões de recursos de bolsas, de temas de pesquisa que assinalam para o predomínio de algumas universidades. Os padrões se combinam em termos quantitativos e qualitativos. Assim, apenas quatro universidades se destacam nesse universo como as que mais solicitam, as que mais ganham, as que têm temas mais aceitos. Ao mesmo tempo, é possível perceber as hierarquias internas a cada grupo. Embora esse debate não seja o objetivo deste trabalho, os dados indicaram também uma concentração de poder e um predomínio de pesquisadores nível 1 sobre os de nível 2.

Finalmente, portanto cabe observar que tanto o Efeito Mateus quanto o processo de acumulação de vantagens constituem-se em processo sociais que encontram-se associados, e contribuem fortemente para a diferenciação entre os pesquisadores. Observa-se também, nesse sentido, que a dinâmica que envolve o Efeito Mateus

desdobra-se em processos que conduzem à concentração de poder entre os membros desta elite.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBOTT, A. D. **Chaos of disciplines**. Chicago: University of Chicago Press, 2001.

ALBAGLI, S. **Ciência e Estado no Brasil Moderno: um estudo sobre o CNPq**. 1988. 170 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

ALBERT, M.; BERNARD, P. Faire utile ou faire savant?: la "nouvelle production de connaissances" et la sociologie universitaire québécoise. **Sociologie et sociétés**, v. 32, n. 1, 2000, p.71-92. Disponível em:
<http://www.erudit.org/revue/socsoc/2000/v32/n1/001004ar.html?vue=resume>

BARNES, B. Catching up with Robert Merton: Scientific Collectives as Status Groups. **Journal of Classical Sociology**, n. 7, p. 179, jun. 2007.

BARRAL-NETO, Manoel; FELÍCIO, JOSÉ ROBERTO DRUGOWICH DE; CAMARGO, ERNEY PLESSMANN. O desempenho da C&T no Brasil. Uma análise a partir dos dados do CNPq. São Paulo: **Revista USP**, nº 73, p. 48-57.

BARROS, F. A. F. D. Contrastes e confrontos regionais da ciência e tecnologia no Brasil. Brasília: **Paralelo 15**, Editora Universidade de Brasília, 1999.

BAUMGARTEN, M. Avaliação e gestão de ciência e tecnologia: Estado e coletividade científica. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº. 70, p. 33-56, dez. 2004.

_____. A prática científica na Era do Conhecimento: metodologia e transdisciplinaridade. **Sociologias**, n. 22, p. 14-20, jul./dez. 2009.

BECHER, T.; TROWLER, P. **Academic tribes and territories: intellectual enquiry and the culture of disciplines**. Grã-Bretanha: Society for Research into Higher Education, Open University Press, 2001.

BLAU, J. R. **The BlackWell Companion to Sociology**. Oxford: Blackwell Publishers, 2001.

BLOOR, D. Anti-Latour. **Studies in the History of Philosophy of Science**, v. 30, n. 1, p. 81-112, mar. 1999.

BÔAS, G. V. **A vocação das Ciências Sociais no Brasil: um estudo da sua produção em livros do acervo da Biblioteca Nacional 1945-1966**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007.

BOURDIEU, P. Campos do poder, campo intelectual e habitus de classe. In: MICELLI, S. (Org.). **A Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007. p.183-203.

_____. O Campo Científico. In: ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Editora Ática, 1983.

_____. O mercado de bens simbólicos. In: MICELLI, S. (Org.). **A Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. X

_____. **Os usos sociais da Ciência**. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

_____. **Para uma Sociologia da Ciência**. Lisboa: Edições 70, 2008.

_____. Sistemas de Ensino e Sistemas de Pensamento. In: MICELLI, S. (Org.). **A Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007. p.203-229.

_____. Methode Scientifique et Hierarchie Sociale des Objets. In: **Actes de La Recherche en Science Sociales**, v. 1, n. 1, p. 4-6, jan. 1975.

BLOOR, D. **Conhecimento e imaginário social**. São Paulo: Ed UNESP, 2009.

BRASIL. Comissão Especial de Estudos CNPq, Finep, Capes. **Nova Tabela das Áreas do Conhecimento**: Versão Preliminar proposta para discussão. Setembro de 2005.

_____. Ministério da Ciência e Tecnologia. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Superintendência de Planejamento. **CNPq 45 anos**. 1996.

_____. Ministério da Ciência e Tecnologia. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **O CNPq e a formação de recursos humanos de C&T para o Brasil**: estatísticas de bolsas no país e no exterior de 1980-1995. Brasília: MCT, 1996.

_____. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Relatório de Atividades 1995**. Brasília: MCT, 1995.

_____. Ministério da Ciência e Tecnologia. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Plano Institucional**. Brasília: MCT/CNPq.

BROWN, J. R. **Who rules in science? An opinionated guide to the wars**. Cambridge: Harvard University Press, 2001.

CAGNIN, M. A. H.; SILVA, D. H. **A ação de fomento na história do CNPq**. Brasília: MCT/CNPq, 1987.

CALLON, M.; FORAY, D. **Nouvelle Economie da la science ou socio-économie de la recherche scientifique?**, n. 79, p. 13-35, 1997.

COLE, J. R.; COLE, S. The Ortega Hypothesis. **Science**, New Series, v. 178, n. 4059, p. 368-375, out. 1972.

_____. **Social Stratification in Science**. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

COLE, S.; COLE, J. R.; SIMON, G. A. Chance and consensus in peer review. **Science**, v. 214, n. 4523, p. 881-886, nov. 1981.

COLE, S. et al. Peer review in the National Science Foundation: phase one of a study: prepared for the Committee on Science and Public Policy of the National Academy of Sciences. **The Academy**, 1978.

COLE, S. The hierarchy of the sciences? **American Journal of Sociology**, v. 89, n. 1, p. 111-139, Jul. 1983.

_____. **Making Science. Between nature and society**. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

COLLINS, H. M.; YEARLEY, S. Epistemological Chicken. In: PICKERING, A. (Org.). **Science as practice and culture**. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

DEUS, J. D. D. **A crítica da ciência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

DIETMAR, B. The role of funding agencies in the cognitive development of science. **Research Policy**, v. 27, n. 8, p. 807-821, 1998.

DOMINGOS NETO, M. A trajetória do CNPq. **Revista do Arquivo Nacional**, v. 17, n. 2, p. 19-40, 2004.

FREITAS, C.; SOBRAL, F. A influência das agendas governamentais na produção multidisciplinar do conhecimento. **LIINC em Revista**, p. 54-68, 2005.

GIBBONS, M. **The new production of knowledge: the dynamics of science and research in contemporary societies**. California: SAGE Publications, 1994.

GINGRAS, Y. Pourquoi le programme fort est-il incompris. **Cahiers Internationaux de Sociologie**, v. CIX, p. 235-255, 2000.

_____. Un aire de radicalisme. **Actes de La recherché**, v. 108, jun. 1985.

GODIN, B. Writing performative history: the New New Atlantis? **Social Studies of Science**, n. 28, p. 465-483, 1998.

HAGSTROM, W. O. O Controle Social dos Cientistas. In: DEUS, J. D. (Org.). **A crítica da ciência: sociologia e ideologia da ciência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p.81-106.

IANNI, O. A Sociologia e o mundo moderno. **Tempo Social**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 7-27, 1989.

KITCHER, P. **Science, truth, and democracy**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

KNORR-CETINA, K. **The manufacture of knowledge: an essay on the constructivist and contextual nature of science**. Oxford: Pergamon Press, 1981.

_____. Scientific communities or transepistemic arenas of research? A critique of quasi economic models of science. **Social Studies of Science**, n. 12, p. 101-130, 1982.

KROPF, S.; LIMA, N. T. de. Valores sociais e atividade científica: as concepções de Robert Merton e Thomas Kuhn. In: **ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, 21, 1997.

Disponível

em:http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=5229&Itemid=360>.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

LACEY, H. **Valores e atividade científica**. São Paulo: Associação Filosófica Scientiae Studia/Editora 34, 2008.

LATOUR, B. Give-me a laboratory and I will raise the world. In: BIAGIOLI, M. (Org.). **The science studies reader**. Oxford: Routledge, 1999. p. 258-275.

_____. **Le métier de chercheur: regard d'un anthropologue**. Paris: Institut National de la Recherche Agronomique, 2001.

_____. Comment Finir une Thèse de Sociologie: petit dialogue entre un étudiant et un professeur (quelque peu socratique). **Revue du MAUSS**, n. 24, p. 154-172, 2004.

_____. **Changer de société: refaire de la sociologie**. Paris: Éditions la Découverte, 2006.

LATOUR, B.; BENEDETTI, I. C.; ASSIS, J. P. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LATOUR, B.; WOOLGAR, S. **La vie de laboratoire la production des faits scientifiques**. Paris: La Découverte, 1988.

LIMA, N. T. Como se tornar sociólogo: itinerários na sociologia brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, p. 187-190, 2008.

MANNHEIM, K. Sociologia do Conhecimento. In: _____. (Org.). **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1972.

_____. **Sociologia da Cultura**. São Paulo: Perspectiva/EDUSP, 1974.

_____. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

_____. O problema da "Intelligentsia": um estudo de seu papel no passado e no presente. In: _____. (Org.). **Sociologia da Cultura**. São Paulo: Perspectiva, 2008. p.69-139.

MARANHÃO, T. D. P. A. **Autonomia reflexiva e produção do conhecimento científico: o campo da sociologia no Brasil (1999-2008)**. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

MARTINS, C. B. Notas sobre a noção da prática em Bourdieu. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 62, p. 163-181, mar. 2002.

_____. Notas sobre o sistema de ensino superior brasileiro contemporâneo. **Revista USP**, n. 39, p. 58-82, set./nov. 1998.

_____. A pós-graduação no contexto do ensino superior brasileiro. In: MOHRY, L. (Org.). **Universidade em questão**. Brasília: UnB, 2003.

_____. **Para onde vai a pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil**. Bauru, SP: EDUSC/ANPOCS, 2005.

MARTINS, C. B; MARTINS, H (Org.). **Horizontes das Ciências Sociais**. São Paulo: Anpocs, 2010.

MERTON, R. K. The Matthew Effect in Science: The reward and communication systems of science are considered. **Science**, v. 159, jan. 1968.

_____. The Matthew Effect in Science, II: cumulative advantage and the symbolism of intellectual property. **ISIS**, n. 79, p. 606-623, 1988.

_____. Os Imperativos Institucionais da Ciência. DEUS, J. D. (Org.). **A Crítica da Ciência: sociologia e ideologia da ciência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 37-53.

_____. Priorities In Scientific Discovery: a chapter in the Sociology of Science. **American Sociological Review**, v. 22, n. 6, p. 635-659, dez. 1957.

MENDES, J. M. D. O. Pessoas sem voz, redes indizíveis e grupos descartáveis: os limites da teoria do actor-rede. **Análise Social**, v. XLV, n. 196, p. 447-465, 2010.

MICELLI, S. Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais. In: MICELI, S. In: _____. (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. v. 1. São Paulo: Ed. Vértice, 1989. p.72-111.

MOREL, R. L. D. M. **Ciência e Estado**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

MULKAY, M. The mediating Role of the Scientific Elite. **Social Studies of Science**, v. 6, n. 3/4, p. 445-470, set. 1975.

NOWOTNY, H. Real science is excellent science – how to interpret post academic science, Mode 2 and the ERC. **Journal of Science Communication**, v. 5, n. 4, p. 234-259, 2006.

NOWOTNY H; SCOTT P; M, G. Introduction: "Mode 2" Revisited: The New Production of Knowledge. **Minerva**, n. 41, 2003.

PESTRE, D. La production des savoirs entre académies et marché - Une relecture historique du livre: "The New Production of Knowledge". **Revue d'économie industrielle**, p. 163-174, 1997.

POLANYI, M. **The republic of science, its political and economic theory: a lecture delivered at Roosevelt University**. Chicago: Roosevelt University Press, 1962.

_____. **Personal knowledge: towards a post-critical philosophy**. Oxford: Routledge, 1998.

PORTO, M. S. G. Panorama recente da Sociologia no país. In: MARTINS, C. B. (Org.). **Para onde vai a Pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: EDUSC, 2005.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais**. Perspectivas Latino Americanas. Argentina: CLACSO, 2005.

REIS, E.; REIS, F. W.; VELHO, G. As Ciências Sociais nos últimos anos 20 anos: Três perspectivas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, n. 35, fev. 1997.

RIP, A. The republic of science in the 1990s In Higher Education. **Higher Education**, v. 28, p. 3-23, 1994.

SANTOS, B. S. Introdução a uma ciência pós-moderna. **Cidade**: Ed. Afrontamento, 1998.

SALLUM JÚNIOR, B. O futuro das Ciências Sociais: a Sociologia em questão. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 48, p. 19-26, 2005.

SCHWARTZMAN, S. O Apoio à Pesquisa no Brasil. **Interciência**, v. 6, n. 17, 1992.

SHINN, T.; RAGOUET, P. **Controvérsias sobre a Ciência: Por uma sociologia transversalista da atividade científica**. São Paulo: Editora 34, 2008.

SOBRAL, F. A Economia e a Física no Brasil: campos científicos ou transcienceiros? In: BAUMGARTEN, M. (Org.). **A era do conhecimento: Matrix ou Ágora?** Brasília; Porto Alegre: Editora UnB; Editora UFRGS, 2001. p. 205-230.

_____. A universidade e o novo modo de produção do conhecimento. **Caderno CRH**, n. 34, p. 259-275, 2001.

_____. Desafios das Ciências Sociais no desenvolvimento científico e tecnológico contemporâneo. **Sociologias**, v. 6, n. 1, p. 221-237, 2004.

SOBRAL, F.; ALMEIDA, M. R. C.; M.V.G., C. As lideranças científicas. **Ciências & Cognição**, v. 13, n. 2, p. 179-191, 2008.

SOBRAL, F.; TRIGUEIRO, M. **Alavanca de Arquimedes: ciência e tecnologia na virada do século**. Brasília: Paralelo 15, 1997.

SOUSA, I. S. F. de. **A sociedade, o cientista e o problema de pesquisa: o caso do setor público agrícola brasileiro**. Brasília: Embrapa-SPI, 1993.

SZTOMPKA, P. Robert K. Merton's Inspirations. **Journal of Classical Sociology**, v. 7, n. 2, p. 211-220, jun. 2007.

TRAVIS, G.; COLLINS, H. New light on old boys: cognitive and institutional particularism in the peer review system. **Science, Technology and Human Values**, v. 16, n. 3, p. 322-341, 1991.

TRIGUEIRO, M. **Ciência, Tecnologia e Sociedade: Contribuições para um diálogo entre a Sociologia e a Filosofia da Ciência**. Belo Horizonte, FABREFACTUM, 2012.

_____. **Universidades públicas: desafios e possibilidades no Brasil contemporâneo**. Brasília: Ed. UnB, 1999.

TURNER, S. P. The third Science War. **Social Studies of Science**, v. 33, p. 581-612, 2003.

_____; CHUBIN, D. E. Chance and Eminence in Science: Ecclesiastes II. **Social Science Information**, n. 18, v. 3, p. 437-449, 1979.

VELHO, L. A avaliação da ciência e a revisão por pares: passado e presente. Como será o futuro? **História, Ciências, Saúde**, v. 7, n. 1, p. 93-116, 2000.

WEINGART, P. From “Finalization” to “Mode 2”: old wine in new bottles? **Social Science Information**, n. 36, p. 591-613, 1997.

ZUCKERMAN, H. Scientific elites: Nobel laureates in the United States. **Foundations of higher education**. New Jersey: Transaction Publishers, 1996.

Apêndices

I - Tabelas

Tabela 22 - Pesquisadores por Instituição de Vínculo

Instituição	Total	% Total	Aprovadas	% Aprovadas	Reprovadas	% Reprovadas
CNPq	1	0,19	0	0	1	100
EBDA	1	0,19	0	0	1	100
EMBRAPA	1	0,19	1	100	0	0
ESMEC	1	0,19	0	0	1	100
FAE	1	0,19	0	0	1	100
FCC	1	0,19	1	100	0	0
FEPAGRO	1	0,19	0	0	1	100
FESP	1	0,19	0	0	1	100
FGV/RJ	5	0,95	4	80	1	20
FGV/SP	2	0,38	1	50	1	50
FIOCRUZ	6	1,14	4	66,67	2	33,33
FJP	3	0,57	0	0	3	100
FUNDAJ	1	0,19	0	0	1	100
FURB	2	0,38	0	0	2	100
IBGE	2	0,38	0	0	2	100
IEA	1	0,19	0	0	1	100
INPE	1	0,19	0	0	1	100
IPA/RS	1	0,19	0	0	1	100
IUPERJ	1	0,19	1	100	0	0
MACKENZIE	1	0,19	0	0	1	100
MS	1	0,19	0	0	1	100
PUC/ Campinas	1	0,19	0	0	1	100
PUC/Goiás	2	0,38	1	50	1	50
PUC/Minas	2	0,38	0	0	2	100
PUC/PR	1	0,19	0	0	1	100
PUC/Rio	4	0,76	1	25	3	75
PUC/RS	4	0,76	3	75	1	25
PUC/SP	9	1,71	4	44,44	5	55,56
SEADE	1	0,19	0	0	1	100
UAM	1	0,19	0	0	1	100
UCS	1	0,19	0	0	1	100
UCSAL	5	0,95	2	40	3	60
UDESC	1	0,19	0	0	1	100
UECE	5	0,95	0	0	5	100
UEL	2	0,38	1	50	1	50
UEM	4	0,76	0	0	4	100
UENF	3	0,57	0	0	3	100
UEPB	1	0,19	0	0	1	100
UEPG	1	0,19	0	0	1	100

UERJ	20	3,80	12	60	8	40
UESB	1	0,19	0	0	1	100
UFAL	2	0,38	0	0	2	100
UFAM	4	0,76	1	25	3	75
UFBA	15	2,85	7	46,67	8	53,33
UFC	14	2,66	4	28,57	10	71,43
UFCG	3	0,57	2	66,67	1	33,33
UFES	2	0,38	1	50	1	50
UFF	12	2,28	3	25	9	75
UFG	4	0,76	0	0	4	100
UFGD	2	0,38	0	0	2	100
UFJF	7	1,33	3	42,86	4	57,14
UFLA	1	0,19	0	0	1	100
UFMA	7	1,33	1	14,29	6	85,71
UFMG	12	2,28	8	66,67	4	33,33
UFMT	1	0,19	0	0	1	100
UFPA	9	1,71	4	44,44	5	55,56
UFPB	5	0,95	1	20	4	80
UFPE	12	2,28	9	75	3	25
UFPEL	4	0,76	1	25	3	75
UFPI	2	0,38	0	0	2	100
UFPR	14	2,66	5	35,71	9	64,29
UFRGS	19	3,61	16	84,21	3	15,79
UFRJ	27	5,12	18	66,67	9	33,33
UFRN	7	1,33	2	28,57	5	71,43
UFRPE	2	0,38	1	50	1	50
UFRRJ	14	2,66	7	50	7	50
UFS	6	1,14	4	66,67	2	33,33
UFSC	20	3,80	12	60	8	40
UFSCAR	17	3,23	10	58,82	7	41,18
UFSE	1	0,19	1	100	0	0
UFSJ	1	0,19	0	0	1	100
UFSM	2	0,38	1	50	1	50
UFU	3	0,57	0	0	3	100
UFV	2	0,38	0	0	2	100
ULBRA	1	0,19	0	0	1	100
UNA	1	0,19	0	0	1	100
UnB	30	5,69	18	60	12	40
UNEB	1	0,19	0	0	1	100
UNESP	22	4,17	6	27,27	16	72,73
UNIARA	1	0,19	1	100	0	0
UNICAMP	21	3,98	16	76,19	5	23,81
UNICOC	1	0,19	0	0	1	100

UNIEURO	1	0,19	0	0	1	100
UNIFAP	1	0,19	0	0	1	100
UNIFESP	12	2,28	1	8,33	11	91,67
UNINOVE	1	0,19	1	100	0	0
UNIOESTE	4	0,76	0	0	4	100
UNIP	1	0,19	0	0	1	100
UNIR	1	0,19	0	0	1	100
UNIRIO	4	0,76	0	0	4	100
UNISA	1	0,19	0	0	1	100
UNISINOS	7	1,33	2	28,57	5	71,43
UNISUL	1	0,19	0	0	1	100
UNIVALI	1	0,19	0	0	1	100
UNIVASF	3	0,57	0	0	3	100
UP	1	0,19	0	0	1	100
UPF	1	0,19	1	100	0	0
USP	50	9,49	31	62	19	38
UVA	1	0,19	0	0	1	100
UVV	1	0,19	0	0	1	100

Fonte: Organizada pela autora a partir dos dados cedidos pelo CNPq (2002-2012)

Tabela 23 - Migração de Pesquisadores

Região de Doutorado	Região da Instituição de Vínculo	Total	%
Norte	Nordeste	1	0,19
Norte	Norte	1	0,19
Centro-oeste	Sudeste	2	0,38
Nordeste	Centro-oeste	2	0,38
Nordeste	Sudeste	3	0,57
Nordeste	Norte	3	0,57
Sul	Nordeste	4	0,76
Sul	Sudeste	4	0,76
Sudeste	Norte	6	1,14
Centro-oeste	Nordeste	6	1,14
Exterior	Norte	6	1,14
Sudeste	Centro-oeste	11	2,09
Exterior	Centro-oeste	13	2,47
Centro-oeste	Centro-oeste	16	3,04
Nordeste	Nordeste	24	4,55
Exterior	Nordeste	30	5,69
Exterior	Sul	31	5,88
Sudeste	Nordeste	31	5,88
Sudeste	Sul	31	5,88
Sul	Sul	31	5,88
Exterior	Sudeste	53	10,06
Sudeste	Sudeste	218	41,37

Fonte: Organizada pela autora a partir dos dados cedidos pelo CNPq (2002-2012)

Tabela 24 - Pesquisadores por Ano de Conclusão do Doutorado

Ano	Quantidade	Percentual
1969	1	0,19
1970	1	0,19
1971	2	0,38
1972	1	0,19
1973	5	0,95
1974	2	0,38
1975	4	0,76
1976	1	0,19
1977	2	0,38
1978	4	0,76
1979	7	1,33
1980	12	2,28
1981	1	0,19
1982	6	1,14
1983	4	0,76
1984	7	1,33
1985	5	0,95
1986	11	2,09
1987	15	2,85
1988	4	0,76
1989	10	1,90
1990	12	2,28
1991	13	2,47
1992	23	4,36
1993	19	3,61
1994	13	2,47
1995	17	3,23
1996	17	3,23
1997	31	5,88
1998	30	5,69
1999	28	5,31
2000	26	4,93
2001	29	5,50
2002	34	6,45
2003	39	7,40
2004	32	6,07
2005	19	3,61
2006	9	1,71
2007	15	2,85
2008	9	1,71
2009	3	0,57

Ano	Quantidade	Percentual
2010	4	0,76

Fonte: Organizada pela autora a partir dos dados cedidos pelo CNPq (2002-2012)

Tabela 25 - Pesquisadores por Instituição de Doutorado

Instituição	Total	%
Berkeley	2	0,38
BU	1	0,19
CESA	1	0,19
Columbia	1	0,19
Cornell	1	0,19
Duisburg	1	0,19
Duke	1	0,19
EHESS	15	2,85
Essex	2	0,38
Évry	1	0,19
FESP	1	0,19
FIOCRUZ	1	0,19
FUB	2	0,38
Genova	1	0,19
Harvard	1	0,19
HU-Berlin	1	0,19
HUJI	1	0,19
IHEAL	1	0,19
IU Bloomington	1	0,19
IUPERJ	33	6,26
Lancaster	1	0,19
Liverpool	2	0,38
LSE	3	0,57
LUH	1	0,19
Lyon II	2	0,38
Manchester	4	0,76
MIT	1	0,19
N.S.S.R.	2	0,38
OX	1	0,19
Paris I	3	0,57
Paris III	5	0,95
Paris IX	3	0,57
Paris V	6	1,14
Paris VII	7	1,33
Paris VIII	1	0,19
Paris X	6	1,14
Paris XII	1	0,19
PUC/Rio	1	0,19
PUC/RS	2	0,38
PUC/SP	21	3,98
Purdue	1	0,19

Reidelberg	2	0,38
Rutgers	1	0,19
Saarland	1	0,19
Stanford	3	0,57
Sussex	1	0,19
Toulouse II	1	0,19
UB	1	0,19
UChicago	2	0,38
UCL	3	0,57
UCM	3	0,57
UCO	2	0,38
UdeM	1	0,19
UERJ	2	0,38
UF	1	0,19
UFBA	3	0,57
UFC	14	2,66
UFCG	1	0,19
UFES	1	0,19
UFF	5	0,95
UFMG	6	1,14
UFPA	2	0,38
UFPB	4	0,76
UFPE	9	1,71
UFPR	5	0,95
UFRGS	20	3,80
UFRJ	19	3,61
UFRN	1	0,19
UFRRJ	4	0,76
UFSC	12	2,28
UFSCAR	1	0,19
UGF	1	0,19
UL	2	0,38
ULAVAL	1	0,19
UMESP	1	0,19
UMICH	1	0,19
UNAM	6	1,14
UnB	24	4,55
UNESP	20	3,80
UNICAMP	61	11,57
UPEC	1	0,19
UPJV	1	0,19
USAL	2	0,38
USP	119	22,58

UT System	1	0,19
UTL	1	0,19
UVSQ	1	0,19
Virginia	1	0,19
WISC	5	0,95
WWU Münster	4	0,76

Fonte: Organizada pela autora a partir dos dados cedidos pelo CNPq (2002-2012)

Tabela 26 - Pesquisadores por Região da Instituição de Vínculo

Região	Total	%
Norte	16	3,04
Centro-oeste	42	7,97
Sul	93	17,65
Nordeste	96	18,22
Sudeste	280	53,13

Fonte: Organizada pela autora a partir dos dados cedidos pelo CNPq (2002-2012)

Tabela 27 - Processos por Ano

Ano	Total	Aprovadas	% Aprovadas	Reprovadas	% Reprovadas
2002	15	10	66,67	5	33,33
2003	87	44	50,57	43	49,43
2004	76	50	65,79	26	34,21
2005	81	33	40,74	48	59,26
2006	127	66	51,97	61	48,03
2007	123	61	49,59	62	50,41
2008	124	51	41,13	73	58,87
2009	163	73	44,79	90	55,21
2010	119	61	51,26	58	48,74
2011	126	52	41,27	74	58,73
2012	113	47	41,59	66	58,41

Fonte: Organizada pela autora a partir dos dados cedidos pelo CNPq (2002-2012)

Tabela 28 - Processos por Ano e UF

ANO	UF	Total	Aprovadas	% Aprovadas	Reprovadas	% Reprovadas
2002	CE	1	0	0,00	1	100,00
2002	DF	1	1	100,00	0	0,00
2002	PE	1	1	100,00	0	0,00
2002	PI	1	0	0,00	1	100,00
2002	PR	1	0	0,00	1	100,00
2002	RJ	2	2	100,00	0	0,00
2002	RS	2	0	0,00	2	100,00
2002	SP	6	6	100,00	0	0,00
2003	AM	1	0	0,00	1	100,00
2003	BA	1	0	0,00	1	100,00
2003	CE	6	1	16,67	5	83,33
2003	DF	5	3	60,00	2	40,00
2003	ES	1	1	100,00	0	0,00
2003	MG	3	1	33,33	2	66,67
2003	MT	1	0	0,00	1	100,00
2003	PA	1	0	0,00	1	100,00
2003	PB	3	1	33,33	2	66,67
2003	PE	4	2	50,00	2	50,00
2003	PR	4	1	25,00	3	75,00
2003	RJ	21	13	61,90	8	38,10
2003	RN	1	0	0,00	1	100,00
2003	RS	10	5	50,00	5	50,00
2003	SC	4	3	75,00	1	25,00
2003	SP	21	13	61,90	8	38,10
2004	BA	5	4	80,00	1	20,00
2004	CE	2	1	50,00	1	50,00
2004	DF	6	4	66,67	2	33,33
2004	MG	3	3	100,00	0	0,00
2004	PA	1	0	0,00	1	100,00
2004	PE	1	1	100,00	0	0,00
2004	PR	3	1	33,33	2	66,67
2004	RJ	11	7	63,64	4	36,36
2004	RN	2	1	50,00	1	50,00
2004	RS	9	7	77,78	2	22,22
2004	SC	5	1	20,00	4	80,00
2004	SE	1	1	100,00	0	0,00
2004	SP	28	20	71,43	8	28,57
2005	BA	5	1	20,00	4	80,00
2005	CE	1	1	100,00	0	0,00
2005	DF	6	2	33,33	4	66,67

ANO	UF	Total	Aprovadas	% Aprovadas	Reprovadas	% Reprovadas
2005	GO	2	0	0,00	2	100,00
2005	MG	6	2	33,33	4	66,67
2005	PA	2	2	100,00	0	0,00
2005	PB	1	0	0,00	1	100,00
2005	PR	3	1	33,33	2	66,67
2005	RJ	15	7	46,67	8	53,33
2005	RN	1	0	0,00	1	100,00
2005	RS	8	2	25,00	6	75,00
2005	SC	4	0	0,00	4	100,00
2005	SP	26	14	53,85	12	46,15
2006	AL	1	0	0,00	1	100,00
2006	BA	5	2	40,00	3	60,00
2006	CE	3	2	66,67	1	33,33
2006	DF	9	4	44,44	5	55,56
2006	ES	1	1	100,00	0	0,00
2006	GO	1	0	0,00	1	100,00
2006	MA	2	0	0,00	2	100,00
2006	MG	3	2	66,67	1	33,33
2006	PA	2	1	50,00	1	50,00
2006	PB	4	2	50,00	2	50,00
2006	PE	5	3	60,00	2	40,00
2006	PI	1	0	0,00	1	100,00
2006	PR	2	1	50,00	1	50,00
2006	RJ	30	18	60,00	12	40,00
2006	RS	9	5	55,56	4	44,44
2006	SC	8	4	50,00	4	50,00
2006	SE	2	1	50,00	1	50,00
2006	SP	39	20	51,28	19	48,72
2007	AM	1	0	0,00	1	100,00
2007	BA	8	4	50,00	4	50,00
2007	CE	5	0	0,00	5	100,00
2007	DF	9	4	44,44	5	55,56
2007	GO	1	1	100,00	0	0,00
2007	MA	1	0	0,00	1	100,00
2007	MG	10	3	30,00	7	70,00
2007	PA	1	0	0,00	1	100,00
2007	PB	1	0	0,00	1	100,00
2007	PE	6	3	50,00	3	50,00
2007	PI	1	0	0,00	1	100,00
2007	PR	5	1	20,00	4	80,00
2007	RJ	20	12	60,00	8	40,00

ANO	UF	Total	Aprovadas	% Aprovadas	Reprovadas	% Reprovadas
2007	RN	1	0	0,00	1	100,00
2007	RS	13	9	69,23	4	30,77
2007	SC	4	3	75,00	1	25,00
2007	SE	3	2	66,67	1	33,33
2007	SP	33	19	57,58	14	42,42
2008	AM	1	0	0,00	1	100,00
2008	BA	7	1	14,29	6	85,71
2008	CE	4	1	25,00	3	75,00
2008	DF	6	1	16,67	5	83,33
2008	GO	2	0	0,00	2	100,00
2008	MA	3	0	0,00	3	100,00
2008	MG	6	2	33,33	4	66,67
2008	PA	3	2	66,67	1	33,33
2008	PB	2	0	0,00	2	100,00
2008	PE	2	0	0,00	2	100,00
2008	PI	1	0	0,00	1	100,00
2008	PR	10	4	40,00	6	60,00
2008	RJ	18	13	72,22	5	27,78
2008	RS	10	5	50,00	5	50,00
2008	SC	3	0	0,00	3	100,00
2008	SE	1	0	0,00	1	100,00
2008	SP	45	22	48,89	23	51,11
2009	AM	3	0	0,00	3	100,00
2009	AP	1	0	0,00	1	100,00
2009	BA	9	3	33,33	6	66,67
2009	CE	2	2	100,00	0	0,00
2009	DF	11	8	72,73	3	27,27
2009	ES	1	1	100,00	0	0,00
2009	GO	2	0	0,00	2	100,00
2009	MA	1	0	0,00	1	100,00
2009	MG	13	2	15,38	11	84,62
2009	MS	1	0	0,00	1	100,00
2009	PA	2	2	100,00	0	0,00
2009	PB	4	2	50,00	2	50,00
2009	PE	7	4	57,14	3	42,86
2009	PI	1	0	0,00	1	100,00
2009	PR	6	1	16,67	5	83,33
2009	RJ	28	16	57,14	12	42,86
2009	RN	4	0	0,00	4	100,00
2009	RS	16	7	43,75	9	56,25
2009	SC	10	4	40,00	6	60,00

ANO	UF	Total	Aprovadas	% Aprovadas	Reprovadas	% Reprovadas
2009	SE	4	1	25,00	3	75,00
2009	SP	37	20	54,05	17	45,95
2010	AL	1	0	0,00	1	100,00
2010	AM	1	0	0,00	1	100,00
2010	BA	5	4	80,00	1	20,00
2010	CE	5	0	0,00	5	100,00
2010	DF	7	3	42,86	4	57,14
2010	ES	1	0	0,00	1	100,00
2010	GO	3	1	33,33	2	66,67
2010	MA	2	0	0,00	2	100,00
2010	MG	5	2	40,00	3	60,00
2010	PA	2	0	0,00	2	100,00
2010	PB	1	0	0,00	1	100,00
2010	PE	4	3	75,00	1	25,00
2010	PR	4	1	25,00	3	75,00
2010	RJ	19	10	52,63	9	47,37
2010	RN	2	0	0,00	2	100,00
2010	RS	14	10	71,43	4	28,57
2010	SC	4	2	50,00	2	50,00
2010	SE	5	2	40,00	3	60,00
2010	SP	34	23	67,65	11	32,35

Fonte: Organizada pela autora a partir dos dados cedidos pelo CNPq (2002-2012)

Tabela 29 - Processos por Ano e região

Ano	Região	Total	Aprovadas	% Aprovadas	Reprovadas	% Reprovadas
2002	Centro-oeste	1	1	100,00	0	0,00
2003	Centro-oeste	6	3	50,00	3	50,00
2004	Centro-oeste	7	4	57,14	3	42,86
2005	Centro-oeste	8	1	12,50	7	87,50
2006	Centro-oeste	10	4	40,00	6	60,00
2007	Centro-oeste	11	6	54,55	5	45,45
2008	Centro-oeste	7	0	0,00	7	100,00
2009	Centro-oeste	14	8	57,14	6	42,86
2010	Centro-oeste	10	4	40,00	6	60,00
2011	Centro-oeste	10	1	10,00	9	90,00
2012	Centro-oeste	12	7	58,33	5	41,67
2002	Nordeste	3	1	33,33	2	66,67
2003	Nordeste	16	5	31,25	11	68,75
2004	Nordeste	10	8	80,00	2	20,00
2005	Nordeste	8	2	25,00	6	75,00
2006	Nordeste	23	10	43,48	13	56,52
2007	Nordeste	25	9	36,00	16	64,00
2008	Nordeste	19	2	10,53	17	89,47
2009	Nordeste	32	12	37,50	20	62,50
2010	Nordeste	25	9	36,00	16	64,00
2011	Nordeste	23	6	26,09	17	73,91
2012	Nordeste	26	9	34,62	17	65,38
2003	Norte	2	0	0,00	2	100,00
2004	Norte	1	0	0,00	1	100,00
2005	Norte	3	3	100,00	0	0,00
2006	Norte	2	1	50,00	1	50,00
2007	Norte	2	0	0,00	2	100,00
2008	Norte	5	3	60,00	2	40,00
2009	Norte	6	2	33,33	4	66,67
2010	Norte	3	0	0,00	3	100,00
2011	Norte	5	2	40,00	3	60,00
2012	Norte	5	3	60,00	2	40,00
2002	Sudeste	8	8	100,00	0	0,00
2003	Sudeste	46	28	60,87	18	39,13
2004	Sudeste	40	28	70,00	12	30,00
2005	Sudeste	47	24	51,06	23	48,94
2006	Sudeste	73	41	56,16	32	43,84
2007	Sudeste	63	33	52,38	30	47,62
2008	Sudeste	69	37	53,62	32	46,38
2009	Sudeste	79	39	49,37	40	50,63

Ano	Região	Total	Aprovadas	% Aprovadas	Reprovadas	% Reprovadas
2010	Sudeste	59	35	59,32	24	40,68
2011	Sudeste	66	33	50,00	33	50,00
2012	Sudeste	53	18	33,96	35	66,04
2002	Sul	3	0	0,00	3	100,00
2003	Sul	17	8	47,06	9	52,94
2004	Sul	18	10	55,56	8	44,44
2005	Sul	15	3	20,00	12	80,00
2006	Sul	19	10	52,63	9	47,37
2007	Sul	22	13	59,09	9	40,91
2008	Sul	24	9	37,50	15	62,50
2009	Sul	32	12	37,50	20	62,50
2010	Sul	22	13	59,09	9	40,91
2011	Sul	22	10	45,45	12	54,55
2012	Sul	17	10	58,82	7	41,18

Fonte: Organizada pela autora a partir dos dados cedidos pelo CNPq (2002-2012)

Tabela 30 - Processos por Unidade da Federação

UF	Total	Aprovados	Reprovados
MT	1	0	1
RO	1	0	1
AL	2	0	2
AP	3	0	3
MS	4	0	4
PI	6	0	6
ES	6	4	2
AM	8	1	7
MA	13	1	12
GO	16	2	14
RN	18	2	16
SE	22	10	12
PA	22	13	9
PB	23	7	16
CE	35	10	25
PE	38	21	17
PR	49	15	34
SC	53	21	32
BA	53	22	31
MG	65	21	44
DF	75	37	38
RS	109	62	47
RJ	207	118	89
SP	325	181	144

Fonte: Organizada pela autora a partir dos dados cedidos pelo CNPq (2002-2012)

Tabela 31 - Bolsas Novas por Área de Atuação Principal

Área	Total
ANTROPOLOGIA	2
CIÊNCIA POLÍTICA	7
DEMOGRAFIA	1
DESIGUALDADE RACIAL	1
EDUCAÇÃO	2
ESTRATIFICAÇÃO E DESIGUALDADES	1
ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL	1
HISTÓRIA	3
PENSAMENTO SOCIAL	1
PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO	1
POLÍTICAS PÚBLICAS	1
RELAÇÕES RACIAIS	2
SAÚDE COLETIVA	2
SOCIOLOGIA	6
SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA TECNOLOGIA E DA SOCIEDADE	4
SOCIOLOGIA DA CULTURA	1
SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	2
SOCIOLOGIA DA INOVAÇÃO	1
SOCIOLOGIA DA RELIGIÃO	5
SOCIOLOGIA DA SAÚDE	1
SOCIOLOGIA DA VIOLÊNCIA	1
SOCIOLOGIA DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO	2
SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO	1
SOCIOLOGIA DO ENGAJAMENTO E DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	1
SOCIOLOGIA DO FUTEBOL	1
SOCIOLOGIA DO MEIO AMBIENTE	5
SOCIOLOGIA DO TRABALHO	5
SOCIOLOGIA DOS INTELLECTUAIS	1
SOCIOLOGIA DOS MOVIMENTOS INTELLECTUAIS	1
SOCIOLOGIA ECONÔMICA	1
SOCIOLOGIA HISTÓRICA	1
SOCIOLOGIA JURÍDICA	1
SOCIOLOGIA POLÍTICA	3
SOCIOLOGIA RURAL	8
SOCIOLOGIA URBANA	6
TEORIA SOCIOLOGICA	15

Fonte: Organizada pela autora a partir dos dados cedidos pelo CNPq (2002-2012)

Tabela 32 - Bolsas Novas por Instituição de Vínculo

Instituição	Total
EMBRAPA	1
FGV/RJ	3
FIOCRUZ	2
IUPERJ	1
PUC/Goiás	1
PUC/RS	3
PUC/SP	3
UCSAL	1
UEL	1
UERJ	6
UFAM	1
UFBA	4
UFC	1
UFES	1
UFF	2
UFJF	1
UFMA	1
UFMG	4
UFPA	2
UFPE	3
UFPEL	1
UFPR	2
UFRGS	8
UFRJ	3
UFRN	2
UFRPE	1
UFRRJ	3
UFS	4
UFSC	4
UFSCAR	2
UFSM	1
UnB	8
UNESP	2
UNICAMP	5
UPF	1
USP	9

Fonte: Organizada pela autora a partir dos dados cedidos pelo CNPq (2002-2012)

Tabela 33 - Bolsas Novas Por Região

Instituição	Total
Centro-oeste	9
Nordeste	17
Norte	4
Sudeste	47
Sul	21

Fonte: Organizada pela autora a partir dos dados cedidos pelo CNPq (2002-2012)

Tabela 34 - Evolução dos Pedidos por Distribuição Geográfica

Ano	Região	Total	Aprovadas	%	Reprovadas	%
2002	Centro-oeste	01	01	100,00	0	0
2003	Centro-oeste	06	03	50,00	03	50,00
2004	Centro-oeste	07	04	57,14	03	42,86
2005	Centro-oeste	08	01	12,50	07	87,50
2006	Centro-oeste	10	04	40,00	06	60,00
2007	Centro-oeste	11	06	54,55	05	45,45
2008	Centro-oeste	07	0	0	07	100,00
2009	Centro-oeste	14	08	57,14	06	42,86
2010	Centro-oeste	10	04	40,00	06	60,00
2011	Centro-oeste	10	01	10,00	09	90,00
2012	Centro-oeste	12	07	58,33	05	41,67
2002	Nordeste	03	01	33,33	02	66,67
2003	Nordeste	16	05	31,25	11	68,75
2004	Nordeste	10	08	80,00	02	20,00
2005	Nordeste	08	02	25,00	06	75,00
2006	Nordeste	23	10	43,48	13	56,52
2007	Nordeste	25	09	36,00	16	64,00
2008	Nordeste	19	02	10,53	17	89,47
2009	Nordeste	32	12	37,50	20	62,50
2010	Nordeste	25	09	36,00	16	64,00
2011	Nordeste	23	06	26,09	17	73,91
2012	Nordeste	26	09	34,62	17	65,38
2003	Norte	02	00	0	02	100,00
2004	Norte	01	00	0	01	100,00
2005	Norte	03	03	100,00	0	0
2006	Norte	02	01	50,00	01	50,00
2007	Norte	02	0	0	02	100,00
2008	Norte	05	03	60,00	02	40,00
2009	Norte	06	02	33,33	04	66,67
2010	Norte	03	0	0	03	100,00
2011	Norte	05	02	40,00	03	60,00
2012	Norte	05	03	60,00	02	40,00
2002	Sudeste	08	08	100,00	0	0
2003	Sudeste	46	28	60,87	18	39,13
2004	Sudeste	40	28	70,00	12	30,00
2005	Sudeste	47	24	51,06	23	48,94
2006	Sudeste	73	41	56,16	32	43,84
2007	Sudeste	63	33	52,38	30	47,62
2008	Sudeste	69	37	53,62	32	46,38
2009	Sudeste	79	39	49,37	40	50,63
2010	Sudeste	59	35	59,32	24	40,68

Ano	Região	Total	Aprovadas	%	Reprovadas	%
2011	Sudeste	66	33	50,00	33	50,00
2012	Sudeste	53	18	33,96	35	66,04
2002	Sul	03	0	0	03	100,00
2003	Sul	17	08	47,06	09	52,94
2004	Sul	18	10	55,56	08	44,44
2005	Sul	15	03	20,00	12	80,00
2006	Sul	19	10	52,63	09	47,37
2007	Sul	22	13	59,09	09	40,91
2008	Sul	24	09	37,50	15	62,50
2009	Sul	32	12	37,50	20	62,50
2010	Sul	22	13	59,09	09	40,91
2011	Sul	22	10	45,45	12	54,55
2012	Sul	17	10	58,82	07	41,18

Fonte: Organizada pela autora a partir dos dados cedidos pelo CNPq (2002-2012)

Tabela 35 - Pesquisadores Aprovados e Reprovados por Instituição

Instituição	Total	Aprovados	Reprovados
CNPq	1	0	1
EBDA	1	0	1
EMBRAPA	1	1	0
ESMEC	1	0	1
FAE	1	0	1
FCC	1	1	0
FEPAGRO	1	0	1
FESP	1	0	1
FGV/RJ	5	4	1
FGV/SP	2	1	1
FIOCRUZ	6	4	2
FJP	3	0	3
FUNDAJ	1	0	1
FURB	2	0	2
IBGE	2	0	2
IEA	1	0	1
INPE	1	0	1
IPA/RS	1	0	1
IUPERJ	1	1	0
MACKENZIE	1	0	1
MS	1	0	1
PUC/Campinas	1	0	1
PUC/Goiás	2	1	1
PUC/Minas	2	0	2
PUC/PR	1	0	1
PUC/Rio	4	1	3
PUC/RS	4	3	1
PUC/SP	9	4	5
SEADE	1	0	1
UAM	1	0	1
UCS	1	0	1
UCSAL	5	2	3
UDESC	1	0	1
UECE	5	0	5
UEL	2	1	1
UEM	4	0	4
UENF	3	0	3
UEPB	1	0	1
UEPG	1	0	1
UERJ	20	12	8
UESB	1	0	1
UFAL	2	0	2
UFAM	4	1	3
UFBA	15	7	8
UFC	14	4	10
UFCG	3	2	1
UFES	2	1	1
UFF	12	3	9

Instituição	Total	Aprovados	Reprovados
UFG	4	0	4
UFGD	2	0	2
UFJF	7	3	4
UFLA	1	0	1
UFMA	7	1	6
UFMG	12	8	4
UFMT	1	0	1
UFPA	9	4	5
UFPB	5	1	4
UFPE	12	9	3
UFPEL	4	1	3
UFPI	2	0	2
UFPR	14	5	9
UFRGS	19	16	3
UFRJ	27	18	9
UFRN	7	2	5
UFRPE	2	1	1
UFRRJ	14	7	7
UFS	6	4	2
UFSC	20	12	8
UFSCAR	17	10	7
UFSE	1	1	0
UFSJ	1	0	1
UFSM	2	1	1
UFU	3	0	3
UFV	2	0	2
ULBRA	1	0	1
UNA	1	0	1
UnB	30	18	12
UNEB	1	0	1
UNESP	22	6	16
UNIARA	1	1	0
UNICAMP	21	16	5
UNICOC	1	0	1
UNIEURO	1	0	1
UNIFAP	1	0	1
UNIFESP	12	1	11
UNINOVE	1	1	0
UNIOESTE	4	0	4
UNIP	1	0	1
UNIR	1	0	1
UNIRIO	4	0	4
UNISA	1	0	1
UNISINOS	7	2	5
UNISUL	1	0	1
UNIVALI	1	0	1
UNIVASF	3	0	3
UP	1	0	1
UPF	1	1	0
USP	50	31	19

Instituição	Total	Aprovados	Reprovados
UVA	1	0	1
UVV	1	0	1

Fonte: organizada pela autora a partir dos dados cedidos pelo CNPq (2002-2012)

Tabela 36 - Propostas apresentadas por subárea do conhecimento

Área	Total
TEORIA SOCIOLÓGICA	138
SOCIOLOGIA RURAL	107
SOCIOLOGIA DO TRABALHO	86
SOCIOLOGIA URBANA	59
SOCIOLOGIA	56
ANTROPOLOGIA	53
SOCIOLOGIA DO MEIO AMBIENTE	50
CIÊNCIA POLÍTICA	47
SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO	33
SOCIOLOGIA DA RELIGIÃO	30
SOCIOLOGIA DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO	28
SOCIOLOGIA DA CULTURA	24
SOCIOLOGIA DA SAÚDE	23
EDUCAÇÃO	22
SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	21
SOCIOLOGIA POLÍTICA	21
POLÍTICAS PÚBLICAS	19
SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA TECNOLOGIA E DA SOCIEDADE	19
SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO	17
ECONOMIA	16
HISTÓRIA	15
ADMINISTRAÇÃO	14
SAÚDE COLETIVA	12
SOCIOLOGIA ECONÔMICA	12
SOCIOLOGIA DA VIOLÊNCIA	9
ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL	7
PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO	7
SOCIOLOGIA DA ARTE	6
SOCIOLOGIA DOS DESASTRES	6
ELITES PARLAMENTARES E ESTADO	5
ESTUDOS AFRO BRASILEIROS	5
PSICOLOGIA	5
SOCIOLOGIA DAS PROFISSÕES	5
SOCIOLOGIA DOS INTELLECTUAIS	5
SOCIOLOGIA DOS MOVIMENTOS INTELLECTUAIS	5
SOCIOLOGIA JURÍDICA	5
SOCIOLOGIA MÉDICA	5
ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	4
ANÁLISE DO DISCURSO	4

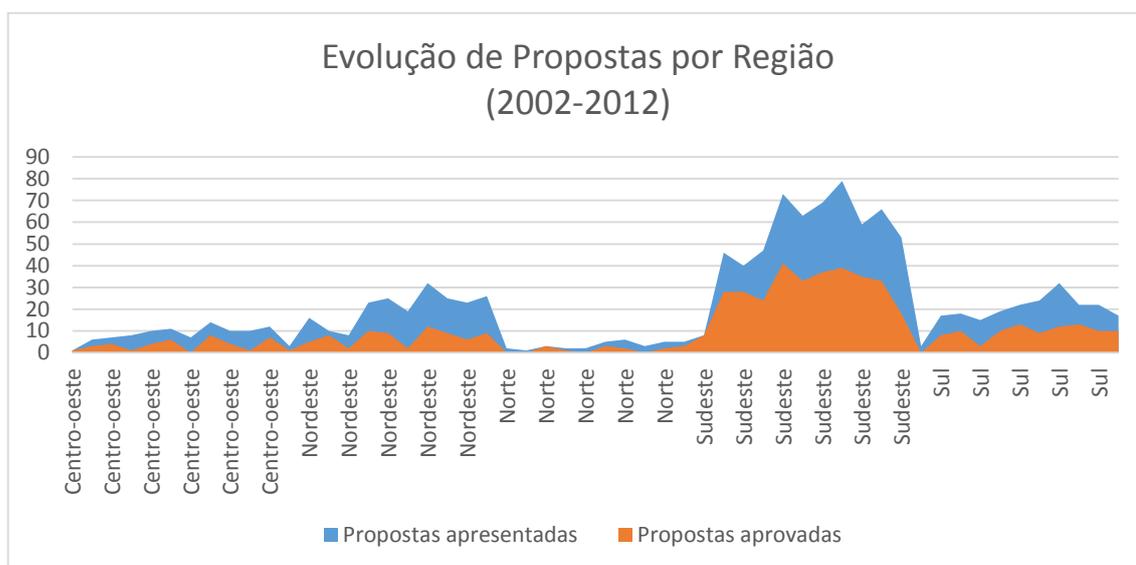
Área	Total
PENSAMENTO SOCIAL	4
RELAÇÕES RACIAIS	4
SERVIÇO SOCIAL	4
SOCIOLOGIA DA FAMÍLIA	4
SOCIOLOGIA DO CRIME	4
SOCIOLOGIA DO PODER E DAS ELITES	4
TEOLOGIA	4
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	3
DESIGUALDADE RACIAL	3
ESTRATIFICAÇÃO E DESIGUALDADES	3
MEMÓRIA E HISTÓRIA	3
MOVIMENTOS SOCIAIS	3
SOCIOLOGIA DA COMUNICAÇÃO	3
SOCIOLOGIA DA CULTURA E DA ARTE	3
SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA	3
SOCIOLOGIA DA LITERATURA	3
SOCIOLOGIA DA RELIGIÃO E DA CULTURA	3
SOCIOLOGIA DA VIDA COTIDIANA	3
SOCIOLOGIA DAS DIFERENÇAS	3
SOCIOLOGIA DAS IDÉIAS POLÍTICAS	3
SOCIOLOGIA DAS MIGRAÇÕES	3
SOCIOLOGIA DO CINEMA	3
SOCIOLOGIA DO ESPORTE	3
SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA	3
SOCIOLOGIA HISTÓRICA	3
SOCIOLOGIA HISTÓRICA DA SAÚDE	3
TEORIA E FILOSOFIA DA HISTÓRIA	3
ADMINISTRAÇÃO DE SETORES ESPECÍFICOS	2
CONFLITOS E PRÁTICAS POLÍTICAS	2
DESIGUALDADE SOCIAL	2
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	2
PARTICIPAÇÃO POPULAR	2
PESQUISA EM SOCIOLOGIA	2
SOCIOLOGIA DA DESIGUALDADE	2
SOCIOLOGIA DA EMPRESA	2
SOCIOLOGIA DA FAMÍLIA	2
SOCIOLOGIA DA FAMÍLIA E GÊNERO	2
SOCIOLOGIA DA MEDICINA	2
SOCIOLOGIA DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO	2
SOCIOLOGIA DO ENGAJAMENTO E DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	2
SOCIOLOGIA DO FUTEBOL	2

Área	Total
SOCIOLOGIA DOS PAÍSES AMAZÔNICOS	2
TEORIA E POLÍTICA DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO	2
ADMINISTRAÇÃO EM POLÍTICAS CULTURAIS	1
AGROMETEOROLOGIA	1
ANÁLISE INSTITUCIONAL	1
CIÊNCIAS DA SAÚDE	1
COMUNICAÇÃO	1
DEMOGRAFIA	1
DESENHO INDUSTRIAL	1
EDUCAÇÃO FÍSICA	1
ENSINO-APRENDIZAGEM	1
FILOSOFIA	1
GEOGRAFIA	1
LITERATURAS ESTRANGEIRAS MODERNAS	1
MUSEOLOGIA	1
MULTIDISCIPLINAR	1
NÃO INFORMADA	1
PRÁTICAS EDUCATIVAS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1
RURAL E URBANO	1
SOCIOANTROPOLOGIA DO TRABALHO	1
SOCIOLOGIA DA CONFLITUALIDADE	1
SOCIOLOGIA DA IMIGRAÇÃO	1
SOCIOLOGIA DA INOVAÇÃO	1
SOCIOLOGIA DA JUVENTUDE	1
SOCIOLOGIA DA MODA	1
SOCIOLOGIA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS	1
SOCIOLOGIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	1
SOCIOLOGIA DO DIREITO	1
SOCIOLOGIA DO LIVRO E DA LEITURA	1
TEORIA DA COMUNICAÇÃO	1
TEORIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA	1

Fonte: Organizada pela autora a partir dos dados cedidos pelo CNPq (2002-2012)

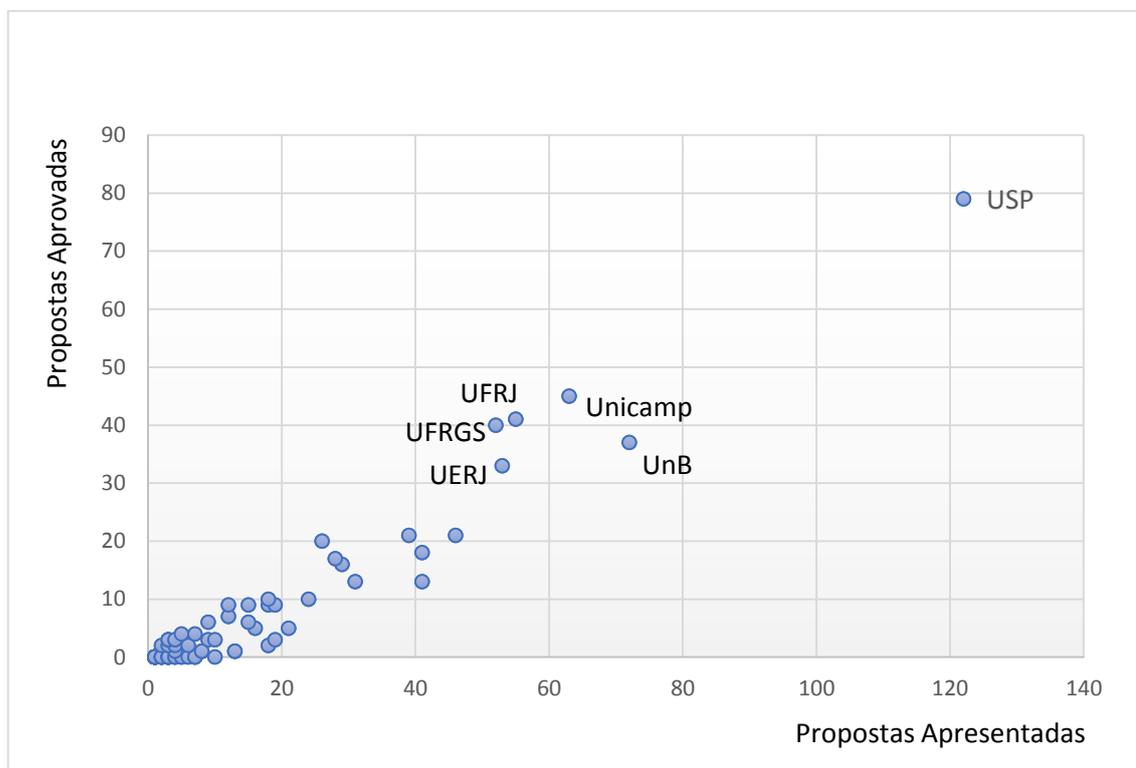
II - Gráficos

Gráfico 3 - Evolução das propostas por região



Fonte: Organizado pela autora a partir dos dados cedidos pelo CNPq (2002-2012)

Gráfico 4 - Distribuição de Processos Apresentados e Aprovados



Fonte: Organizado pela autora a partir dos dados cedidos pelo CNPq(2002-2012)

III – Entrevistas

Entrevistados:

- Brásilio Sallum – USP
- Jacob Carlos Lima – UFSCAR
- Maria da Glória Gohn - UNINOVE
- Nadya Guimarães – USP
- Sonia Maria Karan – UFRGS

Roteiro das Entrevistas:

1. Como chegou às Ciências Sociais;
2. Como os pesquisadores encontram/escolhem seus objetos de pesquisa? A partir do que?
3. Como se elege que este ou aquele problemas são cruciais? A partir de quais critérios/parâmetros?
4. Como vê as Ciências Sociais atualmente?
5. Foram consultados sobre a participação no CA?
6. O que conta na hora da decisão sobre uma proposta?
7. Qual a Expectativa de fazer parte do CA/ o que esperava do CA ou no CA?
8. Como vê a relação das Ciências Sociais com o CNPq?